


**unesp**  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Faculdade de Ciências e Letras**  
**Campus de Araraquara - SP**

ALEXANDRE APARECIDO DOS SANTOS

***QUEM FALOU DE POLÍTICA PRA MIM?*** A política  
e o senso político de um ponto de vista etnográfico



ARARAQUARA – S.P.  
2021

ALEXANDRE APARECIDO DOS SANTOS

***QUEM FALOU DE POLÍTICA PRA MIM?*** A política  
e o senso político de um ponto de vista etnográfico

Tese de Doutorado, apresentado ao Conselho, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Diversidade, Identidades e Direitos.

**Orientadora:** Profa. Dra. Renata Medeiros Paoliello

**Bolsa:** CAPES - DS

S237"

Santos, Alexandre Aparecido dos

"Quem falou de política pra mim?": a política e o senso político de um ponto de vista etnográfico / Alexandre Aparecido dos Santos. -- Araraquara, 2021  
192 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),  
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara  
Orientadora: Renata Medeiros Paoliello

1. Eleitores. 2. Trajetória. 3. Senso político. 4. Prática. 5.  
Discurso. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da  
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a)

Essa ficha não pode ser modificada.

ALEXANDRE APARECIDO DOS SANTOS

## ***QUEM FALOU DE POLÍTICA PRA MIM?*** A política e o senso político de um ponto de vista etnográfico

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Diversidade, Identidades e Direitos.

**Orientadora:** Profa. Dra. Renata Medeiros Paoliello

**Bolsa:** CAPES - DS

Data da defesa: 04/06/2021

### **MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador:** **Profa. Dra. Renata Medeiros Paoliello**  
Departamento de Ciências Sociais  
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

---

**Membro Titular:** **Profa. Dra. Maria Aparecida Chaves Jardim**  
Departamento de Ciências Sociais  
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

---

**Membro Titular:** **Prof. Dr. Igor Gastal Grill**  
Departamento de Antropologia e Sociologia  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Membro Titular:** **Prof. Dr. Marco Antônio de Almeida**  
Departamento de Biblioteconomia e Documentação  
Universidade de São Paulo

---

**Membro Titular:** **Profa. Dra. Martina Ahlert**  
Departamento de Antropologia e Sociologia  
Universidade Federal do Maranhão

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

As mulheres da minha vida: minha mãe, minhas irmãs e minha companheira.

## AGRADECIMENTOS

À minha família por todo o apoio durante esse percurso. Em especial a dona Clemair, minha querida mãe.

À minha companheira Tamires da Silva, por todo o carinho e incentivo sem os quais finalizar esse trabalho, em um contexto como o que vivemos, não seria possível.

À professora Renata Medeiros Paoliello por sua orientação iniciada em 2008 e fundamental em todos os momentos de minha formação.

As professoras Maria Chaves Jardim e Martina Ahlert, assim como, aos professores Igor Gastal Grill e Marco Antônio de Almeida pelas valorosas contribuições e pela participação na banca de defesa.

Aos interlocutores dessa pesquisa, pela disposição e colaboração sem as quais esse trabalho não existiria.

As professoras Andressa Lewandowski, Maria Cristina Pompa e Rosemeire Salata por aceitarem ser suplentes na banca de defesa.

Às professoras Ana Lúcia de Castro e Maria Chaves Jardim por todas as conversas e orientações em meu percurso acadêmico.

À professora Maria Chaves Jardim e ao professor Rafael Alves Orsi pela oportunidade de iniciar a experiência em docência no ensino superior.

Aos amigos de graduação, representados de maneira especial nas figuras de Everton Garcia Rodrigues e Michelle Magrini, amigos de tantas conversas e de muitas risadas.

Aos amigos da época do mestrado que se transformaram em amigos para a vida: André Rocha Rodrigues, Carlos Alexandre Will Ludwig, Darbi Masson Suficier, Fábio do Espírito Santo Martins, Jéssica Grava da Conceição, Maria Marta Santos, Rosemeire Salata e Vladimir Bertapeli. Por todos os bons momentos compartilhados: meu muito obrigado.

Aos amigos do doutorado, com os quais dividi muitas alegrias e muitas angústias. Representados aqui de maneira especial nas figuras de James Washington Alves dos Santos, Renaldo Mazaro Junior e Rosangela da Silva.

À todas as amigas que de alguma forma contribuíram ao longo de minha trajetória iniciada em 2007 no Campus de Araraquara. Representadas nas figuras da Ana Carolina Lemes e Emerson Cerdas.

Aos membros dos grupos de estudo GEPAC e NESPOM por todas as trocas e momentos compartilhados.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, por financiar essa pesquisa desde abril/2018 (88882.432484/2019-01). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“O burguês bebe champanhe  
O herói bebe aguardente  
E na vida, infelizmente  
Quem não luta não é gente”  
(TAIGUARA, 2019)

“O pensamento é a força criadora, irmão  
O amanhã é ilusório  
Porque ainda não existe  
O hoje é real  
É a realidade que você pode interferir”  
(RACIONAIS MC's, 2002)

## RESUMO

O trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa sobre o pensar-fazer político de eleitores sem filiação partidária que residem em uma cidade de pequeno porte no interior paulista. A pesquisa teve como objetivo perceber a relação entre os bens simbólicos produzidos e veiculados pelos dispositivos do campo midiático sobre as disputas e as dinâmicas do campo político nacional e o modo pelo qual os agentes – consumidores desses bens simbólicos – constroem suas percepções diante do cenário político do municipal e nacional. Diante desse objetivo, o trabalho apresentado foi realizado em dois momentos de campo: no primeiro momento em que foram construídas as trajetórias sociais dos eleitores interlocutores dessa pesquisa; no segundo momento esses eleitores formularam discursos sobre diversas questões referentes ao contexto político no âmbito municipal e nacional. A partir dos dispositivos midiáticos consumidos pelos interlocutores, foi realizada uma análise, sobre a relação que pode ser estabelecida entre os discursos midiáticos e o campo político nacional, que tornou possível perceber a construção de uma narrativa de desconfiança diante do cenário político do país por meio dos discursos midiáticos. As relações entre esses elementos, a narrativa midiática sobre o campo político, as trajetórias sociais e os discursos políticos dos interlocutores, foram analisadas de um ponto de vista etnográfico. A análise sobre o pensar-fazer político de eleitores sem filiação partidária resultou na construção de um conhecimento relacional sobre o senso político desses agentes. Esse conhecimento permitiu apresentar esse senso político como a expressão de uma prática política que está para além da ideia de uma simples manipulação por parte dos dispositivos do campo da mídia ou do campo político nacional – assim como da própria relação entre esses campos – uma vez que essa prática expressa a agência desses eleitores frente aos cenários políticos de seu dia a dia.

**Palavras – chave:** Eleitores. Trajetória. Senso político. Prática. Discurso.



## ABSTRACT

The work presents the results of an research on the political thinking-doing of voters without party affiliation who reside in a small city in the interior of São Paulo. The research aimed to understand the relationship between the symbolic goods produced and conveyed by the devices of the media field on the disputes and dynamics of the national political field and the way in which the - consumers of these symbolic goods - agents they establish perceptions regarding the country's political scenario. In view of this objective, the work presented was carried out in two moments in the field: in the first moment in which the social trajectories of the voters interlocuting this research were built; in the second moment, these voters built political speeches on several issues related to the political context at the municipal and national level. From the media devices consumed by the research agents - an analysis was carried out on a relationship that can be established between media discourses and the national political field, which made it possible to perceive the construction of a no confidence narrative before the political scenario of the country through media speeches. The relationships between these elements - the media narrative about the political field, the social trajectories and the political discourses of the interlocutors of this research - were analyzed from an ethnographic point of view. The analysis of the political thinking-doing of voters without party affiliation resulted in the construction of a relational knowledge about the political sense of these voters. This relational knowledge allowed us to present this political sense as the expression of a political practice that is beyond the idea of simple manipulation by the devices of the media field or the national political field - as well as the relationship between these fields - once that this practice expresses the agency these voters in the face of the political scenarios of their daily lives.

**Keywords:** Voters. Trajectory. Political sense. Practice. Discourse.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Resultado do segundo turno das eleições presidenciais de 2002 a 2018	18
<b>Gráfico 2</b>	Abstenções no segundo turno das eleições presidenciais de 2002 a 2018	18
<b>Gráfico 3</b>	População x eleitores (2018)	19
<b>Gráfico 4</b>	Filiados x Não filiados (2018)	20
<b>Gráfico 5</b>	Faixa etária dos eleitores (2018)	20
<b>Gráfico 6</b>	Escolaridade dos eleitores (2018)	21
<b>Gráfico 7</b>	Frequência de consumo de mídias tradicionais	66
<b>Gráfico 8</b>	Fontes de informação	71
<b>Gráfico 9</b>	Tipos de vídeos e conteúdo dos vídeos assistidos pela Internet	72
<b>Gráfico 10</b>	Criação e postagem de conteúdo próprio na Internet	72
<b>Gráfico 11</b>	Jornal Nacional: discursos sobre política 2018	88
<b>Gráfico 12</b>	Jornal Nacional 2018: valências em discursos sobre política	89
<b>Gráfico 13</b>	Folha de S. Paulo: discursos sobre política 2018	92
<b>Gráfico 14</b>	Folha de S. Paulo 2018: valências em discursos sobre política	92
<b>Gráfico 15</b>	Jornal Nacional: discursos sobre política 2019/2020	93
<b>Gráfico 16</b>	Folha de S. Paulo: discursos sobre política 2019/2020	94
<b>Gráfico 17</b>	Jornal Nacional 2018-2020: valências em discursos sobre política	95
<b>Gráfico 18</b>	Folha de S. Paulo 2018-2020: valências em discursos sobre política	96

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Resultado das cinco últimas eleições municipais	17
<b>Quadro 2</b>	Escolaridade (Pai, mãe e avós)	49
<b>Quadro 3</b>	Atuação profissional (Pai, mãe e avós)	50
<b>Quadro 4</b>	Idade e Escolaridade	51
<b>Quadro 5</b>	Atuação e formação profissional	52
<b>Quadro 6</b>	Instancias de participação e formação política no percurso escolar	56
<b>Quadro 7</b>	Instancias de participação e formação política no percurso profissional	57
<b>Quadro 8</b>	Consumo de bens culturais 1	62
<b>Quadro 9</b>	Consumo de bens culturais 2	62
<b>Quadro 10</b>	Consumo de mídias tradicionais	65
<b>Quadro 11</b>	Consumo de novas mídias	68
<b>Quadro 12</b>	Interlocutores do segundo momento de entrevistas	99

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
A construção do objeto.....	15
A pesquisa de campo .....	22
O trabalho .....	27
<b>1 OLHARES DISTINTOS SOBRE A POLÍTICA</b> .....	<b>29</b>
1.1 A política e o poder .....	29
1.2 A problemática política .....	34
1.2.1 Os campos sociais e o problema fundamental da política.....	37
<b>2 OS AGENTES E SEUS PERCURSOS: trajetórias sociais</b> .....	<b>45</b>
2.1 A construção do roteiro de entrevista.....	45
2.2 A origem familiar.....	48
2.3 O percurso escolar e o percurso profissional .....	50
2.3.1 As instâncias de participação e formação política.....	53
2.4 O consumo cultural .....	60
2.4.1 Consumo de mídias tradicionais .....	64
2.4.2 Consumo de novas mídias.....	67
2.5 O consumo de informações .....	70
<b>3 Mídia e política</b> .....	<b>75</b>
3.1 O campo da mídia e os meios de comunicação .....	75
3.2 O campo da mídia e a política no Brasil.....	79
3.2.1 A democracia, a mídia e a construção da desconfiança .....	82
3.3 Narrativas midiáticas: a construção da desconfiança na política .....	85
<b>4. O SENSO POLÍTICO E O ELEITOR</b> .....	<b>98</b>
4.1 Sobre ser eleitor .....	100
4.2 A política próxima: o contexto local .....	113
4.3 A política distante: o contexto nacional.....	124
<b>5 O PENSAMENTO POLÍTICO PROFANO: a política no dia a dia</b> .....	<b>138</b>
5.1 A política no dia a dia e os meios de comunicação .....	138
5.2 O pensamento político profano ou como a política deveria ser.....	148
5.2.1 Como a política deveria ser no contexto local.....	152
5.2.2 Como a política deveria ser no contexto nacional .....	154
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>159</b>
O senso político profano para além do campo da mídia .....	163

<b>O senso político profano e o campo político .....</b>	<b>165</b>
<b>O senso político profano como prática política.....</b>	<b>168</b>
<b>Uma conclusão relacional .....</b>	<b>170</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>173</b>
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA .....</b>	<b>177</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>184</b>
<b>APÊNDICE A - Roteiro de entrevista 1 .....</b>	<b>185</b>
<b>APÊNDICE B - Roteiro de entrevista 2.....</b>	<b>192</b>

## INTRODUÇÃO

Iniciamos essa introdução retomando o momento da defesa de nosso mestrado. Nessa ocasião uma das perguntas feitas pela banca me deixou incomodado: “[...] por que diante de toda essa construção teórica apresentada por sua pesquisa você utilizou a palavra manipulação nessa passagem? A ideia de manipulação vai contra todo seu arranjo argumentativo...”. A resposta que formulei diante de tal questionamento foi a mais simples possível: disse a professora que trocaria a palavra manipulação por outra e agradei a contribuição.

Em 2015, ano da defesa do mestrado, iniciei um trabalho em Araraquara, motivo pelo qual passei a fazer uso do transporte público intermunicipal para ir e vir do trabalho. O trajeto realizado pelo ônibus já era muito familiar, linha Américo Brasiliense/Araraquara, pois desde a graduação, iniciada em 2007, fazia uso dele pelo menos duas vezes por semana.

Eram viagens curtas de no máximo trinta minutos. Porém, acho que por conta do incômodo provocado pela pergunta da banca, comecei a perceber que a temática das conversas cotidianas durante as viagens tinha mudado.

O ano de 2015 também marcava o início do segundo mandato da presidenta reeleita Dilma Rousseff. Se é possível dizer que o Brasil hoje vive uma crise política, pode se dizer que ela se desenhava em 2015. O mês de março desse ano foi marcado pelo início de uma onda de protestos de rua em que o principal mote era o “Fora Dilma”. Esse contexto de instabilidade política culminou no afastamento de presidenta em 2016.

O contexto político nacional no primeiro semestre de 2015 pode ser assim descrito:

Em um cenário de crise econômica, de crise hídrica e ameaça de crise energética motivada pela forte seca e por problemas de infraestrutura, de ajustes fiscais e de promessas revertidas, como o aumento das tarifas de energia, a reprovação do governo Dilma chegou a 62%, de acordo com o Datafolha. Em fevereiro, a presidente da Petrobras nomeada por Dilma, Graça Foster, deixou o cargo em meio a novas revelações sobre o impacto do esquema de corrupção nas finanças da empresa. A pesquisa, realizada após novos protestos nas ruas contra a corrupção, indica que o segundo mandato da petista tem, hoje, a mais alta taxa de rejeição de um presidente desde setembro de 1992 – pouco antes do impeachment de Fernando Collor. O índice dos que consideram o governo bom ou ótimo caiu para 13%.<sup>1</sup>

O contexto de crise política fez com que os temas sobre a política nacional ganhassem cada vez mais destaque nos discursos dos dispositivos midiáticos por todo o país. E acredito que, pelos efeitos de poder (FOUCAULT, 1995) decorrentes do consumo desses discursos

---

<sup>1</sup> Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150318\\_dilma\\_aprovacao\\_reprovacao\\_cc](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150318_dilma_aprovacao_reprovacao_cc)

sobre a crise política, as conversas sobre ela passaram a tomar conta de minhas viagens matinais.

Todo o dia era possível escutar em algum banco do ônibus discussões cada vez mais acaloradas sobre esse assunto. As pessoas que falavam sobre essa crise política tinham posicionamentos e argumentos diferentes, todos sustentados por uma mistura das notícias dos jornais e os conteúdos que consumiam em redes sociais.

Nessas viagens, percebi que as pessoas agora falavam sobre a política em seu dia a dia, assim como antes falavam sobre as novelas ou o futebol. Assim, aquela pergunta realizada pela banca, e que ainda me incomodava, enfim fazia sentido: a ideia de manipulação era contrária àquilo que minha dissertação apontava, porque os agentes consumidores dos bens do mercado simbólico da informação (SANTOS, 2015) constroem uma prática (BOURDIEU, 1983) diante desse consumo.

E assim, a partir desse entendimento, construí o projeto que deu início a essa pesquisa, com o objetivo de entender até que ponto as práticas discursivas sobre questões políticas, produzidas no dia a dia por agentes leigos (BOURDIEU, 2011b) ao funcionamento do campo político (BOURDIEU, 2002) nacional, escapariam ou não às demandas apresentadas pelos dispositivos do campo midiático (BOURDIEU, 2002; RODRIGUES, 1999).

Esse objetivo foi construído no sentido de distanciar essa pesquisa de propostas teóricas<sup>2</sup> que pensam a prática política ordinária como o resultado de uma manipulação ou um mero reflexo de agendas apresentadas em um processo de espetacularização do político promovido pelos dispositivos midiáticos no país.

Assim também se deu a construção da hipótese que norteou essa pesquisa: a ideia de que os discursos políticos do cotidiano expressariam uma agência (BOURDIEU, 2011), pensada enquanto resultado de uma relação dialética entre a trajetória (BOURDIEU, 2011a) de cada agente e o lugar social em que ele se encontra.

## **A construção do objeto**

Ao assumir um olhar antropológico sobre o problema que suscitou a reflexão, foi preciso enfrentar a questão de como enquadrar teoricamente o universo empírico da pesquisa,

---

<sup>2</sup> Como as discutidas por Colling (2007). Para o autor, grande parte dos estudos, analisados em seu estado da arte sobre trabalhos que se dedicaram a entender as relações entre mídia e política durante cinco pleitos apresentam “um mesmo discurso crítico, muitas vezes simplista e redutor que, de um modo geral, poderia ser assim resumido: a mídia despolitiza e espetaculariza as eleições, age sempre intencionalmente e manipula e agenda o receptor” (COLLING, 2007, p 43).

ou seja, como olhar etnograficamente para esse imenso grupo de agentes leigos (BOURDIEU, 2011b) às regras legítimas que estruturam o campo político (BOURDIEU, 2002) no país<sup>3</sup>.

O caminho encontrado para equacionar essa questão foi a construção de um recorte empírico possibilitado pela teoria dos campos sociais (BOURDIEU, 2002). Por essa perspectiva teórica é possível pensar a sociedade enquanto um conjunto de campos sociais que se interceptam. Esses campos apresentam uma homologia estrutural (BOURDIEU, 2004) no que diz respeito às disputas por poder e aos mecanismos de reprodução que podem ser percebidos em todos os espaços sociais pertencentes a eles, sem que isso leve a uma descaracterização quanto a suas particularidades (BOURDIEU, 2002).

Assim, diante da impossibilidade de trabalhar com o imenso grupo de eleitores que não possuem filiação partidária, ou seja, agentes leigos ou profanos (BOURDIEU, 2011b) diante das regras legítimas de funcionamento do campo político (BOURDIEU, 2002) nacional, optamos por desenvolver – tendo em vista as homologias estruturais (BOURDIEU, 2004) do campo político, como resultados eleitorais e indicadores do eleitorado proporcionalmente similares – a pesquisa junto aos eleitores do município de Américo Brasiliense<sup>4</sup>, cidade do interior paulista.

A história do município de Américo Brasiliense é entrelaçada à história do município de Araraquara, do qual chegou a ser um distrito – criado oficialmente em 1923 – até sua emancipação no ano de 1965. Contemporaneamente essas duas cidades vivenciam um processo de conurbação que reflete esse entrelaçamento histórico.

Sobre o início da ocupação de seu território, de maneira mais específica temos que:

Américo Brasiliense localiza-se nos limites de São Carlos, Santa Lúcia e Araraquara, ou seja, na região central de São Paulo, sendo sua relação com Araraquara mais expressiva e com ela sofrendo um processo de conurbação. Não é possível tratar de sua história e de seu povoamento sem inseri-la no contexto de Araraquara. Ambos os povoados da região histórica, conhecida como “Sertões de Araraquara”, foram desbravados por Pedro José Neto em 1790. Em 1854, chegaram as primeiras famílias em Américo Brasiliense: Germano Xavier de Mendonça e Martimiano de Oliveira, estabelecendo-se nas sesmarias “Rancho Queimado” e “Cruzes”, respectivamente. Mais tarde, chegam as famílias de Manoel Antonio Borba e do coronel Américo Toledo Pizza, que deram grande contribuição para o desenvolvimento de Américo Brasiliense, com a construção das primeiras casas, elevando o então povoado a distrito. Outras contribuições importantes para seu progresso em seu início

---

<sup>3</sup> Em nossa leitura as regras que estruturam um campo político nacional seriam as regras de funcionamento da política institucional, como o exercício das atividades nas instâncias legislativas e executivas nos âmbitos municipais, estaduais e federais, a lógica eleitoral e partidária (tendo em vista candidatos, campanhas eleitorais e eleitores), assim como as disputas por poder que conformam esse campo social.

<sup>4</sup> O município faz parte dos 70% dos municípios do país (4.904 cidades) que possuem uma população igual ou menor a 50.000 habitantes. Dados disponíveis em <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 01 de jul de 2019.



foram a imigração particularmente italiana e a cafeicultura. Em 1892, chega a primeira ferrovia, a da linha tronco da Cia. Paulista, integrando a economia do povoado com às demais regiões. O topônimo Américo Brasiliense foi dado por Manoel Antonio Borba em homenagem ao seu amigo republicano Américo Brasiliense de Almeida Mello. (ALMEIDA, 2020, p. 47-48)

O processo de emancipação do município está ligado à crise da economia cafeeira e ao surgimento de novas possibilidades econômicas, como a economia canavieira e as primeiras indústrias ligadas a ela. Nesse contexto “O agronegócio voltado à indústria sucroalcooleira vai, em progresso rápido, tornando-se a atividade central do distrito, dando força e autonomia econômicas para que se adquira a condição de município”. (ALMEIDA, 2020, p. 50). Como ponto fundamental nesse processo emancipatório temos a instalação de uma usina de açúcar em 1949.

A relação entre a criação da usina e a emancipação do município é tão direta que o primeiro prefeito eleito no município foi um dos donos dessa agroindústria, “Em 1964, dois candidatos a prefeito concorrem as primeiras eleições. Antônio Pavan e Elias Leme da Costa vencem a primeira eleição de Américo Brasiliense derrotando José Galli e Antônio Furlan” (ALMEIDA, 2020, p. 50). Desde então o município já teve três prefeitas (uma cumpriu três mandatos e uma com um mandato) e onze prefeitos sendo os cinco últimos:

#### **Quadro 1 – Resultado das cinco últimas eleições municipais.**

Prefeito (a)	Vice-prefeito (a)	Ano eleição
Neusa M. B. Dótoli (PSL)	Anésio Vieira (PP)	2004
Valdemiro B. Gouvêa (PT)	Tércio Della Rovere (PMDB)	2008
Cleide Ap. Berti Ginato (PTB)	Sérgio Belinelli de Jesus (PV)	2010
Dirceu Bras Pano (PSDB)	Terezinha Ap. V. de Souza (PTB)	2016
Dirceu Bras Pano (PSDB)	Luzimar Alves dos Santos (PL)	2020

Fonte: Site da prefeitura de Américo Brasiliense<sup>5</sup>.

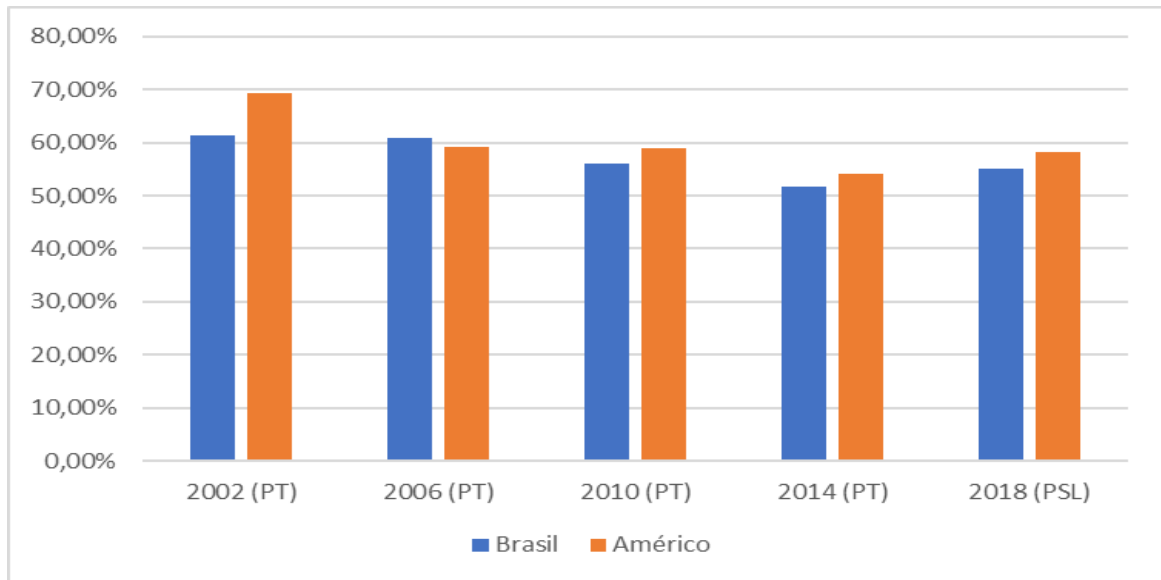
Pensar a relevância do eleitorado desse município diante do eleitorado nacional a princípio parece uma opção incoerente. Porém, ao encarar essa relação a partir da teoria dos campos sociais (BOURDIEU, 2002) foi possível encontrar um quadro propício para a construção e realização dessa pesquisa.

<sup>5</sup> Disponível em:

<https://www.americobrasiliense.sp.gov.br/site/wp-content/uploads/2013/01/PREFEITOS.png>. Acesso em 18 de jun de 2021.

Esse quadro foi construído tomando por parâmetro inicial os resultados das cinco últimas eleições presidenciais, uma vez que o partido vencedor em cada um desses pleitos também venceu a eleição no município em questão:

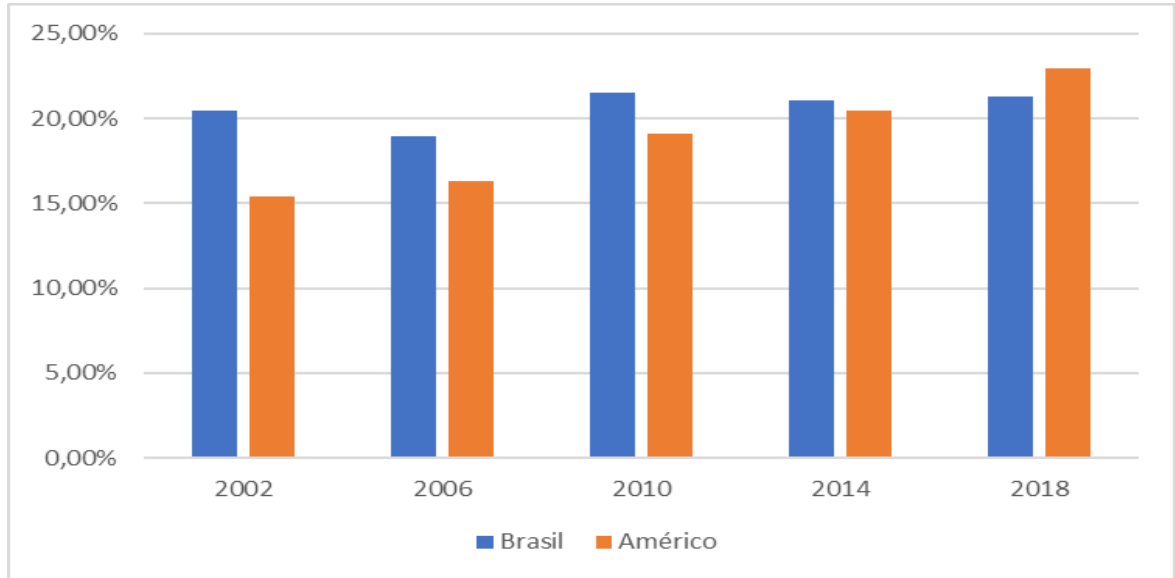
**Gráfico 1 - Resultado do segundo turno das eleições presidenciais de 2002 a 2018**



Fonte: Dados do autor, 2021

Um outro fator que contribui para a construção desse enquadramento foi o número de abstenções nesses mesmos pleitos eleitorais. Em Américo Brasiliense, assim como no Brasil, a partir da eleição de 2010 encontramos os maiores índices de abstenções:

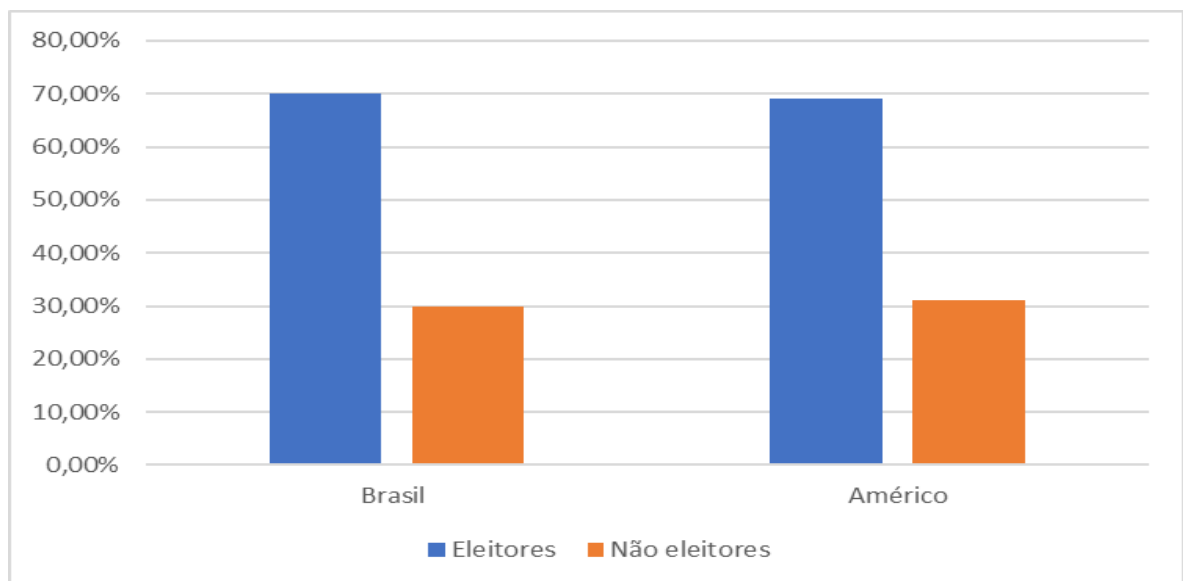
**Gráfico 2 - Abstenções no segundo turno das eleições presidenciais de 2002 a 2018**



Fonte: Dados do autor, 2021

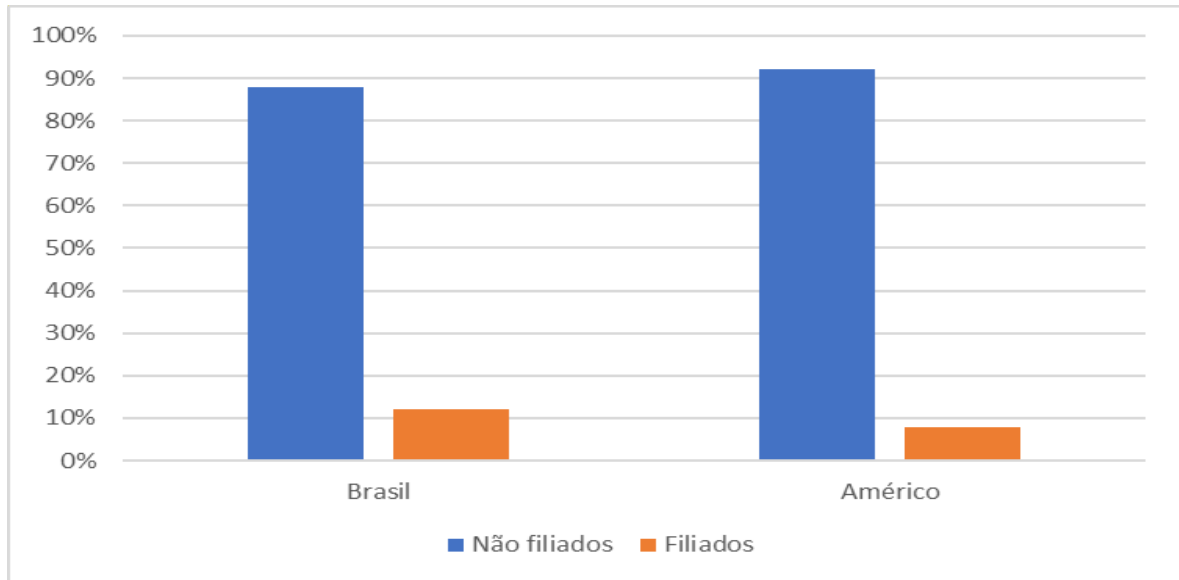
Nesse sentido o contexto político nacional – dado pela dinâmica da política institucional, eleitoral e partidária – é entendido nessa pesquisa como campo político nacional e o contexto político do município de Américo Brasiliense enquanto um espaço social dentro desse campo. O conjunto de gráficos a seguir, elaborados através de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tem como intuito de fundamentar, a partir da noção de homologia estrutural (BOURDIEU, 2004), o recorte empírico dessa pesquisa.

**Gráfico 3 – População x eleitores (2018)**



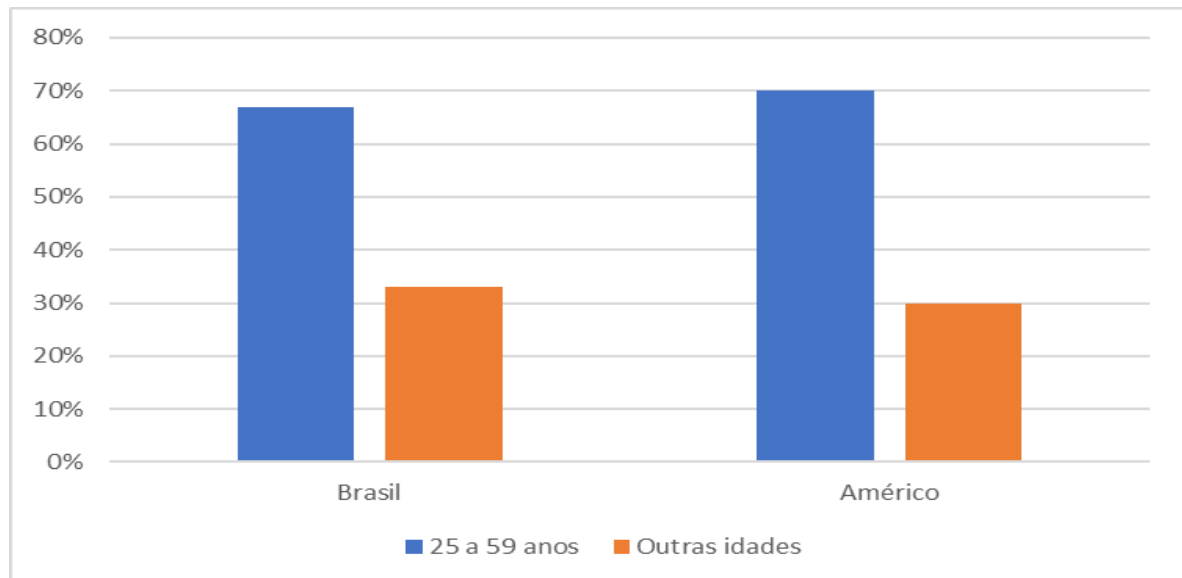
Fonte: TSE<sup>6</sup>, 2019

**Gráfico 4 – Filiados x Não filiados (2018)**



Fonte: TSE<sup>7</sup>, 2019.

**Gráfico 5 – Faixa etária dos eleitores (2018)**

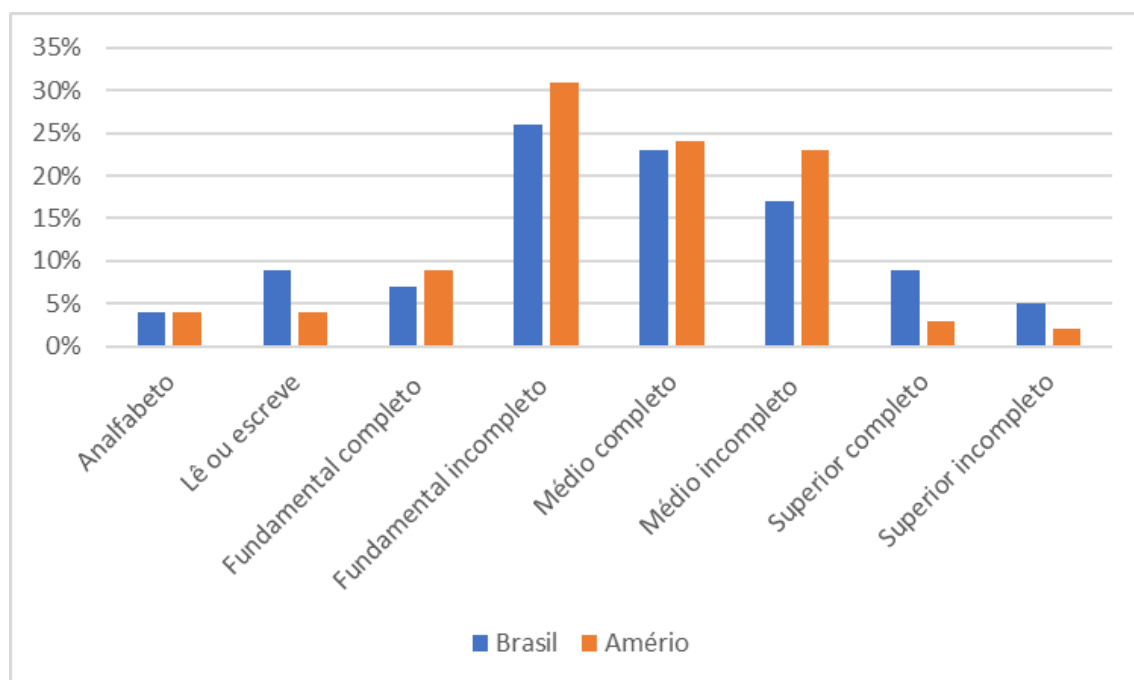


Fonte: TSE<sup>8</sup>, 2019.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-por-municipio-zona>. Acesso em 10 de maio de 2019.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/filiados>. Acesso em 10 de maio de 2019.

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-por-municipio-zona>. Acesso em 10 de maio de 2019.

**Gráfico 6 – Escolaridade dos eleitores (2018)**

Fonte: TSE, 2019<sup>9</sup>

O enquadramento de nosso objeto ainda apresentava a questão de como recortar os possíveis interlocutores para a pesquisa dentro do universo dos 25.217 eleitores sem filiação partidária<sup>10</sup> no município de Américo Brasiliense. Assim a partir das homologias estruturais (BOURDIEU, 2004) entre o campo político nacional e os espaços sociais que compõem esse campo, o recorte dos interlocutores dessa pesquisa foi construído a partir do intervalo etário de 25 a 59 anos, faixa etária com o maior número de eleitores no país e no município em questão.

O objetivo, assim como o recorte empírico dessa pesquisa, foi elaborado a partir de um ponto de vista antropológico pelo qual analisamos nosso objeto: os discursos sobre a política institucional, eleitoral e partidária de eleitores profanos ao campo político nacional. Nesse sentido, assumimos o pressuposto de:

Encarar as práticas nativas (discursivas ou não discursivas) sobre os processos políticos dominantes como verdadeiras teorias políticas produzidas por observadores suficientemente deslocados em relação ao

<sup>9</sup>Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-grau-de-instrucao>. Acesso em 10 de maio de 2019.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/filiados>. Acesso em 10 de maio de 2019.

objeto para produzir visões realmente alternativas, e usar práticas e teorias como guias para a análise antropológica. (GOLDMAN, 2006, p. 37).

Dessa maneira o trabalho de campo dessa pesquisa foi realizado em três etapas interdependentes. Na primeira etapa entramos em contato com os interlocutores – foram convidadas vinte pessoas, das quais quinze aceitaram participar da pesquisa – e, através de entrevistas individuais construídas a partir de um questionário que orientou as conversas estabelecidas – todas realizadas em locais escolhidos pelos interlocutores – foi possível estabelecer a trajetória social (BOURDIEU, 2011a) desses interlocutores, que nos permitiu identificar e analisar algumas das disposições (BOURDIEU, 2013) que informam seu discurso político.

Essa primeira etapa também possibilitou a identificação do consumo dos dispositivos do campo midiático (BOURDIEU, 2002; RODRIGUES, 1999) e dos bens do mercado simbólico da informação (SANTOS, 2015). Os dados sobre esse consumo estruturam a segunda etapa do trabalho em que analisamos alguns momentos da produção midiática sobre o contexto da política nacional.

Na última etapa, retomamos o contato com os interlocutores para uma nova rodada de entrevistas individuais. Agora com a finalidade de perceber o modo pelo qual eles pensam o contexto político no país e em seu município, em consonância com o pressuposto de que o discurso político do dia a dia expressaria uma agência (BOURDIEU, 2011a), ou seja, um momento particular de negociação simbólica entre as informações consumidas e as disposições adquiridas na trajetória social (BOURDIEU, 2011a) dos agentes.

## **A pesquisa de campo**

Em março de 2018 iniciei a elaboração do questionário para o primeiro momento de entrevista. Com o questionário elaborado, e tendo em vista a faixa etária dos possíveis interlocutores para a pesquisa realizei, na segunda metade do mesmo mês, via Facebook, vários convites para as entrevistas – os critérios para encaminhar o convite foram: não possuir filiação partidária, não possuir vínculo formal com partidos eleitorais e estar dentro das faixas etárias.

A primeira resposta chegou rápido e no dia 25 de março realizei a primeira das quinze entrevistas que compõem esse momento de campo. Apresento a seguir, conforme a ordem de realização das entrevistas, os interlocutores desse trabalho.

O primeiro entrevistado foi Ailton<sup>11</sup> de trinta anos. Nascido na região norte do país, é filho de um funcionário público (ensino médio completo) e uma dona de casa (cursando o ensino fundamental). Ailton é solteiro e mora em Américo há mais de vinte anos. Realizou o ensino fundamental e médio em escolas públicas da cidade. Atualmente possui dois cursos técnicos e uma formação superior na área em que trabalha. Grande admirador de futebol, mantém uma relação intensa com a televisão e o rádio para acompanhar esse esporte.

A conversa com Ailton levou a uma primeira adequação do roteiro de entrevistas quanto à ordem dos pontos abordados no questionário. Através dessa conversa também foi possível estabelecer alguns procedimentos de abordagem, tendo em vista o que fazer e como se portar durante a entrevista – como, por exemplo: não interromper a fala do entrevistado com novas perguntas, não argumentar com entonação de correção ou de discordância diante das falas dos entrevistados, não repetir perguntas cujas respostas já foram apresentadas em outro momento da conversa – no sentido de reduzir a relação de violência simbólica que pode ser estabelecida no decorrer da mesma – tendo em vista a figura de autoridade que pode ser atrelada a pessoa do pesquisador diante do entrevistado. (BOURDIEU, 1997).

A segunda entrevistas foi com Beatriz, de trinta e cinco anos. Natural de Américo Brasiliense, filha de um soldador (ensino fundamental incompleto) e uma artista plástica (ensino fundamental incompleto). Realizou o ensino fundamental e médio no sistema público e possui formação profissional em solda. Beatriz, é solteira e mãe de dois filhos, uma menina (cursando o ensino médio) e um menino (cursando o ensino fundamental). Afirma ser grande fã de novelas e seriados, mas não gosta de jornais. Atualmente é cabelereira em seu próprio salão.

Nessa segunda entrevista, foi possível perceber um desajuste entre a linguagem que utilizei para elaborar o roteiro de entrevista e a linguagem utilizada pela entrevistada. Os termos utilizados no questionário não permitiram que Beatriz compreendesse algumas perguntas, fato que atrapalhou um pouco a dinâmica de nossa conversa.

Após os ajustes na linguagem do questionário as demais entrevistas foram realizadas com uma maior fluidez, na busca por evitar a “imposição da problemática” (BOURDIEU, 1982, p. 145), tendo em vista a compreensão da pergunta por parte do interlocutor para que esse pudesse responde-la sem maiores constrangimentos. Dentro de uma perspectiva etnográfica que:

---

<sup>11</sup> Todos os nomes ligados aos interlocutores são fictícios.

[...] associa a disponibilidade total em relação à pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular, que pode conduzir, por uma espécie de mimetismo mais ou menos controlado, a adotar sua linguagem e a entrar em seus pontos de vistas, em seus sentimentos, em seus pensamentos, com a construção metódica, forte, do conhecimento das condições objetivas, comuns a toda uma categoria. (BOURDIEU, 1997, p. 695).

A terceira entrevista foi com Carlos, de trinta e quatro anos. Natural da cidade de Matão, ele reside em Américo faz quinze anos. Filho de lavradores (ensino fundamental incompleto), Carlos realizou o ensino fundamental e o médio em escolas públicas. Possui formação técnica em mecânica e profissionalizante em serralheria.

Carlos afirma não ter profissão. É solteiro e trabalha como mototaxista. Admirador de rock, rap e música clássica, Carlos também é fã de jornais e já foi assinante do jornal *O Estado de São Paulo*. Ele afirma não possuir um convívio outro senão o do ambiente de trabalho, uma vez que trabalha doze horas por noite todo o dia, motivo pelo qual suas amizades se limitam aos colegas do ambiente de trabalho. Carlos afirma não assistir jornais de emissoras abertas. Esse foi o primeiro momento em que os dispositivos informativos do campo midiático apareceram em uma entrevista.

A quarta entrevistada foi Daniela, de dezenove anos. Natural de Américo Brasiliense, ela é solteira e filha de um soldador (ensino fundamental incompleto) e uma auxiliar de serviços gerais (ensino médio completo/ técnica em R.H). Realizou o ensino fundamental e o médio em escolas públicas. Possui formação técnica e hoje cursa ensino superior em uma instituição privada. Daniela trabalha há três anos como jovem aprendiz e por falta de tempo não tem uma forte relação com os meios de comunicação.

Elias, de quarenta e quatro anos, foi o quinto entrevistado. Natural de Américo Brasiliense, borracheiro de profissão é filho de um tratorista (não escolarizado) e uma dona de casa (não escolarizada). Possui ensino médio completo (EJA<sup>12</sup>) cursado em escola pública. É casado e pai de três filhos, uma menina (ensino médio completo) e dois meninos (cursando o ensino fundamental). Elias diz gostar muito de assistir televisão, principalmente os telejornais.

A sexta entrevista foi com Fernando, de cinquenta e quatro anos. Natural de Américo Brasiliense, filho de um mecânico de manutenção (não escolarizado) e uma cozinheira (ensino fundamental incompleto). Fernando é mecânico de profissão, realizou o ensino fundamental

---

<sup>12</sup> Na nova LDB 9.394, de 1996, temos que "A seção dedicada à educação básica de jovens e adultos resultou curta e pouco inovadora: seus dois artigos reafirmam o direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico adequado às suas condições peculiares de estudo, e o dever do poder público em oferecê-lo gratuitamente na forma de cursos e exames supletivos. (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 121).



em uma escola pública e o médio em uma escola privada. Possui formação técnica na área em que trabalha. Iniciou um curso superior (estudou por dois anos) em uma instituição pública e também cursou dois anos de parapsicologia.

Fernando é casado e pai de três filhas (uma cursa ensino superior, uma possui ensino médio completo – filhas do primeiro casamento do qual é viúvo – e uma cursa o ensino fundamental – filha do atual casamento). Atualmente sua relação com os meios de comunicação é quase nula. Apesar de já ter assinado um jornal impresso (*O imparcial*), afirma que hoje não tem contato com nenhum tipo de jornal.

A sétima entrevistada foi Gabriela, de cinquenta e um anos, professora por profissão e dona de casa a mais de doze anos. Natural de Barbacena – MG, reside em Américo Brasiliense faz quinze anos. Filha de uma dona de casa (ensino fundamental incompleto) e um professor que antes fora policial militar, é casada e mãe de dois filhos, um filho (cursando ensino superior) e uma filha (cursando ensino fundamental). Gabriela diz já não se interessar por questões de política como outrora e que isso é reflexo da mudança de sua situação, antes professora agora do lar. Sua relação com os meios de comunicação se dá pelas músicas do rádio e as novelas da televisão.

A oitava entrevista foi com Helena, de vinte e sete anos. Natural de Américo Brasiliense, filha de uma dona de casa (ensino fundamental incompleto) e de um trabalhador aposentado da usina local (ensino fundamental incompleto). Ela trabalha na área de sua formação (possui formação superior em administração pública). É casada e afirma que seu único contato com a televisão é através de filmes e séries.

Igor, de sessenta e um anos, foi o nono entrevistado. Ele é natural de Cravinhos, mudou-se para Américo na década de 80. Casou-se e em seguida mudou-se para outro município da região. Voltou a residir em Américo há vinte anos. Filho de lavradores sem formação escolar, Igor possui o ensino fundamental incompleto.

Lavrador aposentado, Igor é viúvo, pai de um filho (cursando ensino técnico) e duas filhas (cursando ensino superior) e avô de uma neta (cursando ensino fundamental). Todos residem em Américo. Sua relação com os meios de comunicação é através dos jornais e do futebol, programas que acompanha pelo rádio e pela televisão.

A décima entrevista foi com Julia, de trinta anos. Natural de Américo Brasiliense, filha de um motorista (ensino fundamental incompleto) e uma dona de casa (ensino fundamental incompleto), Julia não terminou o ensino médio que cursava em uma escola estadual da cidade. Solteira e mãe de uma menina (cursando as séries iniciais do ensino fundamental),

Julia é vendedora e afirma que sua relação com a televisão é através do consumo de séries. Ela afirma não consumir nenhum tipo de programa jornalístico.

A décima primeira entrevista foi com Laís, de trinta e quatro anos. Natural de Américo Brasiliense, filha de uma dona de casa (ensino fundamental incompleto) e um motorista (ensino fundamental incompleto), Laís não terminou o ensino médio. Ela é solteira, mãe de dois filhos (o mais velho, dezessete anos, trabalha e não concluiu o ensino médio; o mais novo, dez anos, cursa o ensino fundamental) e trabalha como vendedora. Laís já foi assinante de uma revista semanal (*Veja*). Hoje afirma que não tem contato com nenhum tipo de mídia jornalística. Sua relação com os meios de comunicação é através de séries e filmes.

Maria, de vinte e um anos, foi a décima segunda entrevistada. Natural de Américo Brasiliense é filha de uma dona de casa (ensino fundamental incompleto) e um tratorista (ensino fundamental incompleto). Possui ensino médio completo e um curso profissionalizante em administração de empresas. Solteira e mãe de um menino (três anos), Maria é empresária e afirma que sua relação com os meios de comunicação não passa por nenhum tipo de jornal, mas sim pelo consumo de séries, filmes e músicas.

A décima terceira entrevista foi com Nilton, de vinte e cinco anos. Natural de Pintadas – BA, reside em Américo Brasiliense há vinte e um anos. Filho de uma costureira (ensino fundamental incompleto), ele é solteiro, possui o ensino médio completo e é servidor público. Sua relação com os meios de comunicação é constante, menos no que diz respeito à televisão, Nilton afirma não ter mais contato com esse tipo de mídia.

Na décima quarta entrevista falamos com Otávio, de quarenta e um anos. Natural de Américo Brasiliense, filho um mecânico em manutenção (ensino fundamental incompleto) e de uma dona de casa (ensino fundamental incompleto). Possui ensino médio técnico. É casado e pai de duas filhas (cursando respectivamente o ensino médio e o fundamental). Hoje é funcionário público e já foi assinante de um jornal (*Tribuna Imprensa*) e uma revista semanal (*Veja*). Ele afirma que hoje tem uma relação constante com os meios de comunicação consumindo principalmente jornais pelo rádio e pela televisão.

A última entrevista desse primeiro momento, realizada em setembro de 2018, foi com Paulo, de cinquenta anos. Natural de Bacamaú – MA, reside em Américo faz mais de trinta anos. Paulo é filho de uma dona de casa (ensino médio completo) e de um construtor civil (ensino médio completo), possui ensino médio completo e dois cursos técnicos. É casado, pai de um filho (ensino superior) e de uma filha (ensino superior) e avô de uma neta (dois anos). Servidor público sua relação com os meios de comunicação acontece principalmente via jornais e futebol, tanto pelo rádio quanto pela televisão.

Após a transcrição e análise das entrevistas, foi possível construir as trajetórias dos interlocutores, tendo assim acesso a informações sobre origem familiar, percurso escolar, vida profissional e consumo de bens simbólicos (particularmente de bens provenientes do campo midiático).

Em agosto de 2019 iniciamos a elaboração do roteiro para as entrevistas do segundo momento de campo. As conversas dessa segunda etapa foram construídas através de temas apresentados para que os interlocutores pudessem dizer o que pensam, ou no limite, se não pensam sobre alguns temas relacionados a política institucional, eleitoral e partidária. No decorrer desse segundo momento de conversa com os interlocutores buscou-se estabelecer:

[...] uma situação de comunicação completamente excepcional, livre dos constrangimentos, principalmente temporais, que pesam sobre a maior parte das trocas cotidianas e abrindo-lhe alternativas que o incitam ou o autorizam a exprimir mal-estares, faltas ou necessidades que ele descobre exprimindo-os, o pesquisador contribui para criar as condições de aparecimento de um discurso extraordinário, que poderia nunca ter dito e que, todavia, já estava lá esperando suas condições de atualização. (BOURDIEU, 1997, p. 704).

Depois da retomada do contato com os interlocutores, essa segunda rodada de entrevistas teve início em outubro de 2019. Em março de 2020, realizamos a sexta entrevista e, em decorrência da pandemia de Covid 19, ela foi a última desse segundo momento de campo.

## **O trabalho**

O texto que apresento a seguir é composto por cinco capítulos e uma conclusão. Ele se inicia com uma discussão teórica sobre a noção de política e sobre o modo pelo qual operacionalizamos essa noção nessa pesquisa.

Essa discussão é a tônica do capítulo “Olhares distintos sobre a política”. Esse primeiro capítulo também apresenta nossa leitura – uma leitura dentre tantas outras possíveis – diante do conceito de *habitus* (BOURDIEU, 1983), uma vez que essa compreensão sobre o conceito informa o modo pelo qual operacionalizamos os conceitos de trajetória (BOURDIEU, 2011a) e de prática (BOURDIEU, 1983) ao longo do trabalho.

O segundo capítulo “Os agentes e seus percursos: trajetórias sociais”, é resultado das transcrições das entrevistas realizadas em nosso primeiro momento de campo. Esse capítulo apresenta as quinze trajetórias (BOURDIEU, 2011a) construídas a partir das entrevistas,

assim como a análise das relações entre os interlocutores e os dispositivos do campo midiático (BOURDIEU, 2002; RODRIGUES, 1999).

Guiado pelas informações provenientes da análise do capítulo anterior, o terceiro capítulo “Mídia e política” apresenta uma discussão – que não tem por objetivo esgotar as muitas vertentes teóricas que versam sobre essa temática – sobre as relações entre mídia e política e um exercício de análise sobre a produção discursiva de dois dispositivos midiáticos sobre o contexto político.

O quarto capítulo, “O senso político e o eleitor” apresenta – e analisa – os discursos políticos dos interlocutores sobre as seguintes temáticas: a) Sobre ser eleitor; b) A política próxima: o contexto local; c) A política distante: o contexto nacional.

O quinto capítulo “O pensamento político profano: a política no dia a dia” apresenta uma análise relacional – a partir dos discursos políticos dos interlocutores – sobre os seguintes pontos: a) A política no dia a dia e os meios de comunicação; b) O pensamento político profano ou como a política deveria ser; c) Como a política deveria ser no contexto local; d) Como a política deveria ser no contexto nacional.

## 1 OLHARES DISTINTOS SOBRE A POLÍTICA

Nesse capítulo apresentaremos uma discussão teórica acerca de nosso objeto, com o objetivo de trazer luz sobre os conceitos e abordagens que nortearam as análises dessa pesquisa. Ele é composto por três seções: i) A política e o poder, ii) A problemática política e iii) Discursos, narrativas e práticas sobre a política.

A primeira seção consiste de uma discussão sobre as relações entre política e poder. Na segunda seção adentramos na teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu, trabalhando noções como campo da política e prática. A terceira seção diz respeito ao modo pelo qual operacionalizaremos algumas das análises diante dos discursos dos interlocutores.

### 1.1 A política e o poder

Apresentamos aqui uma reflexão sobre alguns dos momentos em que estudos antropológicos dedicaram-se à temáticas e questões próprias ao universo político, no intuito de entender como estas questões podem ser relacionadas ou não ao universo midiático e aos discursos por ele veiculados em sua relação com as dinâmicas do campo político (BOURDIEU, 2007a).

A especificidade de uma abordagem antropológica da política pode ser ligada ao projeto da própria disciplina, uma vez que este diz respeito a uma tentativa de:

[...] reunir o que a ideologia moderna separou — de forma a possibilitar uma perspectiva universalista a partir da comparação entre universais concretos — tal procedimento permitirá que se elucide a idéia-valor predominante em cada sociedade ou cultura e suas relações hierárquicas. (PEIRANO, 1997, p. 22)

Quando esse projeto se volta para questões do universo político, a “[...] abordagem da política pela antropologia pode ser definida de uma forma simples: explicar como os atores sociais compreendem e experimentam a política, isto é, como significam os objetos e as práticas relacionadas ao mundo da política” (KUSCHNIR, 2007, p. 163). Ou seja, o que o conhecimento antropológico busca diante das questões referentes a política é conhecer aquilo que os agentes concebem e vivem enquanto política.

Operacionalizar essa busca por conhecer como as pessoas experienciam a política não se mostra uma tarefa simples. Ao contrário, diz respeito a:

[...] uma proposta complexa de ser executada e que implica pelo menos dois pressupostos. O primeiro, de que a sociedade é heterogênea, formada por redes sociais que sustentam e possibilitam múltiplas percepções da realidade. O segundo, de que o “mundo da política” não é um dado *a priori*, mas precisa ser investigado e definido a partir das formulações e dos comportamentos de atores sociais e de contextos particulares. (KUSCHNIR, 2007a, p. 163)

Diante das questões sobre política, o objetivo das pesquisas antropológicas não diz respeito à busca por um entendimento acerca das instituições políticas e de seu funcionamento, mas a conhecer como as relações de poder aparecem, ganham formas e significados para agentes situados nos mais diversos contextos, construindo para isso um olhar em que “o poder (ou a política) estaria presente em todas as relações sociais onde existe algum tipo de assimetria” (KUSCHNIR, 2007b, p.7).

Por isso, ao pensar as questões e os debates sobre a política a partir de um ponto de vista antropológico, assumimos por pressuposto que:

A antropologia pode contribuir nesse debate porque sua principal tarefa é estudar não o que a política *deve ser*, mas o que ela *é* para um determinado grupo, em um contexto histórico e social específico. Compreender, “do ponto de vista do nativo”, práticas muitas vezes diferentes daquelas que idealizamos pode gerar incômodo, intelectual ou cívico, mas um incômodo necessário, pois, como disse Geertz, “se quiséssemos verdades caseiras, deveríamos ter ficado em casa” (KUSCHNIR, 2007a, p. 166) (Grifos do autor)

A ideia de uma antropologia política pensada enquanto área de conhecimento, pode ser vinculada aos estudos ingleses de antropologia social, uma vez que sua consolidação está ligada a um momento da disciplina em que os autores se afastaram das noções clássicas da disciplina, que concebiam o mundo social como um todo formado por vários sistemas interligados – sistemas de parentesco, político, econômico, religioso, entre outros – concepção pela qual um sistema não poderia ser compreendido sem se levar em conta todos os outros, para buscar entender de forma isolada as particularidades de cada sistema social.

Em nossa leitura, dentre os principais pensadores do que hoje pode ser entendida como uma antropologia política encontra-se Leach (1995), que coloca em questão as disparidades entre as regras e os modelos de mundo construídos pela teoria antropológica e as práticas do mundo real. Leach (1995) discute a importância de se compreender a distância que existe entre a realidade empírica vivenciada pelos agentes e o mundo lógico proveniente da noção funcionalista de sistemas sociais. Em concordância com a leitura de Arruti, Montero e Pompa (2012), pode-se dizer que:

Em resumo, o trabalho de Leach proporciona alguns ganhos fundamentais para os desdobramentos sucessivos da antropologia política. Em primeiro lugar abandona a perspectiva que considera os sistemas políticos como as instituições sociais vicárias da política que, por meio da resolução de conflitos, tem por função manter sociologicamente as partes sociais unidas em uma totalidade estável. Em segundo lugar, avança a proposição de que a política é uma prática simbólico-ritual que tem como finalidade, por meio da manipulação das categorias, a mudança permanente no modo de perceber as distinções e relações de status e por meio dos rituais, a legitimação dessa percepção. (ARRUTI; MONTERO; POMPA, 2012, p. 11)

As noções de sistemas sociais independentes, de uma prática política simbólico-ritual, e do conflito enquanto categoria estruturante da ordem social, são todas contribuições que podem ser conectadas à antropologia social britânica. Ela também contribuiu para o desenvolvimento do campo do conhecimento antropológico como um todo, evidenciando assim a importância desta área de conhecimento ao longo da formação da disciplina.

Ao olhar para a antropologia produzida no Brasil, sem o intuito de ligá-la a tradição inglesa, encontramos, a princípio, os estudos das questões políticas ligados a uma abordagem conhecida por antropologia da política.

Nesses estudos, existe uma preocupação central com o modo pelo qual as pessoas experimentam e vivenciam a política, que se desdobra em uma busca por compreender a ideia de política vinculada às relações de mediação construídas entre comunidades locais e às diversas instâncias de poder, dentre as quais ganham destaque as políticas de Estado e de governo.

No contexto brasileiro, desenvolveu-se, na década de 1990, um conjunto de trabalhos autodenominados *antropologia da política*, que tiveram sua institucionalização mais importante no Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), sediado no Museu Nacional da UFRJ, mas envolvendo grupos em outras universidades federais, como as de Brasília, Ceará e Rio Grande do Sul, entre outras. (KUSCHNIR, 2007a, p. 164)

A abordagem da antropologia da política, entre outras coisas, permite pensar sobre os desdobramentos teóricos possibilitados pela noção etnográfica de “tempo da política”, recorte temporal marcado “pelo momento em que facções (partidos reais) são identificadas, e em que, por assim dizer, existem plenamente em conflito aberto, as municipalidades dividindo-se de uma maneira pouco habitual nas grandes cidades” (PALMEIRA e HEREDIA, 2006, p. 283). As análises construídas a partir da categoria etnográfica de “tempo da política” permitiram a essa abordagem desviar o foco de suas análises dos grandes centros urbanos, objetos caros à ciência política, e voltar-se para as comunidades locais.

Essa mudança permitiu que os estudos de antropologia da política percebessem, por exemplo, como uma disputa eleitoral pode reorganizar as relações no dia a dia de diversos e distintos lugares. De forma sistemática, sobre essa abordagem antropológica e suas contribuições, temos que:

Em análises centradas nos momentos eleitorais em pequenas cidades no interior do Brasil, Palmeira e Heredia (1993, 1995 e 1997) têm desenvolvido o conceito de tempo da política para designar os períodos em que a população percebe a política e os políticos como parte da sua vida social. Nessas sociedades, que teriam como valor a união e a estabilidade (representadas muitas vezes sob a forma do modelo familiar), a política é vivida como um fenômeno sazonal por estar identificada como a divisão e o conflito. Dessa forma, os autores chamam atenção para a política tal como ela é experimentada dentro de um universo cultural e histórico específico. Os eleitores deixam de ser “seres abstratos”, tão caros aos teóricos da democracia. (KUSCHNIR, 2007b, p. 8)

Esse conjunto de estudos vincula a ideia de uma ação política a questões que tentam ir além das discussões sobre o despreparo para o voto por parte dos cidadãos, ou sobre as tendências clientelistas de nossa política partidária, por exemplo, colocando em pauta uma visão em que “[...] a compreensão do comportamento eleitoral dependeria da adoção de uma perspectiva mais “sociológica”, em que as ações dos eleitores fossem percebidas segundo as estruturas “sociais e simbólicas” que as circunscrevem...” (KUSCHNIR, 2007b, p.8)

Em síntese, pode-se dizer que os estudos em antropologia da política contribuíram para a estruturação das discussões antropológicas contemporâneas que tomam como objeto relações políticas no Brasil, principalmente no que toca aos estudos que buscam conhecer as práticas eleitorais, ao assumirem uma perspectiva que desnaturaliza a noção de política.

A ideia de desnaturalizar a noção de política, como demonstra Peirano (1997), implica em colocar em análise as experiências e as significações políticas nativas, assim como as experiências e as significações políticas socialmente aceitas no universo simbólico do pesquisador, em uma busca por desvelar “[...] pretensões essencialistas, sociocêntricas e conformistas”. (PEIRANO, 1997. p. 22).

Em nossa leitura, essa busca evidenciada pelos estudos de antropologia da política no Brasil, estaria na base da abordagem de uma antropologia do político (ARRUTI; MONTERO; POMPA, 2012) que “reposiciona a questão da alteridade, concebendo-a como um campo de relações prático-discursivas sobre as diferenças.” (ARRUTI; MONTERO; POMPA, 2012, p. 3)



A abordagem teórica de uma antropologia do político tem por objetivo discutir a representatividade política, pensando sobretudo essa representação a partir das questões de alteridade, como pode se ver:

Nesse sentido, sugerimos ser necessário um reposicionamento teórico da disciplina que tenha como foco, não o exame da alteridade pensada como um conjunto de especificidades que têm sentido nelas mesmas, nem mesmo a sua transformação ou o conflito entre os diferentes e suas diferenças, mas as dinâmicas sociais de sua produção e apropriação simbólica por agentes situados. (ARRUTI, MONTERO; POMPA, 2012, p. 3)

O mote central para uma antropologia do político encontra-se nos diversos agenciamentos sobre as questões da diferença, descolando ainda mais além da análise de um sistema político normatizado e institucional e colocando-a no contexto prático em que são construídas as mediações entre essa política institucional e a demanda dos agentes politicamente situados no cotidiano.

Em termos metodológicos, essa abordagem aponta para uma análise interessada, de um lado, nas categorias nativas pensadas como terminologias que expressam seus modos de percepção das regras e das relações sociais; e, de outro, os princípios lógicos e práticos das ações simbólico-rituais, responsáveis pelos agenciamentos das categorias sociais de visão e divisão do mundo, que disputam o controle do modo de perceber as distinções e relações de status e seus efeitos de poder. (ARRUTI; MONTERO; POMPA, 2012, p. 28).

Em síntese, a abordagem da antropologia do político apresenta a possibilidade de um olhar para as diversas formas de representatividades políticas estabelecidas pelas relações prático-discursivas sobre as diferenças e a mediação dessas diferenças em relação às políticas institucionais de Estado.

A noção de mediação aqui distancia-se da trabalhada pela antropologia da política, uma vez que o “[...] conceito se move em direção à definição de um campo de relações simultaneamente prático e discursivo no qual são propostas comparações, traduções e a codificação de sistemas de diferenças...”. (ARRUTI; MONTERO; POMPA, 2012, p. 27). Nesta abordagem as noções de mediação e agência assumem o papel antes dado às noções de invenção e manipulação nas análises sobre o universo político:

As noções correntemente acionadas pela sociologia e pela historiografia, sustentadas nas noções de “invenção” e “manipulação”, apesar de terem cumprido sua função analítica em um momento inicial do debate, tornaram-se insuficientes. Para além do seu caráter tautológico (efetivamente toda tradição é inventada e toda identidade é manipulada segundo os contextos de

interação), tais noções denunciam uma concepção racionalista e manipulatória dos agentes (e de sua “agência”). [...] Uma mediação que não é pensada apenas como uma ação que se estabelece entre agentes e agências, mas como um campo de produção de significados que trabalha na constituição dos próprios agentes (ARRUTI; MONTERO; POMPA, 2012, p. 33)

Nesse sentido, a partir desse balanço teórico sobre as contribuições antropológicas para a compreensão das questões sobre política, apresentamos os pontos nos quais essa pesquisa buscou contribuir, para o conhecimento acerca das relações entre mídia e política na contemporaneidade:

i) A ação política é polissêmica, tendo em vista a multiplicidade de sentidos que podem ser atribuídos a ela;

ii) A ação política está intimamente ligada às questões de alteridade, ou seja, uma mesma ação pode ter significados totalmente diferentes dependendo do contexto em que se situa e se realiza;

iii) A prática política deve ser pensada enquanto uma agência (BOURDIEU, 2011a), e por isso, não pode ser entendida enquanto resultado de uma relação de manipulação ou como simples conformidade diante do contexto de sua produção;

iv) A noção de política remete sempre a uma categoria etnográfica (KUSCHNIR, 2007a) tendo em vista os distintos contextos, valores e significados que estão ligados a ela.

Por fim, ao entender a política como uma categoria antropológica diretamente ligada às questões de alteridade, assumimos que, para pensar sobre as dinâmicas políticas, temos que nos debruçar sobre um conjunto polissêmico de práticas discursivas que, por hora, nomeamos por práticas políticas.

## **1.2 A problemática política**

Ao ler a obra de Pierre Bourdieu, é muito comum que os inúmeros e possíveis entendimentos sejam construídos a partir do conceito de *habitus* – apresentamos a seguir o modo pelo qual entendemos esse conceito, sem perde de vista que esse entendimento é um dentre os muitos possíveis sobre ele – noção aristotélica discutida e aplicada por vários outros autores (WACQUANT, 2007; 2017), mas que, repensada criticamente, para questionar os modos escolásticos de conhecimento, aparece nos trabalhos de Bourdieu reformulada e operacionalizada enquanto um:

[...] sistemas de *disposições* duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente. (BOURDIEU, 1983a, p. 60)

Ao ser assim anunciado, o conceito de *habitus* ganha grande aplicabilidade em análises que se disponham a trabalhar a partir da ideia de uma mediação entre as experiências vivenciadas por cada agente e o contexto social que o engloba.

Essa possibilidade analítica se sustenta porque, teoricamente, o conceito de *habitus*, segundo Bourdieu, remete a

[...] uma capacidade infinita de engendrar em toda a liberdade (controlada) produtos – pensamentos, percepções, expressões, ações – que sempre têm como limites as condições historicamente e socialmente situadas de sua produção, a liberdade condicionada e condicional que ele garante está tão distante de uma criação de imprevisível novidade quanto de uma simples reprodução mecânica dos condicionamentos iniciais. (BOURDIEU, 2007a, p. 91)

Essa noção de liberdade condicionada diz respeito à capacidade que cada agente tem de produzir e reproduzir, a partir de seu *habitus* (BOURDIEU, 2007a), inúmeras e distintas práticas diante das limitações socioeconômicas de seu contexto social. É nesse sentido que o conceito de *habitus* encontra-se na base do que Bourdieu constrói como um conhecimento *praxiológico* (BOURDIEU, 1983a).

Segundo o autor, para conhecer algo *praxiologicamente*, temos sempre que buscar compreender:

[...] não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações *dialéticas* entre essas estruturas e as *disposições* estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade: este conhecimento supõe uma ruptura com o modo de conhecimento objetivista, quer dizer, um questionamento das condições de possibilidades e, por aí, dos limites do ponto de vista objetivo e objetivante que apreende as práticas de fora, enquanto fato acabado, em lugar de construir seu princípio gerador situando-se no próprio movimento de sua efetivação. (BOURDIEU, 1983a, p. 47)

É nesse “[...] duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade.” (BOURDIEU, 1983a, p. 47) que se encontraria a liberdade controlada das práticas, uma vez que por meio desse processo todo o agente seria, por intermédio de seu *habitus*, um consumidor e um produtor de sentido objetivo de mundo. (BOURDIEU, 1983a)

Nesse sentido, enquanto uma mediação estabelecida através de experiências cotidianas, o conceito de *habitus* ocupa um lugar central nos estudos bourdieusianos, sobretudo porque o mesmo pode ser pensado enquanto uma

História incorporada, feita natureza, e por isso esquecida como tal, o *habitus* é a presença operante de todo o passado do qual é o produto: no entanto é o que confere às práticas sua *independência relativa* em relação às determinações exteriores do presente imediato. [...] Espontaneidade sem consciência nem vontade, o *habitus* não se opõe menos à necessidade mecânica do que à liberdade reflexiva, às coisas sem história das teorias mecanicistas do que aos sujeitos “sem inércia” das teorias racionalistas. (BOURDIEU, 2009, p. 93)

Considerando esse objeto, as práticas políticas de agentes profanos, o conceito de *habitus* se faz estratégico por permitir equacionar a ideia de uma “mediação universalizante que faz com que as práticas sem razão explícitas e sem intenção significativa de um agente singular sejam, no entanto, ‘sensatas’, ‘razoáveis’ e objetivamente orquestradas” (BOURDIEU, 1983a, p. 73).

Assim, ao pensar os discursos de agentes profanos sobre a política – pois “Como o campo religioso, o campo político repousa sobre uma separação entre os profissionais e os profanos.”. (BOURDIEU, 2011b, p. 195) – enquanto práticas políticas do dia a dia, apresentamos o pressuposto de que a construção de um entendimento *praxiológico* (BOURDIEU, 1983a) sobre estes discursos só se mostra possível:

[...] com a condição de relacionar as condições sociais nas quais se constituiu o *habitus* que as engendrou às condições sociais nas quais ele é posto em ação, ou seja, com a condição de operar pelo trabalho científico a relação desses dois estados do mundo social que o *habitus* efetua, ao ocultá-lo, na e pela prática. (BOURDIEU, 2009, p. 93).

Nesse sentido os discursos políticos dos agentes leigos ao campo político nacional seriam uma prática possibilitada pela relação dialética entre dois estados do mundo social, as experiências vivenciadas em suas trajetórias pessoais e o contexto social de produção desses discursos. (BOURDIEU, 1983a). Por isso, em concordância com o objetivo desse estudo, assumimos que ser

[...] preciso abandonar todas as teorias que tomam explícita ou implicitamente a prática como uma reação mecânica, diretamente determinada pelas condições antecedentes e inteiramente redutível ao funcionamento mecânico de esquemas preestabelecidos, “modelos”, “normas” ou “papéis (BOURDIEU, 1983a, p. 64).

Ao pensar a produção dos discursos políticos dos agentes profanos (BOURDIEU, 2011b) como uma agência, ou seja, um momento particular de produção de sentidos, temos por objetivo a compreensão desses como uma prática que, em uma perspectiva *praxiológica*, seria “ao mesmo tempo, necessária e relativamente autônoma em relação à situação considerada em sua imediatidade pontual, porque ela é o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus*” (BOURDIEU, 1983a, p. 65).

Uma vez apresentado o modo pelo qual nesse estudo foram compreendidos os discursos políticos dos agentes profanos (BOURDIEU, 2011b) sobre as dinâmicas do campo político nacional, a seguir vamos apresentar os conceitos pelos quais construímos nosso objeto teórico.

### 1.2.1 Os campos sociais e o problema fundamental da política

Pensar a partir da teoria dos campos sociais é pensar necessariamente sobre estruturas prático-simbólicas uma vez que a noção de campo é apresentada como o espaço social onde se manifestam as relações de disputas simbólicas em que as posições dos agentes se encontram estabelecidas *a priori*, como resultado da disputa pelo acesso e pelo acúmulo de capital cultural. (BOURDIEU, 2002). Uma vez que:

O capital cultural pode existir sob três formas: *no estado incorporado*, ou seja, sob a forma de disposições duráveis no organismo; *no estado objetivado*, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc., e, enfim, *no estado institucionalizado*, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao *certificado escolar*, ela confere ao capital cultural – de que é, supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais. (BOURDIEU, 2007b, p. 74).

O conceito de campo social permite que a sociedade seja entendida como espaço de disputa por um poder que é objetivamente estratificado (BOURDIEU, 2002). Uma vez que “Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc”. (BOURDIEU, 1983b, p.120).

Neste sentido o conceito de campo social exprime ideia de um espaço onde não haveria neutralidade de ações e que, enquanto espaço de disputa, encontra-se dividido entre ortodoxia (dominantes) e heterodoxia (dominados) em meio a um jogo no qual os agentes da ortodoxia produziriam mecanismos e instituições capazes de legitimar bens simbólicos, para

assim gerenciar a dinâmica e a hierarquia social, mantendo sua posição de poder dentro dele. (BOURDIEU, 2002).

Olhar para a sociedade enquanto um espaço objetivamente estratificado permite pensar essa sociedade estruturada por diversos campos sociais distintos, porém interligados por relações de homologias estruturais, uma vez que “A homologia pode ser descrita como uma semelhança na diferença. Falar de homologias [...] significa afirmar a existência de traços estruturantes equivalentes – o que não quer dizer idênticos – em conjuntos diferentes” (BOURDIEU, 2004, p. 170).

A ideia de uma semelhança pela diferença diz respeito às disputas por poder internas aos campos sociais. Disputas essas responsáveis pelos mecanismos através dos quais esses campos se estruturam, reproduzem e relacionam. (BOURDIEU, 2004). Sobretudo porque:

A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. Esta estrutura, que está na origem das estratégias destinadas a transformá-la, também está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o campo têm por objeto o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, isto é, em definitivo, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico. (BOURDIEU, 1983b, p.120).

Então, por essa perspectiva, pensar sobre o campo político significa refletir sobre um contexto composto pela relação entre agentes, por regras legitimadas e reconhecidas, pelos distintos capitais simbólicos em disputa e por uma concorrência pela condição de porta-voz legítimo dos discursos e das opiniões políticas de uma parcela significativa da população contemplada de alguma maneira pelas dinâmicas deste campo (BOURDIEU, 2002):

O campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos. Acontecimentos entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com possibilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar da produção. (BOURDIEU, 2002, p. 164).

Em nossa leitura a noção de campo político (BOURDIEU, 2002) pode ser operacionalizada em estudos que buscam pensar sobre a dinâmica da política profissional e sua relação com os demais espaços sociais, na medida em que:

[...] ela permite construir de maneira rigorosa essa realidade que é a política ou o jogo político. [...] é uma noção que possui virtudes negativas, o que é uma propriedade dos bons conceitos (que valem tanto pelos falsos problemas

que eles eliminam como pelos problemas que permitem construir). (BOURDIEU, 2011b, p. 194).

No limite, ao operacionalizar o conceito de campo político, Bourdieu:

[...] propõe um universo de possibilidades políticas que, como tal, exerce, portanto, um duplo efeito: em primeiro lugar, ele favorece o efeito de *falsa identificação*, resultante do fato de que o mesmo implícito pode ser reconhecido nas diferentes formas do “já-explicitado”, em segundo lugar, ele tende a produzir um *efeito de encerramento* ao considerar tacitamente o universo das possibilidades realizadas como o universo das possibilidades possíveis e, assim, delimitar o universo do *pensável politicamente*. (BOURDIEU, 2007, p. 429)

Por isso, ao operacionalizar o conceito de campo político nessa pesquisa temos como propósito perceber a relação entre a ideia de uma falsa identificação e o efeito de encerramento – resultantes das dinâmicas da política institucional, eleitoral e partidária – daquilo que pode ser politicamente pensado em uma sociedade, uma vez que muitas análises sobre o fazer-pensar político se constroem a partir dessa relação e seus desdobramentos, sobretudo aquelas análises que se valem da ideia de uma opinião política passível de manipulação, na medida em que:

A opinião política não é um julgamento puro, nem puramente informativo, capaz de se impor pela força intrínseca de sua verdade, mas uma *ideia-força*, contendo uma pretensão tanto maior a se realizar, pela passagem ao ato, quanto mais numeroso e potente é o grupo que ela mobiliza por sua eficácia propriamente simbólica. (BOURDIEU, 2007, p. 387).

É nesse sentido que uma busca por compreender a relação entre os produtos do campo político nacional – tendo em vista que “[...] dizer que há um campo político é lembrar que as pessoas que aí se encontram podem dizer ou fazer coisas que são determinadas não pela relação direta com os eleitores, mas pela relação com os outros membros do campo”. (BOURDIEU, 2011b, p. 198) – e os agentes que não conhecem a lógica do jogo político legitimada pelo campo – os consumidores dos bens simbólicos produzidos pelo campo político – não pode ser reduzida à ideia de manipulação.

Essa afirmação está ligada à hipótese dessa pesquisa e teoricamente pode ser justificada levando em conta que “O fato de produzir uma resposta a um questionário sobre política, como o fato de votar ou, em outro nível de participação, de ler um jornal de opinião ou aderir a um partido, é um caso particular de encontro entre uma oferta e uma demanda” (BOURDIEU, 2007, p.372).

Assim ao estudar esse encontro entre a esfera da oferta, o campo político nacional, e a esfera da demanda, os agentes profanos ao campo político (BOURDIEU, 2011b), temos claro que, para compreendê-lo:

Não basta reconhecer as desigualdades de competência estatutária que constroem a lembrar as condições sociais de possibilidade do julgamento político, dissimula-se completamente o problema político mais fundamental, ou seja, a questão dos *modos de produção* de respostas a uma questão política ao aceitar o postulado intelectualista que toda resposta a uma questão política é o produto de um ato de julgamento e de um ato de julgamento propriamente político. (BOURDIEU, 2007, p. 391)

As particularidades que Bourdieu aponta enquanto questões próprias aos modos de produção das práticas políticas permitem entender a existência de uma lógica própria as dinâmicas sociais que configuram o campo político, como regras e pensamentos definidos e legitimamente reconhecidos, mas de forma relacional, também revela a existência de outras lógicas, outras regras e outros modos de pensar sobre a política e seu funcionamento que não são reconhecidos e, por isso, não são legitimados socialmente dentro desse campo:

Se nos limitássemos a emprestar ao povo idealizado um conhecimento totalmente prático, não propriamente do mundo social enquanto tal, mas, pelo menos, de sua posição e de seus interesses e de seus interesses nesse mundo, ainda ficaria por examinar se e como esse *senso político* pode exprimir-se em um discurso conforme à verdade que ele contém no estado prático e, assim, tornar-se o princípio de uma *ação consciente* e, pelo poder de mobilização contido na explicitação, realmente coletiva. (BOURDIEU, 2007, p. 371).

Essa relação entre modos de produção legítimos ou não legítimos aponta para múltiplas possibilidades de modos de pensar e fazer a política – ou uma multiplicidade de sentidos políticos (BOURDIEU, 2007) – que são silenciadas pelo processo de produção de conhecimento acerca de uma opinião reconhecida e legitimada pelos agentes políticos profissionais que estruturam o campo político.

Esse processo de produção de uma opinião política legítima tende “a classificar, na mesma classe, determinadas respostas que, apesar de serem idênticas se forem consideradas em seu valor facial, podem exprimir disposições bastantes diferentes, preditivas de ações, em si mesmas, bastante diferentes, até mesmo, opostas” (BOURDIEU, 2007, p. 395). Isto acontece porque:

As disposições que se encontram na origem da produção das opiniões se exibem ou se denunciam, principalmente, pela *maneira* de exprimir as opiniões, ou seja, precisamente, em todas as ninharias que se perdem, mais



ou menos inevitavelmente, no registro habitual das respostas (quase sempre simplificando ao máximo para facilitar a rapidez e a padronização das operações de pesquisa). (BOURDIEU, 2007, p. 394)

Dentro dessa perspectiva, questionamentos sobre o pensamento político a partir de consultas pontuais como, por exemplo, pesquisas de opinião política ou sobre preferências eleitorais ou partidárias, criam uma relação polissêmica – uma relação de desajustamento quanto ao sentido objetivo – entre a pergunta formulada e a pergunta respondida, pois apresentam questões formuladas com base em regras legítimas de um campo social a agentes que quase sempre desconhecem – por não vivenciarem – as regras de funcionamento desse mesmo campo.

Esse descompasso entre a lógica do campo político e o senso político (BOURDIEU, 2007) dos agentes que estão fora desse campo estabelece um hiato que correntemente é ligado à ideia de uma manipulação do discurso político profano (BOURDIEU, 2011b) pela lógica do campo político legítimo. Em nossa leitura essa ideia de manipulação está à margem de um conhecimento etnográfico diante dessa relação, sobretudo porque:

Por desconhecerem, propriamente falando, a pergunta a que estão respondendo, destituídos dos interesses e das disposições que lhes permitiriam *reativar* verdadeiramente a questão formulada, reconhecendo nela uma forma particular da questão da conservação ou subversão da ordem estabelecida, os mais desprovidos não respondem à pergunta que, de fato, lhes é formulada, mas a uma questão que produzem com seus próprios recursos, ou seja, a partir dos princípios práticos de seu *ethos* de classe (BOURDIEU, 2007, p. 408).

Essa condição de desajuste entre o universo simbólico dos agentes e o universo simbólico sobre o qual esperam que ele opine, ou tome partido, atua como fator decisivo no processo de silenciamento de inúmeras práticas políticas, produzidas a partir do senso político profano (BOURDIEU, 2007) e que por isso, não são reconhecidas ou legitimadas pelo campo político (BOURDIEU, 2002).

Esse processo de silenciamento das possibilidades de pensar sobre a política fora da lógica ordinária do campo político apaga das discussões a relação entre as escolhas políticas, provenientes do senso político (BOURDIEU, 2007) e a representação do mundo, do lugar ocupado pelos agentes no mundo.

Esse silenciamento remete diretamente ao que Bourdieu (2007, p. 391) chamou de “problema político mais fundamental”, ou seja, o processo pelo qual as diversas experiências e disposições resultantes das dinâmicas do dia a dia são transformadas em um discurso político que é produzido, reproduzido e experimentado fora da lógica do campo político.

Nessa pesquisa as dinâmicas políticas foram pensadas a partir da noção de alteridade e dos múltiplos sentidos que podem ser atribuídos a ela por intermédio do senso político (BOURDIEU, 2007), em contextos em que “A linguagem dominante destrói, desacreditando o discurso político espontâneo dos dominados: deixa-lhes apenas o silêncio ou a *linguagem artificial*, cuja lógica não é a do uso popular.” (BOURDIEU, 2007, p. 430).

Assumir um ponto de vista antropológico diante das dinâmicas políticas é levar a sério “[...] a questão da transmutação da experiência em discurso, de *Ethos* informulado em *Logos* constituído e constituinte; do sentido de classe...” (BOURDIEU, 2007, p. 429). É entender o discurso político profano (BOURDIEU, 2011b) enquanto uma prática que expressa uma agência, ou seja, um momento particular de produção de sentido de mundo. É assumir o pressuposto de que:

[...] seria falso conferir à linguagem política o poder de fazer existir arbitrariamente o que ela designa: a ação da manipulação tende a se circunscrever em certos limites, não só porque é possível alguém estar em condições de resistir à argumentação sem ser capaz de argumentar a resistência e, menos ainda, formular explicitamente seus princípios; mas também, porque a linguagem popular dispõe de seus próprios recursos que, apesar de não serem os da análise, encontram, às vezes, seu equivalente em uma parábola ou imagem. (BOURDIEU, 2007, p. 430).

Construir um olhar antropológico para o “problema político mais fundamental” (BOURDIEU, 2007, p. 371) é pensar a prática política em um cenário de disputas simbólicas sobre o pensar-fazer político. É entender que são essas disputas simbólicas que tornam possível as possibilidades de resistência e enfrentamentos diante da ideia de uma possível manipulação proveniente da lógica dos profissionais da política institucional ou dos partidos que compõe o campo político nacional.

Por isso, pensar sobre o senso político (BOURDIEU, 2007) dos agentes profanos (BOURDIEU, 2011b) em relação ao campo da política (BOURDIEU, 2002) se mostra um caminho para se compreender a problemática política propriamente dita, ou seja, os processos pelos quais os agentes transformam em discursos políticos as experiências, e assim as disposições, vividas no contexto em que se situam.

Pensar o “problema político mais fundamental” (BOURDIEU, 2007, p. 371) de um ponto de vista antropológico, através dos discursos políticos profanos (BOURDIEU, 2011b) provenientes do senso político (BOURDIEU, 2007) foi o caminho pelo qual, nessa pesquisa, optamos para buscar compreender as relações entre os produtos simbólicos produzidos pelo

campo político nacional e os agentes que não participam diretamente das dinâmicas que configuram esse campo no dia a dia.

Contemporaneamente essas relações são cada vez mais mediadas pelas formações discursivas (FOUCAULT, 1997) veiculadas pelos dispositivos do campo midiático (BOURDIEU, 2002; RODRIGUES, 1999), fato que coloca, a partir da noção das homologias estruturais dos campos (BOURDIEU, 2004), as informações sobre as dinâmicas políticas institucionais produzidas por esses dispositivos no centro da relação que aqui buscamos entender.

Essa característica contemporânea torna complexa a relação entre os diversos meios de comunicação e as dinâmicas do contexto político institucional. Ela também coloca a compreensão dessa relação como um ponto norteador para o entendimento do que estamos assumindo ser uma problemática política, ou seja, a transformação das experiências vividas pelos agentes em discursos políticos que seria a expressão dos sentidos políticos (BOURDIEU, 2007) no dia a dia. Nesse sentido retomemos dois pontos:

a) vimos que para pensar sobre uma escolha política, ou no limite, sobre um discurso político de uma forma geral, é preciso levar em consideração que “uma das características mais determinantes das escolhas políticas reside, efetivamente, no fato de que elas fazem intervir, [...] a representação mais ou menos explícita e sistemática que o indivíduo tem do mundo social”. (BOURDIEU, 2007, p. 424).

b) diante do discurso político dominante, e do poder de uma provável manipulação atribuída a esse discurso, temos as possibilidades de enfrentamento e resistência que se apresentam sempre de maneira não direta, através do discurso político ordinário, não legítimo, construído a partir das experiências que compõem a trajetória (BOURDIEU, 2011a) de cada agente (BOURDIEU, 2007).

Esses pontos, somados às questões da alteridade e do caráter polissêmico das práticas políticas, possibilitam encarar o discurso político produzido por um agente que não conhece as regras legítimas de funcionamento e reprodução do campo político nacional enquanto discurso integrante do pensamento político profano.

Uma vez que o senso político (BOURDIEU, 2007) transformaria as experiências vivenciadas em um discurso político que expressa a visão e o entendimento que cada agente detém sobre seu lugar social e o contexto político que o cerca, temos que esses discursos políticos coexistem, e por isso disputam o poder de criar sentido objetivo do mundo, com os discursos políticos provenientes do campo político nacional.

Nessa relação de coexistência, entre os discursos políticos profanos (BOURDIEU, 2011b) e os discursos do campo político nacional, também estariam localizados os discursos dos dispositivos do campo midiático (BOURDIEU, 2002) sobre o contexto político do país.

Essa relação de coexistência se torna necessariamente uma relação de disputa simbólica entre formações discursivas (FOUCAULT, 1997) distintas – a profana, a do campo político e a do campo midiático – ao se entender que “as relações de comunicação implicam atividades finalizadas (mesmo que seja apenas a ‘correta’ operação dos elementos significantes) e induzem efeitos de poder pelo fato de modificarem o campo de informação dos parceiros” (FOUCAULT, 1995, p. 241).

Ao apontar, as particularidades das teorias de Pierre Bourdieu e Michel Foucault essa pesquisa, tendo em vista o caráter relacional do conhecimento, operacionaliza aspectos das propostas teóricas de ambos, sobretudo os que dizem respeito às relações entre as esferas do discurso e do poder. Dentro de uma perspectiva teórica que vai “[...] contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista ou, para dizer como Cassirer, substancialista: é preciso pensar relacionalmente. Com efeito, poder-se-ia, dizer, deformando a expressão de Hegel: o real é relacional”. (BOURDIEU, 2002, p. 27-28).

Assim a escolha por pensar a partir de formações discursiva (FOUCAULT, 1997) diz respeito ao modo pelo qual optamos por encarar os discursos produzidos e veiculados pelos dispositivos do campo da mídia (BOURDIEU, 2002; RODRIGUES, 1999) sobre o contexto político no país.

Como já dito, o senso político (BOURDIEU, 2007) seria o responsável por produzir os discursos políticos profanos (BOURDIEU, 2011b) através das experiências de cada agente. Portanto, para compreender esse discurso se faz necessário entender essas experiências, tarefa que buscamos operacionalizar no próximo capítulo deste trabalho, em que lançamos nosso olhar para as trajetórias (BOURDIEU, 2011a) dos interlocutores dessa pesquisa.

## 2 OS AGENTES E SEUS PERCURSOS: trajetórias sociais

Ao pensar a partir do que Bourdieu (2007) apresenta como o “problema político mais fundamental” (p. 391) – a transformação do senso político (BOURDIEU, 2007) em discurso político – dado pela passagem das experiências vivenciadas para um discurso sobre o modo pelo qual cada agente atribui significado ao contexto social em que se encontra, temos que, a busca por um entendimento sobre esses discursos deve se dar primeiramente por entender as experiências sociais que possibilitaram sua formação.

Nesse sentido, essa pesquisa visa conhecer a “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a transformações incessantes” (BOURDIEU, 2011a, p. 81). Ou seja, as trajetórias sociais (BOURDIEU, 2011a) dos eleitores interlocutores desse trabalho.

Por entender que o conhecimento etnográfico resulta do encontro entre subjetividades politicamente situadas, nomeamos “interlocutores” (OLIVEIRA, 1995, p. 223) os agentes que participaram dessa pesquisa. Todos são eleitores sem filiação partidária – agentes profanos (BOURDIEU, 2011b) ao funcionamento do campo político nacional – e moradores de Américo Brasileiro, cidade do interior paulista.

O contato com a maioria desses agentes aconteceu por meio de um convite<sup>13</sup> realizado através da mídia social Facebook, em alguns casos (dois) o convite foi realizado pessoalmente<sup>14</sup>.

### 2.1 A construção do roteiro de entrevista

A busca por compreender o discurso político de agentes profanos ao campo político nacional enquanto expressão de um senso político (BOURDIEU, 2007) tornou necessário olhar para “[...] as condições sociais na quais se constituiu o *habitus* que as engendrou e as condições sociais nas quais ele é posto em ação” (BOURDIEU, 2009, p.93), ou seja, a

---

<sup>13</sup> Olá. Somos amigos aqui pelo Facebook apesar do pouco contato na vida real. Gostaria de te convidar a participar da minha pesquisa. O tema da pesquisa é mídia e política no dia a dia. Ela é realizada junto ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unesp Araraquara onde faço meu doutorado (quase ninguém sabe disso). Sua participação seria através de dois momentos de entrevistas gravados (áudio) em que conversaremos sobre sua história de vida, política e mídia. Sua identidade será preservada sem nenhum tipo de ligação entre você e meu trabalho. Caso você não possua filiação partidária ou vínculo formal com algum partido político e se for de seu interesse participar, ou se você conhecer alguém que tenha interesse em participar, por favor me responda. Desde já agradeço.

<sup>14</sup> Esses dois convites foram feitos a eleitores, de mais de sessenta anos, que não faziam uso das redes sociais.

possibilidade de entender esses discursos em sua potencialidade prática remete diretamente às trajetórias sociais (BOURDIEU, 2011a) que os possibilitaram, uma vez que:

O princípio das diferenças entre os *habitus* individuais reside na singularidade das trajetórias sociais, às quais correspondem séries de determinações cronologicamente ordenadas e irredutíveis umas às outras: o *habitus* que, a todo o momento, estrutura em função das estruturas produzidas pelas experiências anteriores as experiências novas que afetam essas estruturas nos limites definidos pelo seu poder de seleção. (BOURDIEU, 2009, p. 100)

Nesse sentido, os trabalhos de Caetano (2013) e Suficier (2017), foram a base para elaboração do roteiro que orientou o primeiro momento de nossas entrevistas, em que foram abordados alguns aspectos comuns às trajetórias (BOURDIEU, 2011a) desses interlocutores: formação familiar; formação escolar; percurso de trabalho; práticas de sociabilidade e lazer.

Na realização das entrevistas individuais buscamos estabelecer junto aos interlocutores uma conversa que possibilitasse uma escuta ativa e não violenta, uma vez que:

O mercado dos bens linguísticos e simbólicos que se institui por ocasião da entrevista varia em sua estrutura segundo a relação objetiva entre o pesquisador e o pesquisado ou, o que dá no mesmo, entre todos os tipos de capitais, em particular os linguísticos, dos quais estão dotados. [...]. Levando em conta estas duas propriedades inerentes à relação de entrevistas, esforçamo-nos para fazer tudo para dominar os efeitos (sem pretender anulá-los); quer dizer, mais precisamente, para *reduzir no máximo a violência simbólica que se pode exercer através dele*. Procurou-se então instaurar uma relação de *escuta ativa e metódica*. Tão afastada da pura não-intervenção da entrevista não dirigida, quanto do dirigismo do questionário. Postura de aparência contraditória que não é fácil de se colocar em prática. (BOURDIEU, 1997, p. 695). (Grifos do autor).

As transcrições dessas conversas foram realizadas a partir do pressuposto de que “transcrever é necessariamente escrever, no sentido de reescrever” (BOURDIEU, 1997, p.710), por isso as transcrições não carregam o estatuto de representação de uma fala espontânea, antes sim são o resultado do encontro entre duas subjetividades, entrevistador e entrevistado, motivo pelo qual esses últimos recebem o nome de interlocutores. Assim ao transcrever buscamos romper:

[...] a ilusão espontaneísta do discurso que “fala de si mesmo”, a transcrição joga deliberadamente com a *pragmática da escrita* (principalmente pela introdução de títulos e de subtítulos feitos de frases tomadas da entrevista) para orientar a atenção do leitor para os traços sociologicamente pertinentes que a percepção desarmada ou distraída deixaria escapar. (BOURDIEU, 1997, p. 709). (Grifos do autor).

Diante de nosso objeto, o discurso político de agentes profanos (BOURDIEU, 2011b), ou seja, a expressão prático-discursiva do senso político (BOURDIEU, 2007) de agentes que não fazem parte da lógica ordinária do campo político nacional, o cuidado na transcrição demandou uma vigilância metodológica. Nesse sentido:

O rigor, neste caso, reside no controle permanente do ponto de vista, que se afirma continuamente nos detalhes da escrita (no fato, por exemplo, de dizer *sua* escola, e não *a* escola, para marcar que o relato do que se passa no estabelecimento é formulado do ponto de vista do professor e não do analista). É nos detalhes dessa espécie que, se eles não passam pura e simplesmente despercebidos, têm todas as chances de aparecer como simples elegâncias literárias ou facilidades jornalísticas, que afirmam continuamente o afastamento entre ‘a voz da pessoa’ e a ‘voz da ciência’, como diz Roland Barthes, e a recusa das passagens inconscientes de um a outro. (BOURDIEU, 1997, p. 713). (Grifos do autor).

As entrevistas com os interlocutores foram iniciadas em março de 2018 e aconteceram em locais e horários escolhidos por eles. Após a realização de duas entrevistas, foi possível identificar distanciamentos de sentido entre alguns termos presentes nas perguntas e o modo pelo qual os entrevistados os entendiam. Diante desse distanciamento algumas adequações foram necessárias no texto das perguntas como, por exemplo, o uso do termo *dia a dia* no lugar de *cotidiano*.

Esse distanciamento nos fez perceber o que Bourdieu chamou de imposição da problemática, que seria o “[...] efeito exercido por toda pesquisa de opinião e por toda interrogação política (a começar pela eleitoral), resulta do fato de que as perguntas colocadas numa pesquisa de opinião não são perguntas que se colocam realmente a todas as pessoas interrogadas [...]” (BOURDIEU, 1982, p. 145). Assim, através das adequações no texto das perguntas, buscou-se equalizar alguns termos para tornar o entendimento das mesmas mais direto aos interlocutores, tendo em vista que:

Toda pergunta contém a exigência implícita de que aquele que responde saiba o que lhe é exigido. Quando o interrogador e o interrogado não conferem necessariamente a mesma significação e a mesma função a pergunta, a interpretação da resposta não tem a menor possibilidade de ser adequada enquanto não forem explicitadas as exigências inerentes à pergunta e à representação que o interrogado faz da pergunta e da resposta que ela merece. (BOURDIEU, 1982, p. 156).

Ainda no sentido de deixar as conversas com os interlocutores mais fluídas, também se fez necessário que questões que antes eram anunciadas juntas como “Esta escola possuía grêmio estudantil? Você conhecia ou participava dele?”, passassem a ser apresentadas em momentos diferentes. Primeiro “Esta escola possuía grêmio estudantil?” E depois, a depender

da resposta “Você conhecia ou participava dele?”. Essas mudanças no corpo do questionário foram realizadas levando em consideração a perspectiva de que para construir um trabalho etnográfico que tenha o questionário como instrumento:

[...] não é suficiente agir, como o faz espontaneamente todo "bom" pesquisador, no que pode ser consciente ou inconscientemente controlado na *interação*, principalmente o nível da linguagem utilizada e todos os sinais verbais ou não verbais próprios a estimular a colaboração das pessoas interrogadas, que não podem dar uma resposta digna desse nome à pergunta a menos que elas possam delas se apropriar e se tomarem os sujeitos. (BOURDIEU, 1997, p. 696).

Assim, sanado – dentro do limite possível de uma comunicação não-violenta (BOURDIEU, 1997) – esse distanciamento entre as perguntas e o entendimento que os interlocutores faziam das mesmas, as demais entrevistas foram realizadas e transcritas. E a partir da análise dessas entrevistas os interlocutores dessa pesquisa começam a ser apresentados a seguir, segundo a origem familiar, a formação escolar, a atuação profissional e o consumo cultural.

## 2.2 A origem familiar

O exercício de elaborar uma possível trajetória social (BOURDIEU, 2011) dos interlocutores dessa pesquisa, tem como objetivo iluminar um recorte específico da história de vida desses agentes, percebendo as experiências vivenciadas por cada um até chegarem no lugar social em que se encontram.

Olhar para essas experiências e posições, tentar reconstruir teoricamente esse movimento no devir, remete a uma reflexão relacional sobre as disposições que possibilitaram a formulação do senso político (BOURDIEU, 2007) de cada interlocutor, uma vez que:

A palavra *disposição* parece particularmente apropriada para exprimir o que recobre o conceito de *habitus* (definido como sistema de disposições): com efeito, ele exprime, em primeiro lugar, *o resultado de uma ação organizadora*, apresentando então um sentido próximo ao de palavras tais como estrutura; designa, por outro lado, *uma maneira de ser, um estado habitual* (em particular do corpo) e, em particular, uma *predisposição*, uma *tendência*, uma *propensão* ou uma *inclinação*. (BOURDIEU, 1983, p. 61).

Por isso optamos por iniciar a construção dessas trajetórias (BOURDIEU, 2011a) pela origem familiar, apresentando a escolaridade e a atuação profissional dos pais e avós desses agentes. Quanto à escolaridade, sobre os avós (com contato significativo na formação dos



interlocutores), temos que um possuía o equivalente ao ensino fundamental completo. Quanto aos pais, temos quatro com o equivalente ao ensino médio completo, dos quais um tem ensino superior.

**Quadro 2 – Escolaridade (Pai, mãe e avós)**

Nome	Avó	Avô	Mãe	Pai
Ailton	Fundamental Inc.	Médio Inc.	Fundamental Inc.	Médio Com.
Beatriz	Não escolarizado	Não escolarizado	Fundamental Inc.	Fundamental Inc.
Carlos	Não escolarizado	Não escolarizado	Fundamental Inc.	Fundamental Inc.
Daniela	Não escolarizado	Não escolarizado	Médio Com.	Fundamental Inc.
Elias	Não escolarizado	Não escolarizado	Não escolarizado	Não escolarizado
Fernando	Desconhecido	Desconhecido	Fundamental Inc.	Desconhecido
Gabriela	Fundamental Inc.	Fundamental Inc.	Fundamental Inc.	Superior
Helena	Não escolarizado	Não escolarizado	Fundamental Inc.	Fundamental Inc.
Igor	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido
Julia	Não escolarizado	Não escolarizado	Fundamental Inc.	Fundamental Inc.
Laís	Não escolarizado	Não escolarizado	Fundamental Inc.	Fundamental Inc.
Maria	Desconhecido	Desconhecido	Fundamental Inc.	Fundamental Inc.
Nilton	Desconhecido	Desconhecido	Fundamental Inc.	Desconhecido
Otávio	Fundamental Inc.	Fundamental Inc.	Fundamental Inc.	Fundamental Inc.
Paulo	Fundamental Inc.	Fundamental Inc.	Médio Com.	Médio Com.

Fonte: Dados do autor, 2020.

As profissões dos pais e avós dos interlocutores parecem estar ligadas ao baixo índice de escolarização e a uma característica do município que é o recente processo de urbanização. Grande parte dessas famílias têm uma origem rural, fato pelo qual a maioria das profissões está ligada ao cultivo de cana de açúcar, principal atividade econômica do município: “Cidade Doçura, como é conhecido o município de Américo Brasiliense, fica na região central do estado de São Paulo. A cidade leva esse título devido à atividade canavieira predominar no município, sendo essa a principal fonte da economia”<sup>15</sup>.

Essa relação entre a produção açucareira e os moradores de Américo Brasiliense é tão marcante que, olhando para os pais e avós dos interlocutores, encontramos profissões não ligadas à cultura canavieira apenas em famílias que não são oriundas do município. Entre os munícipes, apenas uma profissão não estava atrelada ao cultivo da cana de açúcar.

**Quadro 3 – Atuação profissional (Pai, mãe e avós)**

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.americobrasiliense.sp.gov.br/site/dados-do-municipio-2/>. Acesso em 15 de abr de 2019.

Nomes	Avó	Avô	Mãe	Pai
Ailton	Do lar	Serviços gerais	Do lar	Funcionário Público
Beatriz	Lavradora	Lavrador	Art. Plástica	Soldador
Carlos	Lavradora	Lavrador	Lavradora	Lavrador
Daniela	Lavradora	Soldador	Serviços gerais	Soldador
Elias	Lavradora	Lavrador	Do lar	Tratorista
Fernando	Desconhecido	Desconhecido	Cozinheira	Mec. Manutenção
Gabriela	Costureira	Eletricista	Do lar	Professor
Helena	Do lar	Funcionário Público	Do lar	Usinas
Igor	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Lavrador
Julia	Do lar	Serviços gerais	Do lar	Motorista
Laís	Do lar	Serviços gerais	Do lar	Motorista
Maria	Desconhecido	Desconhecido	Do lar	Tratorista
Nilton	Desconhecido	Desconhecido	Costureira	Desconhecido
Otávio	Do lar	Lavrador	Serviços gerais	Mec. Manutenção
Paulo	Do lar	Microempresário	Do lar	Construtor Civil

Fonte: Dados do autor, 2020

### 2.3 O percurso escolar e o percurso profissional

Dando sequência à construção da trajetória dos interlocutores apresentamos agora suas formações escolares que, por sua vez, diferem bastante da formação escolar de seus pais e avós. Dentre eles, doze concluíram o ensino médio ou equivalente (dez em instituições públicas e dois em instituições particulares), dos quais um possui duas formações superiores (uma em instituição particular e uma em instituição pública) e cinco possuem formação superior (dois em instituições particulares e três em instituições públicas); dois concluíram o ensino fundamental em instituições públicas e iniciaram o ensino médio e um não completou o equivalente ao ensino fundamental.

Os percursos profissionais dos interlocutores também diferem bastante da atuação de seus pais e avós. Enquanto que a atuação profissional de seus familiares estava diretamente ligada à produção de açúcar, os percursos profissionais dos interlocutores já não demonstram essa ligação, pois apenas dois deles têm ou tiveram a profissão ligada à produção açucareira.

De uma forma mais completa os percursos escolares, assim como as idades e as profissões dos interlocutores desta pesquisa, podem ser vistos nos dois quadros abaixo:

**Quadro 4 – Idade e Escolaridade**

Nome	Idade	Renda <sup>16</sup>	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior
Ailton	30 anos	De 1 a 2	Instituição Pública	Instituição Pública	Logística (Inst. Particular)
Beatriz	35 anos	Até 1	Instituição Pública	Instituição Pública	Não tem
Carlos	34 anos	Até 1	Instituição Pública	Instituição Pública	Não tem
Daniela	19 anos	Até 1	Instituição Pública	Instituição Pública	Engenharia Civil/ Cursando (Inst. Particular)
Elias	44 anos	De 3 a 4	Instituição Pública	Instituição Pública	Não tem
Fernando	54 anos	De 5 a 6	Instituição Pública	Instituição Particular	Psicologia/incompleto (Inst. Pública)
Gabriela	51 anos	Até 1	Instituição Pública	Instituição Pública	História (Inst. Pública) / Geografia (Inst. Particular)
Helena	27 anos	De 2 a 3	Instituição Pública	Instituição Pública	Administração Pública (Inst. Pública)
Igor	61 anos	De 1 a 2	Instituição Pública (Inc.)	Não tem	Não tem
Julia	30 anos	De 1 a 2	Instituição Pública	Instituição Pública (Inc.)	Não tem
Laís	34 anos	De 3 a 4	Instituição Pública	Instituição Pública (Inc.)	Não tem
Maria	21 anos	De 3 a 4	Instituição Pública	Instituição Pública	Não tem
Nilton	25 anos	Até 1	Instituição Pública	Instituição Pública	Não tem
Otávio	41 anos	De 4 a 5	Instituição Pública/Senai	Instituição Pública	Técnico agrícola (Inst. Pública)
Paulo	50 anos	De 2 a 3	Instituição Pública	Instituição Particular	Não tem

Fonte: Dados do autor, 2020

<sup>16</sup> Renda em salários mínimos (R\$ 954,00), base para cálculo ano de 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9255.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9255.htm). Acesso em 25 de jun de 2021.

**Quadro 5 – Atuação e formação profissional**

<b>Nome</b>	<b>Profissão</b>	<b>Curso Técnico</b>	<b>Curso Profissionalizante</b>
Ailton	Aux. Almojarife	Marketing (Instituição Pública) Informática (Instituição Pública)	Não tem
Beatriz	Soldadora	Não tem	Solda (Instituição Pública) Cabelereira (Instituição Privada)
Carlos	Motorista	Mecânica (Instituição Pública)	Serralheiro (Instituição Pública)
Daniela	Jovem aprendiz	Contabilidade (Instituição Pública)	Não possui
Elias	Motorista borracheiro	Não tem	Não possui
Fernando	Mecânico	Freio a ar (Instituição Privada)	Parapsicologia (Instituição Pública/Religiosa)
Gabriela	Do lar	Não tem	Não tem
Helena	Aux. Administrativa	Administração (Instituição Pública)	Não tem
Igor	Lavrador	Não tem	Não tem
Julia	Vendedora	Não tem	Não tem
Laís	Vendedora	Não tem	Não tem
Maria	Empresária	Não tem	Administração (Instituição Privada)
Nilton	Comerciante	Não tem	Mecânico de Manutenção (Instituição Pública)
Otávio	Téc. Manutenção/ Mecânica industrial e Técnico em agrícola	Mecanização agrícola (Instituição Pública) Manutenção mecânica (Instituição Pública)	Não tem Não tem
Paulo	Servidor público	Administração (Instituição Pública) Técnico em Mecânica (Instituição Pública)	Não tem

Fonte: Dados do autor, 2020

### 2.3.1 As instâncias de participação e formação política<sup>17</sup>

O percurso escolar e o percurso profissional permitem um primeiro olhar sobre o papel da trajetória individual na formação do senso político (BOURDIEU, 2007) dos interlocutores, pois nesses percursos encontram-se algumas possibilidades de participação em organizações e movimentos de caráter político, como grêmios estudantis (ensino básico), colegiados estudantis (ensino superior) e sindicatos trabalhistas.

Tomando por exemplo os grêmios estudantis, organizações compostas por estudantes que hoje detêm participação ativa em parte da gestão de escolas públicas por todo o país, temos que: “As atividades dos Grêmios Estudantis representam para muitos jovens os primeiros passos na vida social, cultural e política” (PARANÁ, 2012, p. 7).

Na rede de educação pública do estado de São Paulo, encontramos um projeto que busca a formação cívica e política a partir dos grêmios, que tem por objetivo “mobilizar os estudantes para a vivência do processo democrático por meio das eleições da diretoria gremista” (SÃO PAULO, 2017, p. 3). A possibilidade de vivência do processo democrático enquanto instância de formação política aparece como norteadora desse projeto, possibilidade que se consolidaria por meio dos processos eleitorais e das gestões das chapas eleitas:

A Diretoria do Grêmio é eleita anualmente, pelo voto direto de seus pares, e essa eleição obedece a um rigor amparado pelo Estatuto do Grêmio da Unidade Escolar, construído a partir da legislação em vigor, com o objetivo de garantir o processo e a participação democrática de todos os estudantes na escola. (SÃO PAULO, 2017, p. 2)

A aposta do Estado em uma formação política através das instâncias de participação pode ser percebida na fala de uma integrante da equipe governamental responsável pela organização dos grêmios na educação pública no estado de São Paulo:

Democracia não existe na teoria. Os grêmios permitem que eles passem por esse processo e que compreendam para que e o porquê de existir um grupo que representa toda a escola”, avalia Sonia Brancalion, integrante da equipe responsável pelo Grêmio Estudantil da Secretaria da Educação. (SÃO PAULO, 2019).

---

<sup>17</sup> A escolha desses movimentos e organizações tem como pressuposto a ideia de que no percurso educacional e no percurso profissional, todos os interlocutores teriam a possibilidade de tomar contato com os mesmos. Ela não tem como finalidade excluir outras instâncias de formação e participação política como, por exemplo, movimentos religiosos, associações de bairros, entre outros. Instâncias que também teriam sido trabalhadas se integrassem as trajetórias dos interlocutores dessa pesquisa.

Sobre os interlocutores, temos que dez conheciam as atividades do grêmio em suas escolas, enquanto que cinco relataram que o grêmio não existia; quatro destes últimos estudaram durante a ditadura militar e ligam o motivo da não existência a ela de alguma forma, como se pode ver no relato de Fernando:

[No percurso do primário até ingressar na faculdade, você teve contato como algum grêmio estudantil?] *Não tinha, não tinha. Não podia ter.*  
 [Isso fez falta na sua formação?] *Sempre faz né? Porque o que acontece a gente fica junto, junta as pessoas para sair, fazer alguma coisa né? Então como não tinha, então a gente não se juntava.*  
 [E greve?] *Não teve nenhuma. Entendeu? Greve nem pensar, acho que nem.... Você sabe que naquela época não tinha nem conversa de greve não, entendeu?* (Fernando, maio/2018).

Entre os dez interlocutores que conheciam o grêmio estudantil, três participaram desse colegiado e sete não. As motivações para o envolvimento ou não nesta organização estudantil variam, indo da falta de interesse pelo trabalho desenvolvido (não participação) até a simples vontade de matar aula (participação): “[Essa escola possuía grêmio estudantil?] *Possuía.* [Você participava?] *Participava para não assistir a aula (risos)*” (Maria, julho/2018).

Os outros dois interlocutores que participaram do grêmio estudantil, quando falam dessa experiência, apontam como ela se reflete em seus cotidianos:

[Nessa escola do ensino médio existia grêmio estudantil?] *Tinha, tinha grêmio estudantil.* [Você participava?] *Eu participei duas vezes do grêmio estudantil, eu fui como tesoureiro.*  
 [Como foi a experiência?] *Foi legal, foi legal. Foi uma boa experiência, a gente vê que tudo, foi uma coisa assim que a gente leva até hoje né, as reuniões eram com ata, essas coisas que a gente usa hoje em uma indústria, também tem reuniões, tem ata, tudo é escrito, tudo é discutido e era tudo assim, é cada um em sua função e ali acabava virando um conjunto, né?* (Otávio, julho/2018)

[Nessas escolas existia grêmio estudantil?] *Na primeira tinha, na segunda, se tinha, eu não tive conhecimento dele.* [Você participava?] *Já, participei. No segundo colegial até, no primeiro colegial eu fui do grêmio estudantil.*  
 [Como foi a experiência?] *Eu gostei, só que assim, quando você está lá como pré-candidato vamos dizer assim, é uma coisa, depois que você entra, você vê que é algo totalmente diferente, no começo você acha que é só bagunça, para chamar a atenção, status, mas depois você vê que tem que fazer alguma coisa, aí você fala nossa, cara! para que que eu fiz isso? Podia estar de boa, né? [risos].*  
 [Você chegou a ser filiado a algum sindicato?] *Não.* [Por quê?] *Ah, uma porque dá dor de cabeça igual à história do grêmio lá, você olhando por fora, nossa! é da hora tal, mas depois você começa a ver os compromissos ali, eu não sei se eu gostaria de ter aquele tipo de compromisso nesse momento.* (Nilton, julho/2018)

A experiência de Nilton, assim como as falas de outros interlocutores, aponta que a ideia de uma formação política por meio da vivência democrática nas escolas – por exemplo, através das atividades do grêmio estudantil – parece ser um projeto ainda em construção, pois sua efetividade ainda não aparece claramente entre os estudantes, como destacou Helena:

[Nessa escola existia grêmio estudantil?] *Tinha, tinha sim, mas a gente só via eles na hora que tinha que ter as chapas, na eleição, ele não era atuante. [Você participava?] Nunca participei. [Por quê?] Eu não me via interessada nisso, até porque que eu não tinha... como que eu posso falar, eu não via o que eles faziam, a escola não mostrava qual que era o papel, então era assim, tinha a época da eleição, tirando isso e eu não tenho uma recordação do porquê eles estavam ali.* (Helena, maio/2018)

Quanto aos sindicatos, temos que sete interlocutores já foram ou são filiados e oito nunca se filiaram. A não participação, em sua maioria, remete à inexistência de uma organização sindical no local do trabalho, mas em um dos casos o interlocutor já foi filiado e deixou de ser:

[Você foi filiado a algum sindicato?] *Sindicato, eu era filiado a um sindicato só, depois nunca mais. [Por quê?] Na época, em que eu me filiei o sindicato não era obrigatório igual é hoje, na época foi mais por causa do que eles ofereciam né, corte de cabelo, você tinha cursos gratuitos, apesar de que eu nunca fiz, não tive condições, você tinha ajuda de transporte na época, a gente para sair da cidade era tipo Américo que depende tudo de outra cidade maior, então a gente ia sempre para a cidade vizinha, só que a passagem lá era um horror, não como aqui que é baratinho, lá na época era quatro (reais) e pouco. A gente só ia para lá em último caso, por causa do transporte, então o sindicato sempre estava nessa parte aí, entrando com vale transporte, com transporte particular para levar a gente, era a maneira que eles tinham de nos filiar, de chamar o pessoal para participar. [Depois dessa experiência você participou de outro sindicato?] Não, não, eu saí, mas depois passou a ser obrigatório também, entendeu? Depois, quando eu saí de lá e vim para cá era obrigatório, aí a maioria dos sindicatos não tinham mais o que oferecer, entendeu? Só arrecada e não volta nada para você.* (Carlos, março/2018)

Dentre os que já foram ou ainda são filiados a um sindicato encontramos experiências positivas e outras negativas em relação a essa organização política, como no relato da Daniela:

[Você chegou a ser filiada a algum sindicato?] *Sim. Por que era obrigado. [Você teria se filiado se não fosse obrigado?] Não. [Por quê?] Por que, fala que favorece os trabalhadores, mas não. [Você acha que não favorece?] Não. [Por que você pensa assim?] Porque eu ganhava pouco, não ganhava um salário-mínimo, eu era horista lá, então duas vezes ao ano era descontado de nosso salário e eles não avisavam quando ia ser descontado, e quando*

*saiu aquela lei nova de que o empregado podia fazer um acordo com o patrão que poderia emendar essas coisas, a gente foi falar com eles e eles não, falaram que no momento não poderiam fazer nada, então aí... acabou.* (Daniela, abril/2018)

Já nas falas de Elias e Otávio, a filiação ao sindicato aparece como uma ação positiva:

[Você participou de algum sindicato?] *Rapaz, na verdade hoje é a maioria das empresas têm o sindicato assim, fala assim, que você participa do sindicato coisa e tal, o cara vai lá, filia você, faz o desconto que manda a lei, parece que não vai ter mais, diz que mudou, o desconto sindical, quando é do transporte é do transporte, porque igual, nós que trabalha na usina é o rural, só que é assim, os caras colocam três sindicatos para já ter jeito de manipular né, é da indústria que é o alimentício, e do transporte que é o rodoviário e a nossa parte que é o rural.*

[Então você participa porque é uma obrigação?] *Sim, hoje no momento você tem que ter, assim, essa regra trabalhista que ninguém explica nada para ninguém, não tem uma coisa certa, você não sabe, você tem que ter o sindicato, senão você está no óleo<sup>18</sup>.* (Elias, maio/2018).

[Você chegou a ser filiado a algum sindicato?]. *Sindicato?! Eu sou filiado ao sindicato, já fui também, em todas as empresas que eu estive eu era filiado ao sindicato.*

[Por quê?] *Olha, na época eu não tinha essa noção, hoje eu tenho, mas antes de eu entrar neste trabalho, eu pensei que você era obrigado a se filiar a um sindicato, hoje como eu vi que não, a gente não é obrigado a se filiar entendeu, mas eu acho bom se filiar ao sindicato porque hoje mesmo eu estou em greve e eles estão resolvendo as coisas lá para a gente lá, entendeu? [risos]. Não vai ser grande coisa, algumas coisas a gente já está esperando, mas eu creio que é bom sim se filiar ao sindicato.* (Otávio, julho/2018).

A ideia de uma formação política via participação em um sindicato está presente na fala de Igor:

[Você participou de algum sindicato?] *Participei.*

[Como foi essa experiência?] *Eu gostava, porque a gente era sócio, então tinha benefícios, nós pagávamos, então tinha reunião direto, de vez em quando nós estávamos nas reuniões, para discutir sobre as coisas da lei trabalhista.* (Igor, junho/2018).

De forma esquemática pode-se ver a seguir o contato dos interlocutores dessa pesquisa com essas e outras instancias de formação e participação política em seus percursos escolares e trabalhistas.

## **Quadro 6 – Instancias de participação e formação política no percurso escolar**

<sup>18</sup> A expressão “[...] está no óleo” aparece aqui no sentido de estar perdido, sem saída.



<b>Nome</b>	<b>Grêmio</b>		<b>Greve</b>
Ailton	Conhecia	Nunca participou	Não ocorreu
Beatriz	Conhecia	Nunca participou	Não ocorreu
Carlos	Conhecia	Nunca participou	Não ocorreu
Daniela	Conhecia	Nunca participou	Ocorreu
Elias	Não existia	Nunca participou	Não ocorreu
Fernando	Não existia	Nunca participou	Não ocorreu
Gabriela	Conhecia	Nunca participou	Ocorreu
Helena	Conhecia	Nunca participou	Não ocorreu
Igor	Não conhecia	Nunca participou	Não ocorreu
Julia	Conhecia	Nunca participou	Não ocorreu
Laís	Não conhecia	Nunca participou	Não ocorreu
Maria	Conhecia	Participou	Ocorreu
Nilton	Conhecia	Participou	Ocorreu
Otávio	Conhecia	Participou	Não ocorreu
Paulo	Não existia	Nunca participou	Não ocorreu

Fonte: Dados do autor, 2020

#### **Quadro 7 – Instancias de participação e formação política no percurso profissional**

<b>Nome</b>	<b>Sindicato</b>	<b>CIPA<sup>19</sup></b>	<b>Greve</b>
Ailton	Nunca participou	Participou	Não ocorreu
Beatriz	Participou	Nunca participou	Ocorreu
Carlos	Participou	Nunca participou	Participou
Daniela	Participou	Nunca participou	Não ocorreu
Elias	Participou	Nunca participou	Ocorreu
Fernando	Nunca participou	Nunca participou	Não ocorreu
Gabriela	Nunca participou	Nunca participou	Não ocorreu
Helena	Nunca participou	Participou	Não ocorreu
Igor	Participou	Nunca participou	Ocorreu
Julia	Nunca participou	Nunca participou	Não ocorreu
Laís	Nunca participou	Nunca participou	Não ocorreu
Maria	Nunca participou	Nunca participou	Não ocorreu
Nilton	Nunca participou	Nunca participou	Não ocorreu
Otávio	Participou	Participou	Participou
Paulo	Participou	Participou	Participou

<sup>19</sup> A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Em que os representantes dos empregados, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio secreto, do qual participem, independentemente de filiação sindical, exclusivamente os empregados interessados.

Disponível em: [https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Arquivos\\_SST/SST\\_NR/NR-05.pdf](https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Arquivos_SST/SST_NR/NR-05.pdf). Acesso em 25 de novembro de 2020

Fonte: Dados do autor, 2020

Sobre a participação em movimentos sociais como as greves, temos que quatro interlocutores vivenciaram algum período de greve escolar na condição de estudantes, e que seis vivenciaram algum período de greve em seu percurso profissional, sendo que, destes, dois participaram da greve por não ter outra escolha:

[Aconteceu greve em alguns destes trabalhos?] *Teve sim, teve várias greves nestes meus trabalhos. [Você participou?] Parei, tive que parar porque todo mundo parou, mas tomar a frente de greve não, aqui na prefeitura também como é emergencial não cheguei a parar né, é uma pessoa por turno tem a quantidade, é um serviço essencial.*

[Você acreditava nas greves?] *Não (risos), parei por que todos pararam, assim eu já cheguei a ir lá quando tiraram nosso plano médico, eu fui lá, tinha quase 90% dos servidores da prefeitura, mas o sindicato não resolveu nada, eles fazem o que o prefeito quer, então a gente fica meio desconfiado com o sindicato. (Paulo, julho/2018)*

[Ocorreu alguma greve nestas empresas?] *Sim, onde eu trabalhei de solda, a gente ficou duas semanas parados, ia, mas não trabalhava. [Você participou?] Tive que participar.*

[Você concordava com a greve?] *Não, eu não concordava, mas a gente era barrado né, a gente não entrava porque não tinha como a gente entrar, porque se tivesse como entrar eu tinha entrado e trabalhado.*

[Você concorda com greve de uma forma geral?] *Não. [Por quê?] Porque eu acho que quando a gente está trabalhando a gente tem que trabalhar, se você não quer trabalhar você vai embora, eu sou dessas. assim, sim é sim, não é não. Eu gosto de trabalhar então eu vou e trabalho. Eu não concordo com greve. (Beatriz, março/2018).*

Alguns dos interlocutores acreditam na greve enquanto um movimento político importante para os trabalhadores:

[Ocorreu alguma greve nestas empresas?] *Sim, na usina antes da que estou o couro comeu (risos), o cara não pagava. Assim na Santa Cruz em 1988 teve uma greve que a turma de Guariba veio até aqui, é a velha história, as mulheres chegaram aqui em Américo e falaram assim: Ó aquelas mulheres barrigudas de Guariba é mais homem que os homens de Américo Brasiliense, o couro comeu veio.*

[Você participou da greve?] *Não porque a gente morava na fazenda, porque não chegava lá entendeu? O que que acontecia, eles (usina) desviavam você para ficar no serviço interno ali na fazenda, limpando em volta.*

[O que você acha das greves?] *Importante porque só assim que você consegue mudar qualquer situação, porque o povo, tem aquela música do Zé Ramalho, ooh vida de gado povo marcado hei povo feliz. É uma realidade, o povo tem a força, mas não... se vim um boi correndo sozinho, se nós cercarmos ele nós fazemos um churrasco dele, mas quem vai entrar na frente de uma boiada?*

[Essa greve de Guariba você morava na fazenda, tem alguma outra que você participou?] *Não, não, nós participávamos assim é parava tudo né, nós não*

*fazíamos nada, chegava lá e ficava parado. Aí (risos) vou contar um fato que aconteceu aqui: o Fermíno era dono de usina, aí depois vendeu a usina lá e ele falou dou minha palavra e um cara, um operador de colhedora falou para ele assim, o Marcos falou o seu Fermíno, a palavra do senhor aqui não vale nada, ele falou, aí ele (Fermíno) envermelhou e quis saber o porquê. Por que o senhor prometeu uma coisa para nós já vai fazer 10 dias que ia pagar isso, pagar aquilo e não pagou, então a palavra do senhor aqui não serve de nada.*

[Você acha então que a greve é uma situação em que o trabalhador pode falar de igual para igual com o dono da empresa?] *De igual até com o dono da empresa! Só que assim, geralmente em uma greve o que acontece, têm aqueles que está tendo greve lá e o cara não vai, ele não participa, nem se ele for lá para ficar em pé, nem para discutir, mas ele teria que ir lá, né, porque lá ele está marcando presença, quanto mais gente é melhor porque às vezes tem cara que ele não tem o dom, a habilidade de ir lá discutir, dialogar, entendeu? Têm pessoas que por mais que ele não tenha conhecimento de estudo acadêmico, ele desenrola, tem cara que rapaz do céu! O cara é bom de prosa, nego, se ele contar a história dele para o carroceiro até o burro chora (risos). (Elias, maio/2018).*

[Hoje você está em greve?] *Estou em greve<sup>20</sup> [risos].*

[Você já participou de outras greves?] *Já, já participei. Hoje em dia eu acho que é uma arma que o trabalhador tem, porque tudo no Brasil eu acho que só funciona depois que entra em greve, tanto assim... que não posso resolver de imediato o que está sendo reivindicado, mas é o instrumento que a gente tem que usar porque até a própria, o meu caso mesmo, a gente tem que entrar em greve em uma empresa pública para poder ser julgado o que a gente está pedindo, porque senão não é julgado se a gente não entrar em greve entendeu? Então eu acho que acaba obrigando a gente a fazer a greve mesmo, senão como é que a gente vai adquirir as reivindicações que a gente quer? (Otávio, julho/2018).*

Nesse aspecto das instâncias de formação do senso político (BOURDIEU, 2007) nas trajetórias (BOURDIEU, 2011a) dos interlocutores, o caso de Otávio pode ser tomado como exemplo, por ter vivenciado experiências em processos democráticos em seu percurso escolar e, hoje em seu percurso profissional, defender e participar ativamente de movimentos grevistas e sindicais.

O caso de Elias, que não vivenciou a experiência dos grêmios estudantis em seu percurso escolar e hoje também defende a participação sindical e a greve como mecanismos de luta para os trabalhadores, permite pensar sobre o caráter polissêmico das práticas políticas, tendo em vista os diversos sentidos que podem ser atribuídos e apreendidos das

---

<sup>20</sup> “O Sindicato dos Empregados em Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo (Sindbast) iniciou greve, por tempo indeterminado, nesta quarta-feira (25/07/2018), com o objetivo de garantir todos os direitos adquiridos, 5% de aumento real e correção dos salários utilizando como referência o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - Amplo (INPC) do IBGE”. Disponível em: <http://www.ugt.org.br/index.php/post/19765-Trabalhadores-de-entrepastos-e-armazenagem-da-CEAGESP-fazem-greve-por-tempo-indeterminado>. Acessado em 25 de nov de 2020.

mesmas, uma vez que seus posicionamentos políticos, diferente do caso de Otávio, não podem ser atrelados a experiências democráticas vivenciadas em ambientes escolares.

## **2.4 O consumo cultural**

Uma vez apresentados e caracterizados quanto a origem social, formação escolar e atuação profissional, vamos agora olhar para uma faceta do dia a dia dos interlocutores dessa pesquisa através de suas práticas diárias de consumo de bens culturais que apresentam informações e por isso podem contribuir para o processo de formação de seu senso político (BOURDIEU, 2007), na medida em que informam a possível formatação do modo pelo qual eles pensam e se pensam no contexto em que vivem.

Nesse sentido, e tendo em vista as possibilidades diárias de acesso desses agentes, elencamos quatro bens culturais (música, filmes, séries e livros) levando em consideração a frequência de consumo (sempre: até cinco vezes por semana; às vezes: até três vezes por semana e nunca) e o conteúdo consumido (no caso dos filmes também levantamos o local do consumo).

A música aparece como o bem cultural mais consumido pelos interlocutores; quatorze deles sempre escutam música e um nunca consome este bem cultural. Os estilos consumidos são bem diversificados, variando entre samba a rock, passando pelo rap e músicas para meditação. A música clássica é consumida por um dos agentes. Para eles, o consumo desse bem cultural está ligado ao lazer e ao descanso, não possuindo caráter informacional ou político.

O consumo de filmes já não é tão intenso; oito deles sempre assistem filmes (cinco só assistem em casa e três assistem em casa e no cinema), seis assistem às vezes (todos em casa) e um nunca assiste. Assim como no caso das músicas, os interlocutores consomem esse bem cultural como atividade de lazer e descanso. Os gêneros consumidos variam entre ação, suspense, romance e terror.

O consumo de séries se assemelha em muito com consumo de filmes; oito deles sempre assistem séries, cinco assistem às vezes e dois nunca assistem. Os conteúdos variam desde ação e investigação até ficção médica. De forma semelhante aos bens culturais anteriores, a maioria de nossos interlocutores consome séries para lazer e descanso.

Porém, durante a conversa com dois interlocutores, foi possível perceber um uso diferente desse produto cultural, um uso que revela a relação entre esse consumo e suas visões

de mundo, ou seja, foi possível perceber como esse produto cultural informa o senso político (BOURDIEU, 2007) desses interlocutores, como se pode ver a seguir:

[Você gosta de seriados?] *Rapaz, lá em casa tem a Netflix, já vi vários seriados.*

[Tem algum que você gostou mais?] *Rapaz eu gostei daquele é, tem um nome em inglês, não sei falar o nome<sup>21</sup>, eu posso narrar um pedacinho do acontecimento lá? Os caras nos Estados Unidos estavam fazendo greve por causa que os caras não queriam pagar o valor correto dos produtos, do leite do cereal. Aí tinha um fura greve, era um pistoleiro para poder matar os grevistas né, ele era um fura greve só que ele mudou de lado, ele chegou como um pastor na cidade entendeu?* (Elias, maio/2018).

O consumo desse bem cultural pode ser ligado ao posicionamento político de Elias, uma vez que em meio a um mercado simbólico o consumo expressaria “[..] um caso particular de encontro entre uma oferta e uma demanda” (BOURDIEU, 2007, p.372). Elias é sindicalizado e defende a importância dos sindicatos e das greves para a luta por direitos dos trabalhadores.

Lembrando que ele não teve experiências junto a agremiações estudantis em seu percurso escolar, pode se dizer que o consumo de bens culturais como esse ajuda a formatar seu senso político (BOURDIEU, 2007). O fascínio e a empolgação de Elias ao descrever o movimento de greve enquanto ferramenta de transformação social ao falar sobre a série indica essa relação:

*Isso aí foi uma coisa marcante por causa da importância da greve, os caras, estavam com medo porque “os caras sentavam o dedo”, matavam, um regaço do caramba, uma violência, mas mesmo assim os caras (grevistas) estavam brigando, continuou brigando entendeu?* (Elias, maio/2018).

Nilton, ao falar sobre seu consumo de séries remete às revoltas dos escravos na Roma antiga, movimento de forte contestação diante da ordem escravocrata que existia na época:

[Você assiste seriados?] *Assisto. [Qual tipo?] Todos os tipos também, só que mais voltados a ação e ficção científica.*

[Qual foi o último?] *No momento eu estou assistindo o “Agente da Swind”, estou achando bom, mas eu acho que o que eu mais gostei mesmo foi o “Spartacus”, acho que foi o que eu mais gostei. “Spartacus”, tanto pelas histórias que tem por trás dele que ele tenta relatar um pouco, ele tenta retratar com veracidade o que aconteceu na história.* (Nilton, julho/2018)

<sup>21</sup>A série citada é *Damnation*. Ela aborda o contexto de “1931 em meio às guerras trabalhistas americanas da Grande Depressão, *Damnation* segue Seth Davenport, um homem com um passado violento que se apresenta como um pregador enquanto reúne os habitantes da cidade para se levantarem contra industriais gananciosos e a corrupção do banco local, departamento do xerife e jornal”.

Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Damnation\\_\(TV\\_series\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Damnation_(TV_series)). Acesso em 25 de nov de 2020.

O livro é o bem cultural menos consumido pelos interlocutores; dois deles sempre leem livros, quatro leem às vezes e nove nunca leem. Entre os conteúdos consumidos, temos: autoajuda, almanaques, biografias, curiosidades, didáticos (escolares), ficção, religiosos (espiritas e bíblia) e mecânica (manuais).

O consumo desses bens culturais (música, filmes, séries e livros) pelos interlocutores pode ser melhor observado nos quadros a seguir:

**Quadro 8 – Consumo de bens culturais 1**

<b>Nome</b>	<b>Música</b>	<b>Filmes</b>
<b>Ailton</b>	Frequência: Sempre Estilo: Rap	Frequência: Às vezes (em casa) Conteúdo: Ação
<b>Beatriz</b>	Frequência: Sempre Estilo: Pop e Rock	Frequência: Às vezes (em casa) Conteúdo: Romance
<b>Carlos</b>	Frequência: Sempre Estilo: Pop, Rock e Clássico	Frequência: Às vezes (em casa) Conteúdo: Ação
<b>Daniela</b>	Frequência: Sempre Estilo: M.P.B. e Sertanejo	Frequência: Às vezes (em casa) Conteúdo: Ação
<b>Elias</b>	Frequência: Sempre Estilo: M.P.B, Rock, Sertanejo, Samba e Rap	Frequência: Sempre (em casa) Conteúdo: Ação
<b>Fernando</b>	Frequência: Sempre Estilo: M.P.B, rock, Sertanejo e Samba	Frequência: Sempre (em casa) Conteúdo: Ação
<b>Gabriela</b>	Frequência: Sempre Estilo: Flash Black	Frequência: Sempre (em casa) Conteúdo: Ação
<b>Helena</b>	Frequência: Sempre Estilo: Sertanejo, católica e anos 90	Frequência: Sempre (em casa) Conteúdo: Ação
<b>Igor</b>	Frequência: Nunca	Frequência: Nunca
<b>Júlia</b>	Frequência: Sempre Estilo: M.P.B, Rock, Sertanejo e samba	Frequência: Às vezes (em casa) Conteúdo: Romance, suspense
<b>Laís</b>	Frequência: Sempre Estilo: Samba, sertanejo, meditação	Frequência: Às vezes (em casa) Conteúdo: Ação, suspense
<b>Maria</b>	Frequência: Sempre Estilo: Todos	Frequência: Sempre (em casa) Conteúdo: Terror
<b>Nilton</b>	Frequência: Sempre Estilo: Todos	Frequência: Sempre (em casa/cinema) Conteúdo: Todos
<b>Otávio</b>	Frequência: Sempre Estilo: Rock e Moda de viola	Frequência: Sempre (em casa/cinema) Conteúdo: Ação e terror
<b>Paulo</b>	Estilo: Sempre Conteúdo: M.P.B.	Frequência: Sempre (em casa/cinema) Conteúdo: Ação e terror

Fonte: Dados do autor, 2020

**Quadro 9 – Consumo de bens culturais 2**

<b>Nome</b>	<b>Séries</b>	<b>Livros</b>
<b>Ailton</b>	Frequência: Às vezes Conteúdo: Ação	Frequência: Nunca
<b>Beatriz</b>	Frequência: Às vezes Conteúdo: Suspense	Frequência: Às vezes Conteúdo: Religião/bíblia
<b>Carlos</b>	Frequência: Às vezes Conteúdo: Ação	Frequência: Às vezes Conteúdo: Ficção e Didáticos
<b>Daniela</b>	Frequência: Às vezes Conteúdo: Ficção médica	Frequência: Nunca
<b>Elias</b>	Frequência: Sempre Conteúdo: Ação	Frequência: Nunca
<b>Fernando</b>	Frequência: Sempre Conteúdo: Ação	Frequência: Sempre Conteúdo: Biografias e Curiosidades
<b>Gabriela</b>	Frequência: Nunca	Frequência: Nunca
<b>Helena</b>	Frequência: Sempre Conteúdo: Ficção médica e ação	Frequência: Nunca
<b>Igor</b>	Frequência: Nunca	Frequência: Nunca
<b>Júlia</b>	Frequência: Sempre Conteúdo: Ficção e suspense	Frequência: Nunca
<b>Laís</b>	Frequência: Sempre Conteúdo: Ficção	Frequência: Às vezes Conteúdo: Espírita
<b>Maria</b>	Frequência: Sempre Conteúdo: Suspense	Frequência: Nunca
<b>Nilton</b>	Frequência: Sempre Conteúdo: Todos	Frequência: Nunca
<b>Otávio</b>	Frequência: Sempre Conteúdo: Investigativos	Frequência: Sempre Conteúdo: Autoajuda e mecânica
<b>Paulo</b>	Frequência: Às vezes Conteúdo: Todos	Frequência: Às vezes Conteúdo: Almanques

Fonte: Dados do autor, 2020

Dentro das trajetórias dos interlocutores um dos aspectos diretamente ligado ao objeto dessa pesquisa é a relação desses agentes com os meios de comunicação, ou seja, o tipo de consumo midiático realizado pelos interlocutores – os bens simbólicos consumidos – e a finalidade – as demandas apresentadas – desse consumo em seu dia a dia.

Ao pensar sobre as possibilidades diárias de acesso desses agentes, dividimos esse consumo midiático ligado aos dispositivos informacionais em duas frentes: uma primeira, em que abordamos o que foi entendido por mídias tradicionais (televisão, rádio e jornais), e uma

segunda, na qual tratamos do consumo do que foi nomeado por novas mídias (Facebook, WhatsApp, Google, Instagram, etc.).

A análise do consumo midiático dos interlocutores, que a seguir vamos apresentar, foi construída a partir dos critérios de frequência (sempre: até cinco vezes por semana; às vezes: até três vezes por semana e nunca) e de conteúdo consumido (no caso dos filmes, também foi levado em consideração o local do consumo).

#### **2.4.1 Consumo de mídias tradicionais**

Iniciando pelo consumo do rádio, temos que dois interlocutores escutam sempre, nove escutam às vezes e quatro nunca escutam rádio em seu dia a dia. Os conteúdos consumidos variam entre programas esportivos (dois), musicais (dois), jornalísticos (quatro) e aleatórios (quatro). Quanto ao consumo específico de jornais, temos que cinco deles consomem sempre, quatro consomem às vezes e seis nunca consomem esse produto midiático.

Os tipos de jornais consumidos variam entre televisivos, via rádio, impressos e digitais. Sobre o consumo televisivo dos interlocutores, temos que quatro sempre assistem, quatro assistem às vezes e sete nunca assistem televisão em seu dia a dia. Os conteúdos assistidos são novelas (três), futebol (três), jornais (dois), esportes (um) e séries (um).

O número de interlocutores que afirmam nunca consumir programas televisivos (sete de quinze entrevistados) chama a atenção, uma vez que se distanciam dos resultados da Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM) realizada em 2016<sup>22</sup>, a pedido da Secretaria de Comunicação Social<sup>23</sup>. Essa pesquisa buscou localizar qual o meio de comunicação mais consumido pelos brasileiros, tendo em vista o acesso e o uso dos mesmos, e chegou ao seguinte resultado:

A TV é o meio de comunicação mais acessado pelos entrevistados, sendo mencionada pela quase totalidade da amostra. Pouco mais de três quartos dos entrevistados assistem TV todos os dias da semana. O acesso é mais frequente entre segunda e sexta-feira, e o tempo médio de acesso supera as três horas diárias. As emissoras da TV aberta são as mais assistidas, principalmente a Rede Globo (PBM, 2016, p. 33).

---

<sup>22</sup> Disponível em <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>>. Acesso em 10 de mar de 2018.

<sup>23</sup> De acordo com a legislação brasileira em vigor (Lei nº 10.683/2003, art. 2ºB, III), a Secretaria de Comunicação Social (SECOM) tem entre suas missões institucionais a atribuição de organizar e desenvolver um sistema de informação e pesquisa de opinião pública, cujos principais objetivos devem ser monitorar as demandas da sociedade por políticas e serviços públicos bem como a avaliação que a sociedade faz dessa oferta de políticas e serviços públicos (PBM, 2016, p. 3).



Diante dessa diferença, buscamos saber os motivos pelos quais os interlocutores dessa pesquisa não assistem a televisão. No caso da Julia, por exemplo, o não consumo televisivo remete a uma questão de escolha, uma questão de gosto:

[E televisão você assiste?] Não! Não assisto nada de televisão.  
 [Por quê?] Porque eu não gosto mesmo, eu não sei porque, tem muita notícia ruim. Televisão só é assistida em casa quando meu pai está porque ele obriga a gente a ver o jornal e tudo (risos), daí a gente vê. Ele assiste na Record, então a gente acaba assistindo, mas é muita notícia ruim, acabou que depois que a gente pôs a Netflix, a gente aboliu a antena (risos), tirou a antena e ficamos com a Netflix, então ou é filme ou é série. (Julia, julho/2018).

A preocupação como o teor das informações apresentadas aparece como motivo em dois casos para o não consumo da televisão. Em outros dois casos temos a falta de tempo. A “manipulação” (Nilton, julho/2018) realizada pelas emissoras e a veiculação de “notícias falsas” (Laís, julho/2018) aparecem como motivo para o não consumo em outros dois casos:

[E televisão você assiste?] Não. [Por quê?] Porque é enganoso, pouco produtivo, então você assiste às vezes para ouvir uma notícia falsa, então eu prefiro não assistir. (Laís, julho/2018).

[Você assiste televisão?] Não. [Por quê?] Uma pela questão do tempo e outra por causa da manipulação. Eu acho que tem muita manipulação na televisão, então eles defendem quem eles querem, na hora que eles querem. Se é favorável para eles, eles vão defender, senão eles já vão mudar. Então, eu acho um desperdício de tempo. (Nilton, julho/2018).

De forma mais detalhada, as relações dos interlocutores com as mídias tradicionais, construída através do consumo dos bens simbólicos provenientes dessas mídias, podem ser assim apresentadas:

**Quadro 10 – Consumo de mídias tradicionais**

<b>Nome</b>	<b>Televisão</b>	<b>Rádio</b>	<b>Jornal</b>
<b>Ailton</b>	Frequência: Às vezes Conteúdo: Futebol	Frequência: Às vezes Conteúdo: Futebol Voz do Brasil	Frequência: Sempre Conteúdo: Portal G1
<b>Beatriz</b>	Frequência: Sempre Conteúdo: Novela	Frequência: Nunca	Frequência: Nunca
<b>Carlos</b>	Frequência: Nunca	Frequência: Às vezes Conteúdo: Musicais	Frequência: Às vezes Conteúdo: Portais G1, UOL
<b>Daniela</b>	Frequência: Nunca	Frequência: Às vezes Conteúdo: Todos	Frequência: Às vezes Conteúdo: Jornal Nacional

<b>Elias</b>	Frequência: Às vezes Conteúdo: Jornal	Frequência: Às vezes Conteúdo: Todos	Frequência: Sempre Conteúdo: Portal G1, Magdalena <sup>24</sup> Telejornais da rede Globo
<b>Fernando</b>	Frequência: Às vezes Conteúdo: Futebol	Frequência: Às vezes Conteúdo: Todos	Frequência: Nunca
<b>Gabriela</b>	Frequência: Sempre Conteúdo: Novela	Frequência: Sempre Conteúdo: Todos	Frequência: Nunca
<b>Helena</b>	Frequência: Nunca	Frequência: Nunca	Frequência: Nunca
<b>Igor</b>	Frequência: Às vezes Conteúdo: Futebol	Frequência: Às vezes Conteúdo: Magdalena	Frequência: Às vezes Conteúdo: Jornal Nacional/EPTV
<b>Julia</b>	Frequência: Nunca	Frequência: Nunca	Frequência: Nunca
<b>Laís</b>	Frequência: Nunca	Frequência: Nunca	Frequência: Nunca
<b>Maria</b>	Frequência: Nunca	Frequência: Às vezes Conteúdo: Magdalena	Frequência: Nunca
<b>Nilton</b>	Frequência: Nunca	Frequência: Às vezes Conteúdo: Jornal da Pan	Frequência: Às vezes Conteúdo: Jornal (Jovem Pan)
<b>Otávio</b>	Frequência: Sempre Conteúdo: Série	Frequência: Sempre Conteúdo: Magdalena Programas musicais	Frequência: Sempre Conteúdo: Hora 1 (Globo) Magdalena
<b>Paulo</b>	Frequência: Sempre Conteúdo: Esporte Novelas e Jornais	Frequência: Às vezes Conteúdo: Esportivo	Frequência: Sempre Conteúdo: Jornal Nacional Record News e Jornal da cultura

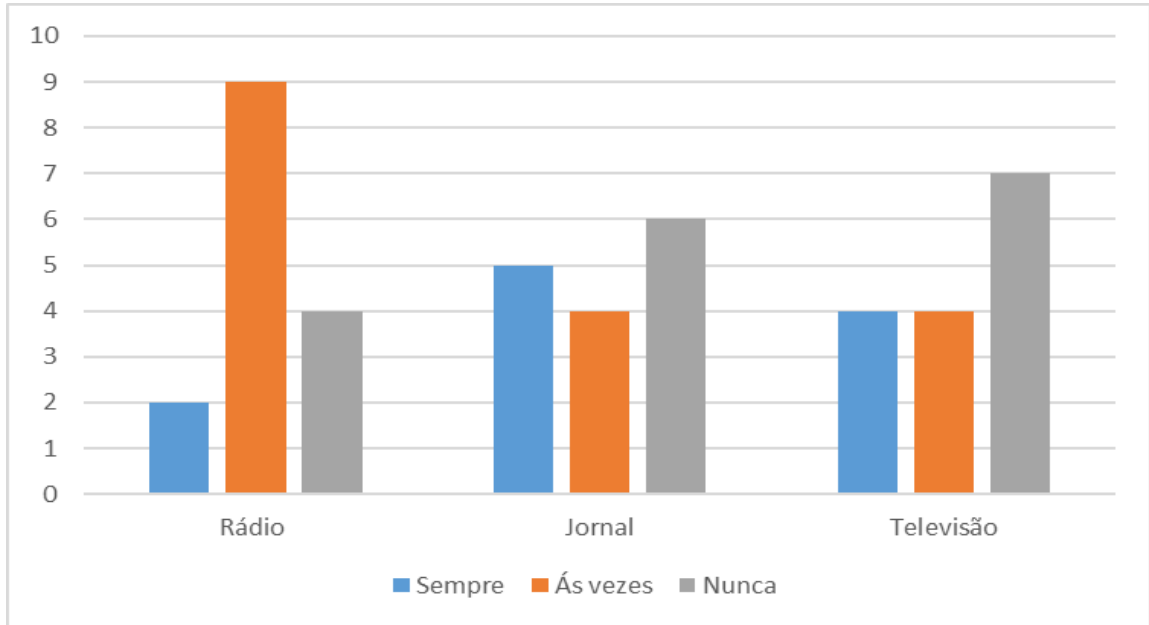
Fonte: Dados do autor, 2020

Quanto à frequência do consumo, característica que aponta para a relação entre esses dispositivos midiáticos e os interlocutores no dia a dia, de forma detalhada temos:

### Gráfico 7 – Frequência de consumo de mídias tradicionais

<sup>24</sup> José Carlos Magdalena é jornalista. Comanda o Jornal da Morada, na Rádio Morada do Sol – Araraquara, há mais de 30 anos. É autor dos livros "Um século de silêncio", "Um rádio no porão" e "A bandoleira". Atualmente reside em Araraquara, interior de São Paulo.

Disponível em: [https://m.facebook.com/magdalena.araraquara/about/?ref=page\\_internal&mt\\_nav=0](https://m.facebook.com/magdalena.araraquara/about/?ref=page_internal&mt_nav=0). Acesso em 01/12/2020.



Fonte: Dados do autor, 2020

#### 2.4.2 Consumo de novas mídias

Quanto a relação entre os interlocutores e os meios de comunicação no dia a dia, buscamos identificar o consumo que esses fazem do que nomeamos por novas mídias (Facebook, WhatsApp, Instagram, entre outras). De modo geral, o uso dessas mídias acontece com três finalidades: comunicação, informação e trabalho.

Começando pelo Facebook, temos que dez interlocutores sempre o utilizam, dois utilizam às vezes e três nunca fazem uso desse dispositivo. O uso do WhatsApp segue esse mesmo padrão, onze interlocutores sempre o utilizam, dois utilizam às vezes e dois nunca utilizam esse aplicativo. Quanto às demais novas mídias, temos que um interlocutor sempre utiliza o Instagram, onze sempre utilizam o Google, um às vezes faz uso do Google e dois não fazem uso desses dispositivos. De forma detalhada temos:

Quadro 11 – Consumo de novas mídias

<b>Nome</b>	<b>Facebook</b>	<b>WhatsApp</b>	<b>Outras</b>
<b>Ailton</b>	Frequência: Sempre Objetivo: Comunicação	Frequência: Sempre Objetivo: Comunicação	Tipo: Google Frequência: Sempre Objetivo: Informação
<b>Beatriz</b>	Frequência: Às vezes Objetivo: Comunicação	Frequência: Sempre Objetivo: Comunicação	Tipo: Google Frequência: Sempre Objetivo: Informação
<b>Carlos</b>	Frequência: Às vezes Objetivo: Comunicação	Frequência: Às vezes Objetivo: Comunicação	Tipo: Google Frequência: Sempre Objetivo: Informação
<b>Daniela</b>	Frequência: Sempre Objetivo: Comunicação e informação	Frequência: Sempre Objetivo: Comunicação e informação	Tipo: Google e Instagram Frequência: Sempre Objetivo: Informação e comunicação
<b>Elias</b>	Frequência: Nunca	Frequência: Sempre Objetivo: Comunicação	Tipo: Google Frequência: Sempre Objetivo: Informação
<b>Fernando</b>	Frequência: Nunca	Frequência: Sempre Objetivo: Comunicação e trabalho	Tipo: Google Frequência: Sempre Objetivo: Informação
<b>Gabriela</b>	Frequência: Sempre Objetivo: Comunicação	Frequência: Nunca	Frequência: Nunca
<b>Helena</b>	Frequência: Sempre Objetivo: Comunicação	Frequência: Sempre Objetivo: Comunicação	Tipo: Google Frequência: Sempre Objetivo: Informação
<b>Igor</b>	Frequência: Nunca	Frequência: Nunca	Frequência: Nunca

<b>Júlia</b>	Frequência: Sempre Objetivo: Comunicação e trabalho	Frequência: Sempre Objetivo: Comunicação e trabalho	Tipo: Google Frequência: Sempre Objetivo: Comunicação e trabalho
<b>Laís</b>	Frequência: Sempre Objetivo: Comunicação e trabalho	Frequência: Sempre Objetivo: Comunicação e trabalho	Tipo: Google Frequência: Sempre Objetivo: Comunicação e trabalho
<b>Maria</b>	Frequência: Sempre Objetivo: Comunicação e trabalho	Frequência: Sempre Objetivo: Comunicação e trabalho	Tipo: Google Frequência: Sempre Objetivo: Informação e trabalho
<b>Nilton</b>	Frequência: Sempre Objetivo: Comunicação e trabalho	Frequência: Sempre Objetivo: Comunicação, trabalho e informação	Tipo: Google Frequência: Sempre Objetivo: Informação e trabalho
<b>Otávio</b>	Frequência: Sempre Objetivo: Trabalho	Frequência: Sempre Objetivo: Comunicação e trabalho	Tipo: Google Frequência: Sempre Objetivo: Informação
<b>Paulo</b>	Frequência: Às vezes Objetivo: Comunicação	Frequência: Às vezes Objetivo: Comunicação	Tipo: Google e e-mails Frequência: Às vezes Objetivo: Informação

Fonte: Dados do autor, 2020

## 2.5 O consumo de informações

Após analisar o consumo de dispositivos midiáticos, tradicionais e novos, a relação entre trajetória, mídia e política, começa a se fazer perceptível, conforme se pode notar na fala de Gabriela, para quem o assunto política aparece ligado a um dispositivo midiático e a uma experiência que marcou sua trajetória.

Gabriela diz não se interessar por questões sobre a política como outrora. Ela afirma que isso é um reflexo direto da mudança de sua situação profissional, antes professora, agora do lar. Segundo ela, quando lecionava era preciso inteirar-se sobre os assuntos da política, fato que hoje não se faz mais necessário. Sobre sua relação com a mídia, ela diz que:

[O que você mais gosta de fazer em seu tempo livre?] *Mexer no celular, mexer no celular (risos), a verdade é que eu não sou muito de assistir televisão de dia, agora à noite eu gosto de sentar, depois ver uma novelinha.*  
 [E você assiste o que?] *Ah! Eu assisto novela, um globo repórter dependendo do assunto, entendeu?*  
 [E jornal?] *Jornal eu assisto, nem tanto, por que toda a vez que eu ligo no jornal só tem notícia ruim, mas assim tem muita política, eu já estou muito relaxada nessa parte, sabe?! Não tenho assim... é engraçado não tenho... antes, como eu dava aula, a gente tinha que ler mais, e ver o que estava acontecendo; quando você vira uma dona de casa você relaxa, eu relaxei, perdi o contato, não gosto de falar de política, não gosto de saber o que está acontecendo não, sinceramente, o que me preocupa é a violência, isso sim, devido aos filhos da gente, entendeu?! É o que me preocupa hoje.* (Gabriela, maio/2018)

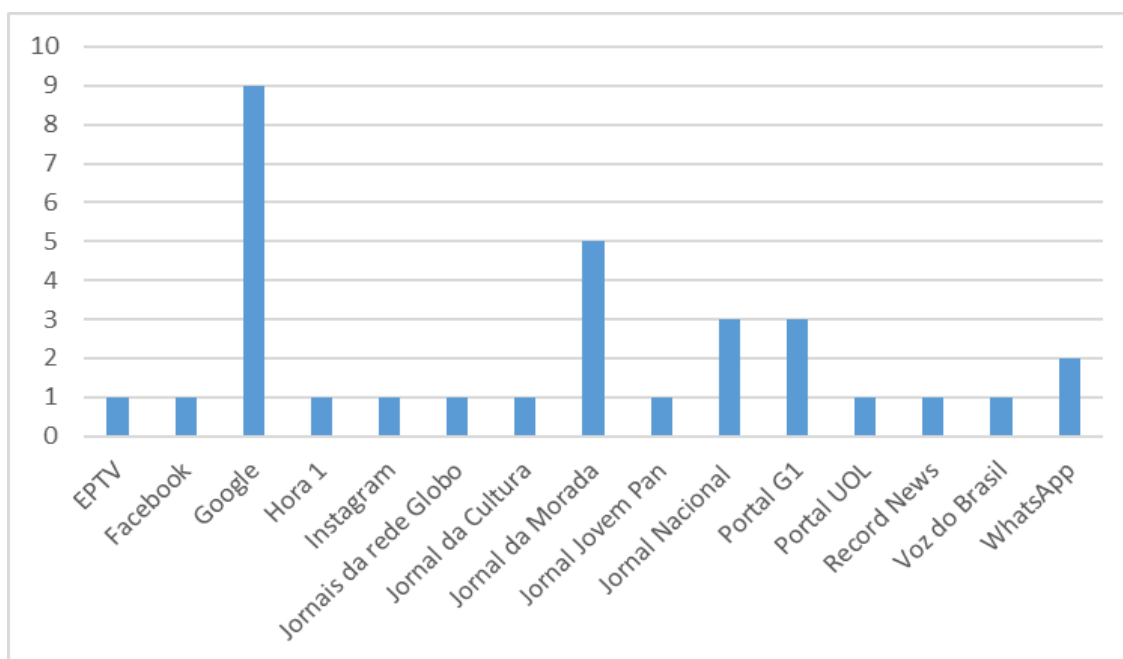
É nessa relação de mediação entre os consumidores dos dispositivos midiáticos e a política que fica possível perceber o papel da veiculação dos discursos informativos e os sentidos de mundo criados a partir deles, como na fala de Fernando, que não assiste ou lê mais jornais por conta dos conteúdos das notícias veiculadas diariamente:

[Você lê, assiste ou escuta algum jornal?] *Não, nenhum.* [Por quê?] *Porque não aguento (risos), não consigo mais ler, sabe por quê? É tudo a mesma coisa, você lê um vamos supor aconteceu um acidente lá em São Paulo, você joga num está falando do acidente, você joga no outro está falando do acidente, joga no outro está falando do acidente, mas caramba tudo no acidente porque não muda não tem outra coisa para ver? E é o dia inteiro entendeu?* (Fernando, maio/2018).

Nos momentos das entrevistas, lançamos uma questão específica quanto ao consumo de discursos informativos e, sobre essa prática, encontramos a televisão e o site de pesquisas Google como os dispositivos midiáticos mais consumidos pelos interlocutores com o objetivo de buscar informações. Os telejornais apareceram oito vezes como fonte de informação diária;

o Google apareceu nove vezes nesse quesito. A seguir apresentamos todas as fontes de informação consumidas pelos interlocutores<sup>25</sup>:

**Gráfico 8 – Fontes de informação**



Fonte: Dados do autor, 2020

O destaque que a internet apresentou enquanto fonte de informações para os interlocutores (Google – nove vezes, portal G1 – três vezes, WhatsApp – dois vezes; portal UOL, Facebook e Instagram – uma vez cada) colocou diante de nossa pesquisa a necessidade de entender como se dá esse consumo informativo via internet hoje em nosso país. Essa busca nos levou até os dados publicados pelo Cetic.br<sup>26</sup>. E sobre esse consumo temos que 38% da população entrevistada<sup>27</sup> consome notícias através da internet, como se pode ver a seguir:

<sup>25</sup> O jornal da Morada é comandado pelo jornalista José Carlos Magdalena. Esse jornal é realizado e transmitido pela Rádio Morada, rádio que é assim apresentada pelo Sistema De Comunicação Roberto Montoro: “A Rádio Morada, com seus quase 50 anos de vida, se consolidou como a emissora mais tradicional da cidade, com sua programação diversificada e um jornalismo muito respeitado em toda a região”. Disponível em: <https://www.portalmorada.com.br/quem-somos#:~:text=SISTEMA%20DE%20COMUNICA%C3%87%C3%83O%20ROBERTO%20MONTORO,respeitado%20em%20toda%20a%20regi%C3%A3o>. Acesso em 02 de dez de 2020.

<sup>26</sup> Criado em 2005, o Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Cetic.br) é o departamento responsável pela coordenação e publicação de pesquisas sobre a disponibilidade e uso da internet no Brasil. Disponível em: <https://www.cetic.br/pt/sobre/>. Acesso em 02 de dez de 2020.

<sup>27</sup> A pesquisa tem como unidades de análise os domicílios e indivíduos de 10 anos ou mais. O plano amostral utiliza informações do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) ou da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) mais recente disponível, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As entrevistas são realizadas presencialmente, em

**Gráfico 9 – Tipos de vídeos e conteúdo dos vídeos assistidos pela Internet**



Fonte: TIC Domicílios 2019. p. 27

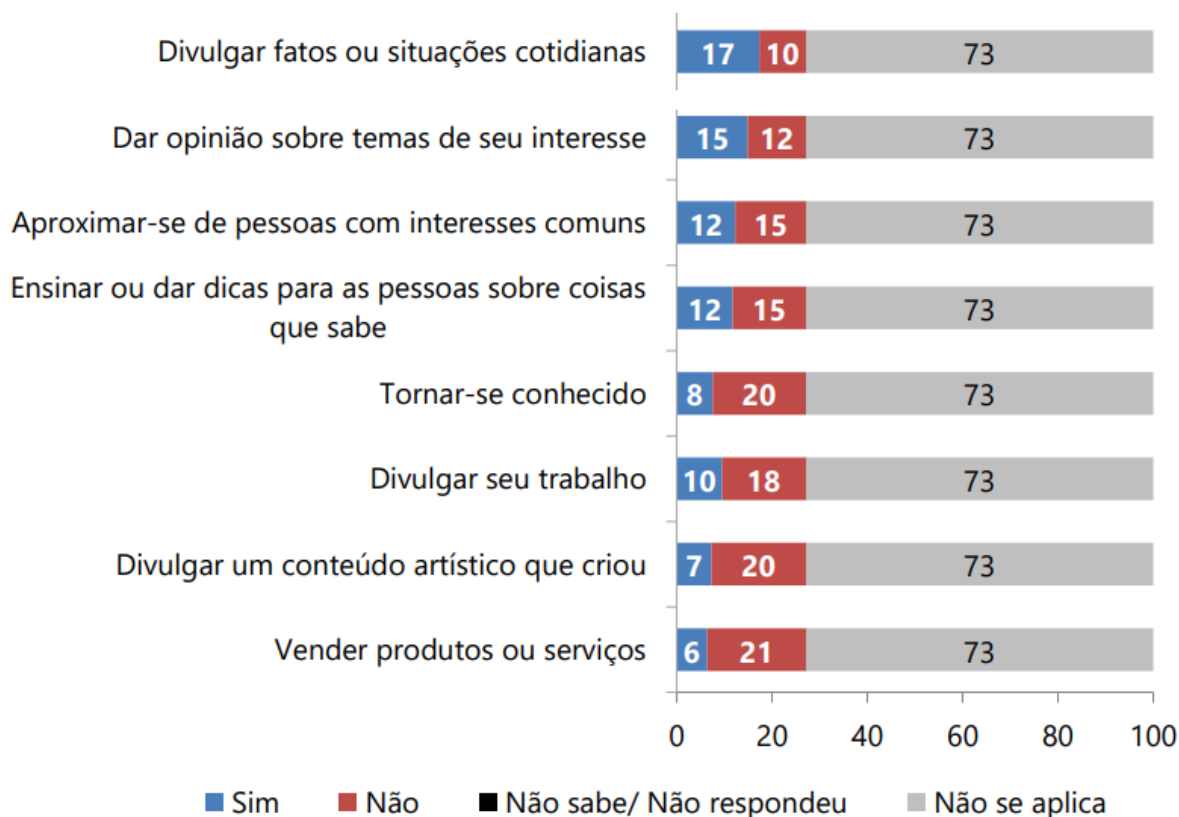
Uma vez que essa pesquisa se volta para apreender a prática política dos eleitores profanos (BOURDIEU, 2011b) enquanto uma agência (BOURDIEU, 2011a) – ou seja, um momento particular de produção simbólica como o resultado dialético entre as informações consumidas sobre política e as disposições adquiridas na trajetória social (BOURDIEU, 2011a) dos agentes – proveniente do senso político (BOURDIEU, 2007), o destaque dos dispositivos de internet no dia a dia dos interlocutores nos levou a refletir também sobre a possibilidade de produção de conteúdo via esses mesmos dispositivos. E sobre essa possibilidade temos que 27% da população pesquisada pelo Cetic.br postou algum conteúdo próprio na internet, como se pode ver:

**Gráfico 10 – Criação e postagem de conteúdo próprio na Internet**

---

domicílios em áreas urbanas e, a partir de 2008, também em áreas rurais. A amostra da pesquisa é estratificada e conglomerada em diversos estágios considerando os domínios de interesse para divulgação de resultados. Disponível em: <https://www.cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/>. Acesso em 02 de dez de 2020.





Fonte: TIC Domicílios 2019. p. 30

O consumo de telejornais remete diretamente ao consumo televisivo e, na busca por melhor entender esse consumo em um quadro macro, recorreremos aos resultados da Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM) realizada em 2016<sup>28</sup>. Nessa pesquisa, o meio de comunicação que aparece como o preferido pelos brasileiros é a televisão, e tendo em vista o acesso e o uso desse dispositivo midiático a pesquisa aponta que:

A TV é o meio de comunicação mais acessado pelos entrevistados, sendo mencionada pela quase totalidade da amostra. Pouco mais de três quartos dos entrevistados assistem TV todos os dias da semana. O acesso é mais frequente entre segunda e sexta-feira, e o tempo médio de acesso supera as três horas diárias. As emissoras da TV aberta são as mais assistidas, principalmente a Rede Globo. (PBM, 2016, p. 33)

<sup>28</sup>Para a realização desta pesquisa foram usados os dados do Censo Demográfico de 2010 e da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2014, ambos realizados pelo IBGE. Tais pesquisas foram realizadas com a população de dezesseis anos ou mais em todas as unidades federativas. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>

Sobre a confiabilidade em relação às informações consumidas, de uma forma mais geral, a Pesquisa Brasileira de Mídia aponta que:

[...] mais da metade dos entrevistados que assistem TV confiam sempre ou muitas vezes nas notícias veiculadas por esse meio. É possível observar que quase seis em cada dez ouvintes de rádio confiam sempre ou quase sempre nas notícias divulgadas por essa mídia, proporção semelhante entre os leitores de jornais. Por volta de quatro em cada dez leitores confiam sempre ou muitas vezes nas notícias veiculadas nas revistas. Por sua vez, a maioria dos usuários de internet confia poucas vezes ou nunca confia nas notícias de sites, de blogs e de redes sociais (PBM, 2016, p. 33).

O consumo de discursos informativos remete a uma dimensão de nossa pesquisa que está ligada à ideia de um mercado simbólico da informação (SANTOS, 2015), tendo em vista a produção, a circulação e consumo de discursos informativos, no qual entendemos estar alicerçada a relação entre os campos da mídia (BOURDIEU, 2002) e o campo da política em nosso país. Esta dimensão será trabalhada no capítulo a seguir em que abordaremos algumas características e dinâmicas deste mercado simbólico.

### **3 MÍDIA E POLÍTICA**

Nesse capítulo vamos apresentar o modo pelo qual os meios de comunicação foram abordados nessa pesquisa com o objetivo de construir um olhar relacional (BOURDIEU, 2002) para situar a contribuição desses meios para o processo de formação do senso político (BOURDIEU, 2007) dos interlocutores e, no limite, para a configuração das dinâmicas políticas nacionais.

A primeira seção, “O campo da mídia e os meios de comunicação”, visa apresentar nosso entendimento acerca do conceito de campo midiático, assim como o modo pelo qual esse conceito foi operacionalizado nessa pesquisa. A seção seguinte, “O campo da mídia e a política no Brasil”, apresenta uma breve revisão bibliográfica sobre estudos da ciência política que analisam as relações contemporâneas entre os meios de comunicação e as disputas políticas em nosso país.

A terceira seção deste capítulo, “Narrativas midiáticas: a construção da desconfiança na política”, consiste de uma análise da produção discursiva sobre a temática política veiculada pelos dispositivos midiáticos mais consumidos entre os interlocutores dessa pesquisa. Essa análise não tem por objetivo esgotar as relações entre os discursos midiáticos e o campo político no país, mas sim buscar perceber as repercussões dessa produção discursiva na relação dos interlocutores com o campo da política e o com o campo da mídia de um modo geral.

#### **3.1 O campo da mídia e os meios de comunicação**

Pensar sobre o senso político (BOURDIEU, 2007) dos interlocutores dessa pesquisa remete à busca por entender como esse senso foi construído na trajetória de cada um deles. O contato com essas trajetórias (BOURDIEU, 2011a) tornou possível a percepção de uma relação entre o consumo de informações, dado pelo encontro de uma demanda por parte dos interlocutores e a oferta de discursos informativos por parte dos dispositivos midiáticos, e o discurso político (BOURDIEU, 2007) formulado por cada agente.

Essa relação diz respeito a uma das noções norteadoras desse estudo: as homologias estruturais (BOURDIEU, 2004) existentes entre o campo da mídia – referentes aos dispositivos de comunicação como televisão, rádio e internet, por exemplo, quando pensados a partir da teoria dos campos sociais (BOURDIEU, 2002) – e o campo da política (BOURDIEU, 2002).

Em nossa leitura, pensar as homologias estruturais entre esses dois campos se faz possível por que eles são espaços sociais de produção de conhecimento e cumprem uma função em relação às disputas pelo poder político, “enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento” (BOURDIEU, 2002, p. 11). Ou seja, estes campos sociais apresentam disputas internas próprias que estruturam as dinâmicas de reprodução particulares a cada um. E ao cumprirem essa disputa, colaboram para a dinâmica de reprodução do contexto social no qual se encontram, aqui em específico o contexto político nacional.

Esses campos disputam muitas vezes a condição de produtores do que foi conceituado por Bourdieu por *doxa*: “[...] quer dizer todo o conjunto do que é admitido como óbvio, e em particular os sistemas de classificação determinando o que é julgado interessante e sem interesse, aquilo que ninguém pensa merecer ser contado, por que não tem procura” (BOURDIEU, 1983b, p. 87). Disputam o papel de formatadores dos sentidos práticos que podem ser atribuídos às dinâmicas políticas nacionais, estabelecendo entre si uma “luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer” (BOURDIEU, 2000, p. 174).

O poder simbólico disputado por esses campos diz respeito aos possíveis efeitos-teoria (BOURDIEU, 1996, p. 25) provenientes dos discursos sobre a política nacional que, quando colocados em circulação, possuem a capacidade de configurar os distintos modos pelos quais os agentes profanos (BOURDIEU, 2011b) ao campo político nacional experienciam o contexto da política institucional, eleitoral e partidária.

Uma compreensão contemporânea acerca da função estruturante das relações de comunicação não pode ser construída sem levar em conta o papel dos dispositivos midiáticos, pois a comunicação estabelece uma relação de troca simbólica, ou seja, “um ato simbólico de reconhecimento da igualdade na humanidade, que só tem valor entre aqueles que possuam as categorias de percepção que lhes permitam perceber a troca como troca e de ter interesse no objeto da troca”. (BOURDIEU, 2011a, p. 167).

É nesse sentido que os discursos sobre o contexto político nacional veiculados através dos meios de comunicação se colocam como centrais em tentativas de compreensão acerca de alguns contextos contemporâneos em que as trocas simbólicas não se encontram mais “restritas primariamente a contextos de interação face a face, mas são mediadas, de maneira cada vez mais ampla e crescente, pelas instituições e mecanismos da comunicação de massa” (THOMPSON, 1995, p. 25).

Um exemplo da centralidade dessa mediação realizada pelos discursos dos meios de comunicação é a relação estabelecida entre a imagem que o eleitor profano (BOURDIEU, 2011b) formula de seu candidato e esse agente enquanto profissional do campo político. Sem ter um contato pessoal com esse agente político profissional, em muitas das vezes, a imagem do candidato formulada pelo eleitor é construída a partir das informações produzidas e veiculadas pelos dispositivos do campo midiático. (SANTOS, 2015).

Essa função de mediação simbólica exercida pelos discursos veiculados pelos meios de comunicação tem um caráter político – pois interfere diretamente em disputas por poder – e estruturante – na medida em que pode conformar a visão de mundo de seus consumidores – e permite um questionamento sobre os efeitos de poder desses discursos diante do campo político nacional, uma vez que:

O surgimento e desenvolvimento de uma nova modalidade de comunicação, aqui nomeada de midiática, e a conformação de uma sociabilidade estruturada e ambientada pela mídia recolocam em intensa evidência a temática do relacionamento entre política e comunicação, e, em especial, da interação entre mídia e eleições, pois eles ressignificam em profundidade os termos envolvidos na relação, alterando de modo significativo as configurações dos processos eleitorais. (RUBIM, 2001, p. 169).

A construção de uma possível resposta a essa questão começa a partir de duas noções; a primeira remete à ideia de que na contemporaneidade a sociedade pode ser entendida enquanto uma sociedade de informação em que a produção discursiva veiculada pelos meios de comunicação, “não cava um fosso entre a funcionalidade cotidiana e o mito perdido: ela cria a imagem, produz o mito, e ao mesmo tempo o faz funcionar” (AUGÈ, 1994, p.88). A segunda diz respeito à agência política (BOURDIEU, 2011a) dos meios de comunicação, uma vez que:

Os meios de comunicação são atores políticos importantes no Brasil. Mesmo quando optam por não assumir um posicionamento explícito em relação aos temas presentes na agenda pública, aos partidos políticos ou aos candidatos concorrentes nas eleições, como é praxe entre os principais veículos brasileiros, a mídia noticiosa participa ativamente da conformação da agenda política e eleitoral e da definição dos limites dos debates. (BIROLI, 2011, p. 86).

A busca por entender o papel dos discursos informativos midiáticos diante das dinâmicas do campo político nacional colocou a necessidade de caracterizar o que até aqui foi nomeado como campo da mídia. Assim, tomamos contato com o pensamento de Rodrigues

(1999) e com uma discussão sobre o processo de atomização do que ele nomeia de “campo dos media”. Segundo Rodrigues:

[...] são os dispositivos de mediação que delimitam os objectos da percepção e da sensação que integram o Mundo vivido. No entanto, só na modernidade tardia esses dispositivos se problematizam, autonomizando-se num campo próprio. Enquanto a experiência tradicional se alimenta da amnésia da arbitrariedade ou do esquecimento naturalizante dos quadros da experiência formados pelos dispositivos de percepção do mundo, a experiência moderna procede da autonomização desses dispositivos e da instituição de um campo dotado de legitimidade para superintender a experiência de mediação, instituição a que dou o nome de campo dos media. (RODRIGUES, 1999, p.24).

Aqui temos uma aproximação entre a capacidade dos dispositivos midiáticos, através do exercício de mediação simbólica, delimitarem as possibilidades de percepção do mundo prático, conforme Rodrigues (1999), e a participação ativa dos dispositivos midiáticos no processo de configuração da agenda política nacional apontada por Biroli (2011).

Essa potencialidade estruturante dos meios de comunicação se constitui contemporaneamente na medida em que estes meios se estruturam em um campo social (BOURDIEU, 2002), ou seja, ganham legitimidade e autonomia diante dos demais campos que compõem o espaço social (BOURDIEU, 1996):

A emergência do campo dos media só ocorreu na segunda metade do século XX e a sua consumação apenas viria a correr efectivamente a partir dos meados dos anos 80, altura em que o nosso planeta fica completamente coberto pelos satélites de telecomunicações e em que são implantados os dispositivos técnicos da telemática que estão na origem das actuais redes da informação mediática. É a partir dessa altura que assistimos efectivamente à autonomização de um domínio específico destinado à criação e à gestão dos dispositivos da informação mediática. (RODRIGUES, 1999, p.26).

Nesse sentido, aquilo que nessa pesquisa vem sendo entendido por campo midiático e que seria dado pelo conjunto de dispositivos estruturados de comunicação e produção de conhecimento (BOURDIEU, 2002) tem uma relação direta com o que Rodrigues (1999) definiu enquanto campo dos media (RODRIGUES, 1999, p.26), sobretudo porque “A natureza do campo dos media está, por conseguinte, intimamente associada ao desempenho das funções de regulação indispensáveis à gestão das relações entre os diferentes campos sociais” (RODRIGUES, 1999, p.25).

A potencialidade estruturante atribuída aos discursos veiculados pelos dispositivos do campo midiático (BOURDIEU, 2002; RODRIGUES, 1999), é um reflexo das características que estruturam esse campo, uma vez que:

O campo dos media é a instituição que possui a competência legítima para criar, impor, manter, sancionar e restabelecer a hierarquia de valores assim como o conjunto de regras adequadas ao respeito desses valores, no campo específico da mediação entre os diferentes domínios da experiência sobre os quais superintendem, como vimos, na modernidade, os diferentes campos sociais. (RODRIGUES, 1999, p.26).

Assim, no sentido da mediação das trocas simbólicas apontado por Thompson (1995), seriam os discursos – e por consequência as formações discursivas (FOUCAULT, 1997) – veiculados pelos dispositivos do campo midiático (BOURDIEU, 2002; RODRIGUES, 1999) os responsáveis por realizar no dia a dia a mediação entre os campos sociais – como o da economia e o da política, por exemplo – e entre estes campos e os agentes que de uma forma profana (BOURDIEU, 2011b) se relacionam com esses através do consumo dos discursos midiáticos sobre os mesmos. Como, por exemplo, no caso das imagens dos candidatos políticos formuladas pelos eleitores profanos através dos discursos midiáticos sobre esses candidatos.

### **3.2 O campo da mídia e a política no Brasil**

Em nossos estudos anteriores (SANTOS, 2015, 2016, 2017) sobre as relações entre mídia e política, foi possível identificar o seguinte argumento: “[...] a mídia despolitiza e espetaculariza as eleições, age sempre intencionalmente e manipula e agenda o receptor” (COLLING, 2007, p 43). E foi na busca por tomar distância dessa linha argumentativa que o objetivo dessa pesquisa foi estabelecido. Ao entender que, a relação existente entre os discursos midiáticos sobre a política e seus consumidores profanos, não pode ser resumida a uma relação mecânica de manipulação.

Assim, indo na contramão desse argumento, que entende que “[...] os efeitos da mídia sobre os agentes políticos são uniformes” (MIGUEL, 2002, p. 180), esse trabalho tem buscado compreender as possíveis relações entre esse processo de espetacularização do político promovido pelos dispositivos midiáticos no país e as práticas políticas dos agentes profanos (BOURDIEU, 2011b) ao campo político nacional. Nesse sentido, para além do argumento da espetacularização e manipulação do consumidor midiático (COLLING, 2007), a seguir apresentamos quatro dimensões pelas quais essa relação pode ser construída.

A primeira destas dimensões coloca os dispositivos do campo midiático em uma posição de mediadores nas relações estabelecidas entre os especialistas do campo político e os agentes profanos. Essa função política, que contemporaneamente pode ser ligada aos

dispositivos do campo midiático (BOURDIEU, 2002; RODRIGUES, 1999), era tradicionalmente executada pelos partidos, enquanto instituições legitimadas e estruturadas pelo próprio campo político:

A mídia tornou-se o principal instrumento de contato entre a elite política e os cidadãos comuns. As consequências desse fato são importantes: ele significa que o acesso à mídia substitui esquemas políticos tradicionais e, notadamente, reduz o peso dos partidos políticos. A literatura costuma apresentar, entre as principais funções dos partidos, a de serem ferramentas que permitem que a cúpula mobilize seus apoiadores e, por meio deles, alcance o conjunto dos cidadãos; e, inversamente, que recolhem demandas das pessoas comuns, permitindo assim que elas cheguem às esferas de exercício do poder. Os meios de comunicação de massa suprem, em grande parte, ambas as funções, contribuindo para o declínio da política de partidos. (BIROLI e MIGUEL, 2010, p.9)

A segunda dimensão dessa possível relação de interferência coloca os meios de comunicação enquanto esfera contemporânea de produção e de legitimação dos discursos políticos do próprio campo político (BOURDIEU, 2002):

Por efeito dessa predominância como instrumento de contato, o discurso político transformou-se, adaptando-se às formas preferidas pelos meios de comunicação de massa. É comum o lamento de que os “políticos de todas as matrizes têm revelado uma tendência a descaracterizar seu próprio discurso e incorporar o estilo midiático” (SARTI, 2000, p.3; ênfase suprimida na citação). [...] Assim, é necessário compreender as transformações que os meios eletrônicos de comunicação impuseram ao discurso sem um fundo normativo que diga qual é o “verdadeiro” discurso político, livre de contaminações. (BIROLI e MIGUEL, 2010, p.9)

Diretamente ligada a essa esfera de produção e legitimação dos discursos políticos, está a terceira dimensão dessa possível relação entre o campo da mídia e o campo da política, expressa pelos diversos enquadramentos dos discursos midiáticos diante dos temas e problemas ligados às dinâmicas que estruturam as relações entre o campo político e os demais campos sociais, uma vez que “[...] a mídia fornece os esquemas que permitem interpretar os acontecimentos” (BIROLI e MIGUEL, 2010, p.10).

A última dimensão dessa relação diz respeito à construção, via discursos midiáticos, de imagens sobre os agentes do campo político e sobre a própria política de um modo geral. Nesse sentido, cada vez mais:

[...] os candidatos a posições de destaque político têm de adotar uma preocupação central com a gestão da visibilidade. [...] Há, em primeiro lugar, a busca do fato político (aquele que é assim reconhecido pela mídia), como forma de orientar o noticiário e, assim, influenciar a agenda pública, o que implica a absorção de critérios de “noticiabilidade” por parte dos atores



políticos. Além disso, a visibilidade na mídia é, cada vez mais, componente da produção do capital político. (BIROLI e MIGUEL, 2010, p.10)

A possível relação entre os discursos midiáticos sobre o campo político e os eleitores profanos (BOURDIEU, 2011b) que consomem esses discursos seria estabelecida através da *agenda-setting* (COLLING, 2001), em uma perspectiva que trabalha a partir do argumento de que “[...] a mídia nos diz em que temos que pensar” (COLLING, 2001, p. 91).

Nessa linha teórica, a relação entre os discursos midiáticos e seus consumidores seria uma relação de mão única em que os dispositivos midiáticos ocupam um lugar de poder diante de seus consumidores. Por isso, quando estes trabalhos pensam a ideia da *agenda-setting* em um contexto de disputas no campo político, tal qual uma eleição, eles estabelecem, por exemplo, que:

[...] em uma campanha eleitoral, os eleitores recebem dos meios de comunicação a maior parte das suas informações; os eleitores conhecem novos elementos da informação, mas nem todos são igualmente capazes de interpretar e usar todos os pontos de vista; os eleitores conhecem e se informam de acordo com a insistência com que os meios falam e dão conta dos problemas debatidos durante a campanha. (COLLING, 2001, p. 92)

Dentre esses estudos sobre a capacidade dos dispositivos do campo midiático (BOURDIEU, 2002; RODRIGUES, 1999) de influenciar a agenda pública, é possível identificar três linhas gerais:

i) Os estudos sobre a agenda do público, que discutem “[...] sobre o efeito que os meios de comunicação exercem sobre as percepções da opinião pública nas diversas questões sociais. É a relação causal entre a agenda informativa e a agenda do público” (COLLING, 2001, p. 94). Nesta linha estão os trabalhos que visam compreender os possíveis efeitos de poder (FOUCAULT, 1995) dos discursos midiáticos sobre seus consumidores, como por exemplo, os eleitores profanos.

ii) Os estudos sobre a agenda política (*policy agenda-setting*) que discutem sobre como os discursos midiáticos “[...] condicionam as percepções dos próprios representantes políticos. É a relação causal entre a agenda informativa e a agenda política, ou dos profissionais da política” (COLLING, 2001, p. 94). Os trabalhos desta linha teórica se dedicam a compreender os possíveis efeitos de poder dos discursos midiáticos sobre os agentes do campo político.

iii) Os estudos sobre as construções de agendas (a agenda *building*) que debatem sobre “[...] como e quem determina as agendas, quem tem o poder de controlar a agenda e como isso é realizado”. (COLLING, 2001, p. 94). Nesta linha encontram-se os trabalhos que

buscam compreender as relações de poder que perpassam a construção dos discursos midiáticos, ou seja, estudam as disputas que estruturam o campo midiático (BOURDIEU, 2002; RODRIGUES, 1999), tendo em vista o conceito de enquadramento, uma vez que “Produzir um enquadramento é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e dar a eles um destaque maior no texto comunicativo, gerando interpretação, avaliação moral e/ou tratamento recomendado para o item descrito”. (COLLING, 2001, p. 95)

Por fim, pode-se dizer que pela perspectiva teórica da *agenda-setting* as relações entre o campo político e o campo midiático são construídas através das noções de agendamento e enquadramento. Assim, os trabalhos produzidos nessa perspectiva, ao afirmarem que “o poder do *agenda-setting* está entre a distinção sobre quais assuntos eu estou pensando e o que eu penso sobre determinada coisa ou assunto” (COLLING, 2001, p. 94), colocam os consumidores das informações midiáticas em uma posição de passividade. E essa é, justamente, a condição que estamos questionando com essa pesquisa, tendo em vista “os limites da influência midiática sobre o comportamento do eleitorado e a necessidade de elaboração de modelos mais refinados para explicá-la”. (BIROLI e MIGUEL, 2010, p.14).

### **3.2.1 A democracia, a mídia e a construção da desconfiança**

Segundo Miguel (2010) para a maioria da literatura que se debruçou sobre a relação entre democracias e cidadãos, o problema não estaria no sistema democrático, mas sim nos cidadãos por ele representados, motivo pelo qual essa literatura sempre “adota um tom condenatório, culpando os cidadãos por alimentarem expectativas excessivas quanto ao funcionamento da democracia” (MIGUEL, 2010, p. 223).

No que se refere ao campo midiático e a sua possível relação com esse momento de desgaste dos sistemas democráticos representativos, Miguel (2010) apresenta três hipóteses pelas quais a ciência política operacionalizaria suas análises sobre as relações entre o que ele chama de elite política, os eleitores e os meios de comunicação:

- a) hipótese do cinismo crescente do público, segundo o qual a elite política atual é tão boa quanto a do passado, mas os cidadãos se tornaram incapazes de apreciar suas virtudes; b) A hipótese do fim das ilusões, para a qual a elite política passada é tão ruim quanto a atual, mas o público só agora abriu os olhos e deixou de ser enganado como antes; c) A hipótese da percepção correta continuada, que entende que a qualidade média da elite política decaiu e, no passado, como agora, o público é capaz de avaliá-la de forma acertada (MIGUEL, 2010, p. 224).

Com essas hipóteses, Miguel (2010) considera que a literatura corrente tentaria dar conta de entender o aumento da crença na incapacidade do sistema democrático representativo em dar repostas as demandas políticas (dos cidadãos) contemporâneas. Para ele a percepção do aumento da descrença na política pode ser evidenciada e reconhecida por três indicativos: “a descrença generalizada nas potencialidades da política institucional evidenciada com o aumento da abstenção eleitoral”; “a erosão das lealdades partidárias” e “e os *surveys* acerca da confiança no sistema e nas elites políticas” (MIGUEL, 2010, p.225).

Miguel afirma que em análises que possam ser construídas a partir destas hipóteses encontraremos, sem dúvida, a participação dos meios de comunicação como algo central, uma vez que “em qualquer das três narrativas, os meios de comunicação de massa cumprem papel crucial, seja alterando as disposições do público, seja influenciando na qualidade da elite política” (MIGUEL, 2010, p. 224).

Em síntese, pode-se dizer que, para Miguel (2010), a contemporaneidade pode ser entendida como um contexto em que “a desconfiança em relação aos políticos é elemento de uma desconfiança generalizada, em relação a qualquer discurso de poder, o que, aliás, inclui o próprio discurso da mídia” (MIGUEL, 2010, p. 238). Um contexto em que a desconfiança nas instituições evidenciaria os limites do sistema democrático representativo. Em suas palavras:

Os meios de comunicação – em particular, a televisão – reduziram a capacidade cognitiva do eleitorado, ao mesmo tempo que o fariam imaginar que possuiria mais informação sobre a vida política, levando a piores escolhas; enfraqueceriam os partidos políticos, tornando a política uma disputa entre personalidades; e obrigariam os líderes políticos a apresentar respostas apressadas aos acontecimentos. Dessa forma, contribuiriam para a redução na qualidade da tomada de decisões (MIGUEL, 2010, p. 236).

Como um exemplo dessa capacidade atribuída aos discursos midiáticos de reduzir a qualidade – e não a capacidade cognitiva dos eleitores como pontua Miguel (2010) – de algumas escolhas políticas, temos o que nos disse Elias sobre como em pleito eleitoral (2014) sua escolha, da qual se arrepende, foi construída através das informações fornecidas pela televisão:

*Rapaz, é assim o cara fala, a cidadão, você tem que conhecer a vida política do cidadão, rapaz eu, assim queira ou não queira como eu fui influenciado também as grandes mídias, as grandes mídias é Rede Globo, promoveu o Aécio isso e aquilo lá, promoveu, e aconteceu o que? Essa merda que deu, o cara é o maior ladrão que tem entendeu?* (Elias, dezembro/2019).

A fala de Elias permite perceber como os dispositivos do campo midiático podem interferir nas dinâmicas do campo político do país influenciando, por exemplo, as escolhas em

um pleito eleitoral. A experiência de Elias, também permite pensar como os possíveis efeitos de poder gerados pelos discursos do campo midiático ganham potência na medida em que essa dinâmica de desconfiança diante do regime democrático representativo parece integrar um contexto global.

Sobre essa dinâmica da desconfiança diante dos sistemas democráticos:

Pesquisas realizadas na última década e meia mostraram isso para o Brasil, México e Chile (MOISÉS, 1995; DURAND PONTE, 2005; HUNNEUS, 2004), e mostraram que existe associação entre os sentimentos de insatisfação com a democracia, apatia ou impotência política e a desconfiança dos cidadãos de instituições democráticas. Tampouco é diferente a situação da Coreia do Sul estudada por Shin (SHIN, 2005). Em vários desses países, as instituições democráticas se originaram de estruturas do regime autoritário e, muitas vezes, mostraram-se incoerentes com seus objetivos, mesmo quando conheceram reformas importantes, não tendo tido ainda oportunidade de passar pelo processo de rotinização que, no caso das democracias mais antigas, malgrado seu mal-estar recente, foi um ingrediente importante de seu longo processo de consolidação (MOISÉS, 2008, p.8).

O que se coloca em questão, com relação aos possíveis efeitos de poder provenientes dos discursos midiáticos, são os limites entre as ideias de confiança e de desconfiança em relação às dinâmicas de reprodução e funcionamento do campo político.

Sobre estes limites, a partir de Moisés (2005), pode-se afirmar que certo grau de desconfiança é benéfico para o bom andamento de uma democracia enquanto sistema político; no entanto, a desconfiança generalizada pode levar ao comprometimento do funcionamento do regime democrático como um todo, o que gera um problema para a qualidade do sistema político em contextos de democracias já consolidadas, assim como para os processos de consolidação do sistema representativo em países de democracia recente, como no caso do Brasil.

Como afirma Moisés (2008), em ambos os casos a desconfiança política afeta o papel do Estado e a relação dos cidadãos com o sistema democrático de modo geral. Porém, há uma diferença que deve ser explicitada. Nas velhas democracias, a ideia de uma descrença na política motivou “os cidadãos a adotarem novas atitudes políticas e formas de participação na vida pública” e a pensar em “reformas das instituições democráticas”, enquanto que nos países de democracias recentes esta descrença revela uma tendência que tem levado o cidadão “a afastar-se da política ou a desinteressar-se de seus rumos” (MOISÉS, 2008, p.1).

Dentro dessa perspectiva na qual nosso sistema democrático pertence ao conjunto das chamadas democracias recentes, ou seja, aos sistemas democráticos em que as instituições

políticas, assim como a ideia de uma cultura cívica, ainda se encontram em desenvolvimento, é que podemos dizer que os dispositivos do campo midiático, através da construção de suas agendas e enquadramentos, colocam-se cada vez mais como um importante e fundamental agente no jogo político nacional. O que não significa dizer que esses dispositivos possuem a capacidade de manipular as escolhas dos eleitores no país.

Por isso, tendo em vista algumas perspectivas dos estudos em ciência política, discutidos a partir de Colling (2001) e Biroli e Miguel (2010), e as características de um mercado simbólico da informação (SANTOS, 2015) dadas pelo encontro entre as demandas dos consumidores dos discursos midiáticos e as formações discursivas (FOUCAULT, 1997) veiculadas pelo campo midiático (BOURDIEU, 2002; RODRIGUES, 1999) seguimos questionando a ideia de passividade por parte dos agentes consumidores dos produtos midiáticos, sobretudo porque a hipótese inicial dessa pesquisa diz respeito à possibilidade de uma agência (BOURDIEU, 2011) desses consumidores diante dos enquadramentos e agendas produzidos pelos dispositivos do campo midiático.

### **3.3 Narrativas midiáticas: a construção da desconfiança na política**

Diante dos objetivos dessa pesquisa tentamos entender as formações discursivas (FOUCAULT, 1997) veiculadas pelos dispositivos midiáticos sobre o contexto político nacional, e tendo em vista a complexidade do campo midiático contemporâneo, para essa análise foram utilizados os dados produzidos e disponibilizados pelo site Manchetômetro, que é:

[...] um site de acompanhamento da cobertura da grande mídia sobre temas de economia e política produzido pelo Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP). O LEMEP tem registro no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e é sediado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O Manchetômetro não tem filiação com partidos ou grupos econômicos<sup>29</sup>.

A análise de valências é a principal metodologia utilizada na produção desses dados, que por sua vez, são disponibilizados à população em geral, uma vez que: “O objetivo principal do Manchetômetro é servir como ferramenta da cidadania, possibilitando a qualquer pessoa o acesso a dados e análises sobre o comportamento da grande imprensa acerca de

---

<sup>29</sup> Disponível em: <http://www.manchetometro.com.br/index.php/quem-somos-2/>. Acesso em 05 de out de 2019.

questões fundamentais para nossa vida coletiva”<sup>30</sup>. Quanto a natureza dos dados disponibilizados, de maneira mais específica, temos que:

Tal análise busca responder à seguinte pergunta: o texto em questão expressa alguma posição quanto ao assunto ou aos personagens mencionados? Dividimos nossas valências em quatro tipos: positivas, negativas, neutras e ambivalentes. As notícias favoráveis são as que contêm referências predominantemente positivas ao personagem ou tema em questão, sejam elas factuais ou normativas (exemplo: “Programa X diminuiu drasticamente os níveis de desnutrição infantil nos estados da Região Nordeste” ou “Fulano de Tal cumpriu a maioria de suas promessas de campanha”); as contrárias são aquelas que contêm referências predominantemente negativas ao personagem ou tema em questão (exemplo: “Política econômica do governo não detém inflação” ou “Cicrano não é um ministro confiável”); quando o texto é mormente descritivo e destituído de conteúdo claramente positivo ou negativo, ele recebe a classificação de neutro (exemplo: “Congresso aprova lei Y” ou “Conheça as novas regras do programa Z”); e em caso de equilíbrio entre referências negativas e positivas, a notícia é classificada como ambivalente (exemplo: “Desemprego cai, mas inflação aumenta”)<sup>31</sup>.

Em nossa leitura as análises de valências, como por exemplo, as construídas pelo Manchetômetro, podem contribuir para reflexões construídas tendo em vista uma teoria foucaultiana do discurso. Nesse sentido as referências textuais ou normativas operacionalizadas na construção das análises de valências seriam entendidas como enunciados (FOUCAULT, 1997) dentro de formações discursivas (FOUCAULT, 1997) midiáticas.

Na análise aqui construída o conceito de enunciado se faz nodal pelo lugar que ocupa na teoria discursiva proposta por Foucault, enquanto:

Um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele, como um ponto sem superfície, mas que pode ser demarcado em planos de repartição e em formas específicas de agrupamentos, como um grão que aparece em uma superfície de um tecido, de que é elemento constituinte, como um átomo do discurso. (FOUCAULT, 1997, p.90).

Assim seria através do enunciado que os discursos passariam a ter uma materialidade, uma vez que: “ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, conteúdos concretos no tempo e no espaço”. (FOUCAULT, 1997, p.99). A noção de materialidade discursiva, operacionalizada e estabelecida pelo enunciado em um discurso, está diretamente

<sup>30</sup> Disponível em: <http://www.manchetometro.com.br/index.php/objetivos-metodologias/>. Acesso em 05 de out de 2019.

<sup>31</sup> Disponível em: <http://www.manchetometro.com.br/index.php/objetivos-metodologias/>. Acesso em 05 de out de 2019.

ligada aos efeitos de poder (FOUCAULT, 1995) que podem ser estabelecidos pelas formações discursivas, uma vez que, em todo:

[...] caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistemas de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como ‘ciência’, ou ‘ideologia’, ou ‘teoria’, ou ‘domínio de objetividade’. (FOUCAULT, 1997, p.43)

Apresentado o modo pelo qual os discursos midiáticos foram acessados e como os mesmos foram analisados, apontamos agora como foi construído o recorte para esse exercício de análise, uma vez que a intenção aqui não foi esgotar as características das formações discursivas midiáticas, mas sim perceber os sentidos criados por estas em relação à política no país.

Para esse recorte levamos em consideração os dados da Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM, 2016), que apontou a televisão como o meio de comunicação mais consumido no país – destacando entre as emissoras a Rede Globo como a mais assistida – e os dados de consumo informativo dos interlocutores dessa pesquisa, nos quais a internet aparece como dispositivo informativo mais consumido (quatorze vezes) seguida pela televisão (oito vezes).

Quanto ao tempo, o recorte realizado corresponde aos dois momentos em que foram realizadas as entrevistas com os interlocutores, seis meses em 2018 (de março a setembro) e seis meses entre 2019 e 2020 (de outubro/2019 a março/2020).

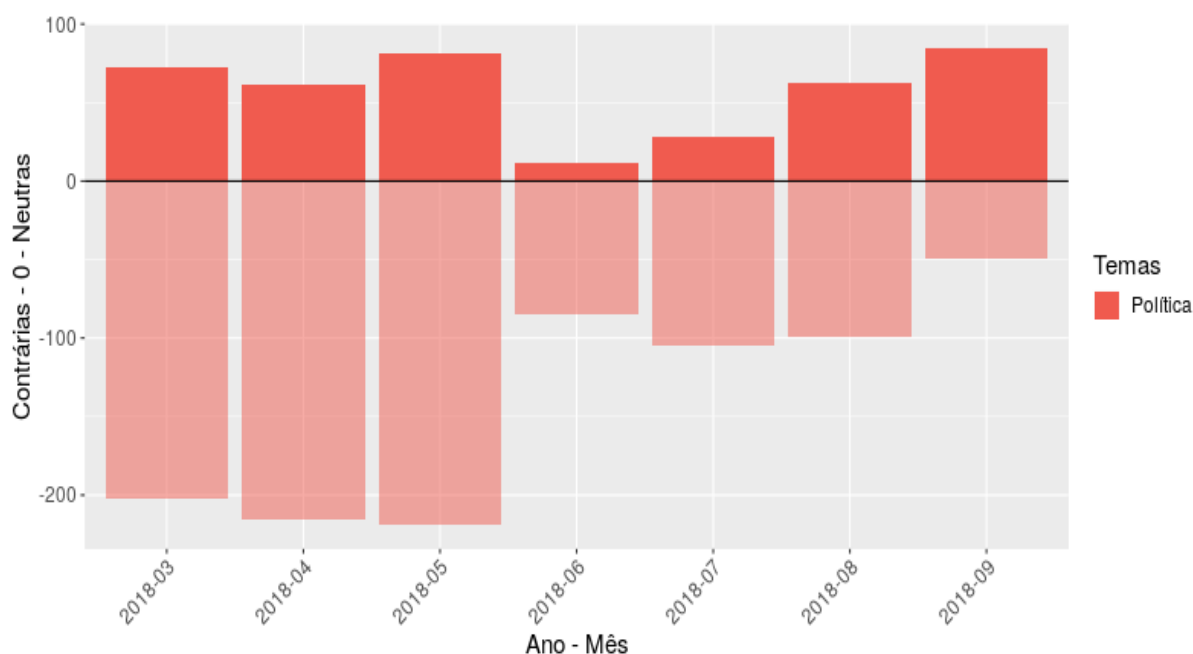
Ao iniciar a análise pelo dispositivo televisão, temos que os telejornais da Rede Globo são os mais presentes nas falas dos interlocutores. Dentre eles o Jornal Nacional foi o programa que mais apareceu (três vezes). Um telejornal exibido desde 1969 que figura entre os carros-chefes da programação da emissora de TV mais vista no país (PMB, 2016). Sobre o fazer jornalístico dessa emissora, do qual o Jornal Nacional é o grande representante, temos, segundo a própria emissora, que:

De todas as definições possíveis de jornalismo, a que o Grupo Globo adota é esta: jornalismo é o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas. Qualquer fato e qualquer pessoa: uma crise política grave, decisões governamentais com grande impacto na sociedade, uma guerra, uma descoberta científica, um desastre ambiental, mas também a narrativa de um atropelamento numa esquina movimentada, o surgimento de um buraco na rua, a descrição de um assalto à loja

da esquina, um casamento real na Europa, as novas regras para a declaração do Imposto de Renda ou mesmo a biografia das celebridades instantâneas. O jornalismo é aquela atividade que permite um primeiro conhecimento de todos esses fenômenos, os complexos e os simples, com um grau aceitável de fidedignidade e correção, levando-se em conta o momento e as circunstâncias em que ocorrem. É, portanto, uma forma de apreensão da realidade. [...] Em resumo, portanto, jornalismo é uma atividade cujo propósito central é produzir um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas (princípios editoriais do Grupo Globo)<sup>32</sup>.

E sobre os discursos veiculados<sup>33</sup> por esse telejornal voltados para a temática política, durante o primeiro momento de realização das entrevistas dessa pesquisa, temos:

**Gráfico 11- Jornal Nacional: discursos sobre política 2018**



Fonte: Manchetômetro 2020

Este primeiro contato permite perceber a construção de uma formação discursiva de sentido contrário em relação às dinâmicas do campo político pelos discursos veiculados pelo Jornal Nacional.

A construção desse discurso negativo sobre o campo político ficou mais evidente quando olhamos para os sentidos construídos, através da utilização ou não de certos

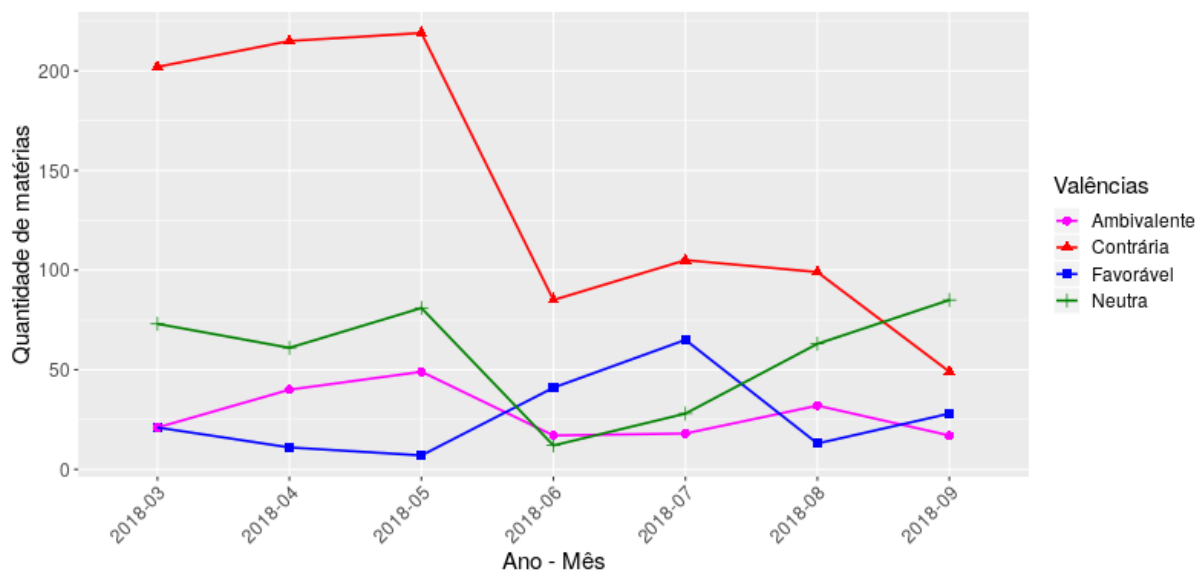
<sup>32</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>. Acesso em 15 de abr de 2020.

<sup>33</sup> Esse mapeamento, fruto da análise realizada pelo site, “leva em conta todo o conteúdo veiculado diariamente pelo programa” e tem por objetivo codificar as “valências e o tempo de cada notícia”. Disponível em: <http://www.manchetometro.com.br/>. Acesso em 15 de abr de 2020.



enunciados, pelos discursos veiculados por esse telejornal ao abordar a política enquanto tema discursivo:

**Gráfico 12 – Jornal Nacional 2018: valências em discursos sobre política**



Fonte: Manchetômetro 2020

Ao refletir sobre os sentidos produzidos por esses discursos midiáticos e, ao entender esses discursos enquanto bens simbólicos em circulação no mercado simbólico da informação (SANTOS, 2015), podemos retomar, como exemplo dos efeitos de poder desses discursos, as falas de dois interlocutores apresentadas anteriormente, mas que permitem identificar, como a aversão ao assunto política pode estar ligada ao modo pelo qual esse assunto é apresentado pela televisão:

[Você lê, assiste ou escuta algum jornal?] *Jornal eu assisto, nem tanto, por que toda a vez que eu ligo no jornal só tem notícia ruim, mas assim tem muita política, eu já estou muito relaxada nessa parte, sabe?! (Gabriela, maio/2018)*

[Você lê, assiste ou escuta algum jornal?] *Não, nenhum. [Por quê?] Porque não aguento (risos) não consigo mais ler, sabe porque é tudo a mesma coisa, você lê um vamos supor aconteceu um acidente lá em São Paulo, você joga num está falando do acidente, você joga no outro está falando do acidente, joga no outro está falando do acidente, mais caramba tudo no acidente porque não muda não tem outra coisa para ver? E é o dia inteiro entendeu. (Fernando, maio/2018).*

Aqui é possível apontar para a construção de uma formação discursiva de desconfiança em relação às dinâmicas do campo político nacional. Também é possível apontar para a contribuição dos discursos do campo midiático para essa construção.

Em nossa análise, essa formação discursiva de desconfiança diante da política estaria ligada a um contexto de desconfiança generalizada em que “a desconfiança em relação aos políticos é elemento de uma desconfiança generalizada, em relação a qualquer discurso de poder, o que, aliás, inclui o próprio discurso da mídia” (MIGUEL, 2010, p. 238). Esse discurso de desconfiança generalizada também se fez perceber nas falas de outros interlocutores:

[Você lê, assiste ou escuta algum jornal? Não. *Eu não gosto muito de jornal. [Por quê?] Porque ultimamente só mostra tragédia. Eu opto por não querer saber muito, não sou muito ligada em tragédia sei lá, eu prefiro uma coisa mais leve, não tem, não dou muita importância para jornal.* (Beatriz, março/2018).

[Você lê, assiste ou escuta algum jornal?] *Jornal eu assisti muito, hoje eu desanimei um pouco pela quantidade de corrupção que você vê, mas geralmente eu acompanho muito jornal.* (Carlos, março/2018).

No que toca à internet, o dispositivo midiático mais consumido pelos interlocutores é o Google, um site de busca que direciona as pesquisas para as páginas em que os interlocutores podem encontrar as informações desejadas. No decorrer das conversas foi possível identificar como essa busca por informação mediada pelo Google acontecia, e a página do UOL apareceu como a mais consumida entre eles, como pode-se ver:

[No seu dia a dia, onde você escuta falar sobre a política?] *Eu escuto mais assim, com colegas de trabalho e acompanho canais de veículos de comunicação pelo celular, computador e dá para gente ficar sabendo. [Tem algum veículo preferido?] Tem, eu gosto de ver as notícias do UOL.* (Otávio, janeiro/2020)

[No seu dia a dia, onde você escuta falar sobre a política?] *No dia a dia assim tipo de notícia é rede social então você pode colocar aí Facebook só que aí eu vejo mais ou menos e eu vou pesquisar eu sempre pesquiso na internet também e na Folha. Por exemplo eu vi lá uma notícia que vai falar que mudou a quantidade de anos que você tem para se aposentar aí eu vou, vou pesquisar se tem alguma coisa no Google, aí eu entro geralmente no site da UOL e olho, eu vejo se tem alguma matéria disso aí dentro daquelas matérias geralmente tem alguns outros links que você vai olhando.* (Helena, fevereiro/2020)

[No seu dia a dia, onde você escuta falar sobre a política?] *Eu sempre entro em algumas páginas né, entro na UOL, no globo.com, no G1, dou uma*

*pesquisada no Google para ver se eles estão falando a mesma coisa se é uma informação um pouco diferente.* (Ailton, novembro/2019)

A página do UOL foi lançada pelo Grupo Folha (Folha da Manhã S/A), em abril de 1996, como um provedor de acesso à internet e a conteúdos informacionais com o nome de Universo Online. E como passar do tempo, ficou conhecida apenas por UOL:

UOL entra no ar, o primeiro portal de conteúdo do Brasil Universo Online vai ao ar, com serviço de Bate-papo, edição diária da Folha de S. Paulo, arquivos da Folha com cerca de 250 mil textos, reportagens do The New York Times (traduzidas para o português), Folha da Tarde e Notícias Populares, Classificados, Roteiros e Saúde e a revista IstoÉ. O logotipo do UOL aparece pela primeira vez<sup>34</sup>.

Hoje, com pouco mais de vinte e quatro anos de história a página da UOL está entre as maiores empresas de conteúdo online do país:

Há duas décadas somos a maior empresa brasileira de conteúdo, serviços e produtos da internet. Nove em cada dez internautas acessam o UOL todos os meses, sua homepage recebe mais de 114 milhões de visitantes únicos por mês. [...] O UOL é referência em conteúdo para os brasileiros há mais de 20 anos e segue crescendo em audiência e alcance. Em 2019, além de lançar as plataformas de conteúdo ECOA, com foco em jornalismo propositivo, START, que cobre o universo de games e eSports, Tilt, a plataforma de tecnologia, e também o MOV, a produtora de vídeos do UOL, alcançamos a marca de 107 milhões de usuários únicos e nos tornamos líderes entre os maiores produtores de conteúdo do país<sup>35</sup>.

Uma vez que esse portal pertence ao Grupo Folha e disponibiliza um vasto acervo, assim como as edições diárias, do jornal impresso Folha de S. Paulo, pode-se inferir que, quando os interlocutores desse trabalho pesquisam sobre uma notícia no Google e são direcionados à página do UOL eles estariam, na maioria das vezes, lendo informações produzidas pelo jornal Folha de S. Paulo, motivo pelo qual ele foi escolhido como segundo dispositivo midiático de nossa análise:

Fundada em 1921, a Folha é, desde a década de 80, o jornal mais vendido do país entre os diários nacionais de interesse geral. O crescimento foi calcado nos princípios editoriais do Projeto Folha: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência. Organizado em cadernos temáticos diários e suplementos, tem circulação nacional. Foi o primeiro veículo de comunicação do Brasil a adotar a figura do ombudsman e a oferecer conteúdo on-line a seus leitores. Missão: Produzir informação e análise jornalísticas com credibilidade, transparência, qualidade e agilidade, baseadas nos princípios editoriais do Grupo Folha (independência, espírito

---

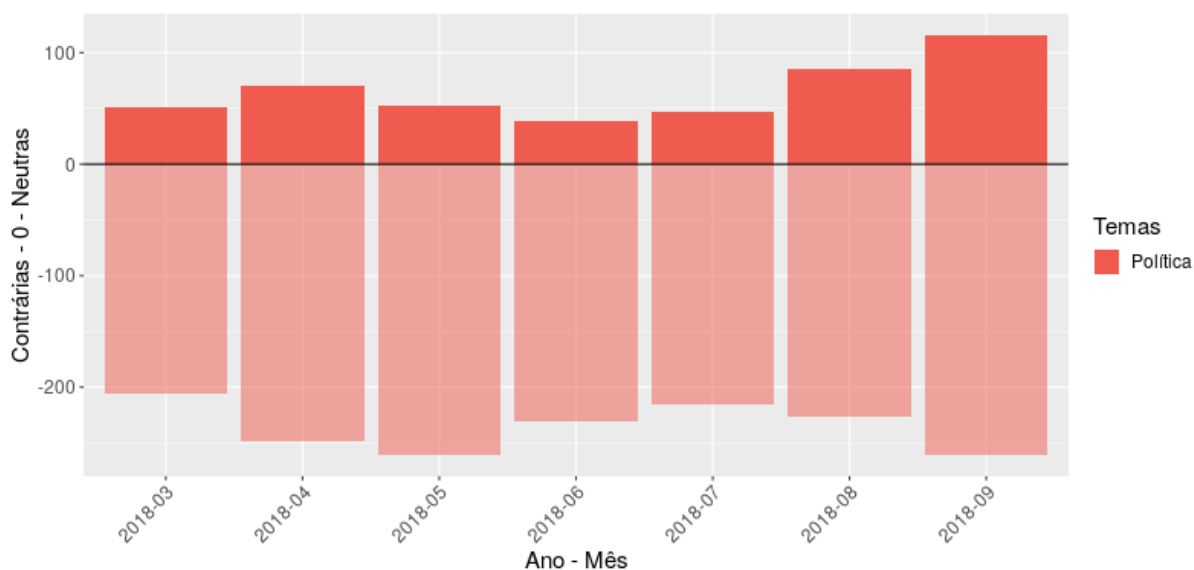
<sup>34</sup> Disponível em: <https://sobreuol.noticias.uol.com.br/historia/>. Acesso em 15 de abr de 2020.

<sup>35</sup> Disponível em: <https://sobreuol.noticias.uol.com.br/historia/>. Acesso em 15 de abr de 2020.

crítico, pluralismo e apartidarismo), por meio de um moderno e rentável conglomerado de empresas de comunicação, que contribua para o aprimoramento da democracia e para a conscientização da cidadania<sup>36</sup>.

Ao mapear<sup>37</sup> os discursos veiculados pelo jornal Folha de S. Paulo, durante os dois momentos de contato com os interlocutores dessa pesquisa, temos:

**Gráfico 13 – Folha de S. Paulo: discursos sobre política 2018**



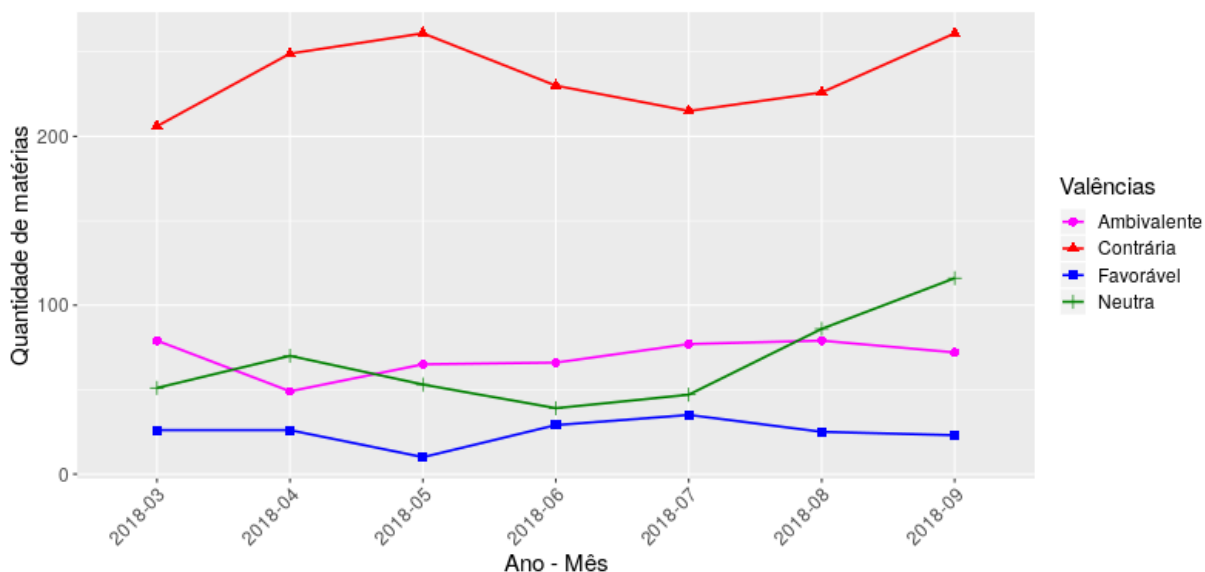
Fonte: Manchetômetro 2020

Quanto aos possíveis sentidos construídos por esses discursos, temos:

**Gráfico 14 – Folha de S. Paulo 2018: valências em discursos sobre política**

<sup>36</sup> Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/institucional/o\\_grupo.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/institucional/o_grupo.shtml). Acesso em 15 de abr de 2020.

<sup>37</sup> Essa análise leva em conta as capas e duas páginas de opinião das edições diárias. Todos os textos sobre política nessas páginas passam por análise de valência e codificação de temas importantes. Disponível em: <http://www.manchetometro.com.br/>. Acesso em 15 de abr de 2020.

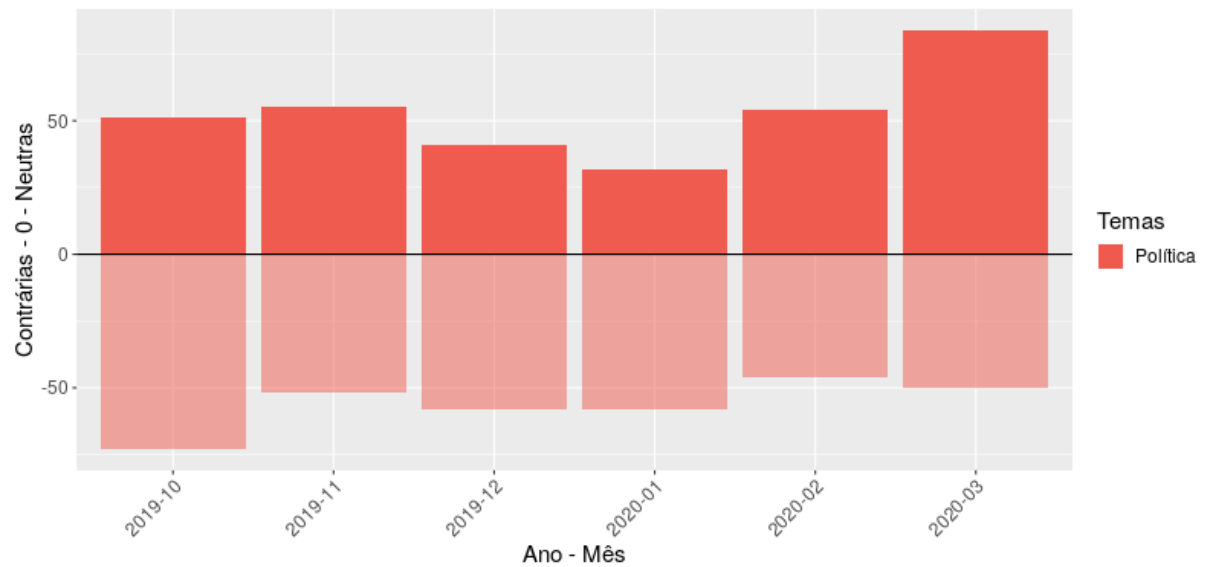


Fonte: Manchetômetro 2020

Diante desse mapeamento sobre o conjunto de discursos veiculados pelo jornal Folha de S. Paulo entre março e setembro de 2018 foi possível consolidar a ideia da construção de uma formação discursiva da desconfiança em relação às dinâmicas da política no país a partir da circulação dos discursos informacionais provenientes do campo midiático nacional.

Essa narrativa da desconfiança se confirma quando olhamos para as produções discursivas desses mesmos dispositivos midiáticos, Jornal Nacional e Folha de S. Paulo durante o segundo momento de realização das entrevistas dessa pesquisa (outubro/2019 a março/2020). Iniciando pela produção discursiva do Jornal Nacional:

### Gráfico 15 – Jornal Nacional: discursos sobre política 2019/2020

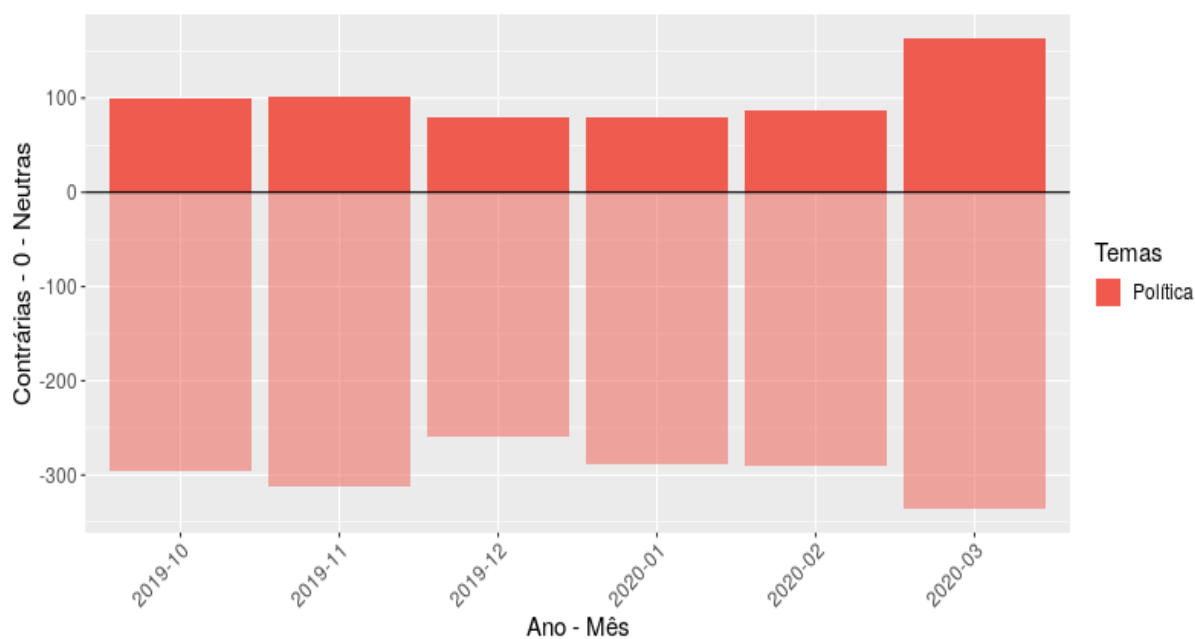


Fonte: Manchetômetro 2020.

Como pode-se observar, a formação discursiva sobre o tema política produzida pelo Jornal Nacional nesse período apresenta três momentos (setembro/2019, fevereiro e março/2020) em que o número de discursos com sentidos neutros é superior ao número de discursos com o sentido negativo.

Essa configuração, na construção dos sentidos dos discursos, é bem diferente da que pode ser identificada na formação discursiva produzida pelo jornal Folha de S. Paulo sobre a mesma temática, no mesmo intervalo de tempo:

### **Gráfico 16 – Folha de S. Paulo: discursos sobre política 2019/2020**

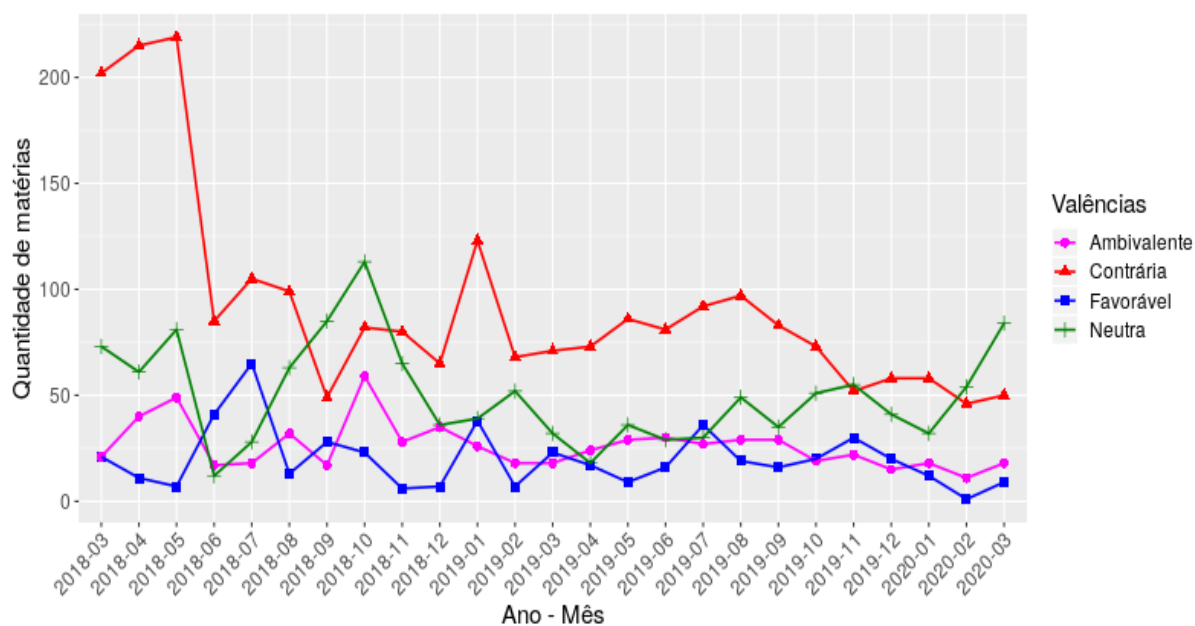


Fonte: Manchetômetro 2020

Esse segundo momento permite uma reflexão sobre a diversidade dos discursos midiáticos, pois nos mesmos meses (setembro/2019, fevereiro e março/2020) os discursos dos dispositivos sobre a temática política apresentam sentidos distintos, assumindo uma conotação neutra no Jornal Nacional e mantendo a conotação contrária nas matérias do Folha de S. Paulo.

Essa diversidade de sentidos remete à ideia de polissemia dos discursos sobre a política e não interfere na ideia da construção de uma narrativa de desconfiança em relação às dinâmicas do campo político nacional a partir dos discursos do campo midiático. A construção dessa narrativa de desconfiança pode ser melhor identificada quando olhamos para os sentidos atribuídos a esses discursos no período total de nossas entrevistas juntos aos interlocutores, março de 2018 a março de 2020. Iniciando pelo Jornal Nacional:

### **Gráfico 17 – Jornal Nacional 2018-2020: valências em discursos sobre política**



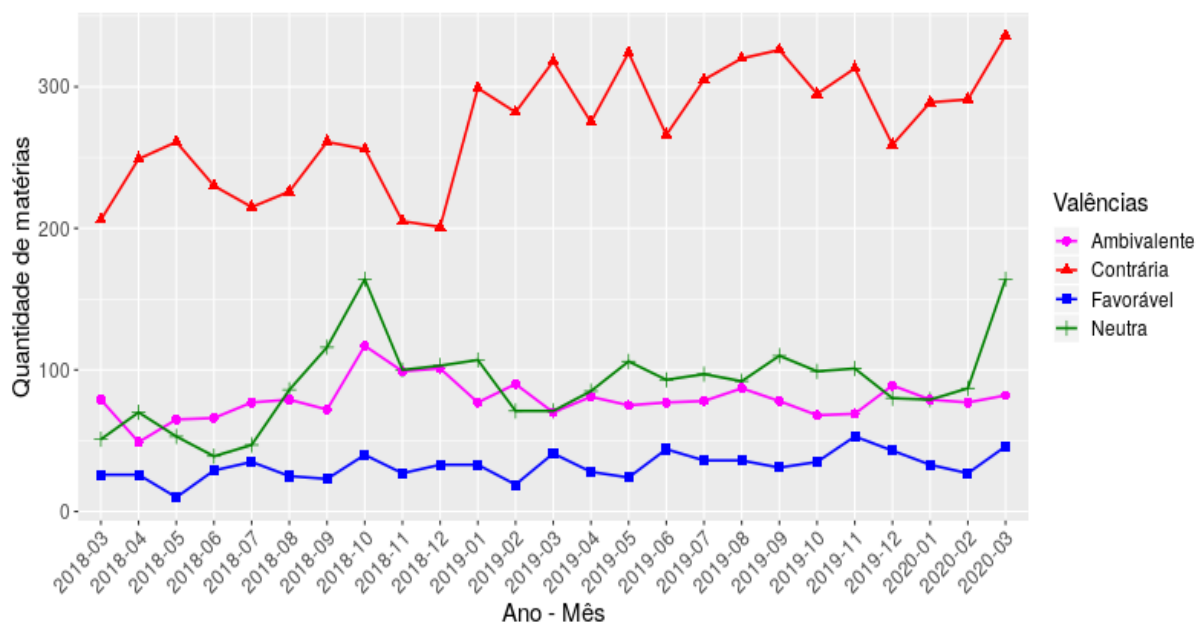
Fonte: Manchetômetro 2020

Aqui fica evidente a diferença entre os sentidos contrários à temática política e os sentidos favoráveis à mesma temática. E assumindo como pressuposto que os dispositivos midiáticos participam do contexto político através da veiculação desses discursos, temos aqui um exemplo da polissemia das práticas políticas, tendo em vista os diversos sentidos que podem ser atribuídas a elas.

Esse quadro se intensifica quando olhamos para os sentidos referentes à produção discursiva do jornal Folha de S. Paulo neste mesmo período:

### **Gráfico 18 – Folha de S. Paulo 2018-2020: valências em discursos sobre política**





Fonte: Manchetômetro 2020.

Assim, ao pensar a partir do papel de mediação (THOMPSON, 1995) que os discursos dos dispositivos do campo midiático exercem entre os eleitores e o campo político nacional, nota-se que, a imagem construída pelo eleitorado profano – composto por eleitores que não possuem filiação partidária e por isso não vivenciam ordinariamente contato com as regras de funcionamento legitimadas pelo campo – sobre os agentes do campo político tende a ser negativa, na medida em que, essa imagem pode ser construída tomando por base os discursos midiáticos sobre a política.

Portanto, essa narrativa da desconfiança seria o resultado de uma postura política desempenhada pelos meios de comunicação que atuam cada vez mais enquanto instrumentos estruturantes de conhecimento (BOURDIEU, 2002), sendo assim responsáveis por um possível efeito-teoria (BOURDIEU, 1996) dentro das dinâmicas políticas no país. Os possíveis desdobramentos destas formações discursivas no senso político dos interlocutores dessa pesquisa serão abordados em nosso próximo capítulo.

#### 4. O SENSO POLÍTICO E O ELEITOR

A essa altura do texto é oportuno lembrar que o trabalho de campo dessa pesquisa foi estruturado em dois momentos, um primeiro momento no qual foi realizado o contato com os interlocutores – quinze eleitores que não possuíam filiação partidária – e, através de entrevistas individuais, que tiveram por norte estabelecer uma comunicação não-violenta (BOURDIEU, 1997), foi possível construir as trajetórias sociais (BOURDIEU, 2011a) desses agentes, tendo em vista a formação familiar, as experiências educacionais e profissionais, assim como o consumo de bens culturais de cada um.

Nesse primeiro momento identificamos os meios de comunicação mais consumidos por eles, o que nos permitiu realizar um exercício de análise, sobre a produção discursiva desses dispositivos midiáticos que versavam sobre a política, apresentada no capítulo anterior.

Agora vamos apresentar os resultados do segundo momento de nosso trabalho de campo, construído a partir de entrevista individuais realizadas presencialmente por meio de um roteiro semiestruturado<sup>38</sup>, que teve por objetivo estabelecer “[...] uma situação de comunicação completamente excepcional, livre dos constrangimentos” na busca por “[...] criar as condições de aparecimento de um discurso extraordinário, que poderia nunca ter dito e que, todavia, já estava lá esperando suas condições de atualização”. (BOURDIEU, 1997, p. 704).

Esse roteiro foi estabelecido tendo em vista as informações do primeiro momento de entrevistas, assim como as temáticas relacionadas à política veiculadas pelos dispositivos midiáticos no período de nossos encontros com os interlocutores. Algumas dessas temáticas estruturam e dão nome às seções desse capítulo: i) Sobre ser eleitor, ii) A política próxima: o contexto local e iii) A política distante: o contexto nacional.

Nesse segundo momento foram realizadas entrevistas com seis interlocutores<sup>39</sup> – três que afirmaram, no primeiro momento de entrevistas, consumir programas televisivos e três que afirmaram não consumir esse tipo de mídia – que podem ser assim novamente apresentados, quanto a idade, renda, profissão e consumo cultural:

---

<sup>38</sup> O roteiro deste segundo momento de entrevistas pode ser lido nos anexos desse trabalho.

<sup>39</sup> A ideia original era conversar novamente com os quinze interlocutores que participaram do primeiro momento de entrevistas, mas por conta das condições de isolamento social decorrentes da pandemia do Covid-19 optamos por dar sequência ao trabalho com as entrevistas realizadas até março de 2020, uma vez que a conversa presencial foi a estratégia adotada nas vinte e uma entrevistas já realizadas até esse momento.

**Quadro 12 – Interlocutores do segundo momento de entrevistas**

<b>Interlocutores</b>	<b>Renda<sup>40</sup></b>	<b>Música</b>	<b>Filmes</b>	<b>Séries</b>	<b>Livros</b>
Ailton, 30 anos. Aux. Almojarife	De 1 a 2	Frequência: Sempre Conteúdo: Rap	Frequência: Às vezes Conteúdo: Ação Local: Casa	Frequência: Às vezes Conteúdo: Ação	Frequência: Nunca
Carlos, 34 anos. Motorista.	Até 1	Frequência: Sempre Conteúdo: Pop, Rock Clássico	Frequência: Às vezes Conteúdo: Ação Local: Casa	Frequência: Às vezes Conteúdo: Ação	Frequência: Às vezes Conteúdo: Ficção e Didáticos
Elias, 44 anos. Motorista borracheiro.	De 3 a 4	Frequência: Sempre Conteúdo: M.P.B, Rock, Sertanejo, Samba e Rap	Frequência: Sempre Conteúdo: Ação Local: Casa	Frequência: Sempre Conteúdo: Ação	Frequência: Nunca
Helena, 27 anos. Aux. Administrativa.	De 2 a 3	Frequência: Sempre Conteúdo: Sertanejo, Católica e Anos 90	Frequência: Sempre Conteúdo: Ação Local: Casa	Frequência: Sempre Conteúdo: Ação Ficção médica	Frequência: Nunca
Nilton, 25 anos. Funcionário público.	Até 1	Frequência: Sempre Conteúdo: Todos	Frequência: Sempre Conteúdo: Todos Local: Casa/Cinema	Frequência: Sempre Conteúdo: Todos	Frequência: Nunca
Otávio, 41 anos. Téc. Manutenção mec. industrial e agrícola.	De 4 e 5	Frequência: Sempre Conteúdo: Rock e Moda de viola	Frequência: Sempre Conteúdo: Ação e Terror Local: Casa/Cinema	Frequência: Sempre Conteúdo: Investigativos	Frequência: Sempre Conteúdo: Autoajuda e mecânica

Fonte: Dados do autor, 2020

<sup>40</sup> Renda em salários mínimos (R\$ 954,00), base para cálculo ano de 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9255.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9255.htm). Acesso em 25 de jun de 2021.

E dentro de uma perspectiva antropológica que leva em consideração ser preciso “Encarar as práticas nativas (discursivas ou não discursivas) sobre os processos políticos dominantes como verdadeiras teorias políticas [...]” (GOLDMAN, 2006, p. 37), as falas dos interlocutores foram entendidas como discursos políticos profanos (BOURDIEU, 2011b) sobre as dinâmicas da política institucional, eleitoral e partidária do país. E assim adotamos como estratégia de análise apresentar esses discursos formulados a partir das falas dos interlocutores, cotejando os mesmos com o arcabouço teórico mobilizado até aqui.

#### 4.1 Sobre ser eleitor

Um dos objetivos gerais dessa pesquisa é estabelecer um entendimento acerca da relação entre os discursos do campo midiático sobre política e a prática política de eleitores profanos ao campo político nacional, ou seja, entender até que ponto os efeitos de poder (FOUCAULT, 1995) provenientes dos discursos midiáticos influenciam o senso político dos eleitores que não dominam as regras legítimas de funcionamento do campo político nacional.

Para cumpri-lo, fez-se necessária uma reflexão sobre a condição de ser eleitor em nosso país. Nesta perspectiva, uma questão se fez essencial: o que significa ser eleitor no Brasil?

A resposta para a questão, de saber o que é ser eleitor no Brasil, a princípio, diz respeito às instancias legítimas dentro do campo político nacional, mas antes dessa definição apresentamos uma mais simples e formal, presente em um dicionário contemporâneo da língua portuguesa<sup>41</sup>, segundo a qual a palavra eleitor pode receber os seguintes sentidos: “1 Que ou aquele que está nas condições legais de poder eleger alguém ou de nele votar para cargos eletivos. 2 Que ou aquele que elege”.

Quanto às definições legítimas sobre ser eleitor no país, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), órgão governamental que exercer um papel fundamental no processo de manutenção do exercício da democracia no país<sup>42</sup>, o eleitor aparece como eleitor-cidadão:

Em hipótese alguma, pode o eleitor-cidadão assumir a condição de sujeito meramente coadjuvante no processo eleitoral, pois sua atuação, longe de ser

<sup>41</sup> Michaelis. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.

Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=eleitor>. Acesso em 30 set 2020.

<sup>42</sup> O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), órgão máximo da Justiça Eleitoral, exerce papel fundamental na construção e no exercício da democracia brasileira. Suas principais competências estão fixadas pela Constituição Federal e pelo Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15.7.1965). Disponível em: <http://www.tse.jus.br/o-tse/sobre-o-tse/apresentacao>. Acesso em 30 set 2020.

um simples dever, consubstancia importante direito de participação ativa e direta na formação de um governo legítimo e democrático, fazendo valer, com precisão e perspicácia, a tão propalada norma constitucional segundo a qual todo poder emana do povo. A partir disso, quando se pensa no processo eleitoral, embora logo venha à cabeça a figura dos candidatos, partidos e coligações como sujeitos de uma trama que é ordinariamente vigiada por eles próprios e por órgãos estatais (Poder Judiciário, Ministério Público e polícia), não se pode esquecer de que todo esse espetáculo se dirige especialmente ao mais importante dos sujeitos, o eleitor-cidadão. Não é à toa que se utiliza essa denominação: eleitor-cidadão. Tal expressão assume importante caráter dúplice quando se percebe que, por um lado, chama-se de eleitor aquele que comparece livre e conscientemente às urnas para registrar seu voto, e, por outro lado, chama-se de cidadão aquele que tem o dever de fiscalizar as eleições<sup>43</sup>.

Na busca por compreender os sentidos práticos que podem ser atribuídos à condição de eleitor no Brasil essa questão foi apresentada aos interlocutores dessa pesquisa, tendo em vista perceber como eles entendem e pensam essa condição, assumindo teoricamente que:

Compreender não é reconhecer um sentido invariante, mas apreender a singularidade de uma forma que só existe num contexto particular. Produto da neutralização das relações sociais práticas nas quais ela funciona, a palavra - em todo caso, a do dicionário - não tem nenhuma existência social: na prática, ela só existe submersa nas situações, a tal ponto que a identidade da forma através da variação das situações pode passar despercebida. (BOURDIEU, 1983, p. 159)

De forma objetiva tornar-se eleitor no Brasil é antes de tudo uma questão de direito e de dever, uma vez que:

Todo brasileiro que completou 18 anos de idade, mesmo residindo no exterior, tem por obrigação alistar-se na Justiça Eleitoral, a fim de obter o seu Título de Eleitor. Para o cidadão brasileiro entre 16 e 18 anos de idade, incompletos, o alistamento eleitoral e o voto são facultativos<sup>44</sup>.

Sendo assim, as conversas com os interlocutores sobre a condição de ser eleitor iniciou-se pela questão prática da renovação obrigatória do título de eleitor, uma vez que os interlocutores dessa pesquisa residem em Américo Brasiliense, um dos 755 municípios em que o cadastramento biométrico para eleitores se tornou obrigatório em 2019:

A Justiça Eleitoral já iniciou a etapa 2019/2020 do cadastramento biométrico do eleitorado, prevista para ocorrer em 755 municípios de todo o país. Os eleitores dessas localidades têm um prazo para se dirigir ao cartório

---

<sup>43</sup> Disponível em:

[http://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-3-ano-5/copy\\_of\\_por-que-a-urna-eletronica-e-segura](http://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-3-ano-5/copy_of_por-que-a-urna-eletronica-e-segura). Acesso em 30 set 2020.

<sup>44</sup> Disponível em: <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/titulo-de-eleitor-e-outros-servicos-eleitorais>. Acesso em 30 set 2020.

eleitoral mais próximo, portando documento oficial com foto e comprovante de residência. Confira no Portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) se, no seu município, está sendo feito o cadastramento biométrico obrigatório. [...] O prazo para se cadastrar varia de cidade a cidade, conforme cronograma estabelecido pelo respectivo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Se não atender à convocação no prazo estabelecido pelo TRE, o eleitor deverá procurar o cartório eleitoral o quanto antes para regularizar sua situação<sup>45</sup>.

Esse segundo momento de entrevistas aconteceu no período de outubro de 2019 a março de 2020, e todos os interlocutores já haviam realizado o cadastramento eleitoral obrigatório. Assim partimos para o segundo ponto de nossas conversas sobre essa temática: a obrigatoriedade do voto em nosso país. E diante da indagação sobre essa condição de obrigatoriedade dois interlocutores disseram ser contrários a ela, enquanto os demais (quatro) não se opuseram a mesma:

[O que você acha da obrigatoriedade de ter que votar?] *Eu acho uma tremenda sacanagem, do meu ponto de vista, por que obriga o cidadão em vez de as políticas públicas brasileiras investir em conscientização, em conhecimento, eles preferem forçar o cidadão a votar porque o cidadão a maioria nem sequer sabe o que realmente é um voto, o cara pega o papelzinho da rua vai lá e vota em qualquer um, isso acaba gerando compra de voto, compra em massa de voto é patrões que mobilizam a favor de seu candidato o funcionário dele, acontece muito isso porque não é comum uma política de conscientização de voto, é só uma obrigação, você é obrigado a ir e a maioria entende isso que você é obrigado a ir lá mas não tem consciência do que é o voto dele, qual o poder do voto dele. (Carlos, dezembro/2019).*

[O que você acha da obrigatoriedade de ter que votar?] *Eu acho que votar é um direito seu, desde quando você queira, é no Brasil o que você percebe muita gente não quer votar porque ele fala eu não vou votar, porque isso porque aquilo, não teria que ser obrigatório teria que ser a pessoa, eu vou votar porque eu quero mudar, ter a consciência, para isso volta tudo lá atrás, onde a gente começou, como a pessoa vai ter consciência, é por isso que o governo obriga o cidadão a votar, porque rapaz, é uma coisa de louco, roubalheira que anda aí, sempre uma sensação de que no Brasil as coisas não funcionam, só com você que acontece, aí você fala prenderam fulano, mas mentira todo mundo tira proveito o cara que tem uma riqueza muito grande aí você escuta manchete na televisão coisa e tal, fala assim 1% dos mais ricos no Brasil ficou mais rico, ficou 15% mais rico, aí daqueles que estão abaixo da linha da pobreza que é considerado miserável, é tem, ficou mais pobre 14% e 7 milhões ficou mais pobre ainda, tem pessoa que não tem nem renda para sobreviver entendeu, aí é complicado. (Elias, dezembro/2019)*

---

<sup>45</sup> Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Março/justica-eleitoral-inicia-etapa-2019-2020-do-cadastramento-biometrico-voce-ja-fez-o-seu>. Acesso em 30 set 2020.

O fato de se posicionarem de forma contrária diante da obrigatoriedade do voto, não quer dizer que esses dois interlocutores não reconheçam a importância do voto dentro de um processo eleitoral. Pelo contrário, como se pode perceber na fala de Carlos, seu posicionamento resulta do que ele entende por uma falta de consciência por parte dos eleitores que “[...] *não tem consciência do que é o voto dele*”, diante de um processo considerado pelo mesmo como tão importante quanto uma eleição.

Carlos ainda aponta que essa condição existe pela falta de “*uma política de conscientização de voto*”, ou seja, uma política pública que apresente ao eleitorado o que ele entende por “*poder do voto*”, no sentido de formar politicamente o eleitor.

A falta de uma formação política, tendo em vista o aprendizado sistemático sobre o funcionamento do sistema político nacional, também se faz presente na fala de Elias sobre a obrigatoriedade do voto: “[...] *não teria que ser obrigatório teria que ser a pessoa, eu vou votar porque eu quero mudar, ter a consciência, para isso volta tudo lá atrás, onde a gente começou, como a pessoa vai ter consciência [...]*” (Elias, dezembro/2019). Os discursos políticos de Elias são marcados pela ideia de que uma boa educação política escolar é o único caminho para melhorar o contexto político do país.

Ao analisar esses discursos políticos profanos, tendo em vista as trajetórias desses interlocutores, vemos que um possui filiação sindical (Elias) enquanto o outro já foi filiado (Carlos) e ambos consomem bens culturais que tendem a transmitir um posicionamento mais reflexivo diante da realidade; os dois escutam rap nacional, por exemplo.

Um deles, Elias, é fã de uma série sobre disputas de poder que ocorrem por meio de uma greve. Assim, podemos ligar o consumo cultural e a experiência sindical, as questões sobre desigualdade social que podem ser percebidas ao longo dos discursos desses interlocutores.

Elias é um dos interlocutores que afirmou consumir programas televisivos, no caso específico os telejornais da rede Globo. Esse consumo se faz perceber em sua fala e corrobora a ideia da construção, via discursos do campo midiático, de uma narrativa de desconfiança em relação as dinâmicas do campo político nacional “[...] *é uma coisa de louco, roubalheira que anda aí, sempre uma sensação de que no Brasil as coisas não funcionam, só com você que acontece...*” (Elias, dezembro/2019).

A falta de uma “*consciência*” sobre a importância do voto se faz presente também nos discursos de Ailton e Helena, dois dos quatro interlocutores que não são contrários à obrigatoriedade do voto no país:

[O que você acha da obrigatoriedade de ter que votar?] *Eu acho importante. Eu acho que é uma coisa que as pessoas e até eu mesmo, assim não faço com consciência tudo, mas eu acho que para muitas pessoas é só mais uma coisa, mas para mim eu acho legal, acho importante.* (Helena, fevereiro/2020)

[O que você acha da obrigatoriedade de ter que votar?] *Importante. [Por quê?] Porque, é a forma, independente se você for votar em qualquer partido ou anular, é a forma que eu tenho de mostrar quem me representa ou não, ou quem não me representa eu acho que enquanto a gente não tiver essa consciência de entender um pouco sobre isso as coisas não vão mudar.* (Ailton, novembro/2019).

A questão de uma mudança social permeia os discursos de Ailton. Na medida em que ele não participou de nenhuma instância de formação política (como grêmios estudantis, sindicatos, associações de bairro ou outras) essa sua postura pode ser ligada ao seu consumo cultural. Ailton, assim como Carlos, diz ser um grande fã de rap, consumindo o estilo musical todos os dias desde a sua adolescência.

O voto aparece como uma questão de grande responsabilidade para Nilton. Seu discurso também aponta para a necessidade de uma conscientização popular diante do mesmo “[...] *acho que é muito importante as pessoas tinham que abrir os olhos para isso*”:

[O que você acha da obrigatoriedade de ter que votar?] *Eu acredito que é uma baita de uma responsabilidade que hoje em dia a pessoa não vê isso, é muitos já lutaram por isso morreram por isso defenderam isso que é cara você colocar lá na frente uma pessoa que vai defender os seus pensamentos e a população não vê isso, tipo não vê é os planos para quem ele está votando, se você perguntar o que ele pensa? O que que ele vai fazer? A pessoa nem sabe, é votando numa figura popular como o Tiririca por que pior que está não fica, e fica caçoando de uma coisa que é muito séria.* (Nilton, março/2020)

O discurso de Nilton faz menção ao processo de redemocratização, lembrando da luta e também das mortes ocorridas durante momentos não democráticos da política nacional: “[...] *muitos já lutaram por isso morreram por isso defenderam isso que é, cara você colocar lá na frente, uma pessoa que vai defender os seus pensamentos*”.

Esse aspecto de seu discurso remete a uma valorização do sistema democrático que também pode ser percebida no discurso de Otávio, que traduz por democracia o exercício da livre opinião, democracia que para ele tem sua maior expressão no exercício do voto:

[O que você acha da obrigatoriedade de ter que votar?] *Eu acho que a gente tem que ter essa democracia porque você é responsável para pôr alguém lá para te representar entendeu, que represente você lá, se você não votar você não tem como é reclamar dessa pessoa que está fazendo que seja um mal político entendeu, mas na minha opinião eu acho que todo mundo tem que*



*votar sim porque assim a democracia fala mais alto. [Como assim democracia?] Bom eu acho que todos têm que, democracia é todo mundo tem a sua opinião e tem que expressar no voto a sua opinião entendeu, então eu acho que a democracia é mais assim uma é o voto de opinião daquela pessoa entendeu. (Otávio, janeiro/2020).*

Nilton e Otávio completam o grupo dos interlocutores que não são contrários à obrigatoriedade do voto. Em nossas conversas foi possível perceber que para os dois seria através da organização política da população que mudanças no contexto político e econômico de um modo geral podem vir a acontecer.

Otávio é membro de um sindicato e estava de greve na ocasião da segunda entrevista. Nilton nunca foi filiado a sindicatos, mas assim como Otávio participou de organizações estudantis em seu percurso escolar. Ele também contou ter participado da organização de um movimento – político – por melhores salários em seu último trabalho de carteira assinada:

*[Ocorreu alguma greve onde você trabalhou?] Nenhuma. Já aconteceu assim, em uma empresa que trabalhei os mecânicos se juntarem e ir conversar com o chefe, mas só ficou, acho que 3 horas parados, só para dialogar mesmo. [Você participou desse movimento?] Participei, até cheguei a causar um pouquinho (risos). Assim, tipo eu movimentei um pouco ele, dei uma fervilhada.*

*[Você lembra o porquê da participação?] Porque eu acredito... acredito não. O salário estava muito defasado, eles estavam prometendo algo que era mentira, falava que ia aumentar, mas que estava ruim por causa da crise, eu acho que a maior jogada deles foi falar que o Brasil estava em crise, mas eles não estavam, eles usavam isso para fazer a gente trabalhar mais, isso que eu acho engraçado eles falavam que estavam em crise, que não estava conseguindo vender, só que a gente estava trabalhando o dobro do que trabalhava antes entendeu? E, tipo, como você produz tanto e está em crise? (Nilton, julho/2018).*

Assim temos que, para além da postura contrária à obrigatoriedade do voto presente nos discursos de Carlos e Elias, os interlocutores compreendem o que é o voto – de um ponto de vista mais institucional – e a importância do mesmo dentro do sistema político nacional. Diante dessa compreensão lançamos uma questão sobre a importância de ser eleitor em nosso país e, de um modo geral, todos atribuem grande importância a essa condição, porém com ressalvas em alguns casos como pode se ver:

*[Você acha que ser eleitor é importante?] Sim, acho importante sim. [Por quê?] Porque ali está nossa capacidade de querer uma mudança. (Ailton, novembro/2019).*

*[Você acha que ser eleitor é importante?] Sim. Porque na verdade, você está pondo lá pessoas que deveriam fazer política para cuidar da sua saúde, do*

*seu bem-estar e do seu futuro, não acontece geralmente por falta de desinformação do próprio cidadão, o cidadão não busca conhecimento, você vê o cara; ah eu não gosto de política, não vai atrás de se informar, de saber seus direitos, não procura saber o que ele pode, o que ele não pode. (Carlos, dezembro/2019).*

*[Você acha que ser eleitor é importante?] Seria, igual eu falei para você, seria uma coisa, seria prazeroso o cara votar, mas no Brasil, ser eleitor é complicado, o cara ter acesso ao voto para você mudar o rumo que está o país, vou tirar esse governo porque não serve, ai sim! Você ter o poder de mudar o rumo da nação, esse cara não deu certo, você troca, mas hoje no Brasil seria assim, prazeroso, um direito que qualquer cidadão tem, nossa tinha que soltar rojão... Eu posso mudar o destino da minha nação através do meu voto, eu consigo, é mudar o destino da minha cidade, do meu município, eu consigo... Mas você não consegue, é complicado, tem umas coisinhas que num lugar ajeita no outro não vai, é complicado viu. Hoje é complicado, é um direito que todo mundo deveria bater palma, do voto, porque é uma coisa que qualquer cidadão podia falar, por ser cidadão: eu vou querer um representante, aquele representante, que vai representar o meu pensamento, o que eu quero... mas hoje no Brasil é difícil responder essa pergunta. (Elias, dezembro/2019).*

*[Você acha que ser eleitor é importante?] Eu acho que sim. Eu acho que é um pensamento que todo mundo tem direito, no sentido de ser eleitor para você poder escolher e melhorar alguma coisa onde você vive, eu acho extremamente importante. (Helena, fevereiro/2020).*

*[Você acha que ser eleitor é importante?] Muito, principalmente quando é um eleitor consciente, quando você é só um eleitor de massa só eu acredito não que ele não tenha valor, é... mas ele tinha que lembrar assim, que eleição não é só, não é fanatismo, é pensar no próximo, é pensar na sua cidade, é pensar no seu filho, no seu vizinho, então ser eleitor é muito importante, só falta ter essa visão dessa importância. (Nilton, março/2020).*

*[Você acha que ser eleitor é importante?] Com certeza. [Por quê?] É o que eu falei, a gente tem que... se você é um eleitor, você tem que demonstrar a sua democracia, você tem que votar em quem vai representar você lá na política, por isso que eu acho que isso é importante. (Otávio, janeiro/2020).*

Nesses discursos sobre a condição de ser eleitor, foi possível perceber temáticas como mudança social (Ailton, Elias, Helena), conscientização política (Nilton, Carlos), direito a saúde e educação (Carlos), desconfiança no sistema político (Elias).

Elias demonstra compreender o funcionamento de sistema democrático, assim como o papel fundamental exercido pelo eleitor, através do voto, dentro deste sistema. Porém, parece não acreditar mais na eficiência de ambos, e afirma que não exerce mais seu direito de voto:

*Vou lá votar, mas anulo porque é obrigatório, porque se você não vota, você pode justificar depois, você vai justificar e paga, mas é melhor você vai lá e anula seu voto, mas mesmo eu sabendo que anulando meu voto o outro lá que eu não concordo com ele vai ganhar, mas rapaz aí que está aquilo que*

*eu falei para você, eu não queria votar em certo candidato, eu votei no cara, eu não votei em fulano rapaz e aí o cara é pior que o outro? Não tem aqui no Brasil hoje desses políticos que estão aí se você falar não esse cara aqui é a maioria dos caras já estão a 30, 40 anos na política não tem em quem votar. (Elias, dezembro/2019)*

Esses discursos formulados pelos interlocutores constituem o senso político dos mesmos, ou seja, são frutos de um pensar-fazer político que foi construído ao longo de suas trajetórias (BOURDIEU, 2011a) e que, diante das experiências do dia a dia, permite aos mesmos formular respostas prático-discursivas capazes de expressar:

[...] a representação mais ou menos explícita e sistemática que o indivíduo tem do mundo social, assim como da posição que ocupa e “*deveria*” ocupar nele; e os discursos políticos, quando existem enquanto tal, limitam-se a ser, na maior parte das vezes, a expressão mais ou menos eufemizada e universalizada – e sempre irreconhecível para quem o pronuncia – dessa representação. (BOURDIEU, 2007, p. 424)

Elias, em sua condição de profano diante do campo político nacional, constrói e apresenta um discurso político que, mesmo não legitimado pelo campo, é fruto de uma reflexão – assim como os discursos formulados pelos demais interlocutores – que carrega em si aquilo que ele concebe e vivencia enquanto política. Um discurso que se fundamenta em sua trajetória social e ganha coerência dentro da mesma:

[Você acha que o voto nulo é um voto?] *Não, não é voto é um direito seu você anulou, você fez um manifesto que você não está contente com o que está acontecendo aí, não sei se seria, é sim é um voto é nulo, é um manifesto. (Elias, dezembro/2019)*

O discurso de Elias abre caminho para apresentação de outro questionamento: os interlocutores se entendem enquanto eleitores? Diante dessa questão, Carlos, Elias e Helena não se consideram eleitores, enquanto que Ailton, Nilton e Otávio consideram-se eleitores:

[Você se considera um eleitor?] *Não, como eu já disse, passei muitos anos sem votar. Apesar de estar sempre pesquisando, sempre olhando, sempre me atualizando, mas não, não me considero como eleitor. Porque eu quase não voto, eu voto nulo na maioria das vezes. Até hoje, desde os 16 anos, eu votei duas vezes só o resto foi tudo nulo. (Carlos, dezembro/2019)*

[Você se considera uma eleitora?] *Sinceramente, do fundo meu coração não. Porque eu acho que eu não faço o meu papel bem, eu acho que... Eu teria que fazer muito mais, eu não sou ativa, eu pesquiso no raso, então assim, eu acho que para ser uma boa eleitora não. (Helena, fevereiro/2020)*

Carlos, assim como Elias, entende o voto nulo como um direito de protesto, por isso diz que apesar de participar dos pleitos eleitorais, não se considera um eleitor. Helena não se

entende enquanto eleitora, diz que mesmo exercendo seu dever de participação política via voto ela não é uma boa eleitora. Ela nos explica o que viria a ser “*uma boa eleitora*”:

[O que seria uma boa eleitora?] *Eu acho que se envolve, eu acho que uma pessoa que vai estudar, estudar no sentido de pesquisar, de ver o que está acontecendo com o município, com o Brasil em si, e procurar os planos de governo, conversar com as pessoas, eu em nenhum momento converso, eu vejo muito no "a eu acho que vai" então eu vou lá e voto, eu acho que uma boa eleitora teria que fazer isso, teria que ser mais ativa.* (Helena, fevereiro/2020)

Em sua explicação Helena apresenta um discurso político reflexivo que, ao estabelecer o que seria um bom eleitor, também aponta os possíveis caminhos para a formação desse eleitor:

[O que você acha que falta para que existam mais bons eleitores?] *Eu acho que na escola eu acho que devia, não só mostrar e falar que é importante, mas eu acho que promover espaços de discussões sobre isso, de já ir inserindo de falar o é daqui a partir do seu voto que a gente pode melhorar e começar a fazer cidadãos, não uma coisa rasa de falar vamos dar uma materiazinha, vamos falar a importância daquilo; não... Mas eu acho que fazer espaços de discussão porque eu acho que quando a gente discute a gente vai conversando e vai gerando conhecimento, você vai procurando mais, eu acho que é despertar esse interesse.* (Helena, fevereiro/2020)

Uma formação escolar, com mais espaços de discussões e participação para os estudantes seria o caminho sugerido por Helena para que os eleitores passem a ter um interesse maior na dinâmica da política institucional, eleitoral e partidária.

Essa ideia de formação de bons eleitores através de um percurso educacional que se preocupe em formar politicamente o cidadão – presente nas falas de Elias e Helena – também pode ser percebida na fala de Nilton, que se considera um eleitor, mas diz que nem sempre foi assim:

[Você se considera um eleitor?] *Sim, hoje sim, dentro de uns cinco anos mais ou menos eu acredito que sim, desses cinco anos para trás eu acredito que não.* [Você vota desde quando?] *Hoje estou com 27, voto desde meus 16, há 11 anos.* [Nestes seis anos você não era um eleitor?] *Não era um eleitor, um bom eleitor, me tornei depois, durante seis anos eu fui muito massa, você vai votar em quem? A pessoa falava, beleza, vou votar também, uns dias antes das eleições.* [Você acha que ser eleitor não é só ter o título?] *Não, é saber em quem votar e o porquê você está votando nele, não a vou votar no fulano porque ele é bonito, vou votar no ciclano porque eu lembro que ele era humilde, vou votar em beltrano porque ele é da minha igreja e ele só vai fazer coisa boa, eu duvido que ele não vá seguir os seus princípios entendeu, tipo assim, saber escolher realmente seus eleitores, seus governadores.* (Nilton, março/2020).

Nilton afirma que se considera eleitor a cinco anos, uma vez que deixou de ser um eleitor “*massa*”. Aqui temos uma oposição entre o “*bom eleitor*” aquele que sabe “[...] *em quem votar e o porquê você está votando nele*” e o eleitor “*massa*” que, segundo Nilton, é o eleitor que não sabe por que está votando, pois vota por questões que não estão relacionadas ao jogo político.

Nilton, assim como Helena, aponta caminhos possíveis, via educação escolar, para a formação do “*bom eleitor*”:

[Como a pessoa aprende a ser eleitor?] *Eu lembro das minhas primeiras conversas do que era ser eleitor, foi com meu professor de, foi uma professora substituta, eu lembro até hoje, eu acho que era na oitava série, primeiro colegial, que ela estava preparando a gente sim e o legal é que ela não foi como é que fala, uma direcionadora assim em questão o tal vocês têm que votar assim para votar em tal pessoa, não! Ela ensinou o senso crítico de votar, de ser um eleitor, em questão de ha não adianta nada você ir lá colocar um presidente de esquerda o vice presidente de direita e ir mesclando assim, ai eu lembro dela ter falado os lados positivos e negativos disso, não colocar tudo só de uma banca pois se ele quiser aumentar o salário deles e abaixar o nosso tudo vai ser aprovado, tem que ter uma concorrência de alguém que rebata isso, mas nós temos que ser críticos e saber como por isso [Então a escola teria um papel nessa formação?] Muito, muito importante, mas infelizmente assim, ela perde o tempo tentando passar os valores básicos familiares e não consegue uma formação, não consegue explicar para o aluno que você tem que saber votar é porque se você acha que a educação está ruim, a gente tem que melhorar isso, o que que está faltando na escola hoje, falta uma pintura melhor na escola para poder dar um animo uma carteira com uma ergonomia melhor quem pode dar isso? Os nossos governantes e se nós não sabermos cobrar deles, principalmente cobrar, não vai mudar. (Nilton, março/2020)*

Ailton e Otávio completam o grupo dos interlocutores que se consideram eleitores. Ao iniciar pelo discurso de Ailton, temos:

[Você se considera um eleitor?] *Sim, não vou lá simplesmente para ir embora, eu vou lá com, com a gente diz a gente carrega os nossos sonhos né, não só os nossos, mas os sonhos das pessoas que vêm depois da gente também. (Ailton, novembro/2019).*

[Você se considera um eleitor?]. *Eu me considero. (Otávio, janeiro/2020)*

A noção de um “*bom eleitor*” apresentada pelos interlocutores também está ligada à busca por informações para o que seria uma construção consciente das escolhas eleitorais, como vimos no discurso de Helena, sobre o que seria um bom eleitor: “[...] *eu acho que uma pessoa que vai estudar, estudar no sentido de pesquisar, de ver o que está acontecendo com o*

*município, com o Brasil em si, e procurar os planos de governo, conversar com as pessoas”* (Helena, fevereiro/2020).

Nesse sentido, indagamos sobre como eles escolhem seus candidatos. Os discursos sobre esse processo de escolha estão ligados diretamente às relações entre o campo midiático e o campo da política:

[Como você escolhe em quem votar?] *Eu, eu gosto um pouco de história, na verdade eu gosto bastante de história, então eu procuro entender a vida de todos os políticos querendo ou não os políticos estão ligados a partidos também, então a gente tem que conhecer um pouco de cada partido e tentar escolher um, uma pessoa que a gente acaba acreditando, que a gente acredita na fala e às vezes em alguma coisa que ela já fez.* (Ailton, novembro/2019).

Ailton demonstra ter conhecimento sobre a organização partidária. Ele afirma buscar informações sobre política junto aos dispositivos do campo midiático, mas pontua que constrói sua escolha ponderando essas informações com conversas que busca ter em seu dia a dia sobre os candidatos do pleito eleitoral:

[Você se informa?] *Sim, desde jornal, internet perguntando para pessoas mais velhas e de diferentes frentes né porque às vezes a gente acaba perguntando para uma frente só, a gente acaba ouvindo um tipo de opinião só, acho legal fazer essa mistura.* (Ailton, novembro/2019).

Sobre essa temática seu discurso vai na contramão da ideia da narrativa da desconfiança construída pelos discursos midiáticos. Ailton apresenta a ideia de uma crença nos agentes do campo político, decorrente do processo de busca por conhecer a vida política desses candidatos.

Essa estratégia de buscar conhecer a história de vida e as ações de um político, também está presente no modo pelo qual Carlos decide se vai votar em algum candidato ou se vai anular seu voto:

[Como você escolhe em quem votar?] *Geralmente a gente avalia o candidato, você pesquisa; não que eu tenha feito isso, nos últimos anos eu, aliás a última vez que eu votei, até hoje foram duas vezes só, mas a maioria dos votos meus eu tenho anulado, mas geralmente eu procuro saber sobre o candidato, se ele fez alguma coisa, entro no site da justiça eleitoral para ver se tem alguma coisa.* (Carlos, dezembro/2019)

Aqui novamente temos a presença dos dispositivos do campo midiático, nesse caso a internet. Em seu discurso Carlos demonstra conhecer algumas das instâncias legítimas que

estruturaram o campo político nacional, uma vez que parte de suas pesquisas sobre os candidatos é realizada em sites oficiais, como o da Justiça Eleitoral.

A primeira vez que a televisão aparece associada à escolha eleitoral é no discurso de Elias, no qual ele afirma que foi manipulado pelas reportagens televisivas sobre uma disputa eleitoral e seus candidatos. Elias reconhece que durante um pleito eleitoral, construiu seu voto a partir das informações provenientes dos discursos veiculados por uma emissora de televisão.

*[Como você escolhe em quem votar?] Rapaz, é assim o cara fala ah cidadão, você tem que conhecer a vida política do cidadão, rapaz eu, assim queira ou não queira como eu fui influenciado também as grandes mídias as grandes mídias é Rede Globo, promoveu o Aécio isso e aquilo lá, promoveu, e aconteceu o que? Essa merda que deu, o cara é o maior ladrão que tem entendeu, mas hoje eu não, se eu falar para você que eu, hoje tem um vereador aqui em Américo que se for para mim votar nele passei a conhecer ele, conhecer assim, estava fazendo o curso lá no SENAI, os caras da lei OFF e coisa e tal conversando com uma pessoa, conheci ele não vou falar o nome dele, é um cara que você vê que faz as coisas pela cidade; nesse daí eu vou votar nele, eleição agora municipal que tiver eu vou votar nele, mas tem cara que ai puta! O que você vai falar veio, puta! (Elias, dezembro/2019).*

Elias mantém a postura reflexiva que caracteriza os discursos dos interlocutores até aqui, ao afirmar que situações como essa – a manipulação do eleitor por discursos midiáticos – acontecem porque não é garantido ao eleitor brasileiro o direito de conhecer ou de viver o que é a política institucional, eleitoral e partidária em sua formação enquanto cidadão, muito menos em suas experiências no dia a dia.

*Seria assim, as pessoas ter acesso, ai volta de novo no mesmo problema o cara ter conhecimento, se ele visse política na escola, entendeu, vai ensinar o cidadão para ele conhecer o que é política, o que é, ai ele vai viver isso aí, se você não vive isso como você vai votar em quem? Que conhecimento você tem para falar eu vou votar no fulano, não, você não vive a política, você vive de quatro em quatro anos, agora chega dá um tapinha nas suas costas, pega um criancinha no colo, abadá, dá uma camiseta, dá uma cesta básica, não pode, mas isso ai acontece, toma lá dá cá, esse aí é o bom. (Elias, dezembro/2019)*

Assim mais uma vez o percurso escolar aparece como o lugar no qual essa formação e essa vivência política deveriam acontecer. Elias afirma não ser um eleitor por entender que não exerce mais seu direito ao voto:

*Hoje eu vou ser sincero para você, eu não voto mais, vou votar nesse cara que eu falei para você, mas para presidente, deputado, eu não conheço, não vou votar mais, sinceramente não vou votar mais, eu vou lá e anulo meu voto. (Elias, dezembro/2019)*

Helena afirmou que a busca por informações não faz parte da construção de suas escolhas políticas, motivo pelo qual não se considera uma eleitora. Nilton, assim como Carlos, diz buscar informações sobre os candidatos em pesquisas realizadas via internet e em conversas com amigos.

O discurso de Nilton sobre essa temática pode ser dividido em dois momentos, o primeiro em que ele se identifica com o que ele mesmo qualificou como um “*eleitor massa*” e o segundo no qual ele afirma ser um “*bom eleitor*”:

[Como você escolhe em quem votar?] *Antigamente era a massa, antigamente né, era a massa, massa mesmo, perguntava para os outros ou vai votar em quem? A pessoa falava, o legal, vou votar também. Hoje não hoje eu procuro ler um pouquinho mais os planos da pessoa vejo se é um pouco equiparado com o meu; infelizmente a gente nunca acha a pessoa 100%, a gente sempre acha um 70 a 30 ali e você tem que encaminhar, ainda infelizmente eu não entendo muito de política então às vezes eu acabo votando um pouco ainda na massa das classes baixas; exemplo, governador do estado não mais como é o que fica lá na câmara lá, deputado, deputado estadual, deputado federal são muitos, muitos, muitos, diversos e esses eu ainda não consegui filtrar ainda, como selecionar eles, então o que que eu faço, um exemplo, se eu peguei alguém de direita para presidente e de direita para governador quando chega nos vereador, nos deputados, eu procuro colocar de direita, para não ficar um conflito lógico que tem que haver uma controvérsia porque senão sempre vai ser aprovado tudo o que aquela pessoa quer e vai ficar ruim mas eu procurei equilibrar ali também mas ainda está falho. [E onde você procura essas informações?] Internet. Internet e nos diálogos sobre política com as pessoas. (Nilton, março/2020).*

Otávio também busca informações sobre seus candidatos na internet e constrói seu voto a partir da vida política, quando o candidato já cumpriu algum mandato, e vida pessoal, quando o candidato almeja sua primeira eleição.

[Como você escolhe em quem votar?] *Eu escolho em quem votar assim é, eu não levo muito pelo lado pessoal, eu vejo assim se aquela pessoa está entrando na política hoje aí sim você vê se é uma pessoa de boa índole, se tem algum projeto que já faz assim alguma coisa fora da política, entendeu, algum projeto fora da política, se ela já é uma pessoa que já está dentro da política eu olho mais assim projetos que ela já fez se tem algum projeto em andamento ou projetos que já foram realizados. [Onde você procura?] Olha é fácil de achar, principalmente por redes sociais geralmente esses políticos que lançam esses projetos eles mesmos já fazem assim, põem em redes sociais, em algum veículo de comunicação entendeu, é fácil de achar, não é difícil não. (Otávio, janeiro/2020)*

Ao retomar os sentidos atribuídos pelo campo político nacional a condição de eleitor, ser um eleitor-cidadão e estar em condições legais de eleger alguém. Podemos perceber a



existência de um diálogo entre esses sentidos legítimos e aquilo que os interlocutores entendem por ser eleitor.

Esse diálogo apresenta um tom reflexivo e polissêmico – polissêmico, tendo em vista as diferentes maneiras pelas quais os interlocutores apresentam ou retomam aspectos desse discurso mais institucional, e reflexivo, tendo em vista as distintas experiências que possibilitam a formulação desses discursos – uma vez que os interlocutores destacam a necessidade de uma formação política que garanta aos eleitores, aqueles que detêm um título eleitoral, a capacidade de tornarem-se como eles mesmos qualificam “*bons eleitores*”, algo muito próximo da definição institucional de eleitores-cidadãos.

Os discursos dos interlocutores apresentados até aqui permitem perceber as distintas possibilidades do pensar-fazer a política que expressam o senso político de cada um. Esses discursos são políticos uma vez que evidenciam o “problema político mais fundamental” (BOURDIEU, 2007, p. 391), ou seja, o processo pelo qual as disposições resultantes das experiências de suas trajetórias são transformadas em um discurso político que é produzido, reproduzido e experienciado a margem da lógica do campo político.

#### **4.2 A política próxima: o contexto local**

Na busca por compreender o modo pelo qual os interlocutores dessa pesquisa entendem as dinâmicas políticas institucionais, eleitorais e partidárias presentes em seu município, apresentamos a eles questões sobre a educação, a saúde, o desemprego, o preço de alimentos e a atuação do poder executivo e legislativo, com o objetivo de perceber os sentidos atribuídos por eles a seu contexto político local.

Uma vez que a ideia de um “*bom eleitor*” está ligada, segundo os interlocutores, a uma formação escolar, iniciamos as indagações pela questão educacional. Elias e Otávio possuem filhos em idade escolar, diferentemente de Ailton, Carlos, Helena e Nilton.

Ao iniciar pelo discurso de Ailton temos:

*[O que você acha sobre as escolas de hoje?] É difícil você falar quando você não é da área, mas enquanto você não der condições para os educadores e para os professores condições de trabalho, em que eles realmente estejam, tem que estar no topo da cadeia, né? Hoje não sei nem se tem aquele benefício de que o aluno tem que ir para escola, não sei se é bolsa família, um que... acho que deve ser, aquele que ele tem que ir todo o sempre para escola, é o bolsa família então é tem aquela progressão continuada que impede todo o trabalho que é feito pelo professor desde fazer uma prova, um trabalho, a avaliação do aluno de repente às vezes, o cara até é inteligente esperto, mas ele precisa de ficar mais um ano naquela série, mas isso é*

*jogado fora por conta da progressão continuada, o professor tem que, é obrigado a passar ele, o diretor acaba obrigando por que tem que encher de mais gente na escola para entrar mais recurso. [Você tem contato com alguém da área da educação?] Conheço a minha prima, é professora, minha irmã é da área da educação, tenho um ciclo de amizade legal de professores e diretores também. (Ailton, novembro/2019).*

O teor reflexivo, presente na maioria dos discursos até aqui apresentados, volta a aparecer nas palavras de Carlos e Helena:

*[O que você acha sobre as escolas de hoje?] Péssimo né, isso é um projeto que começou, do meu ponto de vista, de vários governos muito lá atrás, e atingiu seu objetivo, que era acabar com a qualidade do ensino no Brasil, acabar com o ensino básico, com o técnico, com o profissionalizante e com a graduação, acabaram com o ensino base totalmente. Então atingiu o objetivo. [Um projeto?] É o governo e a sociedade nossa, nós também temos culpa, a gente vê e não faz nada não protesta não reclama, não faz um abaixo assinado, não faz nada, fica só olhando e reclamando, então temos uma boa parcela de culpa, mas infelizmente o governo aliado com os empresários já vem a um certo tempo, há muito tempo atrás minando isso aos poucos, acabando com a educação do Brasil. (Carlos, dezembro/2019).*

*[O que você acha sobre as escolas de hoje?] Olha eu tenho pouco acesso às escolas hoje, mas pelo que eu vejo, eu acho que está ruim, eu acho que cada vez mais o desinteresse dos alunos, acho que também dos professores por não ter incentivo, eu não vejo que o governo pense a respeito que de prioridade para isso, aliás eu não sei nem para que o governo dá prioridade hoje dada a bagunça que está, então eu acho que é uma coisa que infelizmente só está retrocedendo. [Quando você fala governo, o quer dizer?] Eu acho que, governo para mim é política pública assim em macro que eu vejo, então também assim de notícias que vejo aleatórias e eu vejo isso. (Helena, fevereiro/2020).*

O tom reflexivo segue como uma característica dos discursos de Carlos, que atribui a condição contemporânea das escolas à falta de organização política por parte dos prejudicados pelas más condições educacionais: “[...] nós também temos culpa, a gente vê e não faz nada não protesta não reclama, não faz um abaixo assinado, não faz nada, fica só olhando e reclamando”. Em meio a um processo de desmonte da educação pública que ele identifica e nomeia de “projeto de destruição da educação nacional”.

Helena nomeia de “retrocesso” a atual situação da educação. Esse ponto de vista reflete seu percurso educacional: formada em administração pública em uma universidade estadual, ela entende que o sistema educacional enfrenta problemas por que não recebe o devido interesse governamental enquanto uma política pública fundamental para o desenvolvimento do país.

Nilton também crítica o atual momento das escolas e da educação como um todo, mas, diferente de Carlos e Helena – para quem o governo seria o grande responsável – ele afirma que essa situação ruim da educação é uma reponsabilidade das famílias:

[O que você acha sobre as escolas de hoje?] *Eu acho que está muito fraco, acho não, tenho certeza, não em questão assim de ensino, é eu acredito assim que quem hoje entra para dar aula realmente é aquela pessoa que quer ensinar, que quer transpor assim o seu conhecimento, porque os salários não são os dos melhores, mas infelizmente a base familiar está muito fraca e quando o aluno chega na escola ele não quer saber de nada e ao invés de receber educação em casa vai tentar receber na escola e não quer, o trabalho da escola não é educar é ensinar né.* (Nilton, março/2020).

Nilton a partir de seu senso político constrói um discurso que pode ser ligado ao fato de professar a fé católica de forma atuante, pelo fato de resgatar a ideia da autoridade dos pais sobre os filhos. Em seu discurso, ele apresenta uma visão sobre a instituição família, assim como sobre alguns valores morais que entende como fundamentais:

[Então você acha que não é um problema da escola?] *Eu acredito que é da instituição família, é a base, hoje em dia está muito invertido os valores né, igual todo mundo fala, antigamente os pais brigavam com os filhos para estudarem mais, hoje em dia os pais brigam com os professores por estarem passando muita matéria e pelo filho não estar conseguindo alcançar as metas estabelecidas.*

[Quais seriam esses valores?] *São respeito, primeiramente né, respeito aos mais velhos, respeito aos pais, educação, não se pede mais bença para o pai, para o tio, para a vó é, eu lembro que antigamente minha mãe só dela olhar para a gente, opa, não é para mim ficar aqui, eu estou falando demais abaixar a cabeça não passar no meio de uma conversa sem pedir com licença por favor, obrigado, e hoje em dia não tem mais isso.*

[Você acha que isso é o que reflete o problema das escolas?] *Muito, porque o professor ele deixa de ensinar o conteúdo para tentar passar um pouco de valores humanos de respeito e nem sempre ele é escutado e às vezes é até agredido ignorado e não consegue nem fazer o serviço dele, está muito perturbada aí a função dele.* (Nilton, março/2020).

Otávio, com duas filhas em idade escolar, chama a atenção para a falta de estrutura e de organização vivenciadas pelas escolas:

[O que você acha sobre as escolas de hoje?] *Olha eu tenho filha que acabou de fazer o terceiro ano, o nono ano, não, o segundo grau completo e pelo que eu consegui observar eu acho que as nossas escolas elas estão um pouquinho assim é não é falta de compromisso com o aluno, dos professores com os alunos, mas sim uma falta de estrutura que já vinha desde a escola também e do aluno vem de fora da escola para dentro tem vários alunos que vão lá e estão prejudicando o aprendizado de outros alunos porque não querem nada né não querem nada com a vida e eu acho que ficou um pouco assim ficou meio livre para os alunos tentarem resolver não quer estudar não querem colaborar então ficou meio que, eu acho que nossas escolas*

*estão falhando um pouquinho não sei se é a escola ou o governo que falha mesmo, mas eu creio que falta um pouco de estrutura nas nossas escolas. (Otávio, janeiro/2020)*

Elias tem três filhos, uma filha que já concluiu o ensino médio e dois filhos em idade escolar. Seu discurso sobre a situação das escolas versa sobre uma falta de efetividade do ensino contemporâneo, ligando a mesma à atual situação do desemprego na região de Américo:

*[O que você acha sobre o desemprego em nossa região?] O desemprego em nossa região é o que acontece se pode ver assim, que se você procurar é a molecada hoje, o cidadão, para ele se tornar cidadão ele tem que começar pelo ensino básico, é o que eu percebi, eu tiro pelos meus filhos, não só eu como qualquer pai, ele teria que ter uma atitude, uma reação, brigar, bater de frente porque é só através do conhecimento que você muda qualquer situação; vamos supor assim tem muito desemprego tem, mas tem vaga de emprego, mas o cidadão ele não tem competência às vezes para aquela vaga de emprego, o cara precisa ter mecatrônica, o cara precisa ser técnico de segurança, ou tem vaga de técnico de segurança mas o cara... mas começa no ensino fundamental, meu filho hoje ele está na sexta série do ensino fundamental, ele não sabe ler, não sabe fazer uma tabuada, ele não sabe somar, não só ele, mas tem muitos aí, a escola faz o que? O ensino piorou muito e para piorar mais eu fico de bobo porque, assim é a música do Zé Ramalho: vida de gado. Eu não tenho atitude, ninguém tem atitude de assumir e bater de frente. (Elias, dezembro/2019).*

A ideia de uma formação cívica via educação formal mais uma vez está presente em seu discurso: “[...] o cidadão, para ele se tornar cidadão ele tem que começar pelo ensino básico”. Elias faz referência a uma música<sup>46</sup> que fez parte da trilha sonora de uma novela (O rei do gado<sup>47</sup>), como tema de um grupo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que fora retrato na trama televisava:

*[Então o desemprego está ligado a educação?] Positivo. E vai piorar porque no meu tempo, vamos supor assim, eu comecei a trabalhar eu tinha treze anos, doze anos de idade, eu trabalhava na roça porque um pai de primeiro ele criava um filho para trabalhar, não era para estudar, só que hoje a situação reverteu, a escola está lá, por mais pior... Vamos dizer assim, que ela não seja um ensino nossa! Mas a escola está lá, o cidadão não aprende porque não sei o que aconteceu com a mentalidade, vamos supor assim o aluno não quer, a escola não cobra, não está cobrando para o cidadão, exigir dele para fazer e os pais acham que a educação vem da escola, não*

<sup>46</sup> A música referida é "Admirável Gado Novo" uma canção do cantor e violonista brasileiro Zé Ramalho. A canção cita algumas ideias contidas nos livros Admirável Mundo Novo, a obra mais famosa do escritor britânico Aldous Huxley; e 1984, de George Orwell.

Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Admir%C3%A1vel\\_Gado\\_Novo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Admir%C3%A1vel_Gado_Novo) . Acessado em 11 maio 2021

<sup>47</sup>Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/o-rei-do-gado/trilha-sonora/> Acessado em 11 maio 2021

*ela está lá para passar conhecimento ao cidadão, educação vem de casa. [Você acha que a escola não cobra por quê?] Os pais não cobram a escola. [Então fica entre a escola e os pais?] Positivo, porque a educação vem de casa, ele vai lá para aprender conhecimento, conhecimento para conviver em sociedade para ele melhorar, vamos supor na sociedade para ele melhorar a condição dele, ter um salário melhor, porque você acha que um cara que ele tem estudo. Eu vou fazer uma pergunta para você ao contrário: você vai trabalhar lá no pela-porco da usina para ganhar R\$ 900,00? Vamos supor o governo, para o governo quanto mais ignorante o cidadão é melhor, ele quer é isso aí, que não tenham conhecimento melhor, é porque o mesmo cara que vai trabalhar para um empresário, ah eu não posso pagar um salário melhor, mas como? Rapaz um país que o cara lucra monstros, aí o cara diz que ele não pode: eu não posso pagar mais que um salário mínimo. Aí o cidadão que não tem conhecimento melhor vai fazer o que? Vai se sujeitar a isso, é o que sobra. (Elias, dezembro/2019).*

E assim como Carlos e Helena, Elias também atribui a atual situação das escolas ao governo:

*[Mas a culpa é da escola?] Não, é do governo e da escola, porque a escola o governo fala assim é isso e não tem ninguém do governo municipal da escola que vai falar não, não é assim, nós vamos bater de frente, e dos pais também porque não tem, é uma engrenagem, a educação vem de casa, o conhecimento ele vai buscar na escola, aí o governo limita e fala não que hoje eu conversei, uma professora falou isso aí porque para a escola se hoje a escola reprovar um aluno diminui a verba que vem lá, a escola não está preocupada se o aluno vai aprender, ela está preocupada com a verba dela, se entendeu se vai diminuir isso e aquilo então não é interessante para ela reprovar qualquer cidadão na vida, hoje não, hoje você vai reprovar hoje não, hoje não por causa de que se no dia de amanhã o cara acordar para a vida, hoje eu quero aprender, hoje eu posso, hoje quero mais, aí não tem mais condições, como ele vai ter condições? Ele já, o Estado empurro ele: aqui ó, pega, seu diploma, seu atestado de burrice, olha está aqui, e aí como ele vai voltar atrás? não tem mais como. (Elias, dezembro/2019).*

O desemprego também foi tema das conversas com os demais interlocutores, e segundo eles:

*[O que você acha sobre o desemprego em nossa região?] Alarmante né, apesar de no meu ponto de vista ser um dos polos mais formador de mão de obra, mas a nossa região não absorve a capacidade dessa formação, não há emprego para todos. (Carlos, dezembro/2019).*

*[O que você acha sobre o desemprego em nossa região?] Péssimo né, até porque o meu marido passou por uma parte de desemprego e é complicado achar hoje em dia serviço e o que você acha é muito mal pago, hoje eu acho que a pior condição é essa está muito mal pago, você até acha só que assim em condições péssimas. [Você acha que isso é devido ao que?] Eu acho que é um conjunto, eu acho que também a lei trabalhista que vai flexibilizando eu acho não tem nenhum órgão que fiscalize, acho que está todo mundo faz o que quer e a coisa vai acontecendo. (Helena, fevereiro/2020).*

[O que você acha sobre o desemprego em nossa região?] *Eu acho assim que ainda está um pouco grande eu acho, só que também, opinião né, eu acredito que ela está muito aliada hoje em dia com falta de interesse também assim, facilidade do mundo né, acaba as pessoas não querem mais aqueles trabalhos mais braçais não querem mais correr atrás, mas eu acredito que está grande ainda.* (Nilton, março/2020).

[O que você acha sobre o desemprego em nossa região?] *Olha eu creio que nossa região ela tem muita mão de obra qualificada e poucas empresas que dão valor para essa mão de obra qualificada, então o que que acontece quem tem um conhecimento técnico aí que se aprimorou em algum conhecimento técnico infelizmente na nossa região é pouco valorizado então o pessoal estão migrando para outras regiões para poder adquirir um valor ou um bem melhor para o desenvolvimento da vida né. [Você acha que o desemprego está mais em nossa região?] Eu creio que em toda as regiões né, mas tem algumas regiões que se destacam mais que a nossa aqui ainda entendeu, tem um maior fluxo de emprego do que aqui em nossa região, são poucas, mas tem algumas que se destacam e também acabam levando a mão de obra qualificada para lá né.* (Otávio, janeiro/2020).

Ailton, ao falar – formulando um discurso que pode ser ligado a seu consumo do estilo musical o rap – sobre o desemprego, aponta para a existência de um “cenário político” que favorece os grupos sociais de maior poder aquisitivo:

[O que você acha sobre o desemprego em nossa região?] *O desemprego, ele está sendo muito cruel né, porque as empresas estão fechando, as pessoas, elas tentam de alguma forma achar um novo meio de sobreviver e acabam indo para trabalhar de forma informal, isso acaba às vezes que não sei se melhora, talvez até piore a qualidade de vida porque você acaba trabalhando mais do que quando você trabalhava. Sem uma certeza de uma garantia de que as coisas possam melhorar. No cenário atual eu não vejo uma forma de crescimento de melhoras a longo prazo não. [Você falou de um cenário atual, o que seria isso?] Ah, porque eu enxergo um cenário sendo direcionado para quem tem o poder aquisitivo maior, entende, você acaba favorecendo mais os benefícios de quem está na parte de cima e de quem está na parte de baixo, é você não vê aquela mudança de desenvolvimento para emprego, os projetos ou causas sociais para pessoas de baixa renda, ao contrário, só está vendo morte e um, como que fala... um afunilamento parece que você está dividindo e não agregando. [E o que seria esse cenário?] Um cenário político com certeza.* (Ailton, novembro/2019).

A ideia desse “cenário político” permite a apresentação de um outro tema sobre o qual os interlocutores falaram: a política em nossa cidade. E ao iniciar pela fala de Ailton ouvimos:

[O que você acha da política em nossa cidade?] *A política em nossa cidade, eu acho que ela é fraca, porque eu não consigo, pode ser que tenha, eu posso estar sendo injusto também, mas eu não consigo enxergar uma melhoria rápida em termos de cidade, hoje a gente não faz, não tem assim aquela coisa de cidade que vai se desenvolver, que ela vai crescer, que ela vai ter mais gente trabalhando dentro da cidade, consumindo dentro da*

*cidade, um hospital público de qualidade. A gente vê que nosso hospital ainda aqui é fraco, a gente tem o Nestor que é de excelência, que é do estado, mas você vê ainda uma pequena, assim um passo pequeno, você não vê um passo largo, a gente não pensa grande, né. (Ailton, novembro/2019).*

Ailton diz não esperar muito da política local por ela ser “fraca” e atribui esse posicionamento à falta de uma perspectiva de desenvolvimento para o município. Diante de uma questão sobre os vereadores municipais a fala de Ailton aponta o motivo de sua descrença na política local: a falta de informações sobre o desenvolvimento da mesma:

*[O que você acha dos vereadores de nossa cidade?] Ah é eu, para falar a verdade, eu acho que precisa de ter mais participação dentro da cidade, não só nos trabalhos que eles fazem, nos trabalhos que eles já têm, muitos são conhecidos pelos trabalhos que eles estão que envolve o público entende. [Qual trabalho?] O trabalho, trabalho, eu acho que por exemplo, eu sou muito a favor do cara divulgar, sou muito a favor do cara divulgar o que ele faz, sei lá o que eles estão fazendo. Enquanto projetos, pelo menos os projetos, não para se mostrar, mais para mostrar que está fazendo alguma coisa para as pessoas entenderem que ele não está parado. Eu sei que tem uma verba para isso, porque não usar, já que tem essa bendita verba usa para mostrar. Eu não sei se o vereador da cidade tem, mas os deputados eu sei que tem. Ou criar eles mesmos nas próprias redes deles, mostrarem, gente nós estamos planejando isso, nós vamos fazer isso, nós lutamos e não foi aprovado sei lá... Entende? Porque as pessoas se sentem mais abraçadas, elas sabem do negócio, eu votei naquele cara e ele não conseguiu, mas ele está lá todo o dia, ele está lá e eu acho que é isso que precisa, se não tiver pessoas com vontade de fazer algo e mostrar que está fazendo acho que é mais do mesmo. (Ailton, novembro/2019).*

O discurso político formulado por Ailton revela um novo aspecto constituinte do discurso de descrença diante dos agentes e das dinâmicas do campo político: a falta de informação sobre o desenrolar do jogo político legítimo.

Essa falta de informações sobre o desenrolar do jogo político – assim como o acesso a essas informações quando existentes – desvela uma característica de ambivalência que pode ser atribuída ao senso político de Ailton, lembrando que anteriormente em nossa conversa ele tinha apresentado um discurso de crença – ao falar sobre como escolhe em quem votar – nos agentes do campo político.

A ideia de uma “política fraca”, atrelada à falta de conhecimento sobre as atividades e projetos políticos desenvolvidos na cidade também aparece na fala de Nilton:

*[O que você acha da política em nossa cidade?] Fraca, muito fraca. [Em que sentido?] É igual esse ano, é ano de eleição, esse ano vai ter alguma coisa na cidade, um exemplo, o prefeito vai recapear uma rua ruim, ele vai fazer algum evento na cidade, é, vai reformar alguma coisa para expor o nome dele, para tentar uma reeleição, tanto que uma falha até minha e eu acredito que de bastante pessoas aqui do município, mas eu não posso falar deles, eu*

*nem sei quem são nossos vereadores, tipo eles somem, só aparecem em época de eleição, agora está um descaso ai na nossa cidade em questão de via, o próprio hospital, as escolas têm tido bastante briga, denuncia até o nosso lazer aqui você vai nas praças está tudo denegrada, não tem nada sociocultural para as crianças e os adolescentes, só ficam na rua, eu acho está em descaso, volto a dizer, a pessoa não se candidata porque quer o melhor da cidade, ela só quer o dinheiro público, só. (Nilton, março/2020).*

A ideia de corrupção aparece vinculada ao jogo político institucional no discurso de Nilton quando ele fala sobre os vereadores da cidade:

*Sinceridade, assim é um ou outro nós vemos assim fazendo alguma coisa na cidade, não sei hoje quantos tem na cidade, eu acho que uns sete, eu não tenho ideia de quantos são, mas como que eles aparecem é chega na época assim da política eu vejo muito não porque eu fiz tal coisa, ou, não se eu continuar eu vou fazer tal coisa, ou você escuta muito falar que paga churrasco para não sei quem, paga outro churrasco para não sei quem, querendo ou não é uma compra de voto ali, você vê que tem isso ainda e muito forte e muitas vezes sorrateiro ai eu dou cesta básica para tal pessoa, mas o cara não dá porque ele quer ajudar, ele dá porque ele quer ganhar o voto e eu acho muito precário e muito, que palavra que eu posso usar assim, isso é muito ínfimo da parte deles assim, não pensam na população, engana e consegue enganar muito bem a população. (Nilton, março/2020)*

Ailton e Nilton atribuem, cada qual a sua maneira, um sentido negativo ao contexto político local. Elias e Otávio ao contrário – contradição que remete ao caráter polissêmico da noção de política pensada enquanto categoria antropológica –, atribuem um sentido positivo a esse contexto:

*[O que você acha da política em nossa cidade?] Em nossa cidade assim o prefeito que está aí hoje, o atual prefeito assim, eu não vou falar que eu conheço ele, por nome eu conheço, conheço até o pai dele por nome, o Fábio né, conheço a pai dele, conheci a mãe dele, não sei se são vivos ainda, mas assim pelo pouco que eu conheço hoje você vai às vezes no hospital público tem médico, o cara está fazendo as obras necessárias no município, não sei se ele vai agradar todo mundo mas aparentemente é um cara que está fazendo bem para a cidade, eu não sei as condições dos cofres públicos eu não participo das sessões da câmara, o cara tem que participar se entendeu, mas aparentemente ele está indo bem, e o vereador que eu votei nele por causa de amizade nunca mais voto nele (risadas), mas nem com uma espiga de milho nego (risos), se tá louco, num voto mais. (Elias, dezembro/2019).*

A conotação positiva atribuída ao contexto político local por Elias está relacionada a como ele entende o trabalho realizado pelo prefeito. Como em discursos anteriores, Elias demonstra conhecer o funcionamento do jogo político legítimo, e afirma que a falta de informações sobre os cofres públicos da cidade é resultado de sua não participação nas sessões da câmara municipal.



Elias também fala sobre outras relações que compõem o jogo político local e afirma ter votado em um vereador por amizade e ter se arrependido por isso. Sobre os vereadores de forma específica ele diz:

[O que você acha dos vereadores de nossa cidade?] *Eu conheço um vereador da cidade, não sei, é por falta de interesse minha, tem muitos vereadores aí, devido à correria do dia a dia eu não participo tanto, mas porque eu não participo, vamos voltar lá atrás de novo, é o tal negócio, o cara acha que é igual futebol, não é, política e lei de trânsito teriam que ser ensinadas para o cidadão para ele querer participar.* (Elias, dezembro/2019).

O discurso construído por Elias nesse momento permite um exemplo do que entendemos ser o “problema político mais fundamental” (BOURDIEU, 2007, p. 371) dado pelo processo de “[...] transmutação da experiência em discurso, de *Ethos* informulado em *Logos* constituído e constituinte; do sentido de classe...” (BOURDIEU, 2007, p. 429). Esse processo pode ser percebido quando Elias formula a seguinte afirmação:

[...] *eu sou criado lá atrás, nasci em 1974, aí nunca ninguém falou de política para mim, entendeu, o pouco que eu vejo é no dia a dia, porque ninguém veio falar de política para mim? Se você perguntar, que falou de política para mim? Eu vejo no dia a dia o que acontece.* (Elias, dezembro/2019).

Otávio também vê com bons olhos o contexto político local, no que diz respeito ao poder executivo:

[O que você acha da política em nossa cidade?] *Olha essa cidade já esteve pior viu, já esteve pior, eu acho que a política hoje aqui na nossa cidade pelo menos assim é alguns setores melhorou bastante, principalmente setor assim de infla estrutura da cidade agora em relação a saúde, educação é anda meio que engatinhando ainda está meio devagar, mas em relação a infraestrutura mesmo eu acho que melhorou bastante* (Otávio, janeiro/2020).

Já quanto aos vereadores seu discurso não é tão positivo:

[O que você acha dos vereadores de nossa cidade?] *Olha dá para contar nos dedos, eu creio assim, em nossa cidade vereadores que são assim ativos mesmo que a gente sempre vê em rede sociais, vê projetos que estão sendo realizados, eu acho que são três que são assim os mais assíduos né e tem vereadores que eu vou falar uma coisa para você, cara, faz cinco mandatos que está aí e eu nunca vi um projeto, eu não sei como que se reelegem.* (Otávio, janeiro/2020).

Carlos e Helena não se posicionaram quanto ao contexto político local. Sobre essa temática Carlos disse:

[O que você acha da política em nossa cidade?] *Sinceramente estou bem por fora da política de Américo Brasiliense, não tenho conhecimento nenhum. [Por quê?] Falta de vontade mesmo, não acompanho, não procuro, aliás eu até conheço um pouco a de Araraquara, estou sempre ouvindo a TV câmara, a Rádio que eles postam no ar, mas de Américo Brasiliense realmente eu não acompanho.* (Carlos, dezembro/2019).

Helena por sua vez disse:

[O que você acha da política em nossa cidade?] *Da nossa cidade vishi, olha e agora. [Você nunca parou para pensar sobre isso?] Não parei, ainda não parei não. Então esse acho que é o grande erro de todo mundo tem muitas coisas para fazer, mas eu também não, tipo eu não vou atrás, eu não sei como que está a saúde, como que está a educação nas escolas, se foi efetivo ou não alguma coisa, o que é visível é aquilo, é o superficial, é festinha que está fazendo, é isso, é aquilo, mas e o resto? Assim, dão muita visibilidade para essas coisas que chamam a atenção e que a gente que está na mídia fica vendo só isso, tanto que na hora que você me perguntou, a única coisa que eu lembro é isso, teve festinha ali (risos), mas a política pública em si é uma coisa que não.*

[O que você acha dos vereadores de nossa cidade?] *(Risos) sumidos (risos) eu acho, também não posso opinar, porque eu não procuro saber.* (Helena, fevereiro/2020).

De um modo geral a figura dos vereadores foi a mais contestada pelos interlocutores, por isso perguntamos se eles já tinham pensado em se candidatar a algum cargo político. Diante desse questionamento dois disseram que sim e quatro disseram que nunca pensaram em ser candidatos:

[Você já pensou em ser candidato?] *Eu já pensei em entrar para política sim, mas para mim entrar para política realmente eu acho que eu queria estar economicamente melhor, eu não queria depender do dinheiro da política entende, sei lá, sei lá pegar esse dinheiro, se fosse o salário e aplicar em alguma coisa, hoje minhas condições não dão mas se eu tivesse uma condição eu me candidataria sim. Acho que dentro da cidade, seria vereador, mas se tivesse dinheiro e condições, sei lá um deputado federal, estadual.* (Ailton, novembro/2019)

No discurso de Ailton é possível perceber mais uma vez a questão de classe. Para ele a possibilidade de ser candidato na política está diretamente ligada a uma boa condição financeira. Já na fala de Nilton, a temática da corrupção volta a aparecer:

[Você já pensou em ser candidato?] *Já, já pensei, eu pensei assim se não desse certo o concurso eu iria me candidatar para ver como que é lá dentro, assim eu tinha um certo receio em dois âmbitos, um em ser morto, outro em me corromper né, tinha esses dois sentidos críticos será que eu entro, será que eu não entro porque eu ficava pensando será que eu vou entrar lá e vou bater tanto de frente que vão começar a me perseguir, talvez até me matar e*

*a gente escuta falar isso daí, ou será que eu vou me corromper, vou dar uma de aí eu vou fingir que eu não estou vendo isso para não ficar brigando, esses eram os meus receios mas eu já pensei em me candidatar já. (Nilton, março/2020).*

Carlos, Elias, Helena e Otávio nunca pensaram em tentar a carreira política. O discurso de Elias se aproxima ao de Nilton quando ele aborda a ideia de um jogo político em que as condições já estão previamente definidas, ou seja, os dois atribuem sentido negativo ao que viria a ser o campo político:

*[Você já pensou em ser candidato?] Eu nunca pensei em ser candidato político, porque não sei se tudo o que eu falei aí se eu entendo de política, mas eu acho que se eu fosse candidato político não ia dar certo porque o modelo que está aí você tem que aceitar o que os outros aceitam, ou você aceita ou você não faz nada porque como vereador você pode fazer uma melhora para a cidade caso contrário se for uma coisa muito grande é muito difícil você não consegue mudar, os caras engolem você. (Elias, dezembro/2019).*

O desinteresse pela possibilidade de ocupar um cargo político aparece nos discursos de Carlos e Otávio:

*[Você já pensou em ser candidato?] Não. [Por quê?] Porque eu acho que eu não ganho, essa que é a verdade. Nunca pensei em procurar saber se teria alguma chance, algum projeto. (Carlos, dezembro/2019).*

*[Você já pensou em ser candidato?] Não, nunca pensei em ser candidato. [Por quê?] Porque eu acho que não me cabe a isso aí entendeu, não consigo nem me ver aí como político, não tenho interesse nenhum. (Otávio, janeiro/2020).*

A ideia de uma formação específica voltada ao funcionamento do campo político volta a aparecer, agora na fala de Helena:

*[Você já pensou em ser candidata?] Não, nunca. [Por quê?] Porque eu acho que se eu fosse fazer isso eu teria que mudar totalmente a minha visão e assim eu teria que estudar muito eu teria que saber muito mais coisas, eu acho que eu teria e eu não sei se essa parte da politicagem se eu conseguiria fazer, então eu acho assim é mais um comodismo, é uma coisa que quando eu pego para ler alguma coisa eu gosto, porém eu acho que no meio político mesmo eu não me daria bem. (Helena, fevereiro/2020).*

Junto à necessidade de uma formação para o exercício de um cargo político Helena também apresenta a ideia de “*politicagem*”, um modo de falar sobre o jogo político no dia a dia:

[O que você quer dizer com politicagem?] *Politicagem, eu acho que assim, que eu acho que você quando não sei é uma impressão minha, mas eu acho que quando você está no meio você tem que de certa forma agir não pensando no bem geral, no bem de tudo, mas você tem que, como eu posso te falar, eu acho que é eu não sei explicar, e acho que você tem que ir mais tem uma palavra, você não tem que ser fiel àquilo que você quer, você tem que saber lidar, e tipo assim, saber ceder em algumas partes para poder ganhar sabe tem que fazer essa troca não sei se você está me entendendo, fazer acordos e eu acho que eu não conseguiria lidar com isso acho que eu não saberia lidar nem no sentido de conseguir me eleger, no sentido de puxar o saco, de fazer coisas que são visíveis e aí eu acho que querer entrar num mundo desse até você aprender, eu acho que já está na hora de você sair eu acho que é um processo. [Você vê diferença entre política e politicagem?] Na minha cabeça não. (Helena, fevereiro/2020).*

Como já pontuado os discursos políticos dos interlocutores aqui apresentados resultam das experiências transformadas em um discurso lógico sobre as questões e as dinâmicas políticas. Esses discursos endossam a ideia de que a noção de política pode ser compreendida como uma categoria etnográfica, tendo em vista os diversos sentidos que podem ser atribuídos a ela. E é, pensando nesses distintos sentidos, que a seguir apresentamos o que os interlocutores pensam a respeito do contexto político nacional.

#### **4.3 A política distante: o contexto nacional**

Esse segundo momento de entrevistas iniciou-se em outubro de 2019, mês em que foi aprovada a reforma da previdência, motivo pelo qual esse tema estava sendo muito abordado em noticiários por todo o país. Diante dessa realidade iniciamos a conversa sobre como os interlocutores pensar contexto político nacional com uma indagação acerca dessa reforma.

Helena constrói um discurso em tom pessimista diante dos direitos garantidos pela reforma da previdência social:

[O que você acha sobre a reforma da previdência?] *Vi alguma coisa, vou falar para você que eu não aprofundei não, mas o que eu acho assim é que eu já tenho na minha cabeça que isso vai acabar, eu acho que não, se continuar do jeito que está, nós por exemplo, da nossa idade, a gente não vai ter esse benefício de aposentadoria de alguma coisa parte do INSS, também de auxílio doença de um tanto de gente que eu sei que não tem condições de trabalhar e está desempregado, então assim é bem complicado, eu acho que foi uma coisa que praticamente assim, não acabou né, claro mas assim que está, piorou muito a situação. (Helena, fevereiro/2020).*

Nilton foi o único interlocutor que se colocou de forma favorável a reforma:

[O que você acha sobre a reforma da previdência?] *Eu acho que tem que ter né, mas é infelizmente assim hoje em dia os planos que foram é, as mudanças que foram mostradas, acabam pegando um pouco a gente, voltando para minha área, é, vou ter que trabalhar cinco anos a mais agora do que trabalharia antes, infelizmente é um mal que vem para o bem porque alguém ia ter que fazer uma mudança, porque o país não estava mais aguentando e infelizmente eu acredito que pegou um pouco mais para nós da classe baixa, mas ia ter que fazer.* (Nilton, março/2020).

A ideia de uma desigualdade social diante das mudanças na previdência está presente na fala de Nilton, mas ganha uma outra proporção nos discursos de Ailton, Carlos, Elias e Otávio.

O discurso de Ailton novamente evidencia a questão das diferenças entre as “classes” que, como já apontado, pode ser ligada ao seu consumo musical:

[O que você acha sobre a reforma da previdência?] *Eu acho que é uma reforma da previdência para pobre. [Como assim?] Porque você está tirando, você está moldando de baixo para cima, você está pegando desde a escala daquele pobrezinho que já paga aquele imposto e você está embutindo mais um desconto na folha de pagamento dele em tudo, então porque você não faz um corte em cima, de quem está lá em cima, desde um promotor de justiça, de um juiz ou de um cara lá que se aposentou no exército? Senão vê esse tipo de corte, você vê só na classe média baixa até o cara que é do povão aí. [Você leu sobre isso?] Sim, eu pesquisei, eu me informei, ouvi várias frentes de direita, esquerda e a minha conclusão é que a reforma ela está sendo boa para quem está lá em cima, não está fazendo diferença na vida das pessoas de um modo geral, vai fazer diferença para eles, para as pessoas que tem dinheiro, a gente vai ter que continuar se virando do jeito que a gente sempre se virou.* (Ailton, novembro/2019).

Os discursos formulados por Ailton, Carlos, Elias e Otávio sobre essa temática permitem entender como o senso político, transformado em discurso político reflexivo, expressa uma agência, ou seja, um momento particular de produção simbólica possibilitado pela relação dialética entre as informações consumidas sobre política e as disposições adquiridas em suas trajetórias individuais, e, por isso, a formulação desses discursos não pode ser reduzida a um ato de simples conformidade diante das disposições do contexto de sua produção.

O tom de não conformidade em relação ao contexto político nacional compõe os discursos de Carlos e Otávio:

[O que você acha sobre a reforma da previdência?] *É aquela mesma história de sempre, jogaram tudo em cima das costas do trabalhador né, essa é a realidade, vamos trabalhar mais, pagar mais e se aposentar mais tarde, não vi assim, bom da última vez que eu li, porque houve várias mudanças no texto, a última vez que eu me informei, que eu li o texto original não, só sobrecarregou mais ainda o pobre o trabalhador. [Quem fez isso?] Em*

*geral, o governo atual mesmo, de modo geral o congresso todo, porque as grandes pensões, os grandes que recebem muito, não alterou nada, só alterou para o trabalhador e aumentou o tempo de trabalho. (Carlos, dezembro/2019).*

*[O que você acha sobre a reforma da previdência?] Olha eu achei que a reforma da previdência foi falha viu, na minha opinião creio que prejudicou muita gente, o meu caso mesmo, eu trabalho desde os meus, desde o SENAI eu trabalho, desde os meus quatorze anos de idade tenho carteira registrada, eu estava pensando assim que talvez eu poderia me aposentar com cinquenta e cinco, cinquenta e quatro anos aí, eu já vi que não vou conseguir, eu vou conseguir só com essa reforma, contando insalubridade essas coisas aí, eu vou conseguir só com 60 anos aposentar, então eu acho que prejudicou muita gente, não foi, para o trabalhador que sempre dependeu ali do seu salário, que pensou em uma aposentadoria, hoje é falho isso aí. (Otávio, janeiro/2020).*

O discurso de Elias também se constrói apresentando uma não conformidade diante da reforma da previdência, e novamente ele apresenta a questão de uma educação política escolar no sentido de formar cidadãos capazes de reconhecer seus direitos e, se preciso, lutar pela manutenção ou ampliação dos mesmos.

*[O que você acha sobre a reforma da previdência?] Eu não entendo muito sobre reforma da previdência, mas vou falar para você sou leigo do assunto, mas puta merda que reforma que é essa que atinge só o pobre? Eu não entendo muito, mas aí o pobre está no saleiro só aqui, vamos supor assim se pega aí, vamos supor assim do pouco que eu entendo que eu vi aí nas notícias de jornais que você vê aí, vamos dizer assim, é quem ganha muito na previdência vamos supor assim, que é aonde está o rombo da previdência não é salário de desembargador, aposentadoria de desembargador, de juiz, de ministro, de deputado, de general, de coronel, é os caras que é a nata, né o salário gordo, aí o trabalhador marmitão que trabalha que rala, aí o cara fala ele está ganhando muito, mas ganhando muito como? Não é esse cara que faz o rombo da previdência, esses caras aí fazem a reforma, vai atingir esses caras aí? Vai atingir os magnatas? Vai nada, vai atingir o marmitão lá. [Então ela foi ruim?] Ruim, rapaz isso aí é injusto e ninguém faz nada porque é a que entra o conhecimento e não tem ninguém que peita que, como você vai convencer uma pessoa, se vai entender assim, você consegue mudar qualquer situação ensinando uma criança, isso é bíblico, qual é o maior do reino de Deus, eles falam, é a criança porque ela é pura se você chegar na criança e ensinar ele, ó você não pode jogar isso aqui, você vai ensinar cultura para o cidadão, ele vai crescer tendo conhecimento esse aqui eu não posso, esse aqui tenho que brigar é meu direito, mas o cidadão que cresceu e ele conviveu aí, como você vai convencer a mente dele que ele tem que brigar pelo direto dele? Jamais você vai conseguir, se não consegue, pelo menos nessa geração nossa aqui, na próxima geração não sei se os meus tataranetos vão conseguir reverter, porque se não mudar o conhecimento do cidadão lá na educação fundamental, não sei se consegue. (Elias, dezembro/2019)*

Uma vez que o processo de votação da reforma da previdência estava no centro do debate midiático, as figuras de agentes do campo político como deputados e senadores também passaram a orbitar o discurso midiático com mais frequência, então buscamos compreender o que os interlocutores pensam sobre esses agentes do campo político.

Helena foi a única interlocutora que afirmou não ter nada a dizer sobre os deputados e senadores:

[O que você acha dos deputados?] *Não sei nada de verdade.*  
 [O que você acha dos senadores?] *Também não.* (Helena, fevereiro/2020)

Ailton, Carlos, Elias, Nilton e Otávio, mantendo o tom de descontentamento, de não conformidade, formularam assim, seus discursos sobre esses agentes do campo político nacional:

[O que você acha dos deputados?] *Eu acho que precisa melhorar, ainda são poucos os bons, e os bons não são de nossa região, é isso que me deixa mais bravo, as vezes os que tem não atendem a gente ainda.*

[O que você acha dos senadores?] *Os senadores eu acho que são os que estão mais distantes, eles ainda a gente consegue ver os deputados, agora os senadores estão bem distantes.* (Ailton, novembro/2019).

[O que você acha dos deputados?] *Aí ficou difícil, ficou difícil nossos deputados rapaz, complicado, eu não votei né, não votei para deputado, para senador, para presidente, não é porque eu não votei, é um direito de cada cidadão, mas qualquer cidadão tem direito ao voto, mas falar para você, nossos deputados, fica pesado falar, assim, rapaz eu votei uma vez no Edinho Silva, votei no Massafera, lá atrás no passado, mas assim, para nossa região, já vou falar para você aqui, a nossa região aqui, Santa Lúcia não tem hospital público, Rincão não tem hospital público, Mutuca, Guatapará não tem hospital público, Américo tem hospital público, mas atende muitas pessoas de outras regiões, mas assim é ai que eu falo para você os deputados da nossa região são fracos, muitos fracos porque assim, se eles prestassem cada cidade teria um hospital público, o cara ia atender ele, o município dele, se é público viriam gente de outros lugares, mas é um direito Santa Lúcia ter um hospital público, Rincão Guatapará, Mutuca não tem, para você ver, Gavião não tem, as pessoas vêm para Araraquara, vai para Matão, Américo, entendeu, os caras não têm, não têm a quem recorrer, então aqui, se for dar uma nota de um a zero é zero porque deputados da nossa região, você engloba toda essa região aí, fraco demais, se fosse bom, eu garanto que a qualidade da saúde pública na nossa região seria melhor.*

[O que você acha dos senadores?] *A mesma coisa, para nossa região não presta.* (Elias, dezembro/2019)

[O que você acha dos senadores?] *Não foge muito a realidade social, a realidade política assim, todos estão no mesmo enquadramento, é, tem muitos lá que tem muito conhecimento, só que são pessoas assim ocultas que nós não conhecemos e acabamos não votando certo e colocamos pessoas fantoches lá que estão sendo manipuladas por outras que só querem seu bem, aprovar leis para eles, é auxílio paletó, auxílio palito de dente, fora o*

*salário de 20, 40 mil reais para que isso? [Você sabe o qual o papel político dos deputados e senadores?] Eles têm que fiscalizar também os governantes na legislação, eles têm que legislar tal, ali ver a lei cada vez melhor para proteger a população, ajudar ela a evoluir e também cobrar as leis já que estão feitas aí. (Nilton, março/2020)*

*[O que você acha dos deputados?] Eu acho que são muitos né, eu acho que a quantidade de deputados que tem aí deveria ser 80% menor né, eu acho que deputado deveria ser alguns só por estados, um por estado só e sem deputado federal, porque a gente paga muito caro por eles. [Você sabe o que faz um deputado?] Na minha cabeça, eu acho que o deputado é uma pessoa que é intermediária né, ela intermedia verbas, com outros governadores com o presidente eu acho que é um intermediador.*

*[O que você acha dos senadores?] Meu piorou mais ainda, eu acho que deveriam sair todos os senadores, esse cargo no Brasil, eu acho que não deveria existir entendeu, eu acho que cada um, tendo um deputado para cada estado sem senador ali para intermediar as coisas eu acho que. [Você sabe o que faz um senador?] Então eu não sei corretamente o que ele faz, sei que ele enxuga muito dinheiro do contribuinte. (Otávio, janeiro/2020)*

*[O que você acha dos deputados?] Ah esses daí estão sempre na mídia né, sempre deixando a desejar, existe sim uns, vamos pôr assim de 100% teriam uns 20% tentando fazer alguma coisa, algum trabalho sério, mas infelizmente 80% estão mais preocupados em leis que beneficiam a si próprio em poder roubalheira né. [O que seria deixar de desejar?] Deixam a desejar muito, do meu ponto de vista eles não fazem o trabalho deles que eles foram postos para fazer, nossa realidade, nossa falta de ética, nossa corrupção, podemos dizer que é cultural nossa falta de ética, nossa moralidade nós não temos isso entendeu, acho que é de nossa cultura isso, tanto é que às vezes o cara vê o que sai no jornal algumas vezes o cara rouba o dinheiro e ainda faz uma oração porque o cidadão está tão acostumado a fazer isso, a roubar todo o dia um pouquinho que quando ele chega lá ele continua a roubar o país e acha aquilo a coisa mais normal, porque está entranhado em nossa cultura esse tipo de, infelizmente. [Qual seria esse trabalho?] Para mim o trabalho deles seria de imediato fazer uma campanha gigantesca para divulgar o que é o voto para conscientizar o cidadão, só que aí afetaria eles né, uma boa parte dos corruptos não querem e eles não fazem nada, o investimento em saúde é pouco, o investimento em educação é pouco, em segurança pública é pouco, fica aquela guerra de compra de pasta venda de pasta de favorecimento e por fim, eles acabam não fazendo o seu trabalho.*

*[O que você acha dos senadores?] A mesma coisa. Ali é em geral a velha guerra de poder e dinheiro. (Carlos, dezembro/2019)*

Sobre esse tema o discurso de Carlos faz menção à existência de uma cultura política marcada por uma realidade de corrupção e pela falta de ética e moralidade. Ele novamente atribui aos agentes do campo político o trabalho de promover uma educação política que permita aos cidadãos entenderem o que é voto e qual seu papel dentro do sistema político.

E uma vez que adentramos em temáticas mais ligadas ao campo político nacional, lançamos uma questão sobre os partidos políticos, lembrando que nenhum dos interlocutores tem filiação ou presta serviços a partidos políticos. Carlos e Otávio afirmaram que o número



de partidos no Brasil deveria ser menor. Carlos diz que “*esse é o mal da nossa política*”, como podemos ver:

[O que você acha sobre os partidos políticos?] *Eu acho que deveriam diminuir, infelizmente eu acho que esse é o mal da nossa política, são muitos partidos demais, muita gente para comandar um país, apesar de nosso país ser gigantesco em número de habitantes, mas eu acho que deveria diminuir, são muitos partidos, acaba fazendo um entrave né, porque um partido vê uma lei, um partido entende uma coisa, outro entende outra, aquele não está contente com o que pegou e vira aquela guerra e ninguém faz nada, acaba um travando o outro.* (Carlos, dezembro/2019).

Para Otávio o grande número de partidos é ruim pois se traduz em uma disputa intensa que pode levar à não continuidade de projetos quando acontecem as trocas de partidos no poder:

[O que você acha sobre os partidos políticos?] *Eu acho que é muito né, não deveriam ser tantos partidos desse jeito e eu acho assim também que deveria ser um pouco mais assim não ter assim, um partido político melhor que o outro, deveriam ser todos iguais, se o prefeito ganha, de um partido ganha ele prejudica o outro, então deveriam ser todos iguais.* (Otávio, janeiro/2020)

Nilton não entende o grande número de partidos como algo ruim, desde que esses partidos realizem, de maneira adequada, “[...] *transmita o que é ser um eleitor, como votar bem*”, ou seja, para ele caberia também aos partidos o trabalho de ensinar o cidadão como construir um bom voto:

[O que você acha sobre os partidos políticos?] *Eu acho que tem muitos, muitos, e é interessante, mas desde que o partido político também ele faça o seu papel social é, transmita o que é ser um eleitor como votar bem, é difícil lógico que é difícil assim eu falar bem de quem eu não gosto, é a mesma coisa de eu ter uma loja de maçã e eu ter um concorrente que também vende maçã e eu falar das qualidades dele também, a pessoa vai falar vou comprar dele então vou comprar do outro, é difícil lógico que é difícil, mas tem que ver, você está querendo governar e governantes do seu umbigo ou para a população em si.* (Nilton, março/2020).

Em seus discursos Nilton fez muito uso da expressão “*bom governante*”, por isso buscamos entender o que para ele seria um bom governante:

*Um bom governante seria aquele que sabe os problemas do povo da sociedade e sempre busca ajudar a melhorar, é, não adianta nada você ser o estrelinha, o popular da escola e não fazer nada só pegar o salário só, eu acho que tem que ser um governante ativo, não um cara oculto.* (Nilton, março/2020)

Um bom governante para Nilton teria que conhecer as necessidades do dia a dia e buscar ajudar as pessoas a superar essas necessidades. A esse agente político ele nomeia de “*governante ativo*”, e sua explicação não passa pelas agendas da política institucional uma vez que esse bom governante em sua percepção “[...] *seria aquele que sabe os problemas do povo da sociedade e sempre busca ajudar a melhorar*”.

Helena não soube dizer o que pensa sobre os partidos políticos:

[O que você acha sobre os partidos políticos?] *Posso falar um caos de novo? Eu acho que não sei o que eu acho não.* (Helena, fevereiro/2020)

Elias, ao construir seu discurso sobre os partidos políticos, resgata a memória do Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) que existiu de 1989 a 2006, e afirma que são os partidos políticos que impedem a realização do que seria para ele uma boa política:

[O que você acha sobre os partidos políticos?] *Eu não entendo de política, mas de partido político eu posso falar para você, tem aquele PMB, PTD, PSDB, PT, rapaz, não tem um partido como o PRONA que foi formado por Eneias Carneiro, é o presidente do Brasil que o Brasil não teve que falava que o Lula não tinha cromossomos, a quantidade de cromossomos para governar uma nação; rapaz os outros partidos é uma teta muito gorda que eu entendo, o dinheiro que vem do governo federal para eles mama é isso do resto, porque o partido está envolvendo o prefeito, o deputado, o senador, envolve tudo e se uma região não acontece as coisas, é porque o partido está ali envolvido no meio, porque tem o presidente do partido, não nós governa essa região e não tem hospital público vai ficar feio para nós, não tem e aí como vai ficar? Está tudo junto no mesmo balaio.* (Elias, dezembro/2019).

O discurso de Elias se aproxima do discurso de Ailton, que também entende os partidos como um tipo de entrave institucional para a realização da política:

[O que você acha sobre os partidos políticos?] *Eu acho que o partido político ele precisa mudar a concepção é em termos de, como eu posso dizer, a legenda do partido político, ela precisa mudar o pensamento em questão, vou falar em questão de país, não falo de um só, falo de todos, eles não, eles pensam só no poder, o poder pelo poder, eles não pensam em questão de país, então às vezes um cara entra lá, o cara vai ser moldado para trabalhar pelo partido, depois que ele entrou lá, ele tem que trabalhar pelo país e não pelo partido, então você vê muito em algumas pessoas que são integras elas acabam tendo este racha, então isso atrapalha muito porque bloqueia todo o trabalho que às vezes a pessoa possa fazer pelo país, independente se é de centro, de direita, se é de esquerda, se é católico, se é evangélico, acaba misturando tudo, e não é essa a ideia, claro que se você ter uma pessoa de uma denominada, participação de um, ela veio sei lá, ela veio de uma classe mais pobre, por exemplo, ela vai lutar mais pela classe mais pobre, ela não vai lutar pelo empresário óbvio isso, mas o que acontece é que o partido ele emperra muito esse tipo de trabalho, eu acho*

*que é isso que o partido precisa mudar, ele precisa começar a entender mais quem está lá dentro, e quem ele escolhe para por lá dentro. (Ailton, novembro/2019).*

E uma vez que o tema “fazer política” apareceu no discurso de Ailton, vamos apresentar agora o que os interlocutores pensam da política em nossa país de um modo geral. Ao começar pelo discurso de Nilton:

[O que você acha da política em nosso país?] *Eu acredito assim, que está melhorando não está 100% não é mágica não tem como uma pessoa assumir hoje e resolver todos os problemas não que o presidente que está hoje seja o melhor, nossa, está vendo todos os problemas não, ele está vendo o que teoricamente ele prometeu assim, que é o lado um pouco mais voltado para direita, está tentando buscar conservadorismo novamente, não sei se isso é bom ou ruim, tem várias opiniões, mas eu acredito que está caminhando para o bem, ainda tem muitas falhas, é lógico né, mas eu acredito que está melhorando, só estão ocultas muitas informações, mas eu acredito que está melhorando. (Nilton, março/2020)*

Nilton apresenta otimismo e confiança diante do contexto político nacional, mais especificamente diante das realizações do atual presidente – indo contra a ideia de uma narrativa da desconfiança na política. Esse otimismo não se faz presente nos demais discursos, condição que nos permite exemplificar o caráter polissêmico das práticas políticas e suas diversas percepções. Nos discursos de Helena e Otávio, por exemplo, o que se pode ver é exatamente o contrário:

[O que você acha da política em nosso país?] *Caótica, porque assim eu não vejo como consistente nada do que é falado aí em relação às políticas públicas também eu não vou te falar assim muita coisa, porque eu também não vou a fundo, mas eu acho que hoje a mídia ela dá... aí está caótica muita coisa, muita, muita, informação e pouco coisa mesmo que eu vou atrás que eu leio, que eu estudo, mas eu acho que se eu fosse falar em uma palavra acho que caótica. (Helena, fevereiro/2020).*

[O que você acha da política em nosso país?] *Está meio precária principalmente com situações que vou levar em consideração, nosso presidente que na minha opinião não tem gabarito para ser presidente do Brasil, é o que eu falei para você, eu não votaria nele, não votei nele, mas ele já está a tantos anos na política e não teve nenhum projeto realizado. Por isso não votaria nele, então ele já puxou o gancho aí, essa política que está acontecendo no Brasil hoje tem, está prejudicando mais as pessoas de baixa renda, assalariados, do que as pessoas que são empresários bem-sucedidos. (Otávio, janeiro/2020)*

O discurso de Carlos não apresenta de forma direta a insatisfação que se faz perceber nos discursos de Helena e Otávio, porém, por sua vez, o descontentamento aparece quando ele

descreve a política nacional como uma “*guerra por poder*” guiada por interesses dos agentes políticos profissionais:

[O que você acha da política em nosso país?] *Está deixando a desejar né, temos um grande número de investidores, eu estava lendo uma matéria na semana passada, um grande número de investidores que saíram do Brasil, outros que não vão vir porque estão com medo porque atualmente, desde a época da crise, se você parar para analisar um pouco os conteúdos, os fatos, é uma guerra política que no Brasil está acontecendo, é uma guerra que a gente vem aí a um bom tempo e os caras estão tipo se lixem o resto todo mundo, vamos correr atrás de nosso poder, vamos guerrear, é uma guerra política que vem acontecendo infelizmente. [Qual crise?] A crise, abre aspas, a crise financeira que o Brasil passou a recessão nossa que gerou esse desemprego, eles falam foi... para mim isso tudo, foi uma motivação política, empresários descontentes com alguns políticos, alguns políticos, no caso com os empresários, aí começou aquela briga de poder onde gerou aí consequências que estão sendo alarmantes. (Carlos, dezembro/2019)*

O discurso de Elias sobre o contexto político nacional expressa um senso político de desconfiança diante do campo político:

[O que você acha da política em nosso país?] *Voltando ao que eu já falei para você, eu não voto mais, eu não acredito mais porque é complicado, essa podridão vem se arrastando desde quando eu era moleque, uma podridão que está aí, os caras se engajou, não sai, tem cara de trinta anos que está lá, mais de trinta anos, os caras são políticos mesmo assim, aqueles caras mentirosos, o cara chora, nossa mano, você vê o cara vender o peixe dele rapaz, é uma podridão é assim, para ele não é interessante, igual eu falei para você, que você entenda de política, quanto menos conhecimento você tiver melhor para eles, você está na mão deles, eles fazem o que querem. [Quem são eles?] Rapaz é assim, eu acho que vamos supor assim que desde moleque eu sempre ouvia falar de corrupção, corrupção, corrupção, anão da previdência, transamazônica, elefante branco, rapaz era uma coisa que eu não entendia bem, mas sabia que os caras estavam roubando, era muito roubo, se naquele tempo eu pensava que era muito roubo agora se tornou pior vamos supor assim, a turma falou assim, vamos supor assim, o PT, o PT, aí eu falei, eu votei no Aécio, puta, eu não votei para Dilma, o cara é o maior ladrão, puta merda e ai? Em quem você confia nesse país? (Elias, dezembro/2019).*

Essa disputa partidária entre uma esquerda – representada no senso político cotidiano pelo PT – e uma direita – representada por partidos que façam oposição a esquerda – ou, respectivamente, “*petralhas*” e “*coxinhas*” de acordo com Ailton, está presente no discurso, que também possui um tom de descrença no contexto da política nacional formulado por Ailton sobre:

[O que você acha da política em nosso país?] *Eu acho que está muito polarizada, se você pensar é uma coisa como o pessoal fala, você é coxinha, se você pensa B, você é petralha, se você não concorda com nenhum dos dois você está em cima do muro. Eu acho que esse tipo de situação é o que mais atrapalha, é o que mais faz a gente regredir, isto daí, tanto dentro do cenário lá da política dos caras que estão lá em cima no poder quando a gente aqui em baixo né, então eu acho que fazer política é o cenário político, ele precisa ser o mais homogêneo e todo mundo tentar buscar o bem comum e não só os interesses, os interesses deles né, eu acho meio difícil estar lá e não buscar o próprio interesse, mas pelo menos, tentar buscar o coletivo, isso deveria existir, tem uma meia dúzia lá que faz isso, mas que ainda é pouco.* (Ailton, novembro/2019).

Como se pode ver a descrença e a desconfiança deram o tom aos discursos de cinco interlocutores. Assim, perguntamos a eles se existiria um grande problema em nossa política e qual seria esse problema. Segundo Nilton, o interlocutor otimista diante da atual política nacional:

[Você acha que existe algum problema na política do país hoje?] *Muitos, para mim eu acho que tem, volto a bater na mesma tecla, o cara está lá por dinheiro ele não está lá para governar, não todos, têm uns que estão lá para dar a cara a tapa mesmo porque eles querem melhorar e eles sofrem muita pressão acredito eu, mas a maioria que está lá ela só quer o dinheiro só, ela fala assim, não você é louco, um prefeito ganha sei lá doze mil reais, o que que ele faz? Eu nem vejo ele na cidade, vou me candidatar para isso aí também a um vereador ganha sei lá uns seis mil reais, quem é vereador na minha cidade? Os caras só vão fazer uma média ali para ganhar uns votos ali e depois seis paus ali por mês tranquilo então estão lá mais pelo dinheiro e não por quer ajudar a população, um capitalismo violento, um descaso com a população, o cara só quer saber do dinheiro.* (Nilton, março/2020).

Para Nilton o grande problema da política no Brasil hoje estaria nos altos salários destinados àqueles que ocupam cargos no poder legislativo e no poder executivo. Helena diante da indagação disse “*Eu acho que tem vários, mas não me pergunte quais (risos).*” (Helena, fevereiro/2020). Otávio, por sua vez, não soube dizer qual seria o grande problema, mas fez questão de marcar seu ponto de vista:

[Você acha que existe algum problema na política do país hoje?] *Eu queria salientar que o mais prejudicado nessa péssima política hoje no Brasil está sendo o assalariado que é o contribuinte ali que, de baixo escalão ali né, esse que é, que está sendo o mais prejudicado pela política brasileira hoje.* (Otávio, janeiro/2020).

A corrupção aparece como o maior problema na política nacional segundo Ailton e Carlos. Como pode se ver:

[Você acha que existe algum problema na política do país hoje?] *Nosso maior problema é a corrupção é está muito enraizado a gente querer tirar vantagem em cima de qualquer coisa em cima de um produto, de um serviço ou do próprio dinheiro ou vantagem em cima de alguém, é mais cultural do que estrutural, está mais o problema enraizado nas pessoas do que na estrutura dos sistemas vamos dizer assim, a gente pode trocar todo o cenário, todas as pessoas que estão lá na política, colocar pessoas novas, o negócio vai continuar porque o negócio é mais cultural, é que nem o racismo, é cultural, enquanto a gente não mudar a nossa mente, o racismo, o preconceito, com diversas frentes ai que gente conhece, o negócio não vai mudar então, é conscientização, é trabalhar em cima, é bater em cima, é denunciar, é desde do nosso convívio entre a gente né, o cara te dá um troco no mercado, você viu o seu amigo recebendo R\$10, 00 a mais que que você vai fazer? Você vai embolsar ou você vai devolver o dinheiro? Entendeu, é uma coisa que não cabe, não cabe para nós hoje, então não adianta a gente cobrar de quem está lá em cima se a gente faz aqui em baixo, se a gente faz um serviço e pede para o cara faturar dez vezes mais e dividir a metade comigo por exemplo, não cabe, infelizmente não cabe, felizmente isso não cabe, então é uma coisa que a gente precisa parar pensar, refletir e refletir de novo porque a mudança ela acontece das duas frentes, isso acontece lá em cima, quanto acontece aqui em baixo, se a gente for com tudo para cima dos caras ah tem que mudar, invade, sei lá, uma guerra civil, não sei, se a gente continuar com os mesmos costumes, não vai mudar, não vai mudar, não adianta, e não adianta a gente ter meia dúzia de pessoas que são informadas, instruídas, que sabem o que é certo, se os 90% não sabem o que é certo. (Ailton, novembro/2019).*

Para Ailton a corrupção não existe apenas na política institucional, eleitoral e partidária (no campo político), mas aparece como um traço da cultura nacional, e só será combatida com uma educação de qualidade para todos os cidadãos:

[Então o que falta para melhorar a política?] *Educação com certeza, se a gente não investir na educação, no incentivo com os professores, dá uma estruturada na forma de que eles possam trabalhar melhor, que as escolas tenham material melhor, que eles tenham uma liberdade maior para resolver a onde eles trabalham, eles não têm liberdade, a coisa não vai andar, o negócio não vai funcionar, não adianta, a gente vê muitos países desenvolvidos porque a base é a educação, a estrutura é a educação, já se diga de passagem que a estrutura familiar no Brasil já não é mais a base forte que já foi a muito tempo, então a gente está perdendo tudo, perdendo a família, a gente está perdendo a educação, estamos perdendo emprego, saúde, então a gente não pode falar, como muito se fala que as pessoas saíram da classe E para a D, para C, isso não acontece, eles estão mudando os conceitos, os números para a gente acreditar que estamos melhorando, mas a gente não está melhorando. (Ailton, novembro/2019).*

As questões sobre a desigualdade entre os grupos sociais parecem compor o senso político de Ailton, mais uma vez seu discurso faz menção à existência de um grupo dominante no campo político do país:

[Mas quem são eles?] *Eles são, eles hoje são o governo que atua hoje, o atual governo, ele manipula os números para dizer que não existe queimadas no Brasil, ele manipula os números, diz que não existe racismo no Brasil, racismo é uma coisa estrutural, é uma coisa conceitual, uma coisa que está, que infelizmente está estranhada na vida, na nossa vida não existe preconceito, existe, existe muita gente morrendo por causa disso, se matando, depressão enfim, a gente não consegue trabalhar isso porque as pessoas hoje elas estão ficando doentes de diversas formas, de diversos porquês né, e hoje a gente está muito mais doente do que, evoluiu né, as coisas evoluíram, mas não evoluíram bem a corrupção, hoje só aumenta porque não aumenta a informação, ela diminui, ela faz com que você entre lá dentro e faça parte do jogo, infelizmente a gente tem que ter muita coragem hoje, não tem só quer saber, a gente tem que entrar e de peito aberto, e é aquela velha frase, bate de frente com o sistema, trazer mais gente com a gente e abrir o jogo, a gente sabe que muitas mortes dentro da política foram por causa que alguém queria abrir o bico e falar alguma coisa então, é essa forma aí de dentro da política de delação premiada, você acaba soltando um cara que roubou milhões e muita gente está morrendo aí e talvez nem seja a forma correta de você fazer o negócio andar, por que daqui a quatro, cinco, seis anos o cara vai estar dentro de uma prisão domiciliar que a casa do cara o que o cara tem dentro vale muito mais do que o Shopping que a gente vai passear, da praça que a gente vai andar, o cara vai usar tornozeleira que custa milhões que não vai valer de nada porque o cara vai querer sair de lá para que? Se ele tem tudo lá dentro, ele recebe visita, eu não consigo receber visita dos meus parentes que moram longe e ele recebe, então é muita coisa que tem que parar para pensar, a política é uma forma hoje que a gente tem, é uma forma de destruir, de desqualificar, de te jogar lá em baixo, para eles continuarem no poder. (Ailton, novembro/2019).*

Semelhante a Ailton, Carlos também descreve o problema da corrupção como um traço de cultural:

[Qual é o maior problema da política hoje?] *A corrupção, a velha corrupção que está estranhada na nossa cultura, é corrupção demais, só que a gente quando para avaliar, a corrupção não começa lá em cima como a maioria acha, ah é ladrão por que é político, não, começa aqui em baixo, eu uso, eu como exemplo, eu sou 100% honesto? Não sou, eu se tenho chance de pegar uma coisa eu pego de uma empresa, eu não roubo um colega, um cidadão, mas dentro de uma empresa, eu vou usar o exemplo de uma empresa, a maioria que eu conheço, eu mesmo, se tiver chance de lesar uma empresa a gente lesa, só que isso é o que? Falta de caráter se parar para avaliar, é aqui que começa não é lá em cima, é aqui, ah hoje eu desviei isso, amanhã eu sarrupiei aquilo, hoje eu tirei vantagem, eu passei no vermelho, bati o carro e consegui sair na vantagem em cima do cara, você vai se graduando, vai se acostumando, o hábito faz o homem, você vai se acostumando a isso e quando você chega num patamar de um deputado, um poder de um senador, você está tão habituado a fazer coisa errada que você acha que está lá dentro e está certo, você rouba milhões, desvia da saúde, da educação e você acha que está totalmente honesto aqui, e se alguém questionar você acha errado da pessoa estar te questionando. (Carlos, dezembro/2019).*

Para Carlos a política no Brasil pode ser melhor, mas para que isso aconteça, seria necessário acabar com o que ele entende ser “*a velha corrupção que está entranhada na nossa cultura*”:

[Você acha que a política pode ser boa?] *Sim, eu acho que tirando a corrupção que exageradamente está extremamente exagerada eu acho que nossa política funcionaria o Brasil não tem muitas leis ruins o problema das leis de nosso país é que elas não funcionam como deveriam funcionar e aliás, muito pelo contrário, se a gente parar para avaliar com outros países aí, existem leis aqui muito boas, projetos que foram criados ai que, muito sensacional infelizmente, exemplo, vou usar o bolsa família, que foi desenvolvido, a última vez que eu vi, que eu acompanhei, estava acontecendo um arrastão da polícia federal por que tinha um monte de família de média, de renda média e alta, pegando o benefício que é para pessoas pobres, carentes, em muitos países de fora não existe isso, quer dizer é um puta de um projeto, muito legal, mas infelizmente a corrupção nossa, tanto do povo quanto dos nossos políticos, acaba saturando as nossas lei. Quem cria geralmente tem uma ideia legal, cria uma boa lei, mas na hora de ser implantada, na hora de funcionar é que vêm os entraves. (Carlos, dezembro/2019).*

Ao contrário de Ailton, Carlos não aponta a educação como um caminho para mudanças na política nacional, pois não acredita na possibilidade real dessa mudança. Expressando seu senso político, Carlos formula um discurso de descrença diante do campo político nacional:

[Sobre política em nosso país, faltou falar alguma coisa?] *Não, não. O meu ponto de vista é esse, infelizmente o nosso maior problema é a corrupção, aliás, não vai mudar, como eu disse, infelizmente está entranhada a nossa cultura. [Não vai mudar?] Eu acho que não, não tão já, não porque nós somos o espelho das gerações futuras infelizmente, até teve uma pesquisa no Fantástico que eu achei superinteressante, que a Rede globo depois “moitou”, não saiu muita coisa, foi naquela época que estourou aquele monte de corrupção, que tudo começou a aparecer, foi no começo da lava jato, se não me falha a memória, não tenho certeza, mas foi mais ou menos nessa época ai, saiu, lançou uma pesquisa sobre o que preocupava o brasileiro atualmente, todo mundo respondeu corrupção, legal está todo mundo consciente de que a corrupção está acabando como país em todas as esferas, ai quinze dias depois, lançou outra pesquisa, o que deveria ser combatido primeiro? A corrupção ficou em último lugar, é aí que mostra a nossa cultura corrupta, quer dizer, o cara está ciente da corrupção, eu estou ciente, mas aí, se for combater, vai pegar no meu pé, vou ter que agir certo. (Carlos, dezembro/2019).*

Já no discurso de Elias a ideia de um governo que “[...] governa para quem é rico, não para o pobre” (Elias, dezembro/2019), ou seja, um governo que não pensa adequadamente em seu povo toma o lugar da ideia de uma “*cultura da corrupção*” (Ailton e Carlos) enquanto maior problema da política nacional:



[Você acha que existe algum problema na política do país hoje?] *O maior problema da política do Brasil hoje, é sinceridade, honestidade, o cara não fazer as coisas para o povo, se ele é representante do povo teria que governar para o povo, a maioria do partido aí de hoje dos governantes que tem hoje governa para quem é rico não para o pobre. Ele conhece lá o Zé Cutrale, os caras que é da Raízem, ele conhece e o povo? Ninguém está aí, tanto faz, joga na conta do povo aí e acabou.* (Elias, dezembro/2019).

Diante desse discurso buscamos compreender o que para Elias seria “governar para o povo”, e segundo ele:

*Seria assim, os representantes né, você escolhe, eu vou votar em você para representante, você vai lá defender o que você propôs, eu propus que vou trazer mais médicos, mais segurança, mais isso, mais aquilo, um representante do povo junto ao governo, porque você não vai conseguir falar com o Dória, não vai conseguir falar com o Bolsonaro, quem que vai representar você? O cara que você votou, que você elegeu, eu votei em você, você vai me representar lá, mas de verdade, entendeu, sem interesse, eu não quero toma lá dá cá, eu não vou fazer conchavo para o cara ganhar, para empreiteira ganhar, para poder fazer isso e aquilo, entendeu, você não viu a Friboi, esses escândalos aí, a política seria isso aí, seria isso aí, as pessoas para comandar o país porque o país é muito grande, tamanho continental, não tem como você governar o país senão tiver os representantes que estão lá entendeu, é por isso que fala que a federação como que é? República confederativa do Brasil, não é isso? Mas quem que vai me representar lá? Seria você cidadão que eu votei, te dei um voto, mas desde que você honrasse isso aí entendeu, o que não acontece.* (Elias, dezembro/2019).

O discurso apresentado por Elias, assim como os demais discursos formulados pelos interlocutores permitem um contraponto à ideia de que o eleitorado brasileiro em sua maioria não discute ou não pensa sobre política em seu dia a dia. Todos os discursos, em suas particularidades, apresentam um certo conhecimento sobre o funcionamento e, em alguma medida, sobre as dinâmicas do campo político nacional (a política institucional, eleitoral e partidária).

É esse conhecimento que estamos nomeando de senso político profano. E por isso buscamos entender como esse senso político é construído através das experiências do dia a dia dos interlocutores, assim como o pensamento político que é fruto dessas experiências e, nesse sentido, o capítulo seguinte apresenta o que foi percebido desse processo de construção.

## 5 O PENSAMENTO POLÍTICO PROFANO: a política no dia a dia

Nesse capítulo apresentamos a análise das relações entre três elementos: a narrativa midiática sobre o campo político nacional, as trajetórias sociais e os discursos políticos dos interlocutores. A primeira seção, “A política no dia a dia e os meios de comunicação” apresenta e analisa as percepções dos interlocutores sobre as relações entre os dispositivos do campo midiático e as dinâmicas do campo político no país.

A segunda seção, “O pensamento político profano ou como a política deveria ser” apresenta e analisa as concepções dos interlocutores sobre como deveria ser construída a política no âmbito municipal, no tópico “Como a política deveria ser no contexto local”, e no âmbito nacional, com o tópico “Como a política deveria ser no contexto nacional”.

### 5.1 A política no dia a dia e os meios de comunicação

Uma vez que nossa análise vem se construindo a partir dos discursos políticos – sobre questões ligadas ao campo político nacional – que são a expressão do senso político dos interlocutores, foi preciso entender se esses discursos também eram enunciados nas relações ordinárias de cada um deles.

Nesse sentido buscamos saber se eles falam sobre política em seu dia a dia e com quem eles conversam sobre isso. Ailton, Nilton e Otávio falam sobre política no dia a dia. Carlos disse que tenta conversar sobre esse tema, mas poucas vezes encontra com quem faz-lo. Helena disse que fala muito pouco sobre o tema. Já Elias disse não conversar sobre o assunto:

*[Você fala sobre política?] Hoje eu falo mais, hoje eu falo mais, antes eu não tinha interesse porque hoje a gente entende que tudo é política né, hoje, mas antes eu não tinha interesse nenhum, eu achava que as coisas não mudariam assim, eu acho que a gente faz parte disso ai né, querendo ou não a gente faz parte de um sistema que se a gente não buscar informação, não se unir para mudar, as coisas vão continuar do jeito que estão, e as pessoas vão pensar do jeito que eu pensava, que política é tudo igual, sendo que a gente também faz política. [Mas o que mudou?] Além de eu mudar como pessoa, eu acho que a própria, o meio em que a gente vive, o Brasil em si mudou, é, não sei se é por causa da era da informação, da tecnologia, acho que isso ajudou também a melhorar um pouco e a perceber a diferença de abismo que existe entre os países de primeiro mundo e a gente do terceiro mundo, e eles estiveram às vezes em situações piores do que a gente e hoje estão melhores que a gente hoje. [Com quem?] Eu falo em todo o lugar que eu posso, em casa, no bar, no trabalho, eu acho que é sadio falar de política.*

[E as pessoas ouvem quando você fala?] *Ouvem, porque a política em si não é um partido a, b e c. a política é, ela é a forma de você fazer alguma coisa boa em prol de alguém, pelo menos é isso que eu entendo o que é política, e se a gente não souber usar esse tipo de ferramenta dessa forma para fazer uma coisa para outra pessoa, melhor, se eu estou em uma posição melhor porque eu não posso fazer para outra chegar na mesma posição, eu acho que é isso, é isso que a gente tem que pensar, se todo, se todos as pessoas que fazem política, participam de um partido político, pensarem assim. [Então para você, fazer política é isso?] É isso, é diminuir a desigualdade, equidade que fala. (Ailton, novembro/2019).*

Ailton entende que “[...] é sadio falar de política”. Por isso conversa sobre política em todos os lugares. Para ele a política seria uma forma de fazer algo bom para as pessoas, no sentido de “[...] diminuir a desigualdade”. Hoje, em sua percepção, as pessoas falam mais sobre política no dia a dia por estarem mais informadas sobre o assunto.

Nilton também gosta de conversar sobre política, pois acredita que isso pode ser uma maneira de aprender coisas novas sobre o assunto, mas afirma que evita falar com pessoas que segundo ele seriam “fanáticas” e que encarariam a conversa sobre esse assunto como uma discussão:

[Você fala sobre política?] *Sim, evito, mas quando possível e com pessoas que gostam de conversar sobre o assunto eu gosto também de conversar, só não gosto de dialogar com pessoas que são fanáticas sabe, fanatismo de querer brigar, ah porque não sei o que, pegar em armas novamente e matar não sei quem, não eu já não gosto de conversar com pessoas desse nível. [Sobre o que você fala?] Sobre a questão de conversar com qualquer pessoa na rua o início do dialogo eu não tenho problema com conversar, só que logo eu indago a pessoa sobre isso, é uma conversa ou é uma discussão, se for uma conversa vai ser legal, a gente conversar porque talvez você me mostre um lado do seu pensamento político que eu ainda não enxerguei e nós podemos chegar em uma conclusão, talvez eu te mostre também um lado que você não viu entre direita, esquerda, centro e sobre a população em si também né, o que ela sofre com isso. (Nilton, março/2020).*

Otávio conversa sobre política em casa e no trabalho, porém lamenta que hoje só existam assuntos ruins para falar sobre o tema:

[Você fala sobre política?] *Falo, falo sobre política. [Com quem?] Com amigos de trabalho, até na minha casa também eu falo sobre política porque, pelas notícias não muito boas a gente acaba comentando mais ainda do que as notícias ruins, então geralmente hoje só tem notícia ruim na política (risos). (Otávio, janeiro/2020).*

Helena fala muito pouco sobre política e sempre em seu local de trabalho. Ao contrário de Otávio, ela não conversa sobre esse assunto em sua casa:

[Você fala sobre política?] *Muito pouco, muito pouco mesmo. [Por quê?] Eu acho que pelo círculo de amizades hoje (risos) porque não rola esse tipo de assunto, rola às vezes quando tem uma polêmica, aí o pessoal surge falando alguma coisa, aí você comenta alguma coisa ou outra, mas assim, de discutir mesmo de ser alguma coisa legal para você discutir, não. É mais no sentido do serviço mesmo, aí a questão de polêmica, eu acho que hoje é o que está ainda aí, contra o Bolsonaro, a favor do Bolsonaro, e aí virá essa bagunça nesse sentido, mas nada para gerar conhecimento, para gerar uma discussão válida assim, é mais bobeira mesmo. E aí no dia a dia do serviço, com as pessoas do meu círculo de trabalho. [Fora do trabalho não?] Não, não, por que senão eu largo do meu marido também se for falar em casa (risos).* (Helena, fevereiro/2020).

Carlos disse que tenta falar sobre política em seu dia a dia, mas em muitas das vezes as pessoas não querem conversar sobre isso:

[Você fala sobre política?] *Com algumas pessoas, mas a maioria não se interessa infelizmente, mas com algumas pessoas a gente debate quando é possível né, com os menos exaltados né, temos alguns militantes que se exaltam, mas sempre que possível sim. [Com quem?] Geralmente nos cursos, no bar no fim de semana com alguns colegas, no serviço é muito difícil a maioria não aceita, não entendem, entendeu, assim, não pesquisa um fato a mais, não sabe o que está acontecendo né, abraça aquilo que a mídia coloca ali para ele e acabou. [As pessoas não querem conversar sobre política?] No serviço mesmo a maioria não aceita, ou começa a zombar dar risada, aí você vê que falta uma conscientização muito grande, não tem, o cara leva na brincadeira ou se irrita com o outro, é porque você é petista, por que você é Bolsonaro, pera ai gente, você tenta explicar uma política, eu vou usar um exemplo, de uns anos atrás na época do Lula, o Lula fez um projeto na época, não lembro o ano certinho, que eu estava na usina de reduzir a carga horária do trabalhador, ele disse que nossa carga horária é muito alta e a mídia, em contrapartida lançou o que, junto com os empresários, que ia reduzir salário, que ia reduzir a condição econômica do funcionário, não, na verdade a lei que ele estava propondo era muito legal, além dela reduzir a carga horária ia aumentar os turnos, empresa que tem três turnos passaria a ter quatro, a que tem dois passaria a ter três ia gerar mais renda, só que ai a mídia aliada aos empresários, não, se fizer isso vai cair o pagamento, vamos mandar gente embora, a maioria nem procurou saber, nem leu o texto da lei para ver o que era proposto né, se quer leram, eu perguntava para pessoa, você leu o texto na integra? Você entrou lá no site para ver o que ele postou lá? Se a lei realmente é isso que estão falando que vai cortar serviço? E não era nada disso, a lei era muito boa, finalizando, a lei não foi aprovada e quem manipulou? A mídia. [Você acha que não falta informação?] Falta muita conscientização, porque hoje em dia, com as tecnologias que tem, TV, WhatsApp, internet, hoje em dia se você quiser informação lá tem.* (Carlos, dezembro/2019).

No discurso de Carlos a relação entre as formações discursivas do campo midiático e a política em nosso país aparece de forma direta. Para ele os dispositivos midiáticos possuem a capacidade de manipular escolhas políticas porque “[..] Falta muita conscientização” por parte das pessoas, no sentido de não buscar por diferentes fontes de informações, para diante

das questões políticas, efetuar uma boa escolha. Em sua percepção por não buscar outros meios de informação o eleitor “[...] abraça aquilo que a mídia coloca ali para ele e acabou”.

Elias afirmou que não tenta conversar sobre política em seu dia a dia pois falar sobre isso seria buscar confusão com as pessoas, por que “[...] ninguém entende de política”. Isso acontece porque as pessoas não aprenderam sobre política. Nesse sentido, a ideia da necessidade de uma educação política dentro do currículo escolar volta a aparecer em seu discurso, enfatizando que em sua percepção “[...] política e educação de trânsito teriam que ser ensinadas na escola”:

[Você fala sobre política?] *A política aqui no Brasil, igual time de futebol, todo mundo entende um pouco, e a política? A pessoa achar que ela entende de futebol, eu fico quieto, futebol o cara dá o palpite dele coisa e tal, não vai influenciar sua vida, mas vai falar de política para você ver, o marmitão do dia a dia para você ver só, é difícil, é duro, porque as pessoas têm aquele conceito deles que não sei o que tem, os caras abraça uma, você vê que tem coisa absurda que as pessoas falam, então se você for falar sobre política, rapaz do céu, você vai arranjar encrenca porque tem coisa que não tem cabimento, você escuta cada besteira, um absurdo medonho por causa de que? É a verdade dele, o cara não aceita, ele não tem conhecimento, mas para ele é aquilo ali. [Com quem você tenta conversar?] *No dia a dia vamos supor assim eu nem tento conversar porque se você for tentar conversar vai trazer aborrecimento só, porque você acaba discutindo, você escuta muita besteira, é demais as pessoas aí, ninguém entende de política, porque política e educação de trânsito teriam que ser ensinadas na escola, cidadão que está se formando, para ele se formar um cidadão, depois que o cara começou a caminhar fãõ é difícil reverter isso aí, nunca que vai reverter, se não for lá no ensino fundamental, política, lei de trânsito seria obrigatório na escola, isso aí é o básico para qualquer cidadão, ele se formar e saber qual o direito dele, dele exigir, para ele falar, para ele não ser um ignorante. (Elias, dezembro/2019).**

Como se pode ver, com exceção de Elias, os interlocutores conversam sobre política em seu dia a dia, alguns com uma frequência menor, como no caso da Helena, mas no geral esse tema faz parte dos assuntos conversados e debatidos por eles em diversos lugares, como no caso de Ailton. O local em que mais conversam sobre política de um modo geral seria o local de trabalho.

A presença ordinária de conversas sobre questões relacionadas ao contexto do campo político nacional contemporâneo pode ser um indicativo e um produto do momento de crise vivenciado pelo regime democrático no país. Nesse sentido, a transformação do senso político dos interlocutores em discursos sobre questões do campo político nacional não aconteceu apenas em nossas entrevistas, essa é uma prática presente em suas rotinas diárias.

Em nossas entrevistas, também lançamos algumas indagações sobre as possíveis relações entre os dispositivos do campo midiático e a política em nosso país. Todos os interlocutores afirmaram que essas relações existem, e apontaram a televisão como o dispositivo midiático fundamental nessa relação:

[Você acha que existe uma relação entre a política e a mídia em nosso país?] *Com certeza, a mídia consegue colocar quem ela quiser, ela manipula, ela consegue, ela fica fazendo o joguinho de poder, ela ainda hoje, ela ainda consegue. [Ela manipula o que?] As pessoas de um modo geral, ela criou esse cenário, essa direita e essa esquerda que às vezes as duas se parecem tanto, ela que dividiu, foi a mídia que dividiu as pessoas, muito influenciada pelas duas frentes políticas, mas foi ela quem criou isso, para ela continuar na frente.*

[Mesmo com toda a informação hoje disponível ela ainda tem esse poder?] *Ainda sim acredito que não vai durar muito, mas ainda sim para manter um status de força de poder né, a maior mídia que a gente tem é a Globo e tal, ela quer se mostrar que ela é muito resistente. (Ailton, novembro/2019).*

No discurso de Ailton a ideia de uma manipulação por parte dos dispositivos midiáticos diante das questões políticas volta a aparecer – ela já tinha aparecido em discursos formulados por Carlos, Elias e Nilton. Para Ailton a polarização do imaginário político entre esquerda e direita seria um cenário criado pela mídia, como uma estratégia de manutenção de seu lugar social de poder “[...] *ela criou esse cenário, essa direita e essa esquerda que às vezes as duas se parecem tanto, ela que dividiu, foi a mídia que dividiu as pessoas*”.

Carlos, em seu discurso sobre as relações entre mídia e política, explicou o que ele entende por essa manipulação. Para ele os dispositivos midiáticos teriam a capacidade de controlar os cidadãos que não apresentam a postura de procurar por outras fontes de informação para confrontar e assim confirmar as informações consumidas em seu dia a dia:

[Você acha que existe uma relação entre a política e a mídia em nosso país?] *Sim, muito forte né, muito forte, porque no Brasil atualmente quem controla as massas é a mídia né, infelizmente a maioria vai no seu voto pelo que a mídia fala. [Quando você fala mídia seria o que?] Televisão, atualmente entrou muito face book nessa última campanha que a gente teve aí, nessa última eleição acho que bateu o recorde de Fake News né, os caras mandando informação aleatória mentirosa, foi aquela para estimular voto, para fazer votar nesse, desacreditar aquele, entendeu? Infelizmente ela controla o cidadão. [Você acha que ela controla o cidadão?] Sim, infelizmente, porque a maioria de nossos cidadãos hoje no Brasil não tem aquela mania de procurar uma outra fonte igual eu faço, eu estou vendo um jornal, eu entro num site, entro no outro, ligo um rádio para ouvir, para ver se aquilo realmente está sendo falado, mais a maioria não, o cara abre o Facebook ou liga a televisão, ah tá lá o Bolsonaro falou isso, ah é isso aí, pronto acabou. (Carlos, dezembro/2019)*

Carlos atribui uma grande força aos dispositivos midiáticos diante das dinâmicas do campo político nacional, por isso, perguntamos a ele se esses dispositivos teriam condições de transformar a política no país:

*[A mídia teria condição de mudar a política?] Sim teria. Já houve casos não comprovados, é aquela velha guerra, mas se ele não gostar de um candidato e eles pegarem no pé um exemplo é o Bolsonaro, a gente percebe que ele está numa guerra legal com a mídia, a mídia começou de repente expor o lado ruim dele, mostra isso porque ele desagradou, está querendo cobrar a dívida que eles têm, aí começou, mas eles ajudam muito sim, de uns 100% podemos por aí uns 60% para mídia, manipula muito o cidadão, principalmente aqueles que não têm o hábito de ler um site, que é a cultura brasileira, não tem o hábito de ler, de procurar uma mídia impressa para ver, uma outra fonte para ter certeza daquilo, vai abraçando aquilo que está na frente, pronto, né. (Carlos, dezembro/2019).*

Esse discurso permite perceber a relação de homologia estrutural que existe entre o campo da mídia e o campo da política no país, tendo em vista o consumidor de seus bens simbólicos, pois o consumidor dos discursos produzidos e veiculados pelos dispositivos midiáticos é o mesmo eleitor profano disputado pelos agentes profissionais do campo político nacional.

E nesse sentido os discursos dos interlocutores apontam para o que pode ser entendido como o exercício de um poder simbólico (BOURDIEU, 2002) dos dispositivos do campo midiático em relação às disputas do campo político que necessitam da aprovação de seus eleitores.

No discurso de Elias essa relação se mostra decisiva, uma vez que ele afirma que na eleição de 2014 sua escolha foi moldada pelo conteúdo televisivo:

*[Você acha que existe uma relação entre a política e a mídia em nosso país?] Existe, existe, porque assim vamos supor assim a mídia hoje no Brasil ainda um país onde a desigualdade é muito grande o acesso que você tem maior nos lugares através de notícias é a televisão, chega através da televisão, aconteceu isso tal coisa, ninguém tem muito acesso à internet, a Google, a maioria é a televisão, não adianta falar, a turma compara aqui em São Paulo, aqui, mas sai para fora para você ver, tem pessoa que nem tem o que comer, ela vai ter acesso a internet? Tem uma influência muito grande, eu votei, eu falei lá atrás, eu votei, no Aécio lá, assim eu via a televisão, vídeos mostrando, eu achei que era, eu não tinha conhecimento entendeu, igual eu falei, não tenho conhecimento político, aí você vê. (Elias, dezembro/2019).*

A escolha da palavra moldada no lugar da palavra manipulada não é apenas um recurso textual, mas sim uma mudança de olhar diante da prática política dos eleitores. O discurso de Elias segue sua linha de reflexividade, não perdendo de vista as desigualdades

sociais, tema sempre constante em suas falas, e quando questionado sobre a ideia de uma possível manipulação de sua escolha pela mídia ele afirmou:

*Não manipular, ela esconde a verdade porque se o cara é corrupto ela tem que mostrar que ele é ladrão, mas a mídia não faz isso, ela diz: não vota nesse cara aqui, você, nos seus anos que você está aí, você já viu alguma mídia fazer isso? Oh não vota nesse cara aí? Isso seria obrigação da mídia, informar o cidadão de bem que não tem conhecimento, falar assim esse cara aqui é ladrão, não vota nele, o histórico dele está aqui, durante tantos anos não fez nada, corrupção isso e aquilo, mas ninguém mostrou, possa ser que hoje ela esteja mostrando, mas teria que mostrar isso quase que diariamente porque o voto é o destino de quatro anos de uma nação, do que o cara vai fazer ou deixar de fazer. Aí vai aquele, eu sou o papa capim, eu sou o tiririca pior que tá não fica, rapaz o que você fala para mim? É complicado [A mídia deveria fazer isso?] Sim, mas o cara não tem coragem, por que o político não vai expor o problema que está acontecendo na região dele, ele não é bobo, como ele vai mostrar? Ó isso aqui está acontecendo aqui, a mídia tem que mostrar, a mídia em geral, entendeu? Tanto o rádio, a televisão, o jornal escrito, a revista, tem que expor mesmo, de verdade falar: oh olha o que acontece nesse estado aqui. E não só expor, tem que mostrar para o cidadão, falar o que consegue resolver? Tal coisa se resolve através disso. [A mídia não faz isso?] Não, ela omite bastante, ela mostra aquilo mais ou menos, o razoável, mas o que pega mesmo de fato eles não têm coragem de bater de frente não. (Elias, dezembro/2019).*

A palavra manipulação, e os sentidos a ela atribuídos, não cabem para representar o que está expresso nos discursos dos interlocutores dessa pesquisa, ela não dá conta de explicar, por exemplo, esse olhar reflexivo sobre a própria mídia presente no discurso de Elias.

Elias reconhece que uma de suas escolhas políticas foi moldada pelos discursos televisivos, mas pontua de forma contundente que agora entende que a televisão participa do jogo político por meio da omissão de informações, fato pelo qual, acredita não ser mais manipulado por esse dispositivo.

O discurso de Otávio apresenta um caminho para pensar essa relação entre os dispositivos do campo midiático e o senso político profano. Segundo Otávio os discursos midiáticos exercem uma influência no modo de pensar sobre a política em pessoas que não possuem um conhecimento mínimo sobre a política institucional, eleitoral e partidária.

*[Você acha que existe uma relação entre a política e a mídia em nosso país?] Existe, a televisão tem vários canais aí que influenciam demais, principalmente pessoas que não tem assim um conhecimento didático melhor e não tem conhecimento também pela internet; na internet você acaba vendo muitas coisas, mas eu creio que é muito influenciadora a televisão, em relação à política. (Otávio, janeiro/2020).*



Essa ideia de uma influência midiática sobre os eleitores que não possuem uma educação adequada diante das dinâmicas do campo político nacional, presente no discurso de Otávio, aponta para uma recorrência no senso político dos interlocutores: a necessidade de uma educação política formal. Para Nilton a influência dos dispositivos midiáticos em relação aos eleitores acontece pela falta dessa educação:

[Você acha que existe uma relação entre a política e a mídia em nosso país?] *Muito, não só televisão, jornal, tanto impresso quanto televisionado, rádio, a própria internet hoje está sendo muito usada para isso, é fakenews, contas inexistentes, muito, eu acredito que sim. [Essa relação é boa ou ruim?] Eu acredito que ruim porque infelizmente, voltando na educação como ela está ruim, o brasileiro ele é preguiçoso, falo por mim também, às vezes você vai lá e fala assim, ah e governo do Brasil hoje como está? Aí você abre o primeiro link ali, se fala que está bom, você fala, nossa, está bom, se falar que está ruim, você vai falar, nossa, está ruim e você não filtra, não vê que fonte é essa? O cara tem propriedade no que ele fala? Ah deixa eu ler mais artigos para ver do que que está falando, então eu acredito que isso é ruim por essa questão, pela preguiça, até do próprio brasileiro de não querer correr atrás de informação. (Nilton, março/2020).*

Nilton também constrói um discurso com um tom mais analítico em relação aos dispositivos do campo midiático. Em sua percepção, hoje a mídia notícia apenas os erros do atual governo que seria mais de direita, uma vez que ela teria preferência por um governo mais à esquerda.

Diante dessa afirmação buscamos entender se a postura da mídia teria mudado por conta da relação entre dispositivos midiáticos e o atual governo federal:

*Sim, eu acredito assim, que quando era de esquerda muita coisa ruim era oculta, aparecia uma coisa ou outra que tinha que aparecer porque caiu na massa e alguns veículos falavam, nós vamos ter que apresentar, mas era muito manipulado isso daí, sempre mostravam as coisas boas também e às vezes confundiam os que não procuravam informação, exemplos aí de empréstimos de dinheiro para outros países do jeito que apresentava parecia que iria ser muito bom, que depois o retorno para o Brasil iria ser excelente, mas só que se você coloca na ponta do lápis olha hoje, não foi tão bom esse empréstimo se a população soubesse antes, soubesse analisar, teria confrontado isso. (Nilton, março/2020).*

De acordo com a percepção de Nilton os dispositivos do campo midiático exercem um papel político através da escolha do que irão noticiar ao público. E esse papel mudou por conta da preferência dos dispositivos midiáticos por regimes mais a esquerda, e como em sua leitura o atual governo tem uma postura que não é essa, ele vem sofrendo com a postura assumida pelos dispositivos midiáticos de não noticiarem as coisas boas que ele tem realizado no país.

*Hoje em dia é muita massa né, então se eu não quero um povo de direita na presidência, eu quero que volte a esquerda, os veículos de comunicação que querem essa volta nunca vão mostrar as melhorias do governo, ela só vai apresentar os defeitos e realmente tem, é como nossas vidas, a gente faz escolhas boas e às vezes fazemos escolhas ruins, se as pessoas só apontarem as coisas ruins para nós, nós também ficamos maus, se você apontar só as coisas ruins que o governo faz a população, só vai enxergar o governo ruim também. (Nilton, março/2020).*

A ideia de uma manipulação da política pelos dispositivos midiáticos também aparece no discurso de Helena. Segundo ela, mídia e política no Brasil caminham juntas, e a ideia de uma manipulação via mídia teria ficado evidente por conta do uso da internet nas últimas eleições presidenciais:

*[Você acha que existe uma relação entre a política e a mídia em nosso país?] Com certeza, eu acho que é totalmente juntinho e assim, é o que eu falo, hoje em dia muita coisa eu vejo da mídia da televisão e aí você vai formando uma opinião. [Você acha que para a política no país é mais importante o partido ou a televisão?] Acho que a televisão hein, a televisão. Eu acho que para poder você ganhar voto eu acho que é a televisão e mídia social.*

*[Você acha que essa relação é boa ou ruim para a política?] Ruim, é ruim porque é aquilo, o que você vê você dá como sua opinião, beleza é isso, eu não sei de política, mas eu acho que nessas últimas eleições foi bem isso, todo mundo virou cientista político, todo mundo sabia de tudo de política foi uma patifaria, o caos total.*

*[Você acha que chega ao limite de ter uma manipulação?] Com certeza, assim eu acho, eu acredito que sim, manipula a política, é tudo um jogo de interesse que eu acho que é manipulado sim. [Você acha que isso é recente?] Eu acho que já vinha de antes, só que eu acho que agora como todo mundo tem mais acesso à internet e eu acho que todo mundo virou dono da internet, todo mundo faz o que quer e fala o que quer, que é isso que é aquilo, então eu acho que ficou mais nítido, eu acho que a gente pode ver mais, mas acho que sempre teve, mas acho que ficou mais nítido agora. (Helena, fevereiro/2020).*

O discurso de Helena nos permite retomar, de maneira relacional (BOURDIEU, 2002, p. 27-28), a ideia de uma manipulação da política via produção midiática (COLLING, 2001; BIROLI e MIGUEL, 2010), mas não no sentido de uma passividade do eleitorado diante das informações midiáticas, pelo contrário, seu discurso aponta para capacidade de produção de sentidos que o eleitorado detêm diante das informações midiáticas consumidas.

A ideia de manipulação no discurso de Helena ganha status de um agenciamento das informações realizado também por parte do eleitorado: *[...] a gente conseguiu eleger uma pessoa através disso, dessa manipulação, eu acho que de usar as redes sociais, de usar a internet, das pessoas irem nesse movimento aí. (Helena, fevereiro/2020).*

Assim temos que, os discursos políticos formulados pelos interlocutores sobre a política no dia a dia e sua relação com os dispositivos do campo midiático permitem marcar um distanciamento diante de algumas leituras em que “[...] a mídia despolitiza e espetaculariza as eleições, age sempre intencionalmente e manipula e agenda o receptor” (COLLING, 2007, p 43)”, ou seja, leituras que colocam o eleitorado em uma posição de total passividade diante das relações entre os dispositivos do campo midiático e as disputas do campo político nacional.

Ao contrário dessa leitura, os interlocutores dessa pesquisa dentro das particularidades de suas trajetórias, apresentam um senso político que em certa medida pode ser entendido como reflexivo, tendo em vista as questões referentes a desigualdades sociais, econômicas e à ideia de um conflito de interesses entre dominantes e dominados que se fazem presentes em alguns discursos e, no limite, atuante, como no caso do último discurso de Helena, em que ela afirma ter participado de um movimento que ajudou a eleger seu candidato à presidência.

Nomeamos de senso político profano o fazer-pensar político dos interlocutores dessa pesquisa, uma vez que eles não possuem filiação partidária e nem prestam serviço a nenhum partido político. Sendo assim, estão fora do jogo político ordinário do campo político nacional, mas tomam contato direto com ele em momentos em que atuam, através da possibilidade do voto, como eleitores.

Nesse sentido pontuamos que contemporaneamente – diante do contexto de crise que se fez perceptível também nos discursos dos interlocutores (Ailton, Carlos e Nilton) – esse senso político profano não se limita ao “tempo da política” (PALMEIRA e HEREDIA, 2006) como outrora, mas está presente no dia a dia dos interlocutores, como nos conta Ailton:

*Quando você fala de política é legal lembrar que a gente não está fora da política né, eu gosto muito de falar disso porque eu me sentia fora da política, então a gente, o ser humano, é político e quando a gente se depara com isso a gente tem um choque de realidade; eu tive, entendeu, então tudo o que a gente for fazer a gente tem que entender que a gente vai estar melhorando a vida de alguém ou piorando a vida de alguém, então eu acho que é muito importante ser falado, ser discutido, ser lembrado, porque a nossa ação não vai só terminar no voto né, ela vai começar no voto e vai ser um ciclo onde a gente pode fazer uma escolha boa ou uma escolha ruim e não tem volta, muitas das coisas não têm volta. (Ailton, novembro/2019).*

Assim, diante dessa afirmação de que “[...] a gente não está fora da política...” porque “[...] o ser humano é político...”, vamos na seção seguinte buscar entender mais aspectos desta maneira de pensar-fazer política orquestradas por este senso político profano.

## 5. 2 O pensamento político profano ou como a política deveria ser.

Ao assumir que o fazer-pensar político dos interlocutores dessa pesquisa é resultado das disposições adquiridas ao longo de suas trajetórias e que se permitem perceber enquanto um senso político não o fazemos com o intuito de rotular os discursos políticos desses interlocutores como algo mecânico, passível de estratégias de manipulação, pelo contrário. Assumimos esse ponto de vista para entender esses discursos enquanto agências políticas formuladas a partir da relação dialética entre a trajetória de cada agente e o lugar social em que o mesmo se encontra.

Dizer que essas agências são reflexivas, e que por isso extrapolam a ideia de uma simples manipulação, não vai contra a ideia de entendê-las como expressão de um senso político possibilitado por um *habitus*, mas é

Perceber que papel pode a reflexividade desempenhar na orientação da acção implica ter noção de que as deliberações reflexivas não são o único mecanismo de definição das condutas humanas. Para que um indivíduo seja um agente socialmente competente não pode estar num estado permanente de alerta e pensar em cada passo do seu quotidiano. Muitas das acções rotineiras do dia-a-dia processam-se precisamente sob a orientação do sentido prático. (CAETANO, 2013, p. 44)

Reconhecer a relação entre o senso político profano e essas agências (BOURDIEU, 2011) é reconhecer no *habitus* a “[...] capacidade infinita de engendrar em toda a liberdade (controlada) produtos – pensamentos, percepções, expressões, ações – que sempre têm como limites as condições historicamente e socialmente situadas de sua produção” (BOURDIEU, 2007a, p. 91). É entender “[...] que actividades habituais e rotineiras não possam ser objecto de reflexão por parte dos sujeitos em determinadas circunstâncias, como momentos de crise e desajuste, tal como Bourdieu preconizou” (CAETANO, 2013, p. 44).

Uma vez que o sistema político representativo em nosso país vive, pelo menos desde de 2016, um momento de desconfiança na política que afeta o papel do Estado e a relação dos cidadãos com o sistema democrático de modo geral (MOISÉS, 2008), e que pode ser entendido enquanto uma situação de crise na política institucional, eleitoral e partidária, buscamos perceber como a noção de política aparece no fazer-pensar-reflexivo dos interlocutores.

Iniciamos a apresentação dos modos pelos quais a noção de política apareceu nos discursos dos interlocutores por uma afirmação formulada por Elias:

*Eu sou criado lá atrás, nasci em 1974. E aí nunca ninguém falou de política para mim entendeu? O pouco que eu vejo é no dia a dia, porque ninguém veio falar de política para mim? Se você perguntar quem falou de política para mim? Eu vejo no dia a dia o que acontece. (Elias, dezembro/2019)*

Essa afirmação de Elias remete a uma constante presente em diversos discursos ao longo desse trabalho, a necessidade de uma educação política formal para todos os cidadãos do país, uma educação sobre política que integrasse o currículo escolar para que os cidadãos tenham o conhecimento necessário em relação ao sistema político do qual fazem parte.

A afirmação de Elias também permite retomar a ideia de que a noção de política é polissêmica, tendo em vista os distintos contextos, valores e significados que podem ser ligados a ela. Uma vez que para Carlos, por exemplo, “*Fazer política é cuidar da sua saúde, do seu bem-estar e do seu futuro, não acontece geralmente por falta de desinformação do próprio cidadão*” (Carlos, dezembro/2019).

O sentido atribuído à política por Carlos, de busca por melhores condições de vida, é muito próximo, mas por uma questão ligada à trajetória de cada agente – que resgata a ideia de que a noção de política está intimamente ligada às questões de alteridade, em que uma mesma ação pode ter significados totalmente diferentes dependendo do contexto em que se situa e se realiza – ao mesmo tempo se diferencia do sentido atribuído à política por Ailton:

*Eu acho que fazer política tem a ver com o cenário político, ele precisa ser o mais homogêneo para todo mundo tentar buscar o bem comum e não só os interesses, os interesses deles né. Eu acho meio difícil estar lá e não buscar o próprio interesse, mas pelo menos tentar buscar o interesse coletivo, isso é o que deveria existir tem uma meia dúzia lá que faz isso, mas ainda é pouco. (Ailton, novembro/2019).*

Para Ailton, a noção de política está ligada à busca por um bem comum, para que o maior número de pessoas possa conseguir melhores condições de vida. Já para Helena a noção de política se resume a um jogo de interesses:

*Eu acredito que a política, é tudo um jogo de interesse. [...] Você não tem que ser fiel àquilo que você quer, você tem que saber lidar e tipo assim saber ceder em algumas partes para poder ganhar sabe? Tem que fazer essa troca, não sei se você está me entendendo, fazer acordos (Helena, fevereiro/2020)*

O sentido atribuído à política por Helena se aproxima do sentido que aparece no discurso de Elias, apesar das proximidades os sentidos dados a noção de política mantêm suas particularidades tendo em vista o senso político dos interlocutores.

Para Elias a ideia de interesse está ligada à noção de política, mas enquanto representação dos interesses dos eleitores:

*Política seria assim, os representantes né, você escolhe, eu vou votar em você para representante, você vai lá defender o que você propôs, eu propus que vou trazer mais médicos, mais segurança, mais isso, mais aquilo. Seria um representante do povo junto ao governo, porque você não vai conseguir falar com o Dória, não vai conseguir falar com o Bolsonaro, quem que vai representar você? O cara que você votou, que você elegeu. (Elias, dezembro/2019).*

Nos discursos políticos formulados pelos interlocutores apresentados no capítulo anterior desse trabalho foi possível perceber um descontentamento com a atual política praticada em nosso país, por isso buscamos perceber também como eles entendem que deveria ser a política de uma forma geral. Iniciando pelo discurso de Nilton:

*Primeiramente eu acho que não poderia ser qualquer um que entrasse lá. Eu acredito que tinha que ser uma pessoa formada para isso, um exemplo, eu não sei se hoje tem uma faculdade específica para isso, mas eu acredito que o cara tinha que ser formado no mínimo numa faculdade voltada a isso e que tivesse leis mais severas para essa categoria e que os salários não fossem tão altos que partisse do princípio do salário mínimo, porque só assim a população também teria um reflexo maior, não ia ter essa desigualdade tão grande de um governador do estado ganhar se não me falha a memória perto dos 20 mil reais e o salário mínimo ser 1000 reais. O cara está lá porquê? Está lá pelo dinheiro ou está lá porque ele quer uma melhora para o estado? Então eu acredito que tem que ser uma pessoa que seja estudada, que saiba o que está fazendo, e que esteja lá realmente para a população e não pelo dinheiro do cofre público. São muitas coisas que nem igual eu falei do hospital público, eu acredito que eles tinham que usar tudo o que é público, fossem proibidos de usar as coisas privadas, quem fosse funcionário público e principalmente governantes tinha que usar 100% coisas públicas, transporte público, hospital público, escola pública, tudo. Eu acredito, é duro falar assim, mas não tinha que ter escola particular, mas é aquela pessoa que tem condição que quer um ensino melhor para o seu filho, ele não vai colocar lá? Apesar que ele também investiria na pública para melhorar, mas é muito difícil de mudar isso, de se impor isso, agora vai ser assim, não tem que vir das bases né, procurar saber que você vai colocar lá porque se a base é a família, família que eu falo assim não é um homem e a mulher ali tal, família para mim são aquelas pessoas que passam valores mesmo, você tem que respeitar o seu amiguinho, não é porque ele é negro que você vai ficar chamando ele de negrinho, ele é mesma coisa que você, não é porque ele é índio que ele não sabe falar, não é porque ele mora na roça que ele não entende nada, sabe, ensinando esses valores de educação, de respeito, porque é para vir da base forte, quando chegar lá na escola o professor conseguir passar o conteúdo dele, passar um pouco da história de vida dele, o professor querendo ou não o papel dele é esse, é preparar o aluno para o futuro, para ele saber como ele vai ser um adulto, então eu acredito que é mais isso mesmo. (Nilton, março/2020).*

Nilton acredita que a política deveria ser realizada apenas por pessoas qualificadas para os cargos e que não deveriam existir tantas instituições privadas de saúde e educação por exemplo, motivo que levaria os políticos eleitos a fazerem uso dos dispositivos públicos mantendo assim a boa qualidade dos mesmos através de maiores investimentos.

Ailton também acredita que a política deveria ser construída a partir de maiores investimentos:

*Acho que se a gente não investir pesado, pesando mesmo em educação e não ter cortes como a gente está tendo, não vai para a frente, vai continuar o mais do mesmo. Vai continuar aquele cara que recebe uma educação melhor porque tem dinheiro, o cara vai para a faculdade pública utilizar de um bem público. Não que ele não deve usar, tem que usar, mas ele vai continuar sendo beneficiado. Talvez ele nem utilize a graduação que ele se prestou a fazer, fez porque ele tem que ter um nome, um status de estar graduado. Diferente de quem realmente tem um sonho, uma vontade de ser um médico, de ser um professor, um engenheiro, um advogado, então ela mexe tanto com tudo isso que parece um filme triste, uma história bem triste. (Ailton, novembro/2019).*

O discurso de Ailton se manteve ligado as questões de desigualdade social. No discurso de Carlos sobre como deveria ser a política não encontramos uma proposta, mas uma afirmação de tom pessimista, tônica de todos os seus discursos sobre a temática:

*O meu ponto de vista é esse, infelizmente o nosso maior problema é a corrupção aliás, e não vai mudar, como eu disse infelizmente está entranhada a nossa cultura. Eu acho que não, não tão já, não porque nós somos o espelho das gerações futuras infelizmente. (Carlos, dezembro/2019)*

A percepção de Elias sobre como a política deveria ser, apresenta um diálogo – no sentido de uma homologia (BOURDIEU, 2004) – com a concepção de uma democracia representativa, em que os participantes do sistema político, eleitores e eleitos, mantêm uma relação de representação e cumplicidade no que diz respeito à formulação de propostas por parte dos candidatos e da escolha dessas propostas por parte dos eleitores:

*Eu votei em você, você vai me representar lá, mas de verdade, entendeu, sem interesse, eu não quero toma lá dá cá, eu não vou fazer conchavo para o cara ganhar, para empreiteira ganhar, para poder fazer isso e aquilo, entendeu, você não viu a Friboi, esses escândalos aí, a política seria isso aí, seria isso aí, as pessoas para comandar o país porque o país é muito grande, tamanho continental, não tem como você governar o país senão tiver os representantes que estão lá entendeu, é por isso que fala que a federação como que é? República confederativa do Brasil, não é isso? Mas quem que vai me representar lá? Seria você cidadão que eu votei, te dei um*

*voto, mas desde que você honrasse isso aí entendeu, o que não acontece.* (Elias, dezembro/2019).

A seguir ampliaremos essa discussão sobre como deveria ser a política institucional para os interlocutores, tendo em vista o contexto local, pensando sobre o município em que vivem, e o contexto nacional.

### 5.2.1 Como a política deveria ser no contexto local

Sobre como deveria ser a política pensando o contexto local, Ailton afirma:

*Eu escutaria mais as pessoas, porque às vezes a gente acha que a cidade tem um problema que está ali, que está um círculo perto das pessoas com quem a gente convive, mas a gente não sabe a realidade da cidade inteira, das outras pessoas, o que elas necessitam, sei lá! Às vezes tem um bairro que o pessoal só quer asfaltar a rua, tem aqui o bairro mais próximo do nosso, o que o pessoal precisa é do mínimo que é um esgoto, um asfalto na frente de casa. São nesses tipos de coisa que às vezes eu acho que as prefeituras em várias cidades pecam, não só perto das eleições, mas uma coisa corriqueira, um trabalho em conjunto com os próprios vereadores, porque tem bastante gente parada ali.* (Ailton, novembro/2019)

Segundo Ailton, para quem a política deveria expressar a busca do bem comum, no contexto local ela deveria ser construída e mantida através do diálogo contínuo entre eleitores e políticos eleitos, para que as demandas dos eleitores estivessem na pauta das ações desses políticos.

O discurso de Carlos sobre como deveria ser a política local extrapola o contexto do município, e diz respeito a um trabalho de conscientização do eleitorado em geral, para que esse possa compreender seu papel no sistema político e o peso que sua escolha tem para a política de um modo geral.

*Eu acho que deveria ter uma conscientização maior em termos do municipal e do estadual. Ninguém investe nisso, eles obrigam o cidadão a ir votar você é obrigado a ir lá, mas não existe uma divulgação maior da mídia sobre o que é o voto, o poder do voto, apesar de estar todo dia falando sobre isso, toda a semana essa guerra no congresso, mas você não vê esse tipo de informação.* (Carlos, dezembro/2019).

A ideia de Elias sobre como a política local deveria ser, se aproxima da ideia de um diálogo entre representantes e representados proposta por Ailton:

*Em nossa cidade, eu vejo, vamos supor assim, como candidato a vereador certo? Você é representante do povo e teria que passar, ou se ele não*



*passasse, alguém passasse por ele, perguntando as dificuldades que tem no bairro. Não prometendo eu vou te dar uma telha, o problema que tem no bairro, aqui iluminação, aqui buraco, aqui no hospital público está faltando remédio, para o cara conhecer os problemas que tem na cidade, entendeu? A enxurrada desse muito aqui, tem buraco, está tendo infestação de escorpião, dengue, está faltando remédio. Deveria estar próximo do povo para saber o que acontece, mas ele fica distante, e se ele é toma lá dá cá, ele está pouco preocupado em conhecer o que acontece de fato na cidade. (Elias, dezembro/2019).*

A ideia de um diálogo entre políticos eleitos e eleitores também está presente no modo pelo qual Helena acredita que deveria ser a política local:

*Eu acho que primeiro de tudo você tem de ver o que está sendo feito, o que que foi feito, se tem algum projeto em andamento, se não tem você vê as demandas da sociedade. Agora como você vai ver isso? Não é indo de casa em casa, acho que você tem que ter alguma coisa já estruturada. Então você vai ver se tem algum líder de algum bairro, de associação de bairro ou alguma coisa, ver essas demandas, se elas já são ou vão ser atingidas por algum projeto em andamento, se serão sanadas, ver o que que é ruim, o que que não é. Agora se eu teria perna para fazer isso e se isso é meu dever, eu também não sei, mas eu acho que pelo meu perfil de tentar controlar tudo seria nesse sentido. E aí tentar fazer um programa de governo voltado para isso só que, o que eu acho que tem que ter continuidade daquilo que era, para melhorar, porque se você em cada governo você não tiver isso você não passa nada para frente porque em quatro anos uma coisa grande ela não se desenvolve e se você também não começar nunca vai desenvolver então o negócio é complicado. (Helena, fevereiro/2020).*

A proximidade entre as ideias de Ailton, Elias e Helena fica por conta da necessidade do diálogo. Quanto ao modo de se garantir esse diálogo Ailton diz que o mesmo deveria ser instituído por meio de um programa de governo que envolveria a comunidade civil organizada e o governo eleito. Helena também diz que a política deveria ser de continuidade entres os governos, deixa evidente a necessidade de projetos que resistam às gestões quadrienais.

Para Nilton, a política no contexto local deveria ser realizada por pessoas com um preparo adequado para isso, como em seu discurso anterior sobre a temática em que defendeu a necessidade de uma formação específica para que as pessoas pudessem pleitear cargos políticos:

*Eu acredito que tinha que ser igual aos exemplos que a gente vê na internet, sabe o prefeito<sup>48</sup>? Essa sempre foi a visão que eu tive, nenhum governador*

---

<sup>48</sup> Eleito com 30,24% dos votos, o candidato à prefeitura de Colatina, no Noroeste do Espírito Santo, Sérgio Meneguelli (PMDB) acredita que seu maior desafio é usar a criatividade para superar a queda na arrecadação municipal. Candidato toma posse no dia 1º de janeiro de 2017. Para superar o que apontou como principal desafio, que é administrar com pouco recurso, Meneguelli disse que fará uma gestão ousada voltada para as gerações do futuro. Para isso, ele quer contar com a participação popular, parceria com estudantes e auxílio dos Governos Federal e Estadual. Disponível em:

*tinha que ter o direito de plano de saúde, eu acho que deveria ser proibido. Os nossos governantes e políticos deveriam usar o SUS porquê? Porque se ele usasse o SUS ele iria querer o melhor atendimento para ele. Eu acredito que um bom governante, um bom candidato é aquele que está no meio do povo, que entenda lógico sobre leis, sobre cultura, porque não adianta nada é isso o Zé da esquina que é humildão<sup>49</sup> que gosta de tudo mundo, que ajuda as crianças mas ele não entende de lei, ai chega lá ele fala assim: não nós vamos fazer tal coisa, ai dá uma improbidade pública ali gasta um dinheiro, eu acredito que tem que ser uma pessoa que sabe dos problemas da população que quer ajudar a população, mas que saiba como fazer isso também. (Nilton, março/2020).*

A ideia do diálogo contínuo como prática política no contexto local aparece também no discurso de Otávio:

*Olha eu acho que seria assim uma política mais aberta, com bastante diálogo, sei lá uma comunicação melhor com todos os habitantes da cidade. Criaria assim um canal de diálogo entre o prefeito e vereadores com os habitantes da cidade, mas assim um diálogo, um canal assim, está faltando água aqui, porque que está faltando água nesse bairro? Entendeu? Vamos lá resolver. É assim que eu acho que deveria ser, entendeu? (OTÁVIO).*

Assim, diante dos sentidos presentes em cada discurso formulado pelos interlocutores, temos de forma sintetizada que a política institucional no contexto local deveria ser construída tendo em vista:

- i) A continuidade dos projetos iniciados pelas administrações anteriores;
- ii) A qualificação formal em política dos candidatos;
- iii) A qualificação formal em política dos eleitores;
- iv) Um programa de governo que estabeleça e garanta de forma efetiva o diálogo entre os políticos eleitos e os cidadãos do município, tendo em vista a resolução das demandas apresentadas pelos últimos.

Essa seria uma agenda para a política local segundo o senso político profano dos interlocutores dessa pesquisa. Uma agenda política não reconhecida pelos agentes do campo político, mas que representa as demandas e os discursos políticos que concorrem, em uma relação desigual, com os discursos políticos reconhecidos como legítimos pela ação do campo político no contexto municipal.

## 5.2.2 Como a política deveria ser no contexto nacional

---

<http://g1.globo.com/espírito-santo/eleicoes/2016/noticia/2016/10/eleito-em-colatina-meneguelli-pmdb-quer-gestao-criativa.html> Acesso em: 11 de jan de 2021.

<sup>49</sup> No sentido de uma pessoa sem formação política, mas de boas relações sociais.

Seguindo a mesma lógica apresentamos agora o modo pelo qual os interlocutores entendem que deveria ser a política em um contexto nacional. Iniciamos essa seção com a fala de Helena, que afirmou nunca ter pensado sobre essa temática: “*Nossa eu nunca pensei sobre isso (risos) sinceridade*”. (Helena, fevereiro/2020).

O discurso de Ailton é mais direto e aponta a situação do desemprego e da segurança pública como os maiores problemas a serem enfrentados em âmbito nacional:

*No nosso país, eu acho que poderia, é que é difícil você pegar a um país, mas acho que poderia seguir a linha de raciocínio [do programa de diálogo entre político eleito e eleitores] filtrando as cidades maiores de população, hoje o maior medo da população é o desemprego, que está crescendo, a segurança, é, acho que essas são duas formas de você ajudar um pouco a melhorar a vida das pessoas, é segurança, é melhorar as condições de emprego tanto para quem emprega quanto para quem é empregado por que não adianta você dar emprego e dar R\$ 500, 00 para ela se virar durante o mês que não vai adiantar, então você tem que dar condições para emprego, para ele não ser demitido daqui a dois meses por causa da crise, né, que tanto se fala, e dar segurança, segurar a empresa no país, vamos dizer em questão de multinacionais por exemplo várias ai pararam, fecharam as portas, sei lá fazer um, sei lá um, a gente não cobra imposto sei lá, durante dois anos a empresa fica aqui a gente tenta trabalhar de uma outra forma de arrecadação para não perder esse dinheiro, para o país não sofrer tanto mas nós vamos manter o pessoal trabalhando, está rodando dinheiro, a gente só pensa de um lado da frente, a gente só pensa do lado, então hoje a gente só pensa do lado da empresa, não pensa do lado do empregado, das pessoas que fazem o dinheiro no país. [Quem são eles?] Eles são, eles são os donos de empresas, empresários, os próprios políticos que muitas vezes têm poder para fazer esse tipo de mudança, e nós somos nós, trabalhadores em geral. (Ailton, novembro/2019).*

A percepção da diferença de classe, mais precisamente da diferença entre as classes sociais no país é uma constante nos discursos formulados por Ailton. Aqui ela aparece quando ele faz menção a diferença de poder entre os grupos que nomeia por “eles”, os donos de empresas, empresários e políticos, e por “nós”, os trabalhadores.

Essa ideia de uma diferença de poder se faz perceber quando ele fala sobre a capacidade de gerar mudanças efetivas no cenário por ele descrito, Ailton conclui seu discurso afirmando que:

*A política que está sendo feita hoje, ela só vem continuando de muito tempo, desde antes do Brasil entrar nessa questão de democracia. Ela só veio mudando de forma, entendeu? Ela veio mudando de forma, muda o personagem, muda a característica, mas a forma de você violar os direitos do outro continua sendo a mesma, entende? Acredito que cada governo trouxe um pouquinho de melhora, a gente também não pode ser hipócrita e dizer que o Brasil não andou, melhorou, subiu, mas a gente não pode falar que o Brasil está mil maravilhas! Isso é o que está sendo dito, que o Brasil*

*está sendo respeitado, que está sendo orgulho, isso é pura hipocrisia! A gente não tá conseguindo vender carne para a China! Você viu a última reportagem? O presidente dos E.U.A boicotou a nossa carne! A gente é um dos países que mais trabalha em cima do agrícola, trabalha com tudo, é o primário, a parte primária nossa de produção é muito boa e a gente não está conseguindo desenvolver. A gente não está conseguindo crescer em cima disso, então nossa balança comercial vai lá em baixo, sobe o dólar, o valor da nossa moeda diminui. (Ailton, novembro/2019).*

Para Ailton a política praticada em nosso país está muito distante da noção de política enquanto busca por um “bem comum”. E, segundo ele, essa distância entre o que é a prática política nacional e o que ela deveria ser não é uma particularidade do contexto contemporâneo, mas se arrasta historicamente desde tempos anteriores à república, “[...] desde antes do Brasil entrar nessa questão de democracia”.

Na percepção de Ailton a política que vem sendo praticada a nível nacional é uma política de violação dos direitos dos menos favorecidos que não são o alvo das políticas públicas como deveriam ser.

Essa falta de atenção em relação aos menos favorecidos por parte da política praticada também está presente no discurso de Carlos sobre como deveria ser a política em âmbito nacional. Carlos destaca também a necessidade de uma política que se volte para questões de saúde e segurança pública:

*Eu acho que nossos candidatos deveriam pensar em menos poder, menos neles e começar a olhar um pouco mais para o povo que elege eles. Isso não acontece né? Ou pelo menos avaliar umas políticas públicas de saúde de segurança que estão bem abandonadas. (Carlos, dezembro/2019).*

Elias, ao falar sobre como deveria ser a política no contexto nacional, manteve a mesma ideia que apontou ao falar sobre o contexto local, a necessidade da construção de um mecanismo efetivo de diálogo entre políticos eleitos e eleitores.

*Seria quase igual ao que eu falei para você, vamos supor assim, o cidadão tem um ramal de informação, não é todos que vão ter acesso a esse ramal de informação, mas ele conhece a miséria que acontece, nós estamos num país que tem muita gente que não tem conhecimento das mazelas que acontecem em nosso país. Vamos supor assim eu trabalhei, sempre trabalhei envolvido na maioria das vezes com pessoas que transportam as coisas, o cara fala, bom, é lá no Belém, bom é lá em Minas, bom é não sei aonde lá, é muito bom, demais, por causa de que? Isso aí, alguma vez mostrou, mas pouca coisa, é prostituição infantil entendeu? Tem pai que leva a filha a troco de R\$15, R\$20 reais. Imagina a miséria que não é um lugar desse entendeu? A pessoa tem que olhar assim, hoje não vai dizer que não tem conhecimento, tem conhecimento, mas ninguém faz nada, as pessoas tem conhecimento de fazer de verdade, mas como a gente vai achar pessoas desse tipo? Eu faço*

*uma pergunta para você, você acredita nisso? Que tenha pessoa que vai defender a pessoa, os fracos que precisam de ajuda, acredita? (Elias, dezembro/2019).*

Na percepção de Elias nosso país é marcado por uma imensa miséria que é muito pouco conhecida pela população nacional por conta das dimensões territoriais do país. Uma das funções desse mecanismo de diálogo seria tornar essa situação de extrema miséria conhecida por todos os cidadãos brasileiros. Uma segunda função desse mecanismo de diálogo seria possibilitar que as mazelas sociais – como as situações de prostituição infantil – decorrentes desse quadro de miséria pudessem ser denunciadas e enfrentadas legalmente.

Elias é um dos interlocutores que não acredita mais na política enquanto sistema institucional. E um dos que defende em seus discursos a necessidade de uma educação política formal como parte da grade curricular das escolas. Essas duas características aparecem na parte final de seu discurso:

*Porque assim, quem você vai falar assim esse aqui é o carinha? É difícil, eu não acredito mais, não acredito porque a miséria é muito grande, ninguém expõe isso! Ninguém fala assim, agora vamos expor a mazela do Brasil! Olha aqui tem gente levando o filho para fazer isso, fazer aquilo! Tem o promotor que vai lá, briga para defender essas pessoas porque é crime, mas vamos expor a miséria aqui, aqui as pessoas estão abaixo da linha da pobreza, o que nós podemos fazer? Ou será que se a gente dar um bolsa família vai resolver? Não! Tem que dar conhecimento para o cidadão. O cara que queria levar conhecimento? Eu não acredito que o cara vai querer dar o conhecimento para o cidadão, porque enquanto as pessoas não têm conhecimento elas são marionete entendeu? Marionete! A mesma pessoa que vai votar nele! Tem que ser marionete, aí sim! Aí está bom, porque você vota nele e o que ele fizer está feito. Eu não acredito mais. (Elias, dezembro/2019).*

Nilton afirma que a política em âmbito nacional deveria ser pensada a partir da ideia de que “*se você quer governar, tem que ser para o povo*” (Nilton, março/2020) e não a partir dos interesses dos políticos eleitos. Ele também destaca a importância de discussões políticas que apresentem para a população as consequências boas e ruins das ações realizadas pelos governantes, para que a população tenha consciência do porquê essas coisas estão acontecendo:

*Eu acredito que nesse mesmo seguimento, por que não adianta nada ficar nesse negócio de mascarar. Igual voltando a falar da previdência um lado ficava querendo mostrar o lado que você tem que aprovar, mostrar só as coisas boas, só as coisas boas e tal, eu acho que não, eu acho que você tem que mostrar as coisas boas e falar também um pouco do reflexo das coisas ruins e a que estava contra só falava as coisas ruins, não falava nada de bom, não falava que tinha que aprovar infelizmente por causa disso, disso,*

*disso, que estava virando uma bola de neve, e ficava essa briguinha, ninguém estava governando nada é eu acredito que se você quer governar, tem que ser para o povo, não para você mesmo. (Nilton, março/2020).*

O discurso de Otávio sobre como deveria ser a política no contexto nacional passa pelo fim da corrupção. Otávio acredita no sistema político nacional e afirma que o fim da corrupção faria com que nosso país caminhasse para se tornar um país ideal.

*[Como você acha que deveria ser a política em nosso país?] Olha se não tivesse corrupção e aquele jeitinho brasileiro para aprovar algumas verbas algumas coisas aqueles, principalmente aqueles, corrupção, senão tivesse corrupção eu acho que seria o primeiro passo para um país ideal. [Você acha a corrupção um grande problema?] Um grande problema, eu creio que sim. Sem a corrupção você resolve sei lá uns 80% dos problemas do Brasil. (Otávio, janeiro/2020).*

Assim, podemos dizer, a partir do senso político dos interlocutores dessa pesquisa, que a política no contexto nacional deveria ser construída tendo em vista:

- i) Políticas públicas que proporcionassem melhorias nas áreas de saúde, segurança pública e trabalho;
- ii) Um programa de governo que estabeleça e garanta de forma efetiva o diálogo entre os políticos eleitos e os cidadãos de todas as regiões do país, tendo em vista a resolução das demandas apresentadas pelos últimos, principalmente as situações de extrema miséria;
- iii) Um programa de enfrentamento efetivo das situações de extrema miséria que existem no país, assim como das mazelas sociais que decorrem delas;
- iv) A qualificação formal em política dos candidatos;
- v) A qualificação formal em política dos eleitores via currículo escolar;
- vi) Um programa de combate à corrupção que existe no sistema político nacional.

E assim como na discussão sobre como deveria ser a política no contexto local, temos uma possível agenda para o contexto político nacional que não passa pelos filtros legítimos do campo político do país, mas que não pode ser confundida com o produto de manipulações, seja por parte dos agentes profissionais do campo político, seja por parte das agendas políticas apresentadas pelos dispositivos do campo midiático, sobretudo por que essas demandas expressam um pensamento político reflexivo que está além das regras reconhecidas como legítimas nesses campos sociais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa aqui apresentada foi perceber como se constrói o pensar-fazer político de eleitores profanos – aqueles que não possuem nenhum contato formal com os agentes profissionais do campo político nacional – diante dos possíveis efeitos de poder (FOUCAULT, 1995) provenientes das formações discursivas (FOUCAULT, 1997) midiáticas, tendo em vista as homologias estruturais (BOURDIEU, 2004) entre o campo midiático (BOURDIEU, 2002; RODRIGUES, 1999) e o campo político no país.

Essa pesquisa foi desenvolvida de um ponto de vista antropológico em que as práticas discursivas (FOUCAULT, 1997) sobre os processos políticos institucionais, eleitorais e partidários – que em nossa leitura compõe o campo político nacional – formuladas pelos interlocutores desse estudo foram entendidas “[...] como verdadeiras teorias políticas produzidas por observadores suficientemente deslocados em relação ao objeto para produzir visões realmente alternativas” (GOLDMAN, 2006, p. 37) em relação aos discursos políticos veiculados pelo agentes do campos da política e pelos dispositivos do campo midiático.

Nesse sentido, por entender a noção de política como uma categoria antropológica diretamente ligada às questões de alteridade, o exercício de pensar sobre as dinâmicas políticas contemporâneas – através da relação entre os bens simbólicos políticos produzidos pelo campo político nacional e pelos dispositivos do campo midiático e seus consumidores, os eleitores profanos – foi também um exercício de pensar sobre um conjunto de práticas discursivas (FOUCAULT, 1997) sobre o que viria a ser a política.

Dessa construção teórica resultam as seguintes afirmações:

i) A noção de política é polissêmica, tendo em vista a multiplicidade de sentidos que podem ser atribuídos a ela. Essa diversidade de sentidos pode ser observada, por exemplo, nas formulações dos interlocutores sobre o que seria “*fazer política*”:

*Eu acho que fazer política tem a ver com o cenário político, ele precisa ser o mais homogêneo para todo mundo tentar buscar o bem comum e não só os interesses, os interesses deles né. (Ailton, novembro/2019).*

*Fazer política é cuidar da sua saúde, do seu bem-estar e do seu futuro. (Carlos, dezembro/2019).*

*Seria um representante do povo junto ao governo, porque você não vai conseguir falar com o Dória, não vai conseguir falar com o Bolsonaro, quem que vai representar você? O cara que você votou, que você elegeu. (Elias, dezembro/2019).*

*Eu acredito que a política, é tudo um jogo de interesse. (Helena, fevereiro/2020).*

ii) A política está intimamente ligada às questões de alteridade, ou seja, uma mesma ação pode ter significados totalmente diferentes dependendo do contexto em que é acionada, comentada e referida.

Como foi possível perceber, por exemplo, nos discursos formulados por Elias e Nilton ao expressarem o que pensavam em relação à política institucional realizada no município de Américo Brasiliense:

*Fraca, muito fraca. [Em que sentido?] É igual esse ano, é ano de eleição, esse ano vai ter alguma coisa na cidade, um exemplo, o prefeito vai recapear uma rua ruim, ele vai fazer algum evento na cidade, é, vai reformar alguma coisa para expor o nome dele, para tentar uma reeleição. (Nilton, março/2020).*

*Assim pelo pouco que eu conheço hoje você vai às vezes no hospital público tem médico, o cara está fazendo as obras necessárias no município, não sei se ele vai agradar todo mundo, mas aparentemente é um cara que está fazendo bem para a cidade. (Elias, dezembro/2019).*

iii) A ação política, que seria a expressão de um pensar-fazer, pode ser pensada enquanto uma agência (BOURDIEU, 2011a), e por isso, não pode ser entendida enquanto resultado de uma relação de manipulação ou como simples conformidade diante do contexto de sua produção. Como foi possível perceber no discurso formulado por Elias sobre a relação entre mídia e política em nosso país.

Elias disse que uma de suas escolhas políticas recentes foi fortemente influenciada pelas informações midiáticas, mas ao falar sobre a capacidade da mídia de manipular o eleitorado através da circulação de informações ele afirmou:

*Não manipular, ela esconde a verdade porque se o cara é corrupto ela tem que mostrar que ele é ladrão, mas a mídia não faz isso [...] [A mídia não faz isso?] Não, ela omite bastante, ela mostra aquilo mais ou menos, o razoável, mas o que pega mesmo de fato eles não têm coragem de bater de frente não. (Elias, dezembro/2019).*

iv) A noção de política pode ser considerada uma categoria etnográfica, através da qual se faz possível perceber como os agentes significam as dinâmicas que configuram o contexto no qual se situam.



Tendo como ponto de partida uma interpretação antropológica da política contemporânea, no decorrer dessa pesquisa foram realizadas entrevistas em dois momentos. Num primeiro momento, em que construímos, em diálogo com os interlocutores, suas trajetórias sociais (BOURDIEU, 2011a). E num segundo momento, no qual a busca foi por apreender seus discursos sobre a “política”. Para alcançar esse objetivo assumimos uma postura teórica segundo a qual: “Não se trata somente de captar um ‘discurso natural’ tão pouco influenciado quanto possível pelo efeito da dissimetria cultural; deve-se também construir cientificamente esse discurso de tal maneira que ele forneça os elementos necessários à sua própria explicação”. (BOURDIEU, 1997, p. 698).

Diante do material empírico produzido – a partir de vinte e uma entrevistas, quinze no primeiro momento e seis no segundo – tornou-se possível a elaboração e a análise de quinze trajetórias sociais e de seis discursos políticos formulados pelos interlocutores ao expressarem suas percepções sobre as dinâmicas políticas reconhecidas como legítimas pelo campo político nacional.

A construção das trajetórias teve a finalidade de tornar perceptível as disposições (BOURDIEU, 1983, p. 61) – constituídas desde experiências de contato com entidades de participação e representação, como por exemplo, grêmios estudantis e sindicatos, assim como as possíveis relações entre esse pensar-fazer político e o consumo de bens culturais, como os discursos midiáticos sobre a política no país, séries, filmes, entre outros – que informam o pensar-fazer político dos interlocutores expressos nos seis discursos formulados sobre a política institucional.

O exercício de entender o discurso dos eleitores profanos como expressão de um pensar-fazer político que deve ser analisado enquanto uma agência (BOURDIEU, 2011a), levou em conta o que Bourdieu (2007a, p. 429) apresentou enquanto o “problema da política”, uma questão que escapa a análises que não levam em conta a noção da prática como agência (BOURDIEU, 2011a) e deixam de levar a sério:

[...] a questão da transmutação da experiência em discurso, de *Ethos* informado em *Logos* constituído e constituinte; do sentido de classe – que pode implicar uma forma de adaptação e de ressignificação às evidências da ordem social – em apreensão consciente, ou seja, explicitamente formulada dessa ordem. (BOURDIEU, 2007a, p. 429).

E foi assim, por assumir uma perspectiva teórica relacional (BOURDIEU, 2002, p. 27-28) diante de nosso objeto, que o conceito de *habitus* (BOURDIEU, 1983a) se fez estratégico ao permitir equacionar a ideia de uma “mediação universalizante que faz com que as práticas

sem razão explícitas e sem intenção significativa de um agente singular sejam, no entanto, ‘sensatas’, ‘razoáveis’ e objetivamente orquestradas” (BOURDIEU, 1983a, p. 73).

Por essa perspectiva, através da análise dos discursos aqui apresentados, foi possível perceber as distintas possibilidades do pensar-fazer político que seriam a expressão do senso político de cada interlocutor. Ela também nos permite afirmar que esses discursos são políticos uma vez que materializam o “problema político mais fundamental” (BOURDIEU, 2007a, p. 391).

Essa afirmação é possível na medida em que a análise desses discursos nos possibilitou perceber como as disposições (BOURDIEU, 1983, p. 61) resultantes das experiências de suas trajetórias (BOURDIEU, 2011a) individuais podem ser transformadas em um discurso político formulado fora da lógica ordinária do campo político nacional, mas que estabelece um diálogo reflexivo com algumas das dinâmicas que estruturam esse mesmo campo.

Aqui nomeamos de senso político profano esse pensar-fazer político dos interlocutores que é formulado – muitas vezes em diálogo com os bens simbólicos produzidos pelo campo político – e experienciado – fora das rotinas que estruturam o campo político nacional – no dia a dia, uma vez que os interlocutores dessa pesquisa não possuem filiação partidária e nem prestam serviço a nenhum partido ou instituição política. Sendo assim, os interlocutores estão fora do jogo ordinário do campo político nacional, mas tomam contato com ele em momentos em que atuam, através da possibilidade do voto, como eleitores profanos ao campo.

Ao longo da pesquisa foi possível perceber que esse pensar-fazer político, entendido como expressão do senso político profano, escapa a análise de um sistema político normatizado e institucional, uma vez que se localiza num contexto prático-discursivo em que são construídas as mediações entre a política institucional, eleitoral e partidária – o campo político nacional – e a demanda dos agentes politicamente situados no cotidiano.

Essa mediação orquestrada pelo senso político estabelece “[...] um campo de relações simultaneamente prático e discursivo no qual são propostas comparações, traduções e a codificação de sistemas de diferenças” (ARRUTI; MONTERO; POMPA, 2012, p. 27) entre um pensar-fazer político normalizado pelo campo político nacional e um pensar-fazer político experienciado a margem desse espaço social, e por isso ela torna-se capaz de desvelar:

[...] a representação mais ou menos explícita e sistemática que o indivíduo tem do mundo social, assim como da posição que ocupa e “*deveria*” ocupar nele; e os discursos políticos, quando existem enquanto tal, limitam-se a ser, na maior parte das vezes, a expressão mais ou menos eufemizada e

universalizada – e sempre irreconhecível para quem o pronuncia – dessa representação. (BOURDIEU, 2007a, p. 424).

Nesse sentido apresentamos a seguir três considerações sobre esse pensar-fazer político que perpassam e resultam de todo o trabalho aqui desenvolvido: o senso político profano para além do campo da mídia, o senso político profano e o campo político e o senso político profano como prática política.

### **O senso político profano para além do campo da mídia**

No decorrer dessa pesquisa foi possível perceber algumas homologias estruturais (BOURDIEU, 2004) entre o campo da mídia (BOURDIEU, 2002; RODRIGUES, 1999) e o campo da política (BOURDIEU, 2002) sobretudo em momentos em que os agentes e dispositivos desses espaços atuam “enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento” (BOURDIEU, 2002, p. 11), em meio às disputas pelo poder político no país.

No caso dos dispositivos do campo midiático essa agência melhor aparece quando, através de suas formações discursivas, esses dispositivos se colocam enquanto produtores de *doxa* (BOURDIEU, 1983b, p. 87) e atuam como possíveis formadores dos sentidos práticos (CAETANO, 2013, p. 44) que podem ser atribuídos às dinâmicas políticas nacionais, adentrando assim em uma “luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer” (BOURDIEU, 2000, p. 174).

Esses sentidos veiculados pelas formações discursivas midiáticas (FOUCAULT, 1997) aqui aparecem como construtores de uma narrativa de descrença nos agentes e nos dispositivos do campo político nacional (BOURDIEU, 2002). Segundo Moisés (2005), certo grau de desconfiança pode ser benéfico para o andamento de uma democracia enquanto sistema político; no entanto, se essa descrença se torna uma desconfiança generalizada, pode comprometer o funcionamento do regime democrático e pode gerar um problema para os processos de consolidação do sistema representativo em países de democracia recente, como no caso do Brasil.

Dentro desta perspectiva – na qual o sistema democrático brasileiro pertence ao conjunto das chamadas democracias recentes, ou seja, os sistemas democráticos em que as instituições políticas, assim como a ideia de uma cultura cívica, ainda se encontram em desenvolvimento – é que se pode dizer que os dispositivos do campo midiático, através da

construção de suas agendas e enquadramentos sobre as dinâmicas do campo político, colocam-se cada vez mais como um importante e fundamental agente no jogo político nacional.

Porém, atribuir essa importância no desenrolar do jogo político reconhecido como legítimo aos dispositivos midiáticos não significa dizer que esses dispositivos possuem a capacidade de manipular o pensar-fazer político do eleitorado.

Essa afirmação se faz possível porque os discursos políticos formulados pelos interlocutores dessa pesquisa permitem marcar um distanciamento em relação a leituras e interpretações que colocam o eleitor profano – aquele que não conhece as regras reconhecidas por legítimas no campo político – em uma posição de passividade diante das relações estabelecidas entre os dispositivos do campo da mídia e os agentes em disputas no campo político.

O discurso de Elias sobre a existência de uma relação entre os dispositivos midiáticos e a política no país evidenciam esse distanciamento:

*[Você acha que existe uma relação entre a política e a mídia?] Existe, existe, porque assim, vamos supor assim, a mídia hoje no Brasil, ainda um país onde a desigualdade é muito grande o acesso que você tem maior nos lugares através de notícias é a televisão, chega através da televisão, aconteceu isso, tal coisa, ninguém tem muito acesso à internet a Google, e a maioria é a televisão não adianta falar, a turma compara aqui em São Paulo, aqui, mas sai para fora para você vê tem pessoa que nem tem o que comer ela vai ter acesso a internet? Tem uma influência muito grande, eu votei, eu falei lá atrás eu votei, no Aécio lá, assim eu via a televisão, vídeos mostrando eu achei que era, eu não tinha conhecimento entendeu igual eu falei não tenho conhecimento político aí você vê.*

*[Você acha que a TV conseguiu te manipular?] Não manipular, ela esconde a verdade, porque se o cara é corrupto ela tem que mostrar que ele é ladrão, mas a mídia não faz isso, não vota nesse cara aqui. Você nos seus anos que você está aí, você já viu alguma mídia fazer isso: ó não vota nesse cara aí? Isso seria obrigação da mídia informar o cidadão de bem que não tem conhecimento, falar assim esse cara aqui é ladrão não vota nele o histórico dele está aqui durante tantos anos não fez nada, corrupção isso e aquilo, mas ninguém mostrou... Possa ser que hoje ela esteja mostrando, mas teria que mostrar isso quase que diariamente, porque o voto é o destino de quatro anos de uma nação. (Elias, dezembro/2019)*

Assim temos que os interlocutores dessa pesquisa – dentro das particularidades de suas trajetórias e diante da relação entre os discursos sobre política veiculados pelo campo midiático e o campo político – apresentam um senso político profano que pode ser entendido como:

i) ambivalente: tomando como exemplo o caso de Ailton que formula discursos que hora corroboram a ideia de uma narrativa da desconfiança em relação aos agentes e as dinâmicas do campo política nacional, hora se distanciam dessa narrativa chegando a afirmar uma crença nesses mesmos agentes. Essa ambivalência em seus discursos surge condicionada ao acesso ou não a informações, e à qualidade dessas informações, sobre o desenrolar do jogo político institucional.

ii) pragmático: tomando por exemplo o caso de Helena, interlocutora que afirma ter participado – através da utilização de dispositivos midiáticos como Facebook e WhatsApp – de um movimento político que tornou possível a eleição do atual presidente em nosso país.

iii) reflexivo: tendo em vista, temas provenientes do consumo midiático presente nas trajetórias dos interlocutores e que são acionados e atualizados na formulação de seus discursos políticos, como por exemplo: a) questões referentes a desigualdades sociais e econômicas, expressas na ideia de uma luta social entre dominantes e dominados presente em vários discursos (Ailton, Carlos, Elias e Otávio). b) A utilização do partido Prona, assim com uma fala televisionada de seu líder, para compor um discurso sobre os partidos políticos hoje no país (Elias).

### **O senso político profano e o campo político**

O conceito de campo político foi operacionalizado nessa pesquisa enquanto:

[...] o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos. Acontecimentos entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com possibilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar da produção. (BOURDIEU, 2002, p. 164)

Nesse sentido o campo político seria o lugar de produção de uma narrativa política reconhecida como legítima, diante da qual os agentes que não fazem parte desse campo social devem realizar escolhas, como no caso dos eleitores ao participarem de um plebiscito ou de uma eleição.

Ao longo dessa pesquisa foi construída a ideia de que ao propor essa escolha os agentes do campo político nacional consideram, de maneira equivocada, como resolvida a questão da transformação das experiências em discursos políticos capazes de expressar o sentido de classe percebido e vivido por cada agente (BOURDIEU, 2007a). No decorrer da

pesquisa, ao analisar os discursos produzidos a partir do senso político de cada interlocutor, foi possível perceber o quanto seria:

[...] falso conferir à linguagem política o poder de fazer existir arbitrariamente o que ela designa: a ação da manipulação tende a ser circunscrever em certos limites, não só porque é possível alguém estar em condições de resistir à argumentação sem ser capaz de argumentar a resistência e, menos ainda, formular explicitamente seus princípios que, apesar de não serem o dá análise, encontram, às vezes, seu equivalente em uma parábola ou palavra. (BOURDIEU, 2007a, p. 430).

A análise dos discursos também tornou possível identificar que, diante das particularidades do campo político nacional – que vive pelo menos desde 2016 um momento de crise, expresso pela instabilidade governamental – os interlocutores dessa pesquisa apresentam demandas políticas próprias, como por exemplo, a necessidade de uma educação política vinculada ao currículo escolar.

Essa educação política teria por objetivo apresentar ao cidadão brasileiro, durante todo o período escolar, as regras de funcionamento do sistema político nacional, assim como os direitos e os deveres de cada cidadão diante desse sistema.

Essa demanda se configurou no que interlocutores apresentaram como o que deveria ser “*um bom eleitor*”, ou seja, um eleitor que conheceria o sistema político do qual faz parte. Essa educação política vinculada ao currículo escolar possibilitaria, segundo Elias, que seus filhos vivenciassem diante da política uma experiência diferente da sua:

*Eu sou criado lá atrás, nasci em 1974 aí nunca ninguém falou de política para mim, entendeu; o pouco que eu vejo é no dia a dia, porque ninguém veio falar de política para mim, se você perguntar quem falou de política para mim? Eu vejo no dia a dia o que acontece”* (Elias, dezembro/2019).

Para os interlocutores, essa educação política escolar seria o caminho para a formação de eleitores conscientes diante da importância do voto em um processo eleitoral. Essa relação – “*educação política*” e “*eleitor consciente*” – pode ser percebida, por exemplo, no discurso de Nilton:

*Eu lembro das minhas primeiras conversas do que era ser eleitor foi com meu professor de, foi uma professora substituta, eu lembro até hoje, eu acho que era na oitava série, primeiro colegial, que ela estava preparando a gente sim e o legal é que ela não foi como é que fala, uma direcionadora assim em questão o tal vocês têm que votar assim para votar em tal pessoa, não ela ensinou o senso crítico de votar, de ser um eleitor, em questão de ah não adianta nada você ir lá colocar um presidente de esquerda, o vice presidente de direita e ir mesclando assim, aí eu lembro dela ter falado os*

*lados positivos e negativos disso, não colocar tudo só de uma banca pois se ele quiser aumentar o salário deles e abaixar o nosso tudo vai ser aprovado tem que ter uma concorrência de alguém que rebata isso, mas nós temos que ser críticos e saber como é importante para isso. (Nilton, março/2020).*

A educação política escolar também seria o caminho para combater o que os interlocutores apontaram como o maior problema na política contemporânea de nosso país, a “*cultura de corrupção*”

*[Você acha que existe um problema na política do país hoje?] Nosso maior problema é a corrupção e está muito enraizado. A gente quer tirar vantagem em cima de qualquer coisa, em cima de um produto, de um serviço ou do próprio dinheiro ou vantagem em cima de alguém. É mais cultural do que estrutural. [Então o que falta para melhorar a política?] Educação com certeza, se a gente não investir na educação no incentivo com os professores dar uma estruturada na forma de que eles possam trabalhar melhor que as escolas tenham material melhor que eles tenham uma liberdade maior para resolver aonde eles trabalham eles não têm liberdade a coisa não vai andar o negócio não vai funcionar não adianta a gente vê muitos países desenvolvidos porque a base é a educação a estrutura é a educação já se diga de passagem que a estrutura familiar no Brasil já não é mais a base forte que já foi a muito tempo então a gente está perdendo tudo, perdendo a família a gente está perdendo a educação estamos perdendo emprego saúde então a gente não pode falar, como muito se fala que as pessoas saíram da classe E para a D, para C, isso não acontece, eles [os governantes] estão mudando os conceitos os números para gente acreditar que estamos melhorando, mas a gente não está melhorando. (Ailton, novembro/2019).*

O conceito de campo social exprime a ideia de um espaço social dividido por uma disputa entre a ortodoxia (dominantes) e a heterodoxia (dominados), o que configura um jogo de poder no qual os agentes da ortodoxia produziram mecanismos para gerenciar a dinâmica e a hierarquia social, na busca por manter sua posição de poder dentro do campo (BOURDIEU, 2002).

A partir da pesquisa aqui desenvolvida, é possível afirmar que para pensar o sistema político no Brasil contemporâneo, para além das disputas internas entre a ortodoxia e a heterodoxia no campo político nacional, também se faz necessário levar em consideração as potencialidades do senso político profano, ou seja, faz-se necessária a busca por compreender como os eleitores que não participam das dinâmicas especializadas que configuram o campo político nacional, pensam e vivem a política em seu dia a dia, uma vez que “[...] o campo político tem uma particularidade: nunca pode se autonomizar completamente; está incessantemente referido a sua clientela, aos leigos, e estes têm de alguma forma a última palavra nas lutas entre os clérigos, entre os membros do campo”. (BOURDIEU, 2011b, p. 202/203).

## O senso político profano como prática política

Para tratar desse último ponto vamos retomar o discurso de Ailton sobre o que seria a política:

*Quando você fala de política é legal lembrar que a gente não está fora da política né? Eu gosto muito de falar disso, porque eu me sentia fora da política. Então a gente, o ser humano é político e quando a gente se depara com isso a gente tem um choque de realidade. Eu tive entendido? Então tudo o que a gente for fazer a gente tem que entender que a gente vai estar melhorando a vida de alguém ou piorando a vida de alguém. Então eu acho que é muito importante ser falado, ser discutido, ser lembrado, porque a nossa ação não vai só terminar no voto né? Ela vai começar no voto e vai ser um ciclo onde a gente pode fazer uma escolha boa ou uma escolha ruim e não tem volta, muitas das coisas não têm volta. (Ailton, novembro/2019).*

A percepção de política apresentada por Ailton, nos permite atribuir a noção de política uma dimensão prática que extrapola as dinâmicas do campo político nacional, uma vez que esta prática política estaria presente em todas as ações realizadas no dia a dia das pessoas e não apenas vinculada à participação nos pleitos eleitorais e às atividades governamentais e partidárias.

Essa dimensão prática da noção de política é expressão do senso político profano, e não pode ser classificada como resultado de uma relação de manipulação ou como ação de simples conformidade diante do contexto de sua produção.

A dimensão prática da política presente no discurso de Ailton – e que também se faz presente nos discursos dos demais interlocutores – permite tratar a noção de política como uma categoria etnográfica, tendo em vista os diferentes valores e significados que podem ser ligados a ela. Na medida que entendemos que a ação prática seria:

*[...] ao mesmo tempo, necessária e relativamente autônoma em relação a situação considerada em sua imediatidade pontual, porque ela é o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus* – entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma *matriz de percepções, de apreciações e de ações* – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas. (BOURDIEU, 1983a, p. 65).*

O discurso de Elias sobre o que deveria ser a política é um bom exemplo dessa diversidade de significados que compõe as percepções práticas sobre a política:



*Política seria assim, os representantes né? Você escolhe. Eu vou votar em você para representante. Você vai lá defender o que você propôs. Eu propus que vou trazer mais médicos, mais segurança, mais isso, mais aquilo. Um representante do povo junto ao governo, porque você não vai conseguir falar com o Dória, não vai conseguir falar com o Bolsonaro, quem que vai representar você? O cara que você votou, que você elegeu. Eu votei em você, você vai me representar lá, mas de verdade entendeu? Sem interesse. Eu não quero toma lá dá cá. Eu não vou fazer conchavo para o cara ganhar, para empreiteira ganhar, para poder fazer isso e aquilo entendeu? Você não viu a Friboi esses escândalos aí? A política seria isso aí, as pessoas para comandar o país, porque o país é muito grande, tem tamanho continental, não tem como você governar o país senão tiver os representantes que estão lá entendeu? É por isso que fala que a federação como que é? República confederativa do Brasil não é isso? Mas quem que vai me representar lá? Seria você cidadão que eu votei, te dei um voto, mas desde que você honrasse isso aí entendeu? (Elias, dezembro/2019).*

Elias não tem nenhuma formação política em sua trajetória. Pelo contrário afirmou que nunca lhe ensinaram nada sobre a política do país e que tudo o que ele compreende por política advém de suas experiências de vida. Porém, mesmo sem uma educação política, ele descreve à sua maneira o que facilmente pode ser entendido como o funcionamento do sistema democrático representativo brasileiro.

A linguagem utilizada por Elias não é a linguagem política reconhecida e legitimada pelos agentes do campo político. Os termos utilizados por Elias não são os termos técnicos presentes nas falas de agentes do campo político ou nos discursos do campo midiático veiculados sobre a política nacional.

O discurso de Elias é sem dúvida a expressão de um senso político construído a partir de uma trajetória individual que não teve contato com as regras normalizadas da política institucional. Um senso político que é capaz não só de entender, mas também de explicar – em certa medida – o funcionamento da política reconhecida como legítima em nosso país.

O discurso de Elias, assim como os discursos formulados pelos interlocutores ao longo dessa pesquisa, ou seja, as práticas discursivas desses interlocutores permitem uma aproximação, por homologia (BOURDIEU, 2004), entre o senso político legítimo – praticado dentro das regras normalizadas pelo campo político nacional – e o senso político profano – praticado à margem das regras desse campo.

Essa aproximação permite apontar uma particularidade da lógica que configura e caracteriza o contexto político no país, uma vez que a ideia de uma relação de desajuste entre o senso político legítimo e o senso político profano – relação que tornaria possível a manipulação do senso político profano tanto pelos discursos do campo político, quanto pelos discursos veiculados pelos dispositivos do campo midiático – se apresenta mais como uma

relação de homologia (BOURDIEU, 2004) – e por isso, inviabiliza a ideia de uma manipulação do eleitorado – entre esses dois modos particulares de pensar-fazer política.

Através dessa característica percebida podemos apontar – ainda que enquanto uma possibilidade – para existência de “[...] uma semelhança na diferença” (BOURDIEU, 2004, p. 170) quando pensamos sobre as particularidades de um pensar-fazer político profano em relação ao pensar-fazer político em meio às regras e normas do campo político nacional.

### **Uma conclusão relacional**

Para finalizar as considerações aqui apresentadas, retomamos a indagação que motivou essa pesquisa: as práticas políticas produzidas no dia a dia por agentes leigos ao funcionamento do campo político nacional escapariam ou não às demandas apresentadas pelos dispositivos do campo midiático? E diante dos discursos políticos apresentados e das análises realizadas, podemos dizer que sim. As práticas políticas decorrentes do senso político profano escapam às demandas apresentadas pelas agentes do campo político e do campo midiático.

Essa afirmação não tem como finalidade colocar o senso político profano como autônomo diante das discussões que permeiam o contexto do campo político nacional, uma vez que:

O campo político propõe um universo de possibilidades políticas que, como tal, exerce, portanto, um duplo efeito: em primeiro lugar, ele favorece o efeito de *falsa identificação*, resultante do fato de que o mesmo implícito pode ser reconhecido nas diferentes formas do “já-explicitado”, em segundo lugar, ele tende a produzir um *efeito de encerramento* ao considerar tacitamente o universo das possibilidades realizadas como o universo das possibilidades possíveis e, assim, delimitar o universo do *pensável politicamente*. (BOURDIEU, 2007a, p. 429)

Nossa afirmação também não tem como finalidade desconsiderar o papel fundamental que os dispositivos do campo midiático desempenham no cenário político do país:

Os meios de comunicação são atores políticos importantes no Brasil. Mesmo quando optam por não assumir um posicionamento explícito em relação aos temas presentes na agenda pública, aos partidos políticos ou aos candidatos concorrentes nas eleições, como é praxe entre os principais veículos brasileiros, a mídia noticiosa participa ativamente da conformação da agenda política e eleitoral e da definição dos limites dos debates. (BIROLI, 2011, p. 86).

Essa afirmação tem por objetivo marcar que o pensar-fazer político resultante do senso político profano pode e escapa – dentro dos limites conformados pelas condições materiais de existência inscritas no *habitus* de cada agente – diariamente às demandas políticas construídas pelos dispositivos do campo midiático, assim como do efeito de encerramento daquilo que pode ser pensável politicamente (BOURDIEU, 2007a) estabelecido pelo campo político nacional.

O pensar-fazer resultante do senso político profano dos interlocutores dessa pesquisa não só escapa a essas duas condições – as demandas políticas veiculadas pela mídia e as possibilidades de pensar o político delimitadas pela política profissional – como é capaz, ainda que por meio de uma relação de homologia (BOURDIEU, 2004) com os discursos do campo da mídia e do campo da política nacional, de formular suas próprias demandas políticas.

Por isso respeitando a diversidade dos sentidos presentes em cada discurso formulado pelos interlocutores, faz-se possível apresentar, sinteticamente, que a política no Brasil, segundo o senso político dos interlocutores dessa pesquisa, poderia ser construída tendo em vista:

- i) A continuidade dos projetos iniciados pelas administrações anteriores. (Helena e Otávio).
- ii) A qualificação formal em política dos candidatos. (Helena e Nilton).
- iii) A qualificação formal em política dos eleitores. (Ailton, Carlos, Elias, Helena, Nilton e Otávio).
- iv) Políticas públicas que proporcionassem melhorias nas áreas de saúde, segurança pública e trabalho. (Carlos, Elia e Helena).
- v) Um programa de governo que estabeleça e garanta de forma efetiva o diálogo entre os políticos eleitos e os cidadãos de todas as regiões do país, tendo em vista a resolução das demandas apresentadas pelos últimos, principalmente as situações de extrema miséria. (Carlos, Elias e Otávio).
- vi) Um programa de enfrentamento efetivo das situações de extrema miséria, assim como das mazelas sociais que decorrem delas. (Elias).
- vii) Um programa de combate à corrupção no sistema político nacional. (Ailton, Carlos, Elias, Nilton e Otávio).

Essa seria uma possível agenda para o contexto político nacional que não passa pelos filtros de reconhecimento do campo político do país, mas que não deixa ser uma agenda política por isso, e que não pode ser confundida com o produto de manipulações, seja por

parte dos agentes do campo político ou seja por parte das agendas políticas apresentadas pelos dispositivos do campo midiático, sobretudo por que essas demandas expressam um senso político profano, um pensar-fazer político ambivalente, pragmático e reflexivo, que escapa das regras reconhecidas e legitimadas por esses campos sociais.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: **Outra travessia**. Ilha de Santa Catarina - 2º semestre de 2005. p. 9 – 16.

Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/download/12576/11743>

ALMEIDA, Iara Lalesca Calazans de. **“É tudo baiano, mas é misturado”**: dinâmica migratória em Américo Brasiliense, aspectos de um problema nacional. 89 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/202132>.

ARRUTI, José Mauricio; MONTERO, Paula e POMPA, Cristina. Para uma antropologia do político. In: LAVELLE, Adrian G. (Org). **O horizonte da política** – questões emergentes e agendas de pesquisa. São Paulo: Ed. Unesp / Cebrap, 2012.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luis Felipe. Comunicação e política: um campo de estudos e seus desdobramentos no Brasil. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: HUCITEC, 2010, p. 07 - 23.

BOURDIEU, Pierre. Os doxósofos. In: THIOLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Polis, 1982.

\_\_\_\_\_. Esboço de uma teoria da prática. In: **Bourdieu sociologia**. (Org) Renato Ortiz, São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. A economia das trocas linguísticas. In: **Bourdieu sociologia**. (Org) Renato Ortiz, São Paulo: Ática, 1983<sup>a</sup>.

\_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983b.

\_\_\_\_\_. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação**. Campinas, SP. Papyrus, 2000.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2007a.

\_\_\_\_\_. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de Educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007b.

\_\_\_\_\_. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 2011a.

\_\_\_\_\_. O campo político. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011b, pp. 193-216.

BRASIL. **Pesquisa Brasileira de Mídia**, 2016. Disponível em <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>. Acesso em 17/set/2018.

CAETANO, Ana. **Vidas reflectidas**: sentidos, mecanismos e efeitos da reflexividade individual. 2013. 336 f. Tese (Doutorado em Sociologia), ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2013.

COLLING, Leandro. Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, nº 14, abril. p. 88-101. 2001. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3154/2425>

\_\_\_\_\_. O estado da arte dos estudos sobre mídia e eleições presidenciais de 1989 a 2002. In: **Diálogos possíveis**, v. 6, n. 2, 2007. p. 29 – 45. Disponível em <http://www.faculdadesocial.edu.br/revistas/index.php/dialogospossiveis/article/view/169>

FOUCAULT, Michael. **A verdade e as formas jurídicas**. Cadernos da PUC/RJ: Série letras e artes. Rio de Janeiro: Divisão de intercâmbios e edições, 1978.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o Poder. In: DREYFUS H. e RABINOW P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GOLDMAN, Márcio. **Como funciona a Democracia**: uma etnografia da política. Rio De Janeiro: 7letras, 2006.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**. 2000. p. 108-130.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia e política. Dossiê: métodos e explicações da política. **Rev. Brasileira Ciências Sociais**. 2007a, vol.22, n.64. p. 163 – 167

\_\_\_\_\_. **Antropologia da política**: uma perspectiva brasileira. Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, Working Paper. 2007b (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

MANCHETÔMETRO. LEMEP, Rio de janeiro. 2014. Disponível em: [www.manchetometro.com.br/](http://www.manchetometro.com.br/).

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. In: **LUA NOVA** N° 55-56, 2002. p. 155-184.

\_\_\_\_\_. A mídia e o declínio da confiança na política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: HUCITEC, 2010, p. 223-240.

MOISÉS José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião pública**. Campinas, Vol. XI, nº 1, março, 2005, p. 33-63.

MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. **Opinião Pública**. Campinas, v. 14, n. 1, jun. 2008. p.1-42.

OLIVEIRA, R. C. de. Antropologia e a crise dos modelos explicativos. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 9, n. 25, p. 213-228, 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8898>. Acesso em: 24 jun. 2021.

PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. (Org). **Política no Brasil: Visões de Antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

PARANÁ. **Manual do Grêmio Estudantil**. SEED, 2012. Disponível em [http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gremio\\_estudantil/manualgremio.pdf](http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gremio_estudantil/manualgremio.pdf). Acesso em: 13/06/2016

PEIRANO, Mariza GS. Antropologia política, ciência política e antropologia da política. **SÉRIE ANTROPOLOGIA 231: três ensaios breves**. Brasília, 1997.p. 15 – 26.

RACIONAIS MC'S. **A vida é desafio**. São Paulo: Cosa Nostra: 2002. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wb3rvC6z5ao>. Acesso em 22 de abr. 2021.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Experiência, modernidade e campo dos media*. Universidade Nova de Lisboa. 1999.

SANTOS, Alexandre Aparecido dos. **A produção de informação como uma questão de poder na disputa eleitoral de 2010**. 122 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/126518>

SÃO PAULO. Anexo I - Orientação para as escolas sobre a implantação/implementação dos grêmios estudantis. In: **Grêmio estudantil paulista**. Secretaria De Estado Da Educação. 2017. Disponível em: [http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Portals/183/repositorios/biblioteca/Anexo%20I%20-%20Orienta%C3%A7%C3%B5es%20Gr%C3%AAmios\\_Rev.pdf](http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Portals/183/repositorios/biblioteca/Anexo%20I%20-%20Orienta%C3%A7%C3%B5es%20Gr%C3%AAmios_Rev.pdf)

SUFICIER, Darbi Masson. **Senso prático e reflexividade na prática de quatro professores do Ensino Fundamental**. FCLAr. 2017. 146 f. Tese (Mestrado em Educação Escolar), Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2017.

TAIGUARA. **Como Lima Barreto**. São Paulo: Saravá Kuarup: 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1IoHt5tXVnk>. Acesso em 22 abr. 2021

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TIC Domicílios. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros**. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). 2019. Disponível em:

[https://cetic.br/media/analises/tic\\_domicilios\\_2019\\_coletiva\\_imprensa.pdf](https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2019_coletiva_imprensa.pdf)

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o habitus. **Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, ano 10, n. 16, pp. 63-71, jul./dez. 2007. Disponível em:

<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/126/136>. Acesso em: 04 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. Habitus. In: CATANI, Afrânio Mendes et. al (Orgs). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.



## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALBUQUERQUE, Afonso e HOLZBACH, Ariane Diniz. Metamorfoses do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais da redação da Folha de S. Paulo. In: **Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo, vol. 5 n. 14, novembro de 2008. p.149 - 170.

ALDÉ, Alessandra; ESCOBAR, Juliana e CHAGAS, Viktor. A febre dos blogs de política. In: **Revista Famecos**, Porto Alegre. n° 33, agosto de 2007, p. 29-40.

ALMEIDA, Jorge. Evolução de imagem do governo Lula e comportamento eleitoral em 2006. In: **Revista Política & Sociedade**. Florianópolis: v. 6, n°10, 2007. p. 117-152. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1687>.

ALMEIDA, Valéria Ribeiro da Silva Franklin. **Meios de comunicação e mudanças na política**: esses homens poderosos e suas máquinas de comunicar. 2016. 440 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

ANGELO, Vitor Amorim de. **Mídia e eleições**: notas sobre a cobertura jornalística da campanha presidencial de 2010 no Brasil - 8º Encontro da ABCP, 01 a 04/08/2012, Gramado, RS/ AT01 – Comunicação política e opinião pública. Disponível em <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/02/midia-e-eleicoes-notas-sobre-cobertura-jornalistica-campanha.pdf>

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. In: **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 12, n° 1, abril/maio, 2006, p. 88-113.

BARROS, Denise Franca; SAUERBRONN, João Felipe Rammelt; AYROSA, Eduardo André Teixeira. Representações do eleitor: revendo teorias e propondo novos caminhos. In: **Revista de administração pública - RAP**. Rio de Janeiro 46(2), mar/abr. 2012. p. 477- 491. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=241022289007>

BEZERRA, Heloisa Dias; MUNDIM, Pedro Santos. Qual foi o papel das variáveis midiáticas na eleição presidencial de 2010? In: **Opinião pública**, Campinas, vol. 17, n° 2, novembro, 2011, p.452-476.

BIROLI, Flávia e MANTOVANI, Denise. Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao Programa Bolsa Família e as eleições de 2006. In: **Opinião pública**, Campinas, vol. 16, n° 1, junho, 2010, p. 90-116.

BIROLI, Flávia. Jornalismo, democracia e golpe: a crise de 1955 nas páginas do correio da manhã e de o Estado de S. Paulo. In: **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 22, jun. 2004. p. 87-99.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe e MOTA, Fernanda Ferreira. Mídia, eleições e pesquisa de opinião no Brasil (1989-2010): um mapeamento da presença das pesquisas na cobertura eleitoral. In: **Revista Com política** n. 1, vol. 1, ed. março-abril, 2011. p. 68-89.

BORGES, Antonadia. Depois de Bourdieu: as classes populares em algumas abordagens sociológicas contemporâneas. In: **ANTROPOLÍTICA**. Niterói, nº. 17, sem. 2004. p. 191–210.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. Comunicação feita em Noroit (Arras) em janeiro de 1972 e publicada em **Les Temps Modernes**, 318, janeiro de 1973. Disponível em: [http://www.fesppr.br/~daiane/Sociologia%20Jur%EDdica/A\\_Opini%E3o\\_P%FABlica\\_N%E3o\\_Existe\\_%28Pierre\\_Bourdieu%29.pdf](http://www.fesppr.br/~daiane/Sociologia%20Jur%EDdica/A_Opini%E3o_P%FABlica_N%E3o_Existe_%28Pierre_Bourdieu%29.pdf)

\_\_\_\_\_. **A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2001.

\_\_\_\_\_. Esboço de uma teoria da Prática. In: **Pierre Bourdieu**. ORTIZ, Renato. (Org.). São Paulo: Olhos d'Água, 2013.

\_\_\_\_\_. Objetificação participante. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 16, n. 48, dezembro de 2017. p. 73-86.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **Respetas por una Antropología reflexiva**. México: Editora Grialbo. 1995.

BOTELHO, André. Sequências de uma Sociologia Política Brasileira. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 1, 2007, pp. 49 a 82.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião: o novo jogo político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. **Novos Estudos CEBRAP**. Nº 21, julho de 1988. p. 133-157.

CALLEWAERT, Gustave. Bourdieu, crítico de Foucault. **Educação, Sociedade & Cultura**. nº 19. 2013. p. 131-170.

CAMPOS, Marcelo da Silva. Mídia e Política: a construção da agenda nas propostas de redução da maioria penal na Câmara dos Deputados. In: **Opinião pública**, Campinas, vol. 15, nº 2, novembro, 2009, p.478-509.

CAPPELLA, Joseph N.; JAMIESON, Kathleen H. **Spiral of cynicism: the press and the public good**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Identificação ideológica e voto para presidente. In: **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, Vol. VIII, nº1, 2002, pp.54-79.

\_\_\_\_\_. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola; MAIA, Rousiley (Org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

CERTAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

CORREIA, João Carlos; FERREIRA, Gil Baptista e SANTO, Paulo do Espírito. (Org.) **Conceitos de Comunicação Política** – LabCom Books 2010. Disponível em [http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110817-correia\\_conceitos\\_2010.pdf](http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110817-correia_conceitos_2010.pdf).

CRUZ, Márcio. A mídia e os formadores de opinião no processo democrático. In: **Ponto-e-vírgula**, 9, 2011.p. 35-51.  
Disponível em: <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/6/4>.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac naify. 2004.

FASSON, Karina. Etnografia das eleições 2008 na periferia paulistana: a política sob o olhar antropológico. **Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 38-49, jul. 2010. Semestral. Disponível em: <[www.habitus.ifcs.ufrj.br](http://www.habitus.ifcs.ufrj.br)>. Acesso em 25 jun 2015.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. Voto e classe: notas sobre alguns estudos recentes. In: **Opinião pública** Campinas, vol. 15, nº 2, novembro, 2009, p.451-477.

FERREIRA, Jairo. Mídia, jornalismo e sociedade: a herança normalizada de Bourdieu. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol.II Nº 1 - 1º semestre de 2005. p. 35-44.

FERREIRA, Sonia e TRAVANCAS, Isabel. Antropologia da mídia: um campo em construção no Brasil e em Portugal. In: **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, v. 21, n. 2, maio-ago, 2014. p. 622-646.

FIQUEIREDO, Marcus. Intenção de voto e propaganda política: Efeitos da propaganda eleitoral. In: **LOGOS 27: Mídia e democracia**. Ano 14, 2º semestre 2007. p. 9-20.

FOUCAULT, Michael. **O que é um autor?** Lisboa. Nova Veja, 2006.

GAXIE, Daniel. As lógicas do recrutamento político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº8. Brasília, maio - agosto de 2012, pp. 165-208.

GIRARDET, Rauol. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOLDMAN, M; SANT'ANNA, R. S. Elementos para uma análise antropológica do voto. PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Márcio. (org.) **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: ContraCapa Livraria, 1996. p. 13-36

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Análise do Discurso: história, epistemologia, exercícios analíticos**. Texto crítico apresentado a Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Araraquara 2008.

GROHMANN, Rafael do Nascimento. O Receptor como Produtor de Sentido: estudos culturais, mediações e limitações. In: **Revista Anagrama**, Ano 2 - Edição 4. junho-agosto de 2009. p. 1-16.

HJARVARD, Stig. **A midiatização da cultura e da sociedade**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2014.

\_\_\_\_\_. Midiatização: conceituando a mudança social e cultural. **MATRIZES**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 21-44, 2014. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v8i1p21-44. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/82929>

IANNI, Octávio. A política mudou de lugar. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, 11(3). 1997, p. 03-07.

\_\_\_\_\_. O príncipe eletrônico. **Perspectivas**, São Paulo, v.22, 1999, p.11- 29.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política. **Estudos históricos**. 1999, v. 24. p. 227 – 250.

LEACH, Edmund Ronald. **Repensando a antropologia**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001

MACAGNO, Lorenzo. Uma antropologia do político? In: **Análise Social**, 210, xlix (1.º), 2014. p. 163-189.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. (1979).

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, jul./dez. 2009. p. 129-156.

MARQUES, Angela Cristina Salgueiro. Comunicação, mídia e processos de democracia local: estratégias de aproximação entre governo e cidadãos. In: **Opinião pública**, Campinas, vol. 15, nº 1, junho, 2009, p.107-132.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUSA, Mauro Wilton de (org.) **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MASSUCHIN, Michele Goulart. Mídia, Partidos Políticos e Eleições: novos e velhos embates nas democracias. In: **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR** /Vol. 2 – n. 1 – 2014. p. 3-9.

MATTOS, DIEGO **A prática como limite as possibilidades teóricas do jornalismo: um estudo sobre a relação entre jornalismo e política...** – USP, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-17022011-121911/pt-br.php>.

MIGUEL, Luis Felipe. A Eleição Visível: A Rede Globo Descobre a Política em 2002. In: **DADOS Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº 2, 2003, p. 289 - 310.

\_\_\_\_\_. Mídia e vínculo eleitoral: a literatura internacional e o caso brasileiro. In: **Opinião pública**, Campinas, Vol. X, nº 1, maio, 2004, p. 91-111.

MOISÉS José Álvaro. Cidadania, confiança e instituições democráticas. **Lua Nova**. São Paulo, 65. 2005. p. 71- 94.

\_\_\_\_\_. Cultura política, instituições e democracia: Lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - vol. 23 nº. 66, fevereiro/2008. p. 11- 43.

\_\_\_\_\_. Os significados da democracia segundo os brasileiros. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 16, nº 2, novembro, 2010, p.269-309

MOISÉS, José Álvaro e MENEGUELLO, Rachel (org). **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia** – o caso do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan./jun. 2007, p. 240-264.

MONTERO, Paula. Reflexões sobre uma antropologia das sociedades complexas. **Revista De Antropologia**, 34, 1991. 103-130.

MUNDIM, Pedro Santos. Modelo para medir os efeitos da cobertura da imprensa no voto: teste nas eleições de 2002 e 2006. In: **Opinião pública**. Campinas, vol. 16, nº 2, novembro, 2010, p.394-425.

NOGUEIRA, Lisandro. Cinema e política: a representação do jornalismo e do marketing político no cinema brasileiro. In: **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, nº 34, dezembro de 2007. p. 14-21.

NUNES, Edison; SANCHES, Félix e CHAIA, Vera. Cultura política e valores de cidadania na Região Metropolitana de São Paulo. In: **Opinião pública**. Campinas, vol. 16, nº 2, novembro, 2010, p.478-515.

OLIVEIRA Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de & PAOLI, Maria Célia. (org.): **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Édison Trombeta de. A linguagem tendenciosa na mídia impressa: um estudo de caso sobre a indução do leitor. In: **Identidade Científica**. Presidente Prudente, SP, v. 1, n. 2, jul./dez. 2010 p. 228-243.

Disponível em [http://www.unoeste.br/facopp/revista\\_facopp/IC2/IC25.pdf](http://www.unoeste.br/facopp/revista_facopp/IC2/IC25.pdf).

PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Márcio. (org.) **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: ContraCapa Livraria, 1996.

PEDROSO NETO, Antonio José. **O espaço atual do jornalismo econômico brasileiro: gerações, origem social e dinâmica profissional**. 37º Encontro Anual da ANPOCS/ ST10 Elites e espaços de poder. 2013. Disponível em <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2014/06/PedrosoNeto.pdf>

PEIRANO, Mariza GS. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, jul./dez. 2014. p. 377-391.

PEIXOTO, Vitor e RENNÓ, Lucio. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. In: **Opinião pública**. Campinas, vol. 17, n2, novembro, 2011, p. 304-332.

QUADROS, Doacir Gonçalves; SANTOS, Romer Mottinha; MORAES, Thiago Peres B. de; RIBIERSKI Audrilise Alissandri; MAIA, Elisangela Rocha. Mídia impressa e eleições 2010: uma análise parcial da cobertura do jornal O Estado do Paraná. In: **Revista Intersaberes**. Curitiba, a.6, n.12, 2011. p. 142- 154.

REINHARDT, Bruno Mafra Ney e PEREZ, Léa Freitas. Da lição de escritura. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 10, n. 22, jul./dez. 2004. p. 233-254.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos. In: **Rev. Sociol. Polít.** Curitiba, 22, jun. 2004. p. 25-43.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; AZEVEDO, Fernando Azevedo. **Mídia e política no Brasil: estudos e perspectivas**. IV Congresso Latino-americano de Ciências da Comunicação, 1998. Disponível em: [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.bocc.ubi.pt/pag/rubim-albino-midia-politica-brasil.pdf&gws\\_rd=cr&ei=ykMXWZvtF4OawgT5hKvIAg](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.bocc.ubi.pt/pag/rubim-albino-midia-politica-brasil.pdf&gws_rd=cr&ei=ykMXWZvtF4OawgT5hKvIAg)

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Novas Configurações das Eleições na Idade Mídia. In: **Opinião Pública**. Campinas, Vol. VII, nº2, 2001, p. 168-181.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; COLLING, Leandro. Mídia e Eleições Presidenciais no Brasil Pós-Ditadura. In: **Comunicação & Política**. Rio de Janeiro, v. 22, n.3, p. 169-189, 2004. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/16874.pdf>.

SANTOS, Alexandre Aparecido dos. Discurso e poder na contemporaneidade: o caso do príncipe eletrônico. **Cadernos de Campo (UNESP)**, v. 18, 2014. p. 41-54.

\_\_\_\_\_. O mercado simbólico da informação: violência simbólica e a eleição de 2010. **Cadernos de Campo (UNESP)**, v. 19, 2015. p. 37-60.

\_\_\_\_\_. A economia das crenças e o Estado: mídia e política na eleição de 2010. **Agenda Política**, v. 4, 2016. p. 153-180.

SANTOS, Alexandre Aparecido dos; SILVA, Rosângela. A construção da desconfiança e a crise da democracia: mídia e política no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Campo (UNESP)**, v. 25, 2019. p. 63-86.

SANTOS, Marcelo Alves dos; OLIVEIRA, Luiz Ademir de. Os enquadramentos na cobertura da eleição presidencial de 2010 do jornal Estado de Minas. In: **Revista Iniciacom**. Vol. 5, Nº 1, 2013. p. 1-19.

SCALZO, M. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2013.

SCHLESENER, Anita Helena. A linguagem em seu contexto histórico e político. In: **Grilhões invisíveis: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, p. 93-133.

SETTON, Maria da Graça. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**. 2002 Nº 20. p. 60-70.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a Teoria na Prática. In: **Revista de administração pública - RAP**. Rio de Janeiro 40(1), jan./fev. 2006. p. 27-55.

THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes. 2002.

VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In: **Como se escreve a história**. Brasília: Ed. Da UnB, 1982.

WACQUANT, Loïc. Durkheim e Bourdieu: a base comum e suas fissuras. **Novos Estudos CEBRAP**. N.º 48, julho 1997. p. 29-38.

WOORTMANN, Klaas. A etnologia (quase) esquecida de Bourdieu, ou o que fazer com heresias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. VOL. 19. Nº 56. 2004. p. 129-137.

**APÊNDICES**



**APÊNDICE A - Roteiro de entrevista 1**

Começando por você...

Qual a sua idade?

Onde você nasceu?

Qual a sua escolaridade?

E sua profissão?

**A – Família**

Agora sobre sua família:

Pode-me falar de seus avós...

Teve contato com eles?

Em que fase de sua vida?

De onde eles são?

Você lembra a escolaridade deles?

E a profissão?

Eles sempre trabalharam assim?

Qual a importância deles em sua vida?

Pode me falar de seus pais...

Teve contato com sua mãe?

Em que fase de sua vida?

De onde ela é?

Onde ela cresceu?

Você lembra a escolaridade dela?

E a profissão?

Ela sempre trabalhou assim?

Teve contato com seu pai?

Em que fase de sua vida?

De onde ele é?

Onde ele cresceu?

Você lembra a escolaridade dele?

E a profissão?

Ele sempre trabalhou assim?

Você concorda com a educação que seus pais lhe deram?

Algum momento marcou seu convívio com seus pais?

Pode falar sobre ele?

Qual a importância de seus pais em seu dia a dia?

Você tem irmãos?

Teve contato com eles?

Em que fase de sua vida?

De onde eles são?

Você lembra a escolaridade deles?

E a profissão?

Eles sempre trabalharam assim?

Vocês são parecidos ou diferentes? Em quê?

Por que pensa assim?

Algum momento marcou seu convívio com eles?

Pode falar sobre ele?

Qual a importância de seus irmãos em seu dia a dia?

Existe outro parente que tenha grande importância em sua vida?

Teve contato com eles?

Em que fase de sua vida?

De onde eles são?

Você lembra a escolaridade deles?

E a profissão?

Eles sempre trabalharam assim?

Qual a importância dele em seu dia a dia?

Você é casado(a)?

Qual a idade de seu conjugue?

De onde ele/ela é?

Onde cresceu?

Qual a escolaridade?

E a profissão?

Sempre trabalhou assim?

Você concorda com as decisões que tomam no dia a dia?

Vocês conversam sobre estas decisões?

Qual a importância dele/dela em seu dia a dia?

Você tem filhos?

Quantos? Qual a idade?

E a escolaridade?

Ele/ ela mora com você?

Ele/ela já trabalha ou trabalhou?

Qual a profissão?

Sempre trabalhou assim?

Vocês se relacionam bem?

Com qual frequência vocês se encontram?

Vocês são parecidos ou diferentes? Em que?

Isso te deixa contente?

Qual a importância dele/dela em seu dia a dia?

#### B – Escola

Agora sobre seus estudos...

Começando pelo ensino básico:

Em que escola você iniciou os estudos?

Você sempre estudou nesta escola?

Ela era pública ou privada?

Você gostava da escola?

Do que gostava mais?

Do que não gostava?

Seus pais acompanhavam seus estudos? Como?

Algum momento marcou?

Sobre o ensino médio:

Em que escola você cursou?

Você sempre estudou nesta escola?

Ela era pública ou privada?

Você gostava desta escola?

Do que gostava mais?

Do que não gostava?

Esta escola possuía grêmio estudantil?

Você conhecia ou participava? Por quê?

Ocorreu algum período de greve?

Você lembra o motivo?

Seus pais acompanhavam seus estudos? Como?

Algum momento marcou essa fase de seus estudos?

Você tem contato com seus colegas de escola até hoje?

Com que frequência?

Sobre cursos técnicos e profissionalizantes:

Você cursou algum? Qual?

Em que escola você cursou?

Você gostava desta escola?

Do que gostava mais?

Do que não gostava?

Esta escola possuía grêmio estudantil?

Você conhecia ou participava? Por quê?

Algum momento marcou essa fase de seus estudos?

Você tem contato com seus colegas deste curso?

Com que frequência?

Qual a importância deste curso em seu dia a dia?

Sobre o ensino superior:

Qual a sua formação?

Em que faculdade você se formou?

Você sempre quis esse curso?

E essa faculdade?

Do que você mais gostava desta fase de seus estudos?

Do que não gostava?

Você precisou morar sozinho durante sua graduação?

Você trabalhou durante sua graduação?

Isso ajudou ou atrapalhou? Por quê?

Existiam centros acadêmicos ou colegiados de estudantes em sua faculdade?

Você chegou a participar? Por quê?

Ocorreu algum período de greve durante sua graduação? Por quê?

Algum momento marcou essa fase de seus estudos?

Você tem contato com seus professores ou colegas?

Com que frequência?

Qual a importância deste curso em seu dia a dia?

### C – Trabalho

Hoje você está trabalhando? Onde?

Qual a sua renda?

Você começou a trabalhar com qual idade?

Onde foi seu primeiro emprego?

Poderia me contar por quais empregos e empresas você passou de seu primeiro trabalho até hoje?

Qual dessas experiências de trabalho você mais gostou? Por quê?

Qual dessas experiências de trabalho você menos gostou? Por quê?

Você foi ou é filiado a algum sindicato? Por quê?

Você já participou da CIPA em algum momento? Por quê?

Ocorreu alguma greve nestas empresas? Em qual?

Você participou? Por quê?

Você convive com colegas de trabalho fora do ambiente da empresa?

Com qual frequência?

Qual a importância de suas experiências de trabalho em seu dia a dia?

### D – Sociabilidade e lazer

Gostaria que me falasse um pouco de suas amizades e de suas atividades de lazer...

Começando por seu tempo livre...

O que você mais gosta de fazer em seu tempo livre?

Você escuta música? Qual tipo?

Com que frequência? Por quê?

Você gosta de assistir televisão?

Qual seu programa preferido?

Você escuta com frequência alguma rádio? Qual?

Você gosta de filmes? Qual tipo?

Vai muito ao cinema?

Você gosta de seriados? Qual tipo?

Qual o último que você viu?  
Você tem o hábito de ler? O que?  
Você lê, assiste ou escuta algum jornal? Qual?  
Com qual frequência?  
Você assina alguma revista ou jornal? Qual?  
Você utiliza a internet?  
Com que frequência?  
Tem Facebook?  
WhatsApp?  
Outra mídia social?  
Qual a importância das mídias (TV, rádio, jornal) e da internet (sites) em seu dia a dia?  
Você fez ou faz algum trabalho voluntário? Onde?  
Quando?  
Você tem ou já teve alguma religião?  
Você participava ou participa ativamente de alguma atividade ligada a ela? Qual?  
Qual a importância da atividade religiosa em seu dia a dia?  
Você pratica ou já praticou algum esporte? Qual?  
Onde?  
Esta prática esportiva tem alguma importância em sua vida hoje?  
Agora sobre seus amigos:  
Você tem amigos com aos quais convive regularmente?  
Vocês são mais ou menos da mesma idade?  
Você sabe escolaridade de alguns deles?  
Você sabe a profissão de alguns deles?  
Você sabe a religião de alguns deles?  
Algum destes estudou ou trabalhou com você?  
Vocês se encontram com frequência?  
O que costumam fazer?  
Vocês conversam muito?  
Geralmente sobre o que?  
Que importância estes amigos têm em seu dia a dia?

Para finalizar

Hoje você tem algum projeto para sua vida?

Sobre sua história de vida faltou contar mais alguma coisa?

**APÊNDICE B - Roteiro de entrevista 2**

Mudou alguma coisa em sua vida desde nossa primeira conversa?

O que você acha sobre o desemprego em nossa região?

O que você acha sobre a reforma da previdência?

O que você acha sobre o preço das coisas hoje em dia?

O que você acha sobre as escolas de hoje?

O que você acha do SUS?

Você possui plano de saúde?

Você já renovou seu título de eleitor?

O que você acha de ter que votar?

Você fala sobre política?

Com quem?

Como você escolhe em quem votar?

O que você acha da política em nossa cidade?

O que você acha da política em nosso país?

Você já pensou em ser candidato político?

Como você acha que deveria ser a política em nossa cidade?

Como você acha que deveria ser a política em nosso país?

No seu dia a dia, onde você escuta falar sobre a política?

Na última semana o que você viu sobre a política?

Você acha que ser eleitor é importante?

Você se considera um eleitor?

O que você acha dos vereadores de nossa cidade?

O que você acha dos deputados?

O que você acha dos senadores?

O que você acha sobre os partidos políticos?

Você acha que existe uma relação entre a política e a televisão?

E com o rádio?

E com a internet?

Você acha que existe um problema na política do país hoje? Qual?